

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Antonio Zilmar da Silva

Homens, letras, risos e vozes em trincheiras:  
*matrizes narrativas dos movimentos armados no Ceará*  
*(1912-1914)*

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

São Paulo

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Antonio Zilmar da Silva

Homens, letras, risos e vozes em trincheiras:  
*matrizes narrativas dos movimentos armados no Ceará*  
(1912-1914)

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Profa. Dra. Maria Antonieta Martinez Antonacci.

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

São Paulo

2009

## Banca Examinadora

---

---

---

---

---

Aos eternos, João Alexandre e Maria de Lourdes

Aos velhos, Seu Zé Nunes e Dona Aparecida

Aos novos, Felipe Dário e Maria Luísa

*Ao Seu Zé Nunes... Era assim que eu o chamava. Comecei a chamá-lo assim nem sei quando nem porque, mas era uma forma única e carinhosa de dizer: meu Pai! Seu Zé Nunes era um velho difícil, vinha de uma vida dura, trabalhou horas a fio para garantir a sobrevivência dos seus. Foi desses homens simples, quebrou pedra, carregou peso como estivador; foi porteiro, vendedor de copos, redes e ultimamente de salgados. Nunca foi muito bom com vendas, só ganhou para sobreviver. Foi homem de profundas cicatrizes emocionais que nunca sararam. Por essas feridas, nunca foi muito bom com emoções, não sabia abraçar direito, tampouco sabia falar coisas sensíveis. Era rude! Tinha uma forma estranha de demonstrar o que sentia. Quase nunca o vi chorando (para alguns o auge dos sentimentos), e não foram poucos os motivos para que assim agisse. Mas lembro de um dia em que não podendo alimentar seus filhos com a dignidade que todo homem que trabalha deve ter, ele chorou! Deve ter chorando com minha mãe por companhia, mas isso não se presenciou. Talvez por toda essa aparente força eu acreditava que sua partida não seria tão breve. Lembro dos seus músculos fortes, um Hércules baixinho... Confesso para vocês que tinha inveja. A bem da verdade, estes últimos tempos ele andava definhando, já não parecia mais aquela rocha, talvez por isso mesmo estivesse parecendo mais sensível e frágil. Em momentos de homenagens não faz sentido listar defeitos, falhas e limitações, quem o conheceu sabe quais são. Venho nestes últimos dias reconstruindo o que vivemos juntos, são muitas lembranças, umas bem difíceis. Lembro de um abraço desajeitado, com lágrimas contidas quando voltava para São Paulo com minha vida bagunçada, sem saber como ia viver e morar e cheio de problemas. Senti naquele dia que meu velho estava amolecendo, quase chorou, quase me beijou e quase disse coisas doces. Mas sei que o que mais lhe incomodava era não poder fazer mais do que podia. Não sabia ele que tudo o que precisava fazer já havia feito. Cresci homem honesto, aprendi com ele a nunca querer o alheio; cresci sabendo que a vida iria ser dura, e ele tava certo. Aprendi muito cedo a respeitar as pessoas, a gostar dos amigos dele. Ele foi meu cúmplice em erros que minha mãe nunca foi. Eu admirava sua inteligência, fato marcante foi sua alfabetização quase solitária. Talvez por isso, prezava tanto os estudos dos filhos, e neste campo era um torcedor fanático, sempre acreditou no seu time. Eu não sabia ser pai como ele, me criticou duramente; hoje busco o equilíbrio da minha geração. Seu Zé Nunes me deixou rica herança, dessas que não guardarei em cofre, nem precisarei disputar com ninguém. Alguns estão a pensar que foi nossa educação, pois não foi. Este velho, que ainda novo se foi, ensinou-me a sonhar... Às vezes sonhava tanto que parecia delírio... É nesses delírios que mais ele aparecia, neste momento tornava-se bobo, ria à vontade, punha fé e programava-se e, às vezes acontecia. Acredito, Seu Zé Nunes, que sonhar tenha sido sua maior virtude e nossa maior herança! Prometo continuar sonhando inspirado nas suas conquistas de homem, trabalhador e Pai!*

*Saudades Seu Zé Nunes! Até nosso próximo encontro e, desta vez, que possamos nos abraçar, beijar e dizer tudo que nos vem à alma.*

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, instituição que garante o acesso ao conhecimento e possibilita a produção acadêmica de maneira pública, fortalecendo a certeza que o poder público deve ampliar o apoio aos jovens estudantes que tem na pesquisa seu projeto de vida. Aqui meu retorno a tal investimento.

À minha orientadora Antonieta Antonacci, pelos seis anos de convivência, sempre pautado pelo carinho e respeito. Sou fã de seu vigor intelectual, sua vitalidade e abnegação na luta para compreensão e respeito à cultura afro-brasileira. Aqui registro a autonomia e confiança depositada ao longo da pesquisa, implicando o risco de alguns equívocos que assumo e a excluo de qualquer responsabilidade. Nunca duvidou que conseguiríamos, mesmo em dias em que a fé me faltava. Mais que agradecer, quero fazer uma reverência!

Ao Programa de Pós-Graduação de História, na pessoa de seus coordenadores que nos acompanharam nos últimos 6 anos. Aos professores, facilitadores e inspiradores da formação profissional e intelectual, citamos alguns para registrar nominalmente o empenho de todos: a vitalidade intelectual de Denise Bernuzzi de Sant'Anna; a determinação e seriedade de Estefânia Knotz Canguçu Fraga; a Maria Odila Leite da Silva Dias pela herança intelectual que gostaríamos de ter e, por último, Antonio Rago Filho por demonstrar que há uma beleza artística no ofício de professor, na máxima do poder da arte no processo de transformação.

Aos professores Marcos Silva e Ivone Avelino, que se disponibilizaram a acompanhar este trabalho da qualificação a defesa, agradeço as indicações, reflexões e contribuições. Destaque especial, para Ivone que se fez presente do mestrado ao doutorado com suas palavras doces e carinhosas, sendo uma das melhores interlocutoras com nossa turma.

Aos pesquisadores Gilmar de Carvalho, *Daniel Walker* e Waldy Sombra pela solicitude e acesso a dados e materiais dos seus acervos. Sem a sensibilidade destes experientes conhecedores do tema estudado, não teríamos obtido o êxito desejado.

Aos colegas das turmas de mestrado e doutorado, que propiciaram um encontro frutífero de idéias e amizades. Alguns foram parceiros de debates, de leituras e de idéias, outros foram além, tornando-se amigos para uma vida. Este espaço da sala de aula foi um lugar profícuo de amizade e de aprendizagem.

Fiz tão boas amizades neste período de estudo, que cada amigo mereceria páginas de agradecimentos por suas generosidades acadêmicas, humanas e artísticas. Crescer intelectualmente é pouco, para quem teve a oportunidade de verticalizar-se radicalmente nas coisas da vida. Nesta lista constam: Henri de Carvalho, Tânia Soares, Antônio, Agenor Sarraf, Ronaldo Gaspar, James Silva e João Ruzza, este em especial pela belíssima capa e edição de imagens.

As mães de meus filhos, que ao seu tempo e as suas condições foram fundamentais para esta caminhada. Partilharam as dificuldades e alegrias de cada etapa, a vocês Maria e Vânia meus sinceros agradecimentos, oriundos de páginas escritas no passado, passado.

Ao amigo Jeovah Lucas, mente brilhante e frustrada pelas coisas menores que fazem da vida acadêmica algo insuportável às vezes. Agradeço seu acompanhamento e me desculpo em público, pela indisciplina tão marcante na minha personalidade. A você amigo que como bambu se verga, mas não quebra.

Menção distinta a minha *irmã*, anjo e parceira de muitos dias difíceis. Ângela é dessas pessoas de alma larga, de energia contagiante e possuidora de uma coerência invejável neste mundo de poucas e frouxas convicções. Mas sua maior virtude é a amizade, cultivada com respeito à diferença, zelo pelo outro e um poder de interferência na vida do outro de forma edificante. Acrescente a tudo isso, sua seriedade acadêmica e a clareza de seu papel político na academia. Por tudo dito, devo publicizar meu amor, carinho e respeito além da profunda gratidão a sua presença, sempre intensa, na minha trajetória.

Ao irmão, amigo e pesquisador Eleonísio Nunes. Devo a você futuro geógrafo, muito dos materiais listados como fontes; a dedicação incondicional

tornou as descobertas uma novidade sempre festejada. Foi meu elo entre a temática e as instituições de arquivos em Fortaleza. Orbitou em torno desta tese até os últimos dias de sua confecção, com palavras de incentivo, de carinho e orgulho. É nossa! Conseguimos.

Ao Seu José Nunes e Dona Aparecida, caszinho teimoso que sempre apostou nos seus filhos: Zilmar, Eleonísio, Alexandre. Hoje todos encaminhados no mundo das letras, estas mesmas letras que lhes foram negadas pelo poder público. Espero estar agradecendo com este trabalho o imenso esforço praticado por vocês para que todos nós continuássemos estudando. Muito obrigado!

À Cleide Maria, minha mulher, parceira, cúmplice, amiga e incondicional incentivadora, por mostrar-se madura e sensível num período em que muitos relacionamentos fraquejam. Sua capacidade humana em driblar inconveniências firmou raízes deste sentimento bonito que nos une. Saímos desta, mais apaixonados e com muitos sonhos juntos a serem realizados. A você dedico todo meu amor e agora meu tempo como retribuição a tudo que me ofertaste. Vamos construir novas histórias!



## RESUMO

Nossa pesquisa perscrutou a participação popular no período da Primeira República no Ceará, quando o Brasil passou pela reformulação da política dos governadores: as chamadas *Salvações do Norte*, que destituíram elites viciadas no poder desde o tempo do Império. Como pontos de reflexão escolhemos os movimentos armados em Fortaleza e Juazeiro do Norte, em 1912 e 1914, que resultaram na deposição do governo Nogueira Acioli, há 16 anos no poder, e na reorganização das forças do Partido Republicano Conservador (PRC).

Em Fortaleza de 1912, as movimentações populares em apoio ao candidato Franco Rabelo ganharam as ruas através de passeatas, palestras, homenagens promovidas por ligas de diversas categorias profissionais. Os enfrentamentos com a polícia aciolina foram inevitáveis, culminando com a morte de crianças numa passeata infantil. Essa ação gerou a deposição de Acioli e a eleição de Rabelo, em meio à grande participação popular.

Em Juazeiro do Norte, políticos ligados ao presidente deposto se articularam com Pinheiro Machado e programaram movimento armado para tomada do poder, alegando ilegalidades na eleição de Franco Rabelo. Nesse processo, Padre Cícero e seus fiéis foram integrantes preponderantes, levando ao êxito aquela empreitada.

Percebemos as alianças tácitas e sutis entre intelectuais e políticos letrados, entre estes e populares, como suas mobilizações políticas onde emergiram usos de letras, vozes, imagens e desdobramentos de performances. Analisamos suas produções textuais e orais em poesias, crônicas, memórias, caricaturas, como suportes de circulação de seus humores e disputas em livros, jornais, panfletos, folhetos, discursos, canções e paródias, procurando intersecções e mediações possíveis dessas práticas culturais e de suas formas de leitura. Neste processo, encontramos lembranças e esquecimentos em diferentes matrizes narrativas, configurando modos como àqueles episódios foram narrados para a população cearense e o restante do país.

Palavras-chave: discursos, narrativas, oralidades, sedição de Juazeiro, Pe. Cícero.

## ABSTRACT

This study examines the popular involvement in the First Republic of Ceará, at the time when Brazil underwent the first political reformulation of governors known as the *Salvações do Norte*, destroying the elite that had enjoyed power since the period of the empire. We have chosen in this study to examine and reflect on the armed movements in Fortaleza and Juazeiro do Norte, in 1912 and 1914, which resulted in the overthrowing of the government of Nogueira Acioli, after 16 years in power, and the reorganization of the forces of the Conservative Republican Party (*Partido Republicano Conservador*, or *PRC*).

In Fortaleza in 1912, the popular movements that supported the candidate Franco Rabelo took to the streets in a display of support and homage in the form of marches and rallies organized by different professional organizations. Clashes with Acioli's police were inevitable, culminating in the death of some children during a children's march. This unfortunate incident led to Acioli's fall and the election of Rabelo in a great show of popular support.

In Juazeiro do Norte, politicians linked to the deposed president and in conjunction with Pinheiro Machado organized an armed movement to return to power, alleging illegalities in the election of Franco Rabelo. In this process, Padre Cicero and his followers were integral to the success of this undertaking.

We can see tacit and subtle alliances between intellectuals and learned politicians and between them and the masses, and in their political mobilization where the use of words, voices, images and performances emerge. In this study we look at their production of written and oral texts in poetry, chronicles, memoirs and caricatures as vehicles of circulation to express their humors and disputes in books, newspapers, pamphlets, flyers, discourses, songs and parodies, looking for possible intersections and mediations between these cultural practices and their forms of reading. In this process we discover things remembered and things forgotten in different narrative sources, as they were told to the people of Ceará and the rest of the country.

Key words: discourse, narratives, orality, revolt in Juazeiro, Padre Cicero.

A verdade que se preza  
É fiel que nem um cão  
A de César é de César  
A de Cristo é do cristão  
A mentira anda na feira  
Vive armando confusão  
Cheia de perfume, rebolando na ladeira  
De mão em mão.

A mentira e a verdade  
São as donas da razão  
Brigam na maternidade  
Quando chega Salomão  
A razão pela metade  
Vai cortar com seu facão  
Vendo que a mentira chora e pede piedade  
Dá-lhe a razão.

Na realidade  
Pouca verdade  
Tem no cordel da história  
No meio da linha  
Quem escrevinha  
Muda o que lhe convém  
E não admira Tanta mentira  
Na Estação da Glória  
Claro que a verdade Paga passagem  
E a outra pega o trem

(Verdadeira Embolada ou O incrível Duelo da Mentira Com a  
Verdade In: BUARQUE, Chico; GUERRA, Rui. *O Corsário do  
Rei.*)

## SUMÁRIO

Lista de Figuras .....	xii
<b>Considerações Iniciais</b> .....	13
Algumas questões metodológicas .....	24
<b>1ª PARTE: ORALIDADE SUSPensa NO PAPEL</b> .....	34
A política oligárquica: há salvações no Norte? .....	35
Um Acioli caricato .....	45
Ah! Esses populares, sempre fazendo tipo.....	68
O povo a rachar garganta: as ligas nas ruas .....	79
As ligas: passeatas, cantos e paródias .....	86
As crianças em cena: o “Herodes Ressuscito” .....	96
Letrados e Populares: modos de ver e fazer a luta .....	102
Novos tempos, novas festas.....	123
Onde há populares há fogo?.....	134
<b>2ª PARTE: O PRINCÍPIO DAS COISAS</b> .....	156
No princípio eram Juazeiros - a Terra da Mãe de Deus.....	158
Uma trindade messiânica – Canudos, Juazeiro e Contestado.....	169
Os Narradores.....	183
O Círculo da Mãe de Deus .....	198
O canhão – um fogo amigo.....	208
Memória: para continuar narrando... ..	218
A Tomada do Crato e a Morte de Jota da Penha .....	224
Uma Fortaleza sitiada.....	239
<b>Considerações Finais</b> .....	251
<b>Fontes e Bibliografia</b> .....	257

## Lista de Figuras

Figura 1: MIS/CE – FOV000587 – Charge da revista careta. oposição ao Acioli, 1911. ....	48
Figura 2: MIS/CE – FOV000591 – Charge da revista O Gato, 1912 .....	51
Figura 3: MIS/CE – FV-000592 – Revista O Malho – No Ceará mudança de estação – 1912.....	53
Figura 4: MIS/CE – FV-000585 – Revista Careta – Império de Pinheiro Machado – 1912.....	53
Figura 5: Coluna da Revista Careta, 1912.....	59
Figura 6: MIS/CE – FV-000625 – O popular Chagas dos Carneiros 1912 .....	70
Figura 7: MIS-CE – FV-000421 – Zé Levi, orador popular Figura 8: Zé Povo na revista Fon-Fon de 9/5/1908.....	73
Figura 9: MIS/CE – FV-000638 – Povo contra Acioli, no Passeio Público, jan 1912. ....	76
Figura 10: Passeata das mulheres – Foto gentilmente cedida pelo pesquisador Waldy Sombra .....	81
Figura 11: Passeata das crianças – Foto gentilmente cedida pelo pesquisador Waldy Sombra	97
Figura 12: Passeata das crianças – Foto gentilmente cedida pelo pesquisador Waldy Sombra .....	100
Figura 13: MIS/CE – FV-000639 – Povo na Praça Marques do Herval fixando a placa Rua 24 de Janeiro.....	117
Figura 14: MIS/CE – FV-000593 – Chegada de Franco Rabelo, em frente à casa Juvenal Galeno. ....	127
Figura 15: MIS/CE – FV-000657 – Residência do Deputado Federal Graco Cardoso.....	148
Figura 16: MIS/CE – FV-000659 – Residência do Senador Francisco Sá, 1912.....	149
Figura 17: Floro Bartolomeu. O Juazeiro e o Pe. Cícero, p. 13.....	166
Figura 18: Capa do Folheto. BARROS, Leandro Gomes. <i>Festas do Juazeiro no Vencimento da Guerra</i> .Recife [s.n.t] .....	180
Figura 19: Xilogravura de José Lourenço. Álbum História de Juazeiro – 1990.....	181
Figura 20: Oliveira Xavier. <i>Beatos e Cangaceiros</i> . Beato da Cruz.....	202
Figura 21: MIS/CE, FV-000681: Valado para defender a cidade de Juazeiro.....	204
Figura 22: OLIVEIRA, Amália Xavier de. <i>Nosso Século, 1910-1930. O Padre Cícero que eu conheci</i> .....	206
Figura 23: BARROSO, Gustavo. <i>A Margem da História do Ceará</i> . Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.....	212
Figura 24: LIMA, Marcelo Ayres Camurça. <i>Marretas, Molambudos e Rabelistas</i> .....	222
Figura 25: Oliveira Xavier. <i>Beatos e Cangaceiros</i> .....	237
Figura 26: Mis – Ceará - FV-000678 Trincheira perto do col. Coração de Jesus. ....	244
Figura 27: Oliveira Xavier. <i>Beatos e Cangaceiros. Os combatentes: Zé Pedro, Floro e Turco</i> ...	245

## Considerações Iniciais

*Acreditava em Deus e em outras coisas invisíveis  
Dizia sempre sim aos seus senhores infalíveis*  
Belchior (Pequeno Perfil de um Cidadão Comum)

Foi de um olhar cabisbaixo produzido num rosto impotente de um jovem pobre, destes que a origem mal preenche dois ou três galhos de uma árvore genealógica, que me veio à percepção da força descomunal e opressiva que a história produz sobre os ombros de um homem comum. Como, ao longo de séculos de história no Brasil, este homem ordinário, jovem, velho, sertanejo, urbano, trabalhador, foi progressivamente docilizando-se e baixando a face diante do Olhar, da Voz e da Força autoritária das elites brasileiras. Como, ora com discursos, indumentárias, distinção intelectual, saberes científicos e, em muitos casos, com a força institucional, tentou vergar o Olhar, a Voz e o Corpo do brasileiro ordinário.

Ora, essa força, que de mágica não tem nada, foi produzida por uma sistemática desvalorização da vida material e simbólica deste ser. Impossibilitado de reconhecer-se em tudo que o cerca, seu olhar desloca-se para baixo ou para o infinito, sua voz silencia-se ou sussurra, seu corpo curva-se ou deforma-se a cada novo obstáculo. Sem perceber Ele caminha para morte sem ter visto a vida.

Numa primeira análise, esse projeto foi tão eficiente que qualquer ação rebelde deste “corpo” foi criminalizada. Quando não, a indústria cultural pasteuriza e depura a vitalidade de sua manifestação, restando-nos um simulacro de experiência humana, que por ele foi acumulada e, potencialmente, refinada há séculos. Diante de tal situação, parece-nos quase impotente narrar a vida de um ser que agora se projeta como um espantalho a assustar corvos tolos. Quem o conhece bem, dele não teme e até ri.

Cada vez mais, costumes, crenças, danças, poesias, artes e ofícios, expressões de vida viraram algo risível (ridículo), em programas matutinos e noturnos que se denominam “populares”. O olhar para si, sua história o

envergonha, atormenta, amesquinha, fragiliza, desonra, acanha, retrai, silencia, ofusca e, por fim, imobiliza. O que se produziu de melhor é tão deslocado que fica irreconhecível e impraticável pelos seus criadores, seja pelo novo espaço ofertado, pela descontextualização cultural ou mesmo pela espetacularização. O vivido é traduzido num dicionário globalizante que resulta numa sentença quase inteligível e desconexa.

Nada faz muito sentido – cientista virando beato para validar a experiência religiosa; a miséria virando belo pelo olhar estetizante de uma percepção que só suporta ver a *realidade* enfeitada de técnicas e cromagens atraentes; a “experiência popular” transformada em autóctone, não se conectando ao universo humano. Há uma produção de deslocamentos anacrônicos em quase tudo apresentado. Há um ser em vida hoje, que padece de não pertencer ao tempo social vivido, sendo aprisionado em túnel do tempo, sem passagem para o futuro e nem para o passado.

Todo adereço do *novo* mais parece o macaquear do moderno do que o direito de vivê-lo. Há um esvaziamento desde homem a ponto de quererem desumanizá-lo, suas dores são suportáveis, seus amores e desamores menos intensos, seu sexo menos erótico, sua sensibilidade é tão rústica que se torna impenetrável, sua força, quando usada, é considerada violência irracional. Esse homem comum, que ao olhar do dominador cada vez mais é desumanizado, não tem direito à História, nem de vivê-la e muito menos de contá-la.

A experiência humana que queremos pensar não é essa. Também não queremos cangaceiros virando heróis; padre sendo reabilitado; sertanejo de verso pobre sendo poeta maior; vencido tendo sua história contada só por uma inversão epistemológica. Não queremos a cultura do exótico ou do inusitado, não procuramos a novidade elucidativa. Não produziremos, pelo menos, conscientemente, transposições conceituais por simples arranjo teórico. Não temos a ilusão de uma linhagem de sujeito histórico revolucionário, mas acreditamos que aos mortos, aos injustiçados, oprimidos e almas sofridas do passado, que não têm a eternidade para deitar-se, devem ter, na historiografia, o “tribunal de justiça (*Gehör*) que a humanidade atual, ela própria passageira,

pode oferecer aos protestos (*Anklagen*) que vêm do passado”<sup>1</sup>. Entendemos que nossa missão é produzir uma narrativa do vivido, em que “cada vítima do passado, cada tentativa de emancipação, por mais humilde e ‘pequena’ que seja, será salva do esquecimento e ‘citada na ordem do dia’, ou seja, reconhecida, honrada e rememorada”<sup>2</sup>. É com esse espírito que nos encaminhamos em direção aos mortos, com a certeza de que sua experiência nos fez levantar o olhar e encarar, na mesma linha horizontal, a força opressiva que ora nos tenta curvar.

Ao relembrarmos Gilberto Freyre “estudando a vida doméstica dos antepassados, sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’. Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidades, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos”<sup>3</sup>. Esta sensibilidade que fala Freyre projeta-se em risos, cheiros, sonoridades, choros e lamentos, ira, indignação e, ao mesmo tempo, nos aproximou das sensações fragmentadas na experiência histórica que analisaremos. Mais que isso, também conduziu a um estranhamento quando das impossibilidades de captar aos toques dormentes os sentimentos vividos e depositados no passado.

Este homem a que nos referimos, viveu e vive imerso nas tradições orais, um brasileiro que migrou do campo para cidade e, nos apetrechos de uma vida, trouxe uma formação pautada na expressão da voz, no grafar gestual e numa sensibilidade promovido pela percepção dos sentidos.

Sabemos das tensões e movências<sup>4</sup> que existem entre culturas orais e culturas escritas, em produções que durante muito tempo construíram oposições e antagonismo, não somente conceitual, mas também de estruturação mental, social, intelectual e política. De um lado, letrados,

---

<sup>1</sup> HORKHEIMER *apud* LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo, Editorial Boitempo, 2005, pp. 50-51.

<sup>2</sup> LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo, Editorial Boitempo, 2005 pp. 55.

<sup>3</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Brasília, Editora UNB, 1963, p. 21.

<sup>4</sup> Cf. ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. SP: Hucitec/Educ, 1997.



ilustrados, civilizados, preparados socialmente e educados; do outro, o avesso, a barbárie, a ignorância, o atraso. Tal arranjo já foi superado, antagonismo simplista entre eruditos e populares (não sabe mais). Engendramo-nos numa percepção histórica que busca compreender as relações entre tais estruturas e não nas suas incompatibilidades. Afirmamos isso, sem a ingenuidade de uma linha contínua entre expressões das tradições orais e de culturas letradas.

As comunidades de matrizes orais não são a negação da cultura escrita, mas há momentos que não existem identificações. Trata-se de cosmovisões distintas. Não necessariamente o que uma vive tem influência direta ou indireta na outra.

Nosso estudo acredita encontrar-se num momento privilegiado da história, que muitos dos estudiosos da cultura popular e oralidade não puderam apreciar: trata-se de uma sociedade em conflito com as matrizes determinantes da sua cultura, oral e escrito. Muitas análises encastelam-se na progressiva evolução da cultura escrita e, especialmente intelectualizada, construindo uma percepção isolada do restante da sociedade, não encarando que o nosso país ainda carrega um débito historicamente impagável para promover e democratizar o acesso a escrita.

Se pensarmos que a maioria dos estudiosos da oralidade fez uma “arqueologia”, no ocidente europeu, para encontrar formas de expressão desta cultura em seus diversos modos, somente identificando tais resíduos culturais da idade média européia. Tal procedimento criou uma sensação de que tais matrizes orais, uma vez incorporadas pela cultura letrada, não teriam mais necessidades de observação e serviam apenas para o entendimento do desenvolvimento da escrita e de suas modalidades de expressão. Esta produção gerou uma falsa teleologia da cultura oral para a escrita e, da escrita para seu aprimoramento. Não conseguimos construir essa linha evolutiva para análise da história social no Brasil.

No Brasil projetou-se uma variante do capitalismo em seus aspectos materiais e culturais, pautada por uma pífia vida intelectual, técnica, e política e uma concentração de riqueza esmagadora aossada pelo trabalho compulsório. Pode-se considerar que essa modernização capitalista vem

mostrando sua face escravagista e um engodo civilizacional a longo período, sendo suas ações muitas vezes retórica, herdando práticas de uma barbárie mercantil com uma burguesia servil, incapaz de inaugurar uma transformação substancial e efetiva na vida social brasileira (transformações básicas como: modernização da produção, um liberalismo político, uma educação para o trabalho assalariado livre e industrial). Neste sentido, existiu e consolidou-se aqui uma “comunidade continental”<sup>5</sup> que pensa, vive e se expressa pela tradição oral. Não precisaremos de um retorno ao tempo de *Rabelais*, mas de pensar essa comunidade com sua força criativa na constituição da sociedade brasileira, abrindo brechas para formas de vida alternativas.

Se considerarmos as dimensões territoriais e populacionais que forjaram nosso povo, há uma ausência de uma consciência de *nação* até a década de 1930, podemos então conceber como *unidade* no Brasil, muito mais, uma cosmovisão religiosa do que política. Acreditamos e nos apropriamos das observações produzidas por Freyre e Caio Prado Junior, quando afirmavam que, não havendo uma unidade política no período colonial, a única força de convergências entre todos habitantes do período colonial foi a Igreja Católica, criando uma cosmovisão pautada pela irmandade da fé.

Foi esta a primeira “comunidade imaginada” para nossa sociedade, tão bem sucedida que ainda hoje, nas regiões onde o estado é ausente, a religiosidade ainda se manifesta como a organização mais elementar dessa comunidade. Portanto, não é ilusório, associar todas as expressões religiosas (católicas, xamanistas e afros) com suas ativas formas de expressões orais, carregando tradições, histórias, danças e canções. Dito isto, associamos aqui a cultura religiosa com as tradições orais, situação esta que se altera lentamente com a chegada da escrita religiosa dos protestantes no início do século XX. Somente a partir da década de 70 ocorreu uma expansão significativa dos protestantes, curiosamente com o aumento do domínio da escrita e a consolidação de “uma modernização” capitalista. Sérgio Buarque afirmava que os credos protestantes não teriam sorte em nossas terras por precisarem de

---

<sup>5</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição Comemorativa. São Paulo, Companhia das Letras, 2006; FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Brasília, Editora UNB, 1963; PRADO JR, Caio. *Formação Econômica do Brasil*. 22<sup>a</sup> ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1987.

um homem muito contido e ritualizado, o avesso do homem cordial, que ele compreendia como nossa contribuição à civilização.

Portanto, não devemos cair no encantamento e na retórica das perguntas produzidas nos centros de *intelligentsia* brasileira, nos séculos XIX e início do XX. Abstraindo-se de todas as contradições históricas, quando não ignorando-as, enxergavam uma realidade presa a poucos núcleos urbanos, em que emergia uma experiência capitalista, letrada e modernizante, encastelada pelo deslumbramento da cultura letrada européia e do isolamento e negação da cultura “local”. A partir dessa atitude produziam grandes questionamentos sobre que tipo de sociabilidade iríamos enveredar, qual modelo de estado burguês deveriam aderir? Modernizante, industrializado, agroexportador, liberal, democrático, de matriz civilizada européia... Uma pergunta e resposta de fundo *escolástico* uma vez que desconsideravam a comunidade de matriz oral, completamente ignorada no processo<sup>6</sup>.

Neste mesmo período, por outro lado, temos as camadas populares se deparando, na vida cotidiana, com outras perguntas, bem mais materiais e contundentes da existência: como sobreviver à opressão da Igreja, do Estado e da Natureza? Muitos dos seus encantos, feitiços, rezas e novenas não respondiam mais a essas perguntas<sup>7</sup>. Valores cultivados há séculos desintegravam-se diante de escolas, igrejas romanizadas, políticas autoritárias, saberes importados das novas experiências urbanas. Se os projetos modernizadores não tinham certeza para onde iriam, tinham a convicção de qual o principal obstáculo a ser enfrentado: as comunidades de matrizes orais.

---

<sup>6</sup> Maria Ribeiro apresenta uma tabela do Instituto Nacional de Estatísticas, sobre o índice de populações não-letradas brasileiras, contando com mais de 23 milhões de brasileiros sem domínio das letras, valor que representa 75% da população até os anos 1920. RIBEIRO, M. Luísa. *História da Educação Brasileira: organização escolar*. 19ª ed. São Paulo, Autores Associados, 2003, p. 81. Atualmente, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ainda temos 11,1% de pessoas sem domínio dos códigos escritos, em 2005, sendo que o contingente de jovens acima de 15 anos analfabeto, chega a 14 milhões. Dados acessados em 28/09/2007. <<http://noticias.uol.com.br/educacao/ultnot/ult105u5900.jhtm>>. Então, concluímos que desconsiderar estas experiências de oralidade numa população tão vasta, seria quase um equívoco analítico, considerado que a maioria absoluta dos populares estão na escolha do sistema excludente de escolarização implantado nas diversas realidades brasileiras.

<sup>7</sup> SOUSA, José Josberto M. *Culturas tradicionais no Ceará: nas dobras de narrativas em contendas sertanejas*. 2009. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Neste momento, tão bem estudado por folcloristas brasileiros, existiu um embate vigoroso entre tradições orais e novas formas modernizantes de vida. O resultado desse confronto ainda precisa ser melhor refletido, pois não se trata da suplantação do vitorioso sobre um fragilizado perdedor.

Temos uma vantagem ao escrevermos hoje, pois andam avançadas as pesquisas sobre as plêiades de manifestações da experiência popular, seja no campo religioso, ambiental, químico, cosmético, farmacêutico, musical, agrário, capazes de dar relevância aos saberes oriundos das camadas populares de diversas regiões da sociedade brasileira. Fazendo o modelo de produção capitalista render-se as formas de produção das comunidades de tradições orais, ressaltando que a maioria desses estudos faz uso mercantilista do encontro com seus saberes e poderes locais.

Nosso percurso foi como balizadores estudos sobre a oralidade, a memória social e o humor para aproximarmos-nos das maneiras como camadas populares cearenses produziram respostas e ações ao cenário político instituído os anos da Primeira República.

É sabido como o sertanejo se apropria da realidade, liquidificando-a no seu misturador mágico de encantamento e ativando a oralidade para contar suas histórias. Para a composição de uma boa narrativa popular são necessários alguns ingredientes: uma pitada de magia, boa dose de humor, uma certa combinação agri-doce de subversão e conservadorismo, além claro de uma melodiosa narração. Destes materiais é feita boa parte de nossas histórias. Mesmo trasladadas deste universo para a seara das letras, guarda consigo aromas, sabores e que com cuidadosa gustação haveremos de nos aproximar de realidades contadas com a força da experiência vivida.

Não pretendemos fazer um estudo semiótico ou linguístico, ou mesmo antropológico da oralidade. Aspiramos uma elaboração histórica onde primamos pela relevância de tal expressão e cosmovisão promovida por este sujeito de matriz oral no enfrentamento da vida material. Desta forma, não interessam os “purismos” acadêmicos destas áreas, mas suas contribuições para compreensão histórica da atuação de comunidades de tradições orais.

Dizemos isso, pois não se trata de um estudo etnográfico, isolado suficientemente para obtenção da pureza de dada experiência de oralidade. Enveredamos por uma oralidade entremeada de expressões e vivências da cultura letrada, com intercessões de saberes, lógicas e racionalidades, mas que, ao mesmo tempo, revelam, por intermédio do “estranhamento” ou mesmo do encantamento, facetas de culturas de matrizes orais.

É conhecida a militância de alguns estudiosos, colocando a oralidade como vítima da civilização da escrita<sup>8</sup>, criando um antagonismo inconciliável entre os termos. Não vemos assim. Acreditamos ser possível, mesmo na modernidade, uma relação de austeridade entre essas possibilidades de expressão da vida humana. Por pensar deste modo, boa parte do nosso encontro com a oralidade ocorreu via registro gráfico (texto ou imagem), uma das poucas ferramentas disponíveis ao historiador para aproximar-se do passado distante. Desta maneira, a voz do passado nos chega *taquigrafada*, ainda que de potência reduzida, mas com elementos essenciais da sua expressão.

Havelock percebeu essa relação já no mundo clássico e apontou a não existência de antagonismo ou justaposição entre oralidade e escrita. Trata-se de uma construção produzida no século XVIII, que buscava uma oralidade “primitiva”<sup>9</sup>.

O estudo da sobrevivência da oralidade em sociedades que até recentemente permaneceram não letradas transformou-se na observação da sua presença constante por detrás dos textos literatos compostos por “escritores” modernos. A teoria corrente pode até justapor a oralidade e a “textualidade” numa relação que aparenta ser antagônica<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> “Teorização que proclama a superioridade da cultura escrita sobre a oralidade e não as diferenças entre elas” PATTANAYAK, D. P. A cultura escrita: um instrumento de opressão. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. *Cultura Escrita e Oralidade*. São Paulo, Editora Ática, 1995, p. 3.

<sup>9</sup> “Na verdade, uma determinada noção de papel da língua falada, como oposto à escrita, remonta ao século XVIII e, mais recentemente, antropólogos de campo compilaram extensos relatórios de sociedades “primitivas” (leia-se não letradas) que apontavam indiretamente para a necessidade de uma categoria de comunicação humana designada por oralidade primária”. HAVELOCK, Eric A. *A musa aprende a escrever: reflexões sobre a oralidade e a literacia da antiguidade ao presente*. Lisboa, Gradiva, 1996, p. 38.

<sup>10</sup> HAVELOCK, Eric A. *A musa aprende a escrever: reflexões sobre a oralidade e a literacia da antiguidade ao presente*, p. 27.

Nosso estudo põe-se neste intermédio, numa sociedade em que as relações de comunicação ainda estão pautadas na língua falada, nos primórdios da República das Letras no Brasil. Portanto, os letrados são ainda minoria e suas formas de expressão, necessariamente, precisam referir-se à oralidade e, se pensarmos bem, na urgência que tinham de dialogar com populações de matrizes orais, mesmo que esta participação fosse limitada. Mas era preciso legitimar a manutenção dos poderes, tendo em vista o modelo republicano de participação social. Temos, portanto, a oportunidade de perscrutar momentos de embate, negociação entre agentes de cultura letrada e da palavra falada... Circunstâncias em que percebemos não haver a suplantação de uma forma de sociabilidade pela outra, mas uma negociação conflituosa.

Prosseguindo nessa compreensão, a oralidade não seria só o registro fonético da palavra falada, fator somente possível pela “gravação eletrônica da voz”. Mas ela se relaciona diretamente com a cultura escrita e, as diferenças entre elas – voz e escritura –, sendo enumeradas são irregularmente pertinentes. “A oralidade não se define por subtração de certos caracteres da escrita, da mesma forma que esta não se reduz a uma transposição daquela”<sup>11</sup>.

A oralidade deve tornar-se uma percepção de alteridade. Se a escrita representa o início de uma civilização, a oralidade não pode ser entendida como o fim de uma cultura oriunda de tempos de barbárie. Ela, sem dúvida, precisa ser pensada como expressão de vidas vividas não somente nas suas limitações, mas nas suas potencialidades<sup>12</sup>.

Pois ela é meio ou canal capaz de promover mediações, trocas, conflitos, sociabilidades, reafirmações de identidades entre grupos que operam com fortes índices de oralidades e aqueles que agenciam sua vida pela orientação da sistemática letrada. Uma outra percepção é pensar oralidade como expressões culturais conjuntas que agregam vocalidades, sonoridades,

---

<sup>11</sup> ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 63.

<sup>12</sup> Os estudos mais tradicionais a sobre oralidade sempre associaram ao analfabetismo que se alia à pobreza, desnutrição, falta de educação e assistência médica, enquanto que a cultura escrita associa-se a o crescimento da produtividade, aos cuidados com a infância e ao avanço da civilização. Esta percepção dicotômica acabou valorizando os atributos da escrita. PATTANAYAK, D. P. *A cultura escrita: um instrumento de opressão*, p.117.

musicalidades, *performances*, rimos e temporalidades próprias ao universo da fala cultural e socialmente situadas.

Vários são os registros da experiência de vida humana através da oralidade. Vamos abordar dois aspectos que compõem a oralidade e sedimentou nossa análise: a memória e o riso. A escolha dessas características não é aleatória, formatou-se através dos materiais analisados, bem como, das estruturas narrativas encontradas pelos diversos narradores com os quais interagimos para gestar a escrita deste texto acadêmico.

Entendemos memória e riso como expressões de fenômenos sociais, que contém a materialidade e a historicidade necessárias para uma percepção do vivido por um grupo social, suas matrizes culturais gestoras e a fecundidade elucidativa das suas experiências vividas no passado. Desta forma, destes dois conceitos só nos interessaram, seus aspectos interligados com a transmissão de uma narrativa socialmente constituída, não sendo nossa preocupação a análise estética e crítica (literária) da produção que tais aspectos possam gerar.

O riso e a memória têm uma conexão indispensável para estruturação de nossa argumentação: a transmissão. Uma transmissão nutrida da necessidade de perduração do fato vivido. Como esta transmissão se processou? Quais os caminhos e os porquês das escolhas deles? São as questões que conduziram nossa tentativa de compreender mecanismos utilizados para a perduração do momento histórico estudado, suas transformações e programáticos esquecimentos.

A Memória teve suporte em vários materiais: cartas, crônicas, canções, fotos; cordéis, poemas e versos avulsos. Já no riso teremos: charges, caricaturas, paródias, ironias panfletárias. Evidentemente, esse corpo analítico não está tão bem fragmentado assim. Temos, numa seleção de fontes, vários aspectos da memória e do riso, intercalando-se, inter-relacionando-se num mesmo documento.

Deve-se reter que o riso, na sua condição primeira, é humano. "Não há comicidade fora daquilo que é propriamente *humano*"<sup>13</sup>. Portanto, não há riso

---

<sup>13</sup> BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo, Martins Fontes, 2007, p. 2.

fora da convivência, precisa-se de pelo menos dois seres humanos e um fato risível, mobilizado por uma necessidade de rir. O que é o riso e por que se rir? Essa é uma questão filosófica complexa e ainda em aberto nas reflexões contemporâneas. Mas sendo o riso imanente ao homem, sendo esse um ser histórico, seu riso também é transpassado pelo tempo que o cerca. Desta forma, o riso que encontramos carrega as marcas culturais do século XIX e início do XX. Mais que isso, nos possibilita entender a cosmovisão dos vários grupos envolvidos. Ao adentrarmos nos vestígios encontrados em registros de anedotas, canções, historietas, charges e panfletos, o riso emerge como configuração destas práticas culturais.

Bergson considera “que o riso é sempre um riso de grupo”, para tanto, sempre gera um ridente real ou imaginário, que para rir será cúmplice do fato risível, mediado pelo entendimento e da intenção do porquê se rir. Desta forma, adentrado nos grupos sociais e nas formas como riem, temos a possibilidade de particularizar as reações vividas e entendidas por grupos como cronistas, romeiros, jagunços, jornalistas e adversários políticos, sobre aqueles episódios acontecidos e fabricados por diversas manifestações de riso.

Este riso propaga-se nos mais vários meios do registro humano, como desenho, pintura, literatura, até mesmo em rodas de conversar, passando de boca em boca aquilo que foi risível. George Minois nos dá indício de que a oralidade é transporte garantido para a divulgação da narrativa risível, ficando responsável pelos elementos mais provocativos e irreverentes e, tendo a efemeridade como característica marcante. Existiu assim, duas literaturas uma escrita e outra oral para divulgação dos acontecidos: a *oficial* produzida pela escrita, “convencional, professada, ciceroniana, admirativa; outra oral, que ocorre em conversas ao pé do fogo, anedótica, zombeteira, irreverente, corrigindo e distorcendo a primeira, morrendo, quase sempre, com seus contemporâneos”<sup>14</sup>.

Com a pesquisa feita nos restaram algumas daquelas conversas, já com o fogo apagado, não eliminando o fato risível ainda quente e com sentido tangível. O riso que encontramos tem variadas características, ora se

---

<sup>14</sup> SAINTÉ-BEUVE *apud* MINOIS, George. *História do Riso e do Escárnio*. São Paulo, Unesp, 2003, p. 538.



apresenta como ironia sofisticada em escritos intelectuais, ora caricato e até mesmo bufo. A cada episódio enfrentamos a particularidade específica dessa forma de humor que se propõe a corrigir ou destorcer a narrativa produzida pela escrita oficial.

Observa-se que há uma íntima ligação entre o fato narrado – aqui risível, com os mecanismos de transmissão e difusão da memória social, ambos tendo como suporte o que definimos como oralidade: a convivência, o pertencimento ao grupo, a necessidade de manutenção do narrado, além do significado que este acontecimento terá para o grupo em questão.

A partir desse arranjo entre oralidade, memória e riso perscrutamos as particularidades que envolvem os grupos sociais que constituíram nossa narrativa histórica.

## Algumas questões metodológicas

O historiador Robert Darnton usa a ironia para exprimir a impossibilidade de descobrirmos o que pensavam filósofos e populares às vésperas da Revolução Francesa, tarefa que considera, para além do difícil, quase impossível. A distância temporal, os materiais de pesquisa, os estranhamentos etnográficos são entraves para realizar a etnografia histórica, conforme apreensões do autor. A principal pergunta formulada por Darnton nas suas pesquisas sobre a leitura consiste em: é possível saber o que pensavam intelectuais e camponeses há dois séculos?

Esta pergunta é extremamente estimuladora, não por si mesma, mas pelos resultados possíveis conseguidos por Darnton em *O Lado Oculto da Revolução*. Trabalhando com folhetos, panfletos, anúncios e fragmentos de canções, entre outros documentos, esse estudioso foi capaz de produzir uma série de reflexões sobre as mentalidades vigentes naquele importante período da história francesa. A saga de sua pesquisa pelos caminhos dos impressos

colocou-lhe em encontro do que chama de homem comum, detentor da forte presença da tradição oral<sup>15</sup>.

Tendo nos suportes impressos um dos caminhos e guardadas as devidas proporções intelectuais e históricas, nossa empreitada inicia-se nos mesmos termos. Estivemos preocupados em perceber as alianças tácitas e sutis entre intelectuais e políticos letrados, entre estes e populares portadores de expressões de oralidade, suas mobilizações políticas, os usos feitos de letras e vocalidades<sup>16</sup> e os desdobramentos possíveis de performances em suas leituras.

Ressalte-se que não são, aqui, desconsideradas as diferenças intrínsecas destas expressões, seja na produção de textos (poesia, crônica, memórias, discursos políticos carbonários) ou no tipo de veículo de circulação (livros, jornais, panfletos, folhetos, discursos orais, canções e paródias) – diferenças estas que foram estudadas separadamente por outros pesquisadores. Distintamente, procuramos as intersecções e mediações possíveis dessas práticas de leitura em uma determinada experiência histórica: a saber, nos movimentos político-armados de deposição da oligarquia aciolina no Ceará, em 1912, e de restauração dessa mesma oligarquia no poder, em 1914.

Como já afirmamos, nosso propósito é tratar os detentores da cultura letrada e da oralidade como viventes com valores particularizados, partilhando de linguagens semelhantes para comunicar seus anseios, frustrações, vitórias e visões de mundo. Vamos nos aproximar da cosmologia tão perseguida por Darnton e que lhe rendeu algumas polêmicas, pois incorporava em sua análise a etnografia. Rompeu com o estritamente escrito e passou a perceber nos textos ritos culturais, rico de informações simbólicas<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Inspiramos-nos aqui fortemente na habilidosa orquestração de fontes feita por Thompson em *Senhores e Caçadores*, quando utilizou uma variável de fontes para se aproximar do popular do século XVIII, valendo-se de canções, poemas e fontes distantes dos materiais usuais para contar aquele período da história inglesa.

<sup>16</sup> ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção e Leitura*. São Paulo, Editora Cosac Naify, 2007.

<sup>17</sup> Cf. CHARTIER, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre, Editora ARTMED, 2001, pp. 164-5. Trata-se de uma entrevista na qual, em certo momento, Chartier comenta que foi valioso o trabalho de Darnton em *O Grande Massacre de Gatos*, pois, ao sair do texto para alçar vôo fora da textualização, conseguiu penetrar em ritos e valores não circunscritos ao texto. Para tanto, foi buscar amparo na antropologia simbólica de Darnton, possibilitando uma

Assim, nossa investigação terá como suporte uma análise etnográfica da leitura, que prioriza o homem e não a produção, somente.<sup>18</sup> Com este arsenal, enveredamos pelo movimento armado e político de 1912-14, respectivamente em Fortaleza e Juazeiro, para descobrirmos, através dos vestígios deixados na superfície das páginas impressas e manuscritas, um amálgama de valores de culturas orais e escritas que possibilitaram, àqueles homens, filiare-se aos lados em disputa pelo poder no Estado do Ceará.

Não nos preocupamos em definir separadamente populares, políticos e fontes. Acreditamos que cada um deles traz consigo a contaminação das outras partes em questão. Pensamos as fontes, que foram o nosso suporte analítico, de forma inter-relacionada, mesmo correndo o risco de sermos repetitivos. Procuramos focar como os variados suportes de linguagem trabalhavam o mesmo assunto e, definindo sua origem, como processavam-se suas opiniões, recepções e omissões. Fizemos uma espécie de orquestra, em que cada acorde vibrado pela fonte-instrumento deve estar ora harmonizado, ora em dissonância com outros. Foi pensando assim que não subordinamos a nossa batuta e maestria à natureza das fontes.

Usamos crônicas, relatos, fotografias, artigos de revistas, panfletos, folhetos, canções, poemas e rumores. Essa variedade de materiais pedia longas explicações, desde as particularidades de sua produção até a extração de seus sentidos mais específicos. Se assim procedêssemos, deixaríamos de perceber suas interações com outros suportes, pois estamos cientes de que cada material tem amplos potenciais de estudos e requer conhecimentos técnicos para efetivar diálogos entre si e com o pesquisador.

O risco que corremos, usando esse procedimento, é o de não esgotarmos as possibilidades de intercâmbio de cada um desses materiais, o que não é nossa pretensão. Nossa intenção é reunir, dispor em diálogo,

---

nova reflexão ao historiador, sempre preso à forma discursiva impressa. Chartier afirma que “abriu em seu momento toda uma discussão em torno do uso da antropologia simbólica no campo da história e em torno do problema da textualização daquilo que não é texto, ou a maneira pela qual pode se articular a análise do texto em que se situa a descrição de um rito, sem decifrar este rito como um texto”.

<sup>18</sup> Tentaremos, aqui, não vulgarizar os esforços de pesquisa feitos por Darnton, muito menos superdimensionar os movimentos que estudamos. Seguiremos alguns de seus percursos de análise no que se evidenciaram viáveis.

enlaçar e tecer uma narrativa que não privilegie uma ou outra fonte; queremos captar ou pressentir, no interior de suas relações os anseios populares, suas formas de expressão, comunicação e as intercessões produzidas entre cultura letrada e grupos constituídos em matrizes de tradições orais. Ainda mais: tencionamos explicitar essas conexões não somente num caráter de conciliação/subordinação, mas de choque e troca de valores culturais, apenas aparentemente dissociados, mas constituídos em mesma arena social.

A partir desse pressuposto, passamos à investigação, colhendo dados sutis, efêmeros, frágeis e enlaçados pelo anonimato. A presença de populares, ausentes em eleições convencionais, fez-se constante na Primeira República. Perseguindo indícios quase imperceptíveis, tentamos formular uma argumentação que associou esses vestígios a uma imaginação histórica.

A partir dos estudos feitos por Ruth Terra<sup>19</sup> sobre a memória combativa preservada nos folhetos dos primeiros anos da República, e entendendo o seu caráter amplo, procuramos verticalizar um dos pontos por ela analisados: a Sedição de Juazeiro. Percorremos seus passos referentes à produção dos períodos, que chamamos de cordéis de ocasião.

Deste ponto, rompemos com a primeira orientação, em que a memória era foco central no trabalho dessa autora, e passamos para o entendimento do episódio, suas recorrências na literatura acadêmica, seus caminhos e modelos explicativos e suas facetas identitárias.

Essas identificações processaram-se pelo lugar, mesmo entendendo lugares sociais de produção, não como um espaço geograficamente definido, mas agrupações de posturas e filiações de pensamento<sup>20</sup>. Há, também, na Sedição, uma disputa geográfica que envolve a população de três cidades: Fortaleza, Juazeiro e Crato. Fomos em busca de como esses lugares contam sua versão sobre a Sedição e percebemos, como veremos mais a frente, que, a partir do lugar social do produtor – seja na literatura de cordel, nas memórias ou nos estudos –, existe uma disputa de categorias muito intensa: era a

---

<sup>19</sup> TERRA, Ruth Brito Lemos. *A Literatura de Folhetos nos Fundos Villa-Lobos*. São Paulo, IEB, 1981; TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memórias de Lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. São Paulo, Global Editora, 1983.

<sup>20</sup> CERTEAU, Michel de. *A Operação Histórica*. In: LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. (Dir.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

civilização contra o fanatismo (barbárie), era ordem contra desordem, era catolicismo romano contra a fé popular, entre outras relacionais perspectivas dissonantes. Não se trata, imediatamente, de um dualismo, mas de alteridade. E foi a partir da vasta literatura deixada por essa contenda que temos plenas condições de identificação de determinados caminhos que a memória, através de uma linguagem popular, vai utilizar para homogeneizar a versão dos fatos de cada uma dessas populações.

Acompanhando os discursos contidos nos textos e imagens dos memorialistas e estudiosos, procuramos pontos de interseção com a narrativa contida no universo popular, suas possíveis influências e suas zonas de convergências. Um exemplo dessa interseção reside nos poetas populares com conhecimento formal ou mesmo acadêmico, recorrendo à literatura acadêmica, marcando sua narrativa com reflexões sociológicas, ou o inverso, como no caso dos folcloristas, que registram a Sedição através dos versos de um cantador popular. Aceitando a interação entre essas narrativas, procuramos como, de forma sincrônica ou diacrônica, elas foram se construindo.

Isto posto, estamos fazendo um estudo sobre a Sedição no seu chão histórico, mas também a mutabilidade do seu contar ao longo das primeiras décadas subseqüentes. A documentação utilizada possibilita montar um quadro preliminar para pensarmos de onde esses produtores partiram, com que materiais escritos construíram suas reflexões e como essas escolhas documentais distinguiram-se cada produção.

Para melhor distinção dos momentos de mudança dessa produção, seja nos cordéis ou na literatura dos cronistas, memorialistas e estudiosos, pensamos, para esse primeiro momento, três grupos: o primeiro, nas duas décadas pós-Sedição (1920-30), marcado por uma filiação mais direta, explícita, traçada com o depoimento dos personagens envolvidos, direta ou indiretamente, no desenrolar dos fatos<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Depois de uma pesquisa bibliográfica montamos uma divisão em três partes da produção sobre o período. Sempre atrelado a biografia de Padre Cícero foi produzido vasta publicação. Temos a primeira parte apresentada e mais duas: o segundo, já nas décadas de 60 e 70, retornando ao assunto no campo dos estudos acadêmicos, assinalado pela busca do entendimento dos movimentos de massa no campo e na cidade; estes reviram os aspectos mais pejorativos que caracterizavam os primeiros textos sobre o movimento armado; ao mesmo tempo, existiu um novo refluxo da memória social, filiando-se ou não às novas versões.

Esses tempos da produção, associados à distinção dos lugares de produção e ao entrecruzamento das variadas formas de narrar o movimento armado de 1914, foram interpelados e montaram a nossa primeira tentativa de sistematização da produção escrita sobre o acontecido, tendo variados materiais como suporte para reflexão.

É sabido que o ato de contar uma história é sempre acrescida de um ponto, mas também é correto afirmar que ninguém inventa uma narrativa sem uma cuidadosa análise da potencialidade daquela história ser contada mais de uma vez. Nossos dois episódios (1911 e 1914) tiveram uma sobrevivência pautada nestas características. Se por um lado deveriam ser contados quantas vezes fossem necessários os acontecidos na capital, este acabou desaparecendo da memória social da cidade e diria que uma das explicações pode ser que a sensação de derrota promovida pela deposição do governo Franco Rabelo pelas forças oriundas de Juazeiro do Norte.

Temos duas histórias, uma esquecida e outra lembrada. A esquecida tem seus momentos homéricos, epopéicos, elementos de reprodução digna das melhores narrativas populares: magia, força, valentia, hombridade, subversão da ordem social. Mas todos esses fatores não garantiram a transmissão do vivido na memória social da capital alencarina. Tivemos que “cascavilhar” em arquivos, documentos remanescentes em bibliotecas e arquivos, além da felicidade da republicação da obra contemporânea aos acontecidos do cronista Rodolfo Teófilo<sup>22</sup>. No acervo historiográfico cearense, algumas passagens rápidas sobre a revolta que acarretou a deposição do governo. Alguns estudos que mesmo pretendendo a compreensão política do fato, acabaram não esclarecendo a participação popular no acontecido. Desta forma, o salvamento dessa narrativa ficou por conta dos historiadores com seus objetivos “científicos”. Não pertenceu a uma necessidade, da

---

Por último, as revisões antropológicas e culturais ofertadas pelas ciências sociais dos anos 80 e 90 na escrita brasileira, que, combinadas com elementos da prática do turismo religioso, trazem à tona novamente a narrativa sediciosa. Esses três tempos da produção, associados à distinção dos lugares de produção e ao entrecruzamento das variadas formas de narrar o movimento armado de 1914, foram interpelados e montaram a nossa primeira tentativa de sistematização da produção escrita sobre o acontecido. Optamos por analisar as matrizes narrativas produzidas na primeira parte desta produção bibliográfica.

<sup>22</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição de Juazeiro*. Fortaleza, Terra e Sol, 1969; *Libertação do Ceará: queda da oligarquia Acioly*. Ed. Fac-similar, 2001.

comunidade, de rememorar as experiências vividas em Fortaleza nos anos de 1911-1914.

Vejamos agora a narrativa lembrada: esta deveria ser esquecida, pois complica a biografia de um “santo”. Talvez dos fatos ocorridos na sua trajetória pessoal, este momento revele sua faceta mais mundana e política. Mas a relevância da participação do sertanejo naquela história e, mais ainda, dos resultados obtidos em nome deste mesmo santo, fez com que tal experiência social não tenha sido esquecida e, por diversas matrizes de tradição oral, seja recontada: cordel, memórias, cantigas, orações, anedotas, xilogravuras, etc. Tais produções contribuíram para deixar cravados, na memória social de romeiros e devotos, os acontecidos dos anos de 1914.

Muitos dos cronistas narraram como lhe foi contado sempre acrescentando um ponto, mas como historiador quero entender o porquê dos pontos anteriores antes da minha vez de narrar. Talvez o desejo mais recorrente de quem conta uma história é colocar um ponto, construindo uma certa originalidade, porém ficam impelido a guardar as matrizes básica do narrado. Nossa principal preocupação foi erigir as bases narrativas desses movimentos armados.

Há uma conexão que não deve ser negligenciada, em ambas as situações o povo tornou-se protagonista, saiu da sua posição sempre estabelecida e acabou se projetando sobre às forças que oprimiam. A ação assustou os olhares conservadores da política local e nacional.

Andamos por terreno já conhecido da historiografia, numa perspectiva política já bem debatido – trata-se do período da Primeira República. Estudamos dois conflitos armados, um ocorrido na capital cearense e o outro oriundo da região sul do estado – Juazeiro e Crato. Trata-se, em Fortaleza, da deposição do governo de Nogueira Acióli (1911) e no Cariri, um movimento armado de deposição do Coronel Franco Rabelo, sucessor de Acióli (1914).

Numa cartografia política brasileira, esses movimentos históricos enquadram-se numa sistemática alteração nas relações dos Estados com a União – eram as chamadas *Salvações do Norte*. Esta ação, liderado pelo poder central, tendo como protagonistas Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca,

apostava na quebra da *Política dos Governadores*, implementada por Campos Sales (1898-1902). Tentaram, então, articular novas lideranças políticas, tendo os militares como principais sujeitos.

Neste contexto, diversos oligarcas do norte do país foram destituídos: na Bahia, houve bombardeios; em Recife, o general Dantas Barreto assumiu o poder, com o auxílio de populares, contra a oligarquia dos Rosa e Silva; alagoanos fizeram cair, através das armas, o poderio da família Malta para afirmar o nome do general Clodoaldo da Fonseca como governante em 1912. Situações semelhantes ocorreram no Pará, com os Montenegros, na Amazônia, com os Nerys, e no Ceará, com os Aciolis<sup>23</sup>.

As várias análises políticas que envolver o período de 1911-14 eram denunciativas da manipulação de populares que se enfileiravam nos grupos políticos aciologista e rabelista, sem que ficasse claro como se processavam os mecanismos de convencimento, de diálogo e, acima de tudo, da ação no calor do conflito. Isso ocorria porque, de acordo com os argumentos desses estudos, a diretriz era a política de acordo, a *resolução pelo alto*, que, por mais próxima que tentasse ficar dos populares, veria nestes sempre uma massa de manobra. Portanto, com resultado previsível e reconhecido, não demandando aguçada reflexão, pois eram tratados como um dado no jogo político.

Essa postura – produzida conscientemente por alguns, enquanto outros a ela eram conduzidos pelo entendimento do funcionamento do sistema oligárquico, no qual reinava a primazia aos grandes líderes –, acabou por alijar a presença e motivações populares, ou, quando não, partilhava do mesmo sentimento preconceituoso das elites, que sempre desqualificaram a participação política e beligerante das camadas menos favorecidas.

Sentimos falta desse detalhamento e acreditamos que podemos inserir nossa contribuição nesse interstício, não com o propósito de preencher lacunas, tendo em vista que algumas edições, como os relatos de Rodolfo Teófilo *Libertação do Ceará e a Sedição de Juazeiro*, são mais informativas e detalhistas que qualquer trabalho contemporâneo. Porém, buscando não separar acontecimentos, fontes e sujeitos históricos, percorrer os vários

---

<sup>23</sup> CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 4ª ed. São Paulo, DIFEL, 1976, pp. 268-87.



momentos de revitalização desses fatos, percebendo depurações, incompletudes e permanências desta memória social.

Na primeira fase da nossa pesquisa<sup>24</sup>, perscrutamos a participação popular no período da Primeira República no Ceará, quando o Brasil passava pela reformulação da política dos governadores, as já mencionadas *Salvações do Norte*, que destituíram velhas oligarquias viciadas no poder desde o tempo do Império. Escolhemos como ponto de reflexão o movimento armado do ano de 1912, ocorrido em Fortaleza, cujo resultado foi a deposição do governo do comendador Nogueira Acioli, que permanecera no poder durante 16 anos.

No caso cearense, a oposição, liderada pelo jornalista João Brígido, indicou o nome do coronel Marcos Franco Rabelo para concorrer à Presidência do Estado nas eleições de 1912. As movimentações populares em apoio a Rabelo ganharam as ruas através de passeatas, palestras e homenagens, mas foi nas ligas das diversas categorias profissionais e sociais que o movimento popular ganhou força e os enfrentamentos com a polícia aciolina começaram a acontecer, culminando com a morte de crianças numa passeata infantil.

Nossa intenção agora é entender como a participação popular foi sendo articulada a partir dos diversos confrontos políticos, sua forma de engajamento na deposição e entendimento que tinham dela, além dos canais de comunicação utilizados entre uma parte da cultura letrada na capital, forte opositora de Acioli, e as camadas populares de matrizes orais. Para tanto, não trabalhamos com dicotomias como popular/erudito, letramento/oralidade; tampouco burilamos isoladamente suas formas de comunicabilidade. Intensamente buscamos intercessões, partilhas e confrontos entre códigos culturais distintos.

Para o contexto deste trabalho, faz-se necessário esclarecer que o pensado para ser exposto em duas partes chega a confundir-se com a geografia do conflito ocorrido, como também a periodização. Mas não se trata de algo recortado desta maneira. Acreditamos que a deposição do presidente do Ceará Nogueira Acioli e o movimento armado de Juazeiro do Norte, liderado

---

<sup>24</sup> SILVA, Antonio Z. *A Oralidade Deitada sobre o Papel: Homens, Letras e Vozes em Trincheiras (Movimento Armado em Fortaleza - 1911-12)*. 2004. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

por Floro Bartolomeu e Pe. Cícero (1912-1914), estão conectados numa sequência política, social e cultural, porém suas resoluções promoveram direções historicamente distintas.

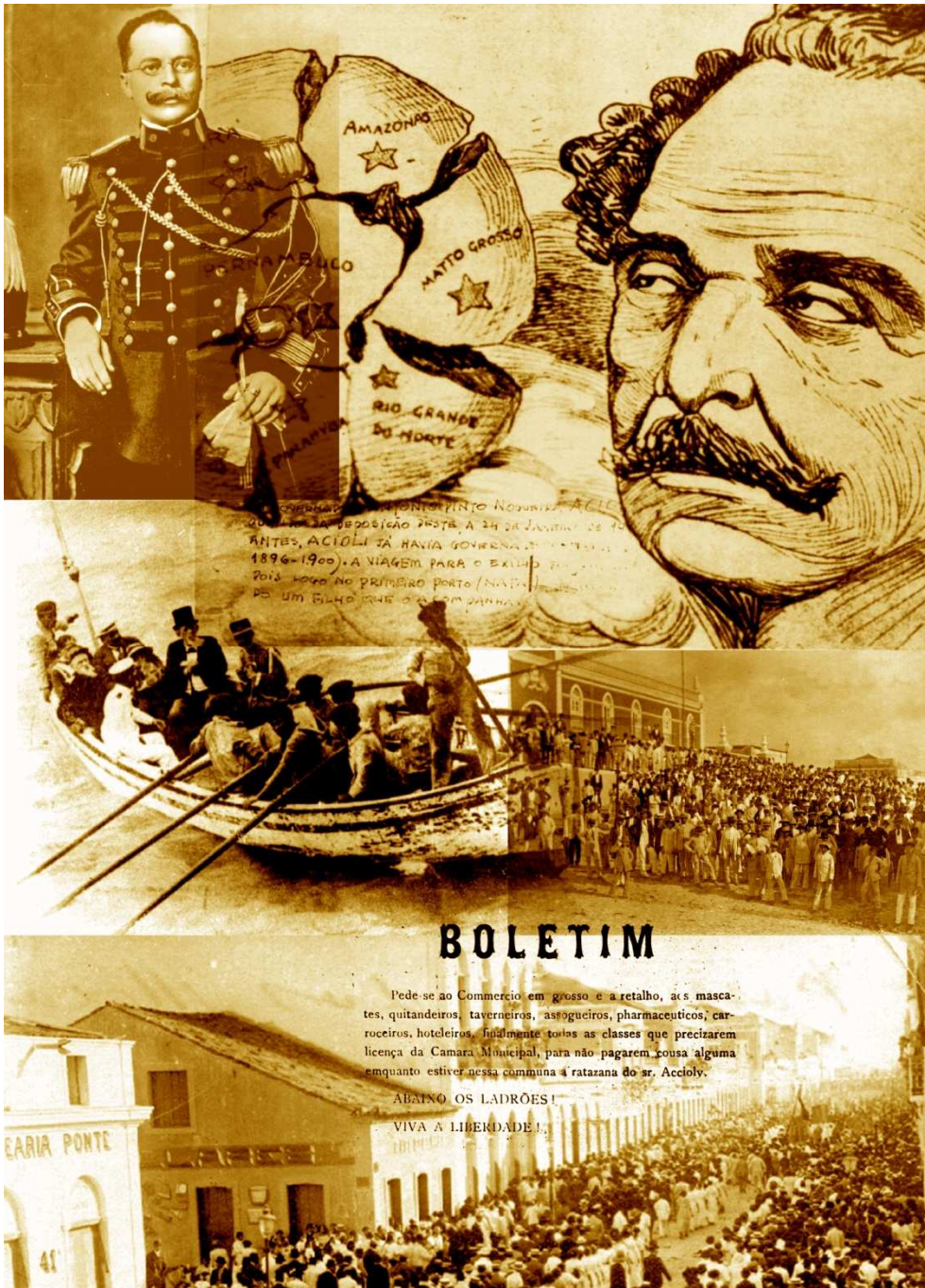
Desta forma, tanto pelas características internas de cada movimento, como as motivações dos envolvidos, a espacialidade e as manifestações em luta, resolvemos construir dois blocos narrativos. Afirmamos que tanto os aspectos urbanos da cidade de Fortaleza, sua vida cultural e as formas de expressão de luta da oposição aciolina como a de populares, projetaram-se de maneira singular com relação às aglomerações de combatentes na cidade “sagrada” de Juazeiro do Norte.

Pensando assim, o texto que ora inicia tem sua primeira parte circunscrita às manifestações pró-eleição de Franco Rabelo (1911) até depois da deposição, quando do atear fogo nas casas dos remanescentes do aciolismo, em novembro de 1912.

Neste período curto, mas recheado de muitas reviravoltas no poder local, conseguimos acompanhar as manifestações de populares e da oposição, nos seus diversos recursos de comunicação, ora armado com letra ora com balas.

A segunda parte constituiu-se de um recorte da narrativa do movimento armado de 1914, explicitando como este associasse a Canudos e Contestado, caracterizando seus principais narradores e compreendendo os principais marcos narrativos populares do movimento. Destaque para o Círculo da Mãe de Deus, Canhão de Emilio Sá, Morte de Jota da Penha e como configuraram uma percepção historiográfica sobre a primeira intervenção federal na infância republicana.

Importante alertar ao leitor que optamos por deslocar nossa análise da esfera atrativa do Padre Cícero, que acaba absorvendo a maioria dos narradores com sua controversa biografia. Nossa intenção era compreender como os populares participaram e constituíram elementos desse episódio. Ao afirmarmos isso não negligenciamos dados importantes da vida do Padre, mas para atingirmos o que desejávamos ele definitivamente não é figura central.



# 1ª PARTE: ORALIDADE SUSPENSA NO PAPEL

## A política oligárquica: há salvações no Norte?

Nas explicações gerais sobre o movimento armado que rebentou na capital cearense no ano de 1912, estão questões de natureza local e nacional. O Brasil vivia ainda sob o domínio político das antigas oligarquias regionais. Sistema que vigorava ainda herdado do império, sob algumas adaptações à nova ordem republicana, principalmente nos Estados do sudeste como São Paulo, Minas Gerais. Nestes Estados, não havia uma oligarquia hegemônica, mas várias se organizavam em partidos, verdadeiros colegiados de famílias, propiciando a alternância no poder entre uma família e outra<sup>1</sup>.

*A política dos governadores*, estabelecida pelo presidente da República Campos Sales (1898-1902), seguia esse arranjo político (na Comissão de Verificação, só eram diplomados deputados seus aliados) e *institucionalizava* as práticas oligárquicas regionais. O acordo constava da legitimação e reconhecimento de cada oligarquia local, desde que esta acatasse e defendesse os interesses do executivo junto ao legislativo. Essa política perdurou até o surgimento das ambições políticas de Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca que, promovendo o destronamento dessas oligarquias regionais, pretendiam desenhar outra cartografia de poder, sendo aqueles os grandes detentores da nova ordem política: *Salvações do Norte*.

O país vivia uma reformulação da política dos governadores: haveria uma quebra do pacto; a União começava a subsidiar os militares na tomada do poder dos antigos oligarcas, que o herdaram no período imperiais ou, mais recentemente, da política dos governadores. Caiu – neste contexto da política conhecida como *Salvações do Norte* – uma série de famílias poderosas de vários Estados, entre eles Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará. Havia uma associação de políticos da capital da República com as oligarquias dissidentes de cada Estado, patrocinando revoltas internas e a deposição dos arraigados nos cargos estatais, para o que não se furtaram até a recorrer ao Exército

---

<sup>1</sup> Sobre a formação da oligarquia aciolina e o funcionamento do sistema oligárquico no Brasil ver: ANDRADE, João Mendes. *Oligarquia Aciolina (1877-1930)*. 1986. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade de Pernambuco, Recife. SILVA, Virgínia Maria Tavares. *Crise na Política dos Governadores: O Declínio dos Accioly no Ceará (1912-1914)*. 1982. Dissertação (Mestrado) apresentado à FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Brasileiro. Com esta estratégia, perderam ao mando os Rosa e Silva, em Pernambuco, e os Maltas, em Alagoas, entre tantos outros<sup>2</sup>.

Virgínia da Silva, analisando esse quadro político, afirma que foi a “distribuição de poder” propiciado pela crise do café, a quebra da hegemonia paulista, que dividia seu exclusivismo político com Minas e Rio Grande do Sul, Estado de origem do articulador político Pinheiro Machado, que favoreceu o fortalecimento das oligarquias estaduais e bem como a profissionalização do Exército, promovida pelo então ministro Hermes da Fonseca, foram fatores preponderantes para a entrada em cena dos militares, em especial, os salvacionistas<sup>3</sup>.

No caso cearense e como em outros estados do Nordeste, este grau de convivência e conveniência não havia ainda sido instaurado. Havia sim, uma oligarquia hegemônica sob a qual orbitavam oligarquias menores. O poder não era dividido e sim distribuído entre correligionários. O surgimento da oligarquia aciolina é fruto de uma habilidosa estratégia política, a “União Republicana”. Acioli aproveitando-se do apoio do sogro Senador Pompeu, ainda no império, foi ganhando notoriedade e poder, elegendo-se deputado, assumiu o discurso republicano, fundou o jornal *A República* e aliou-se a João Cordeiro, congregando os interesses de diferentes correligionários.

Sua iniciativa foi coroada de muito sucesso, pois se elegeu senador da República em 1892 e elegeu para a Assembléia Legislativa os deputados: major Antonio Joaquim Guedes de Miranda, capital, Alfredo José Barbosa, prof. Agapito Jorge dos Santos, Dr. Ildefonso Correia Lima, Major João Brígido dos Santos, José Pinto de Albuquerque, Lourenço Alves Feitosa, Dr. Pedro Augusto Borges e Dr. Tomás Pompeu Pinto Acioli<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Cf. CARONE, Edgar. *A República Velha: Evolução Política (1889-1930)*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1977, pp. 269-306.

<sup>3</sup> SILVA, Virgínia Maria Tavares. *Crise na Política dos Governadores: O Declínio dos Accioly no Ceará (1912-1914)*, p. 49.

<sup>4</sup> Andrade informa que por seu parentesco e trajetória política, Acioli foi transformando-se em um grande articulador, pois conhecia todos os caminhos do poder local e nacional, deputado provincial, deputado na Câmara dos Gerais, três vezes eleito vice-presidente da Província e do Estado do Ceará, três vezes deputado estadual, duas presidente da Assembléia, três vezes presidente do Estado. Com esse currículo era impossível não entender a engenhosa estrutura política da república oligárquica. ANDRADE, João Mendes. *Oligarquia Aciolina (1877-1930)*, p. 45.

Como podemos perceber, Acioli inicia sua oligarquia e neste nascimento temos alguns dos seus principais opositores: João Brígido e Agapito dos Santos, que romperam com aquele em seu segundo mandato, por ocorrência do assassinato de populares em greve de catraieiros de 1908.

A frente oposicionista, liderada por João Brígido, destacou-se pelo uso da imprensa para denúncias de fraudes, desmandos e conchavos dos governos de Nogueira Acioli. Outra fonte de oposição de letra virulenta foi de Frota Pessoa, que denunciava em livro publicado no Rio de Janeiro, as apropriações indevidas dos recursos públicos<sup>5</sup>. Entre os problemas locais denunciados, havia a opressão que sofriam os opositores com os desmandos políticos e os impostos que sobrecarregavam os grupos comerciantes. Além da proibição da venda de carne verde fora do mercado, criando um monopólio desta para seu parente, o Sr. José Pinto Coelho de Albuquerque, a população e oposição tinham que se confrontar com outras dificuldades:

- Cobrava os impostos como queria, de quem queria;
- Colocava dizimeiros no interior, a extorquir pesadas taxas, limpando os currais e celeiros dos camponeses;
- Criava impostos protetores do algodãozinho Pompeu & Irmão, produzido em sua fábrica;
- Demitia professores com mais de vinte anos de serviços prestados;
- Suprimia velhas aposentadorias;
- Protegia todos os crimes de liderados;
- Mandava a polícia espancar seus desafetos;
- Perseguia e oprimia com ação policial dos jornalistas da imprensa oposicionista<sup>6</sup>.

Podemos observar que foram a cobrança de impostos e os desmandos políticos que mais incomodaram as elites fortalezenses, pois no interior, mesmo taxando, havia a proteção de seus liderados, o que não acontecia na capital. Segundo tabela montada por Andrade, as maiores fontes de recursos do Estado eram os impostos com exportação, sobre indústrias e profissões, afetando toda a área comercial, desde o grande comerciante até o pequeno caixeiro. Acrescente-se a esse quadro de insatisfação popular a proibição do comércio de carnes adquiridas fora do mercado municipal.

---

<sup>5</sup> PESSOA, Frota. *O Olygarcha do Ceará: a Chronica de um Despota*. Rio de Janeiro, Typographia do Commercio, 1910.

<sup>6</sup> ANDRADE, João Mendes. *Oligarquia Aciolina (1877-1930)*. p. 130.

Assim, uma explicação que perdurou muito tempo foi a da luta liberal das classes comerciais da capital contra o interesse agrário e atrasado do interior do Estado, representado pela figura de Nogueira Acioli – elucidação clássica para quem procurava entender a busca da hegemonia pelo poder local.

Resumindo: *grosso modo*, o movimento inseriu-se neste contexto de disputa intestina entre oligarquias regionais, que serviram aos interesses políticos elaborados no Rio de Janeiro do presidente Hermes da Fonseca e do todo-poderoso senador Pinheiro Machado.

Estas foram as motivações que levaram a mobilização das camadas populares para deporem os grupos no poder em seus respectivos Estados: conchavos entre velhos políticos para a manutenção e direção das coisas públicas, cabendo às camadas populares o papel de “massa de manobra”<sup>7</sup>.

Preocupando-nos com as determinações do movimento armado de 1912, que depôs Nogueira Acioli, percorremos alguns caminhos já marcados pelos calejados pés dos pesquisadores, acrescentando neles, senão novas pegadas, ao menos novos traçados na composição da caminhada. Afinal, “Desviar-se do caminho batido talvez não seja uma grande metodologia, mas cria a possibilidade de se apreciar alguns pontos de vista incomuns, que podem ser os mais reveladores”<sup>8</sup>.

Consideramos a inquietação política, que tanto motivou as investigações sobre o período, não deixou de ser elemento importante, tentamos sair dos arranjos políticos feitos em gabinetes, voltando-nos para a ação de populares nas ruas, perscrutando suas formas de luta, atentos a estímulos oriundos das lideranças políticas. Muito se falou sobre a manipulação dos movimentos populares, como um dado a priori: camadas populares são *massa de manobra*, ficando obscuras as motivações internas capazes de fazer com que populares pegassem em armas, fossem portadoras de projéteis carregados de pólvora e chumbo ou recheadas de escárnio público. Acreditamos que um recorte epistemológico, por metodologias inadequadas ou

---

<sup>7</sup> Cf. LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, Molambudos e Rabelistas: A Revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo, Maltese, 1994, pp. 143-50.

<sup>8</sup> DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 17.

por não ser a preocupação do pesquisador, além é claro da dificuldade de materiais para tal investida, os populares, escondidos no anonimato, foram considerados de forma genérica como pêndulos que se moviam à brisa dos interesses de grupos políticos adversários.

Nossa percepção projeta-se sobre os acontecidos com essa prerrogativa: a combinação de interesses de líderes e camadas populares para a derrota de um rival comum e a busca de entender as teias de convencimentos, de distanciamentos e estranhamentos entre estes. Para tanto, estaremos recorrendo a suportes materiais que, acreditamos, sejam mediadores desta relação, em particular a dos que utilizavam a escrita não só como meio de veicular idéias, direcionadas as camadas populares como receptoras, mas tendo nas mesmas pressupostos determinantes dessa comunicação.

Com essas considerações em relevo, adentramos lentamente nos indícios dessa relação, mas antes de tudo chamamos a atenção do leitor para uma particularidade, o *choque cultural*<sup>9</sup>. Saíamos da familiaridade sempre proposta por esse tipo de estudo, que põe de um lado as lideranças políticas e do outro os populares determinados pelos interesses dos primeiros. Nada está dado! – eis o primeiro suposto.

Como já referido, outro elemento indispensável nas linhas que desenredamos nas páginas seguintes é que não trabalhamos com as tradicionais dicotomias: cultura da elite/popular, oral/escrito, letrados/iletrados, pois cremos que tais dicotomias já renderam o bastante. Procuramos interseções entre essas formas conceituais e as experiências de vida, por acreditarmos que esses possíveis encontros e confrontos são mais ricos historicamente, para no amálgama da vida real defrontarmos com o homem do passado, do que o isolamento axiológico dessas práticas.

Foi a partir da migração das letras dos espaços eruditos para os universos populares que ocorreu uma plethora de particularidades, as quais

---

<sup>9</sup> DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*, p. 18. O autor nos alerta para o estranhamento de textos que venham carregados de códigos desconhecidos por nós ou mesmo de informações que não devemos aceitar imediatamente, como semelhantes às práticas do presente.



precisaram adaptar-se à linguagem, ao foco ou mesmo ao estilo<sup>10</sup>. Foi da *subversão* desses pressupostos por sujeitos sociais de matrizes orais, que investigamos as narrativas sobre o movimento armado de 1912, apreendendo como o período foi privilegiado para a percepção de singularidades que se diluíram através do letramento, da relação entre cultura letrada e tradições orais.

O historiador inglês Edward Thompson adverte para ficarmos atentos a esse momento da implantação da educação formal aceleradora da cultura letrada, pois são nos elementos da transmissão oral (anedotas e narrativas exemplares) que podem encontrar-se negociações e subversões da oralidade ante a cultura letrada. Em suas palavras,

sempre que a tradição oral é suplementada pela alfabetização crescente, os produtos impressos de maior circulação – brochuras com baladas populares, almanaques, panfletos, coletâneas de “últimas palavras” e relatos anedóticos de crimes – tendem a se sujeitar a expectativas da cultura oral, em vez de desafiá-las com novas opções<sup>11</sup>.

Acreditamos que esse período foi um momento privilegiado de nossa história do Ceará, pois efetivamente percebemos a interligação entre os que defendiam intelectuais e políticos e a necessidade destes associarem-se a matrizes orais para conquistarem adesões populares; o que implicou em negociações com as lógicas internas da oralidade.

Trabalhando nessas perspectivas, interessa apreender intercâmbios históricos de cultura letrada com culturas orais, atentando para o lugar e o sentido da memória nesses modos de linguagem, em que pensar e recordar adquirem sentidos próprios, assim como possibilidades que as linguagens carregam em termos das formas de constituição e

---

<sup>10</sup> Como já citamos a Praça do Ferreira era o epicentro das atividades políticas e também cultural. Neste local circulavam jornais, panfletos, folhetos como explicitamos em nossa dissertação estes se adaptavam as necessidades de um público com pouca ou quase nenhuma letra. Para tanto, poemas, leituras públicas e circulação de informes em folhas avulsas gratuitas era bastante utilizada: “A partir de dezembro de 1911, intensifica-se a circulação dos famigerados boletins. São panfletos impressos em folha destacada, satíricos, virulentos. São manifestos que ora interferem na vida pública, ora devassam a intimidade alheia. Muitos deles não apresentavam compromisso com as exigências da Literatura como arte da palavra, mas o que nos interessa aqui é o seu conteúdo ideológico, a mensagem, como instrumento de mídia na formação da opinião pública”. SOMBRA, Waldy. *A Guerra dos Panfletos: maloqueiros versus cafinfins*. Fortaleza, Imprensa Universitária/UFC, 1998, p. 104.

<sup>11</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 18.

inserção de sujeitos sociais no tempo e no espaço<sup>12</sup>.

Começamos analisando as três frentes de ação de populares e intelectuais: a praça, as letras e as armas, tentando destacar as estratégias utilizadas, intensidade de participação, códigos culturais e suas lutas materiais e simbólicas.

Privilegiamos o confronto/encontro das formas de expressão das tradições orais e do letramento em Fortaleza, tendo como referência o movimento político de 1912.

Neste momento, a oposição liderada pelo jornalista João Brígido já havia indicado o nome do coronel Marcos Franco Rabelo para concorrer à Presidência do Estado. O comendador Nogueira Acioli articulava o continuísmo de seu domínio na pessoa do desembargador Domingos Carneiro, amigo e bom servo; com sua deposição, entretanto, houve a desistência natural do indicado e o processo eleitoral foi alterado, tornando-se Rabelo o principal adversário do general Bezerril. As movimentações populares em apoio a Rabelo ganharam as ruas por meio de passeatas, palestras e homenagens nos cafés, mas foi nas ligas das diversas categorias profissionais e sociais que o movimento popular ganhou força e os enfrentamentos com a polícia aciolina começaram a acontecer, culminando com a morte de crianças numa passeata infantil e, em seguida, o sitiar do poder aciolino e sua renúncia, em 24 de janeiro de 1912.

A participação popular foi sendo articulada a partir de diversos confrontos políticos e seu engajamento fomentado por variados canais de comunicação (fotos, crônicas, panfletos, folhetos, canções, paródias, charges e textos cômicos), utilizados como epicentro do diálogo e peleja entre códigos culturais distintos. Uma parte da cultura letrada na capital, forte opositora de Acioli, procurava intensificar o diálogo com as camadas populares de matrizes orais. Partilhando, confrontando e buscando intercessões estabeleceu-se o colóquio letramento/oralidade, nos momentos que antecederam a queda de Acioli e a chegada ao poder do novo presidente do Estado.

---

<sup>12</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. Tradições de Oralidade Escrita e Iconografia na Literatura de Folhetos: Nordeste do Brasil. 1890/1940. *Revista Projeto História*. São Paulo, Educ, n. 22, jun./2001, p 108.

Depois de lançada a candidatura de Franco Rabelo ao governo do Estado (dezembro/1911), existia ainda o medo de que as fraudes tomassem de assalto os anseios dos opositores e populares. O próprio Franco Rabelo, em entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, em 2 de janeiro, fez longas declarações que, no dia seguinte, estamparam um boletim. Destacaram de sua fala: “o povo cearense fará respeitar a soberania de sua vontade com as cédulas nas urnas ou com as armas nas mãos”<sup>13</sup>.

À luta!

Cearenses! A nossa honra, a nossa liberdade, a vida estão em perigo!

Nossos algozes, os sequazes infamados da tirania conheci-los!

É necessário expulsá-los ou exterminá-los!

À luta, todos têm no peito coração incendiado no amor e na liberdade.

Vencer ou morrer<sup>14</sup>.

Esse panfleto ilustra uma convocação clara à luta contra a oligarquia aciolina e a índole de quem convocava era, sem dúvida, beligerante, visto que a necessidade era uma só: expulsar ou exterminar aqueles que permaneciam no poder. Outro boletim, divulgado antes dos acontecidos de 24 de janeiro de 1912, conclamava – nos dizeres dos autores – a “todas as classes e ao povo em geral” a se inspirarem na valentia de general *salvacionista* Dantas Barreto e do povo pernambucano: “Marcos Franco Rabelo, nosso candidato, será o libertador do Ceará oprimido. Ele nos fala assim [em telegrama]: ‘lutarei vosso lado libertar Ceará jugo tirania. Imitemos Pernambuco’”<sup>15</sup>.

O texto objetivava preparar os espíritos e deixava transparecer a possibilidade de vitória, vistos os episódios já conflagrados nos outros Estados. Mais que isso, o povo tinha seu herói, condutor da retomada da “sua soberania” e dos “sentimentos republicanos”, tão em baixa naqueles anos. Os elementos estavam dados: um libertador, um espírito popular entusiasmado, uma via legal: as eleições. Mas esta última ainda era alvo de grande dúvida,

---

<sup>13</sup> SOMBRA, Waldy. *A Guerra dos Panfletos: maloqueiros versus cafinfins*, p. 114

<sup>14</sup> Panfleto: *A luta!* Conforme boletins, convites e demais impressos, pesquisados no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Estadual Menezes Pimentel (Ceará). Daqui em diante, citaremos apenas o título.

<sup>15</sup> Panfleto: *Aos Cearenses*.

pois eram conhecidas as fraudes promovidas pelas mesas eleitorais e ratificadas pelas comissões verificadoras do legislativo.

Os boletins estabeleciam uma mediação entre políticos opositores e populares, propiciando uma fonte abundante de palavras de ordem que, mesmo aceitando haver uma certa indiferença popular, deveriam ecoar nas gargantas de alguns leitores e oradores mais ousados. Quintino Cunha<sup>16</sup> (1875-1943) foi um desses: quando das suas oratórias no Café do Comércio, localizado na Praça do Ferreira, conclamava seus patrícios às armas<sup>17</sup>. Percebemos, com esse registro, que os desejos de pegar em armas não corriam somente nas folhas avulsas, mas também nas bocas detentoras de platéia. Os panfletos terminavam com louvação ao Exército e à República e muitos deles convocaram às armas. Vejamos este exemplo: “Às armas povo Cearense! / Viva a República de verdade e sem oligarquias! / Viva ao Exército Brasileiro! / Viva a Armada Nacional! / Viva o Marechal Hermes! Abaixo os LADRÕES!”<sup>18</sup>.

Evidencia-se a crença de que a ligação com o Exército e a exaltação das forças federais pudessem torná-las aliadas dos líderes e da mobilização popular no destronamento do oligarca. Não era por acaso, a louvação às personalidades militares, que àquela época acreditavam moralizar a vida pública – vide a política salvacionista, que colocou militares no poder em todos os Estados em que foram depostos os oligarcas herdeiros da estrutura imperial.

Este pacto tácito, mantido desde os pequenos enfrentamentos até posteriormente ao movimento armado, foi um diferencial naquele processo de

---

<sup>16</sup> Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1909, tendo sido Deputado Estadual (1913-14). Seu conhecido bom humor fez com que ficasse famoso como titular de anedotas memoráveis. Foi membro da Academia Cearense de Letras, eram famosos seus discursos nos Cafés na Praça do Ferreira, talvez seja da sua verve satírica que tenha se inspirado o popular Zé Levi. Os discursos pronunciados pelo poeta e advogado revelam, o que Raul Fiker chama, de um discurso vácuo-gradiloquente, bastante utilizado pelos bacharéis como ornamentos e signos dos letrados, mais importante que o conteúdo político-ideológico é a forma rocambolesca, cheia de clichês que seduz pela performance retórica. “É o que ocorre com o discurso vácuo-grandiloquente, via preferencial pela qual o poder se oraliza tradicionalmente entre nós, preche de clichês, mitos ornamentais e outros signos inseparáveis de uma retórica bacharelesca”. FIKER, Raul. *Mito e Paródia: entre a narrativa e o argumento*. São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 2000, p. 123.

<sup>17</sup> *Apud* SOMBRA, Waldy. *A Guerra dos Panfletos: maloqueiros versus cafinfins*.

<sup>18</sup> *Apud* SOMBRA, Waldy. *A Guerra dos Panfletos: maloqueiros versus cafinfins*, p. 92.

tomada de poder, pois havia de ambas as partes a expectativa de que o poder federal – representado pelo coronel José Faustino, comandante do batalhão das forças federais no Estado –, se enfileirasse no combate, tomando partido por um dos lados em disputa<sup>19</sup>.

O uso das armas foi justificado pela argumentação de que não era mais possível tolerar aquela situação de desmandos e os roubos do erário público. Obviamente, isso estava, combinado às quedas das oligarquias em outros Estados, carregando de indignação os boletins que, ao conclamarem à luta, tornavam-na uma disputa pela cidadania, pela soberania popular, mascarando os interesses de grupos políticos. Mais um panfleto demonstra a elevação do mercúrio no termômetro dos ânimos políticos da capital, tendo nos estudantes da Faculdade de Direito do Ceará uma declaração pública dizendo: “está pronta, em qualquer emergência, a sustentar a candidatura do impoluto soldado *Marcos Franco Rabelo* à presidência do Ceará, no futuro quadriênio, não olhando meios para isto e nem temendo a inimigos, seja qual for a sua ordem e oposição, máxime os falecidos do PRC/.../”<sup>20</sup>.

Esta divulgação foi uma das poucas de oposição aos correligionários da oligarquia, que mencionaram o Partido Republicano Conservador, do governo Acioli, e, mais ainda, reafirmava uma fervorosa defesa do candidato Franco Rabelo. E, por trás desses “meios” e não “temendo a inimigos”, estando pronta para “qualquer emergência”, a *Mocidade Cearense*, composta na sua maioria por estudantes de Direito, demonstrou em palavras implícitas estar disposta a lutar, se fosse o caso. Os jovens estudantes denunciaram o nepotismo na instituição, criada e nutrida para filhos e parentes de Acioli, nos dizeres da oposição. Esta casa de ensino tinha como diretor Dr. Antonio Pinto Nogueira Acioli; o Dr. Tomás Pompeu, vice-diretor, que permaneceu no cargo por 24 anos; e mais quatro parentes como lentes, todos ocupando as principais cátedras do Direito.

---

<sup>19</sup> Ver, SILVA, Virgínia Maria Tavares. *Crise na Política dos Governadores: O Declínio dos Acioly no Ceará (1912-1914)*. 1982. O argumento da parceria velada do Exército com a liderança anti-aciolina foi defendido e justificado pela autora em diversos momentos da sua pesquisa: quando do uso do Passeio Público, praça ao lado do Batalhão; da participação articuladora do cel. José Faustino e de seu sucessor, general Mesquita, nos conflitos entre rabelistas e aciolistas.

<sup>20</sup> Panfleto: *Ao Povo Cearense*.

### Um Acioli caricato

Havia um forte intercâmbio de notícias e críticas políticas entre os jornais de Fortaleza e os do Rio de Janeiro, em relação patrocinada pelos jornalistas cearenses que viviam na capital republicana, na sua maioria opositoristas a Nogueira Acioli (como era o caso de Frota Pessoa, Gustavo Barroso e Antônio Sales). Estes, porém, não compunham sozinhos a frente de oposição às oligarquias, pois na imprensa carioca era patente *a desilusão republicana*, que tinha na presença oligárquica sua maior chaga.

Os jornais e as revistas ilustradas faziam a frente impressa contra a política de Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado e aliados em diversas maneiras de expor seus descontentamentos. Eram charges, paródias, poemas, fotografias e textos satíricos e críticos, que circulavam diariamente em jornais e semanalmente nas revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*. Nas revistas – por se tratar de uma imprensa de variedades, algumas com acentuado privilégio das coisas mundanas, tão em voga naquela época –, as críticas políticas aparecem diluídas entre crônicas, fotografias de moçoilas e rapazes em passeio, curiosidades, poemas e propagandas, mas nem por isso são menos virulentas e destacáveis naquele universo de informações.

Analisando a produção desse tipo de imprensa, que se fortalecia nas primeiras décadas do século XX, Marcos Silva afirma,

Tratando-se de etapa renovadora da imprensa, quando revistas e jornais passaram a ser editados por empresas maiores, que investiam na aquisição de dispendiosos recursos técnicos (rotativas, clichérias) e lucravam com venda e publicidade permitidas pelas largas tiragens, um de seus mais marcantes aspectos foi o crescimento dos semanários ilustrados, principalmente no Rio de Janeiro, capital e maior centro urbano do país. Nesses periódicos, o humor visual ocupou significativo espaço.<sup>21</sup>

O aspecto satírico sobressai. A ironia e a crítica pessoal foram elementos presentes nas caricaturas e nos poemas. O profissional responsável por essa produção era o intelectual de veia humorística que, para Tomé Saliba, “condensou em si mesmo a figura do caricaturista e do cronista da imprensa ligeira, do publicitário, do revistógrafo e, em alguns casos, do músico e do

---

<sup>21</sup> SILVA, Marcos A. da. *Caricatura e Republica: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 8.

ator”.<sup>22</sup> Era dessa multiplicidade de linguagens que o humorista alimentava suas expressividades e críticas políticas e neste último grupo de trabalho residia boa parte dos intelectuais desiludidos com os rumos da República, quer pela participação reduzida que tiveram nos setores públicos da capital, ou mesmo porque discordavam dos vícios políticos nutridos nos governos republicanos.

Esses intelectuais viviam na corda bamba, pois não eram aceitos pelos mais requintados literatos, bem como não eram bem vistos pela elite política, que para eles sempre foi alvo de chacotas. Viviam das letras e dos desenhos, mas traziam consigo a ilusão de que o intelectual tem a missão de *iluminar* as camadas populares, expondo caminhos e tirando-as do obscurantismo político e cultural.

Por isso,

eram forçados a dialogar com a cultura da geração parnasiana e simbolista que os formou e que os obrigou a enquadrar suas piadas nos sonetos, nos versos alexandrinos, metrificados e bem construídos. De outro, eram forçados a ouvir outras vozes, as daqueles que começavam a se forma e que criava, ainda que de maneira tênue e precária, formas de representação calcadas na oralidade e no não-escrito.<sup>23</sup>

Suas dificuldades não residiam somente na forma escrita, dada a rígida estruturação dos poemas, mas havia também uma discriminação artística significativa quanto à produção de seus desenhos, especialmente o caricatural, pois trazia aspectos populares para dentro da arte gráfica. A presença do riso, que propiciava este desenho caricatural era o principal foco da crítica. Marcos Silva, analisando a caricatura com expressão artística, deixa evidente a hostilidade sofrida por esses artistas.

a estesia da alma, natural e espontânea, própria ao caricatural, diferente da estesia da cultura, adequada à outra forma artística. A separação entre caricatural (ou popular) e erudito foi assim transformada em relação entre alma (espontaneidade) e cultura, retirando parcialmente o gênero caricatural desse último e prestigiado espaço.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso*, p. 77

<sup>23</sup> SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso*, p. 80.

<sup>24</sup> SILVA, Marcos A. da. *Caricatura e Republica*, p. 77

Foi dessa reunião de caracteres populares como o riso, a prosa matuta e a deformação caricatural que se apropriaram esses autores para fazerem uma crítica de costumes e política à sociedade brasileira. É dessa formação que estamos extraindo as caricaturas, poemas satíricos, textos cômicos que centraram fogo à personalidade de Nogueira Acioli e seus aliados, importantes integrantes do quadro oligárquico que regia a República.

A caricatura busca o exagero fisionômico; os traços físicos marcantes de determinada pessoa a ser representada são potencializados. No caso do comendador Acioli, avulta sua idade avançada, associada ao fraque e guarda-chuva, já fora de moda àquela época. Provavelmente, dessas características tenha migrado o apelido de Babaquara – velho caduco – que lhe fora imputado quando presidente do Estado pelos oposicionistas da capital.

Essa oposição temporal velho/novo, atrasado/avançado, retrógrado/moderno, démodé/chique sintetiza a figura caricatural de Nogueira Acioli. A alcunha de Babaquara, que ganhou visibilidade letrada na obra de Antonio Sales, *O Babaquara*, nasceu da pilhéria popular, como relata Galeno: “Ora, o Comendador Acioli, o mandão mais odiado de quantos que já pisotearam os cearenses, costumava chamar o povo de arraia miúda. Os agraciados por sua vez chamavam-no de Babaquara, pelo fato de Acioli viver se babando”.<sup>25</sup>

Foi essa figura magra, desfigurada, *vencida* pelo tempo, anacrônica em relação à vida mundana e política, cujo apelido carregava a sentença de sua existência – a velhice desonrada e fisicamente decadente – que os traços dos humoristas retrataram nas revistas ilustradas do Rio de Janeiro.

Essa pecha de velho é duramente criticada pela jornalista Eduardo Campos, que defende, com a formação jornalística de sua época, não dever a imprensa carioca desrespeitar uma autoridade política, como um (ex)presidente de Estado. Mais ainda, aponta a parcialidade apresentada nos textos e críticas, que não poderiam ser considerados sérios.

A própria qualificação de velho, anteposta ao nome do grande político do Ceará, em todas as citações, é evidente fórmula de deformação do tratamento jornalístico a intuito

---

<sup>25</sup> GALEANO, Alberto S. *A Praça e o Povo: homens e acontecimentos que fizeram história na praça do Ferreira*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991. p. 24



de depreciar-lhe a respeitável figura humana.<sup>26</sup>

Esse quadro descritivo, pejorativo, consta também da caricatura, que além do apelo textual, traz em seus traços todos os adjetivos depreciativos em relação ao presidente do Estado do Ceará. Especificamente na imagem que segue:



Figura 1: MIS/CE – FOV000587 – Charge da revista careta. oposição ao Acioli, 1911.

Nesta charge, a reverência submissa da oposição cearense dentro da Assembléia Estadual é representada por uma figura à porta de acesso da *casa do povo*, aproximando-se da imagem resignada de um mordomo. A presença da cartola, do guarda-chuva e do fraque, tão caros ao comendador, são os elementos de caracterização da personalidade do presidente. Sua face taciturna e o cavanhaque embranquecido, conjuntamente com os óculos e a calvície, são os traços definitivos da caricatura do político. Ressalte-se a habilidade da charge ao colocar vários aciolis entrando para a sessão legislativa, dada a crítica que sofria tal casa, em que, entre correligionários e parentes, mais de dois terços das cadeiras pertenciam ao mesmo grupo. Então, cada deputado era, literalmente, o semblante de Acioli.

<sup>26</sup> CAMPOS, Eduardo. *O Ideário de Manezinho do Bispo*, p. 67.

O momento político em que se encontrava o Ceará, quando da confecção dessa crítica, era de um quadro de apatia muito grande. A oposição era frágil, débil e imatura, por diversas vezes derrotada na tentativa de desmoralizar e impedir os arranjos políticos do presidente. Este conseguira a sua reeleição para o mandato de 1908-12 alterando a Constituição do Estado na última hora e só se afastado do cargo poucos dias antes das eleições, retornando um mês antes da posse (informou ao governo central que sua posse ocorreu a 13 de julho, 30 dias depois de suas deliberações no Palácio como reeleito).<sup>27</sup>

Acostumado a vitórias, acreditava Acioli que sua saída, em 1912, seria regida pela sua batuta de experiente maestro daquela orquestra política. Mas a oposição, cansada dos revéis sofridos nos últimos embates, recorreu à política e à justiça, quando do escândalo dos desvios de empréstimos; a imprensa local e nacional investia na construção de um espírito revoltoso. O campo dos acordos não era mais o lócus ideal: queria-se a capitulação do oligarca.

Essa charge demonstra a devoção dos deputados estaduais a Acioli – que em última instância legitimavam e reconheciam o vencedor do pleito que se avizinhava e que, não por acaso, não compareceram para reconhecer Rabelo, quando da sua vitória (que precisava ser referendada por maioria simples de 16 dos 30 deputados que compunham a Assembléia em julho de 1912).

Se em 1911 Acioli era absoluto, em 1912, mesmo deposto, sua influência continuaria expressiva. Os seus liderados renderam-lhe homenagens e articulavam-se em oposição a Rabelo, terminando por não participar da sessão de reconhecimento deste no cargo de presidente do Estado, fato que mais tarde foi alegado, por eles mesmos, para declarar a ilegitimidade do adversário no governo.

Deste modo, a charge que fazia a crítica à fraca oposição evidenciava o jogo político daquele momento e denunciava o mandonismo oligárquico do comendador Nogueira Acioli, além da indistinção de seus liderados em relação a ele mesmo. Uma só imagem construiu uma síntese analítica das práticas políticas na capital cearense: uma oposição ineficiente e uma supremacia

---

<sup>27</sup> ANDRADE, João Mendes. *Oligarquia Aciolina (1877-1930)*, pp. 101-7.

oligárquica corporificada em Acioli. A caricatura ganha dimensões políticas e culturais através de distorções e desfigurações gestuais e corporais, suportes abundantes de tradições de oralidade. Tais pressupostos permitem pensar a caricatura, em jornais, revistas e folhetos como suporte matérias de encontros/confrontos de matrizes orais e letrados; eruditos e populares; enfim, como expressão de tensões culturais na dinâmica de relações de poderes, ou seja, de jogos revela/oculta.

Nesta caricatura do político cearense temos uma positividade humorística, já que a representação não é tão depreciativa, não existe uma deformação fisionômica significativa e nem mesmo os traços da velhice foram explorados de maneira degradante: a mensagem reside na contestação política. Para Tomé Saliba, este caso tipifica uma espécie de controle social e editorial do humorista, no que denomina a aceitação, ou não, do “bom e mau humor”. Havia uma certa *censura* à produção do humor degradante, que ficava, muitas vezes, restrito ao obsceno e pornográfico.

o humor mais agressivo continuava proscrito ou, pelo menos, sujeito à censura das publicações, a não ser /.../, em que ele era tolerado por circunstâncias políticas mais definidas – quando se tomava partido de alguém, algum candidato ou partido.<sup>28</sup>

As charges que acompanhavam o desenvolvimento político da chamada *Salvação do Norte* deram uma significativa atenção ao Comendador Acioli e reiteraram a consideração de Tomé Saliba de que os ataques humorísticos aos políticos eram liberados de acordo com as conveniências políticas e editoriais. Em desenho publicado pela revista *O Gato*, em 1912, temos um bom exemplo desse humor agressivo, que traz o rosto do político no corpo opulento de uma ratazana.

---

<sup>28</sup> SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso*, p. 118.



Figura 2: MIS/CE – FOV000591 – Charge da revista O Gato, 1912

Nesta gravura o *bom humor* não inspirou o caricaturista, a cada traço revelam-se dispositivos repulsivos: a corpulência da ratazana, os intensos tons escuros de seus pêlos, as crias que se avolumam e se projetam de seu ventre, o espaço degradado e, por fim, a feição oblíqua com orelhas salientes. Esses elementos contribuem intencionalmente para a construção negativa da figura do político. Em jogos *revela e esconde* de corpos humanos e animais, pêlos e peles, nas tonalidades destas imagens, como em gestos e expressões dessas híbridas configurações, é possível apreender a virulência das tensões alentadas e subterrâneas historicamente vivenciadas por diferentes e desiguais grupos na instituição da República nos diferentes brasis.

Se recordarmos a publicação de Frota Pessoa – *O Oligarca do Ceará: a crônica de um déspota*, impresso no Rio, em 1910 –, suas denúncias nos jornais da capital republicana, além da ácida e irônica crítica de Antonio Sales em *O Babaquara*, escrito no mesmo ano da circulação da charge, tornam-se evidentes questões em disputa no instável Brasil republicano. Esses dois trabalhos divulgavam, insistentemente e com diferentes suportes, as fraudes promovidas pelo governante do Estado.

Desta maneira, não fica difícil compreender a associação do político com uma ratazana, um bicho dado ao furto, a matreirices, aos caminhos obscuros para a manutenção alimentar de seus filhotes. É essa imagem usurpadora, de quem vive do alheio que passa essa caricatura dos governantes do Brasil. Curiosamente publicada na revista *O Gato*, este roedor é a vítima predileta de tal felino e, pelo grau de agressividade do humor, sem dúvida a metáfora da rivalidade está posta e traduz desajustes socioculturais da nascente República.

Cabe, ainda, mais um comentário quanto à estratégia do caricaturista, quando nos apresenta a ratazana num aspecto sonolento, provavelmente cansada, enquanto seus descendentes, de olhares firmes, obstinados, procuram encontrar *alimento*. Com traços à imagem e semelhança da genitora, estas crias têm vitalidade, estão aguçadas, dando a entender que o sistema oligárquico da família Acioli poderia perpetuar-se nos seus descendentes e aliados, ainda que em regime eleitoral republicano.

Andrade, em seu estudo sobre a saga da família Acioli, considera que a hegemonia do grupo aciolino demorou pouco a pouco a desaparecer, alegando que não foram os episódios da deposição do chefe que encerraram sua trajetória.

O declínio – caracterizado, não tanto por uma decadência irremediável, como pretenderiam alguns, mas pela perda paulatina da hegemonia, constatando-se sua força e atuação em todos os momentos decisivos da política do Estado, desde 1913 a 1930. Sem o seu concurso, não teria sido possível o reconhecimento do Coronel Marcos Franco Rabelo; o episódio da sedição do Juazeiro; a deposição de Franco Rabelo e todos os outros acontecimentos político-partidários verificados no Ceará até 1930.<sup>29</sup>

Esse aspecto de *sobrevida política* da oligarquia aciolina – sem dúvida evidenciado no movimento armado, em 1914, contra Rabelo – confirma a capacidade de articulação de liderados e os laços formatados em anos de obediência e troca de favores entre o chefe do regime oligárquico estadual e seus subordinados no interior do Estado.

---

<sup>29</sup> ANDRADE, João Mendes. *Oligarquia Aciolina (1877-1930)*, p. 168.

Desta forma, as caricaturas estão em sintonia crítica com as estratégias do mandonismo local, usando representações iconográficas para denunciar o continuísmo de um regime que, independentemente de quem mande, deve submeter-se aos interesses de líderes nacionais. Diferentes agentes dos bastidores deste confronto lançam arsenais diversificados para ampliar no tempo e no espaço as questões e relações em disputa.

Duas outras charges dão conta da mudança na vida política da República. A primeira representa a alteração no *clima político* do Ceará; e a outra, ligada à mesma dinâmica, fala do *império* de Pinheiro Machado, que ruía com as chamadas Salvações do Norte.

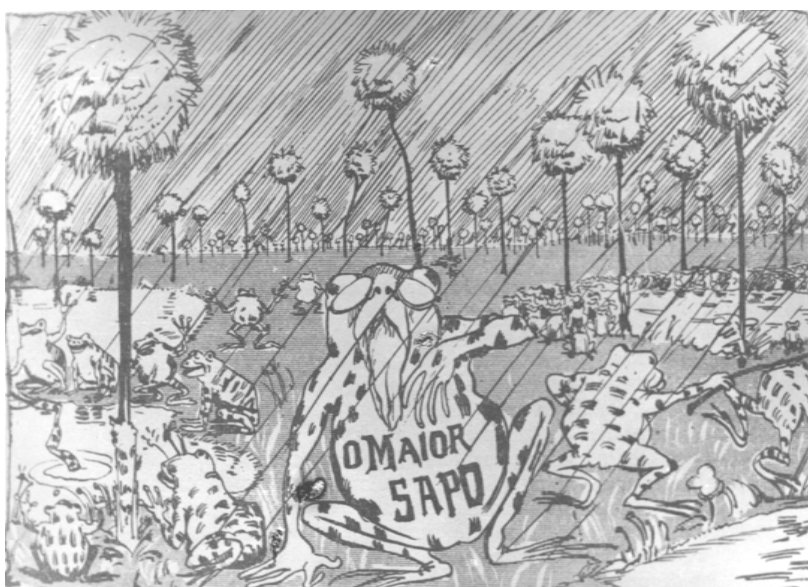


Figura 3: MIS/CE – FV-000592 – Revista O Malho – No Ceará mudança de estação – 1912.



Figura 4: MIS/CE – FV-000585 – Revista Careta – Império de Pinheiro Machado – 1912.

Observemos que a representação de Nogueira Acioli difere da do orquestrador das oligarquias regionais. Novamente, o presidente deposto aparece metamorfoseado em corpo de animal, enquanto Pinheiro Machado aparece, em traços firmes, representado por seu bigode e seus cabelos eriçados, com seu olhar oblíquo sobre uma cartografia do Brasil republicano de difícil articulação geopolítica. Essa distinção demonstra a agressividade sofrida pelo político cearense, que é tão desabonada por Eduardo Campos:

Outras personalidades políticas, também em avançada idade (como Dr. Aurélio Viana, governador deposto na Bahia, à época; o pernambucano José Mariano; professor Carlos Lisboa, para citar apenas esses nomes) jamais foram mencionados por sua identidade longeva, tratamento indelicado e seguramente reservador para desmerecer o governador capitulante do Ceará.<sup>30</sup>

Eduardo Campos sugere que a presença de cearenses nas redações dessas revistas ilustradas propiciava a disseminação do ódio político, “que não perdoa o adversário, ainda que o veja abatido e inofensivo”.<sup>31</sup> Os principais adversários de Acioli, de fato, escreviam ou participavam ativamente da imprensa carioca, como foi o caso de Frota Pessoa, Antonio Sales e Gustavo Barroso, redator da *Fon-Fon* e do *Jornal do Commercio*.

Em alguns momentos, sobretudo nas crises políticas nas quais estes humoristas (ou as publicações nas quais trabalhavam) se engajavam, é que os traços deste cômico agressivo e cheio de ressentimentos sociais mais aparecem /.../ Em geral, o humor mais ressentido manifestou-se sob a forma de preconceitos raciais ou sob a forma de polêmicas pessoais e ataques *ad hominem*.<sup>32</sup>

Pelo que podemos acompanhar, a personalidade de Acioli suscitava rancores e ressentimentos políticos e pessoais significativos na imprensa carioca, certamente por influência desses “exilados” que por ela transitavam e para ela produziam. Vale a pena ressaltar a fusão do homem ao animal, elemento muito presente na cultura popular, seja por castigo por atos recriminatórios (como no caso da *moça que bateu na mãe e virou cachorra*, de Rodolfo Cavalcanti) ou mesmo por transformações fantásticas.

---

<sup>30</sup> CAMPOS, Eduardo. *O Ideário de Manezinho do Bispo*, p. 67.

<sup>31</sup> CAMPOS, Eduardo. *O Ideário de Manezinho do Bispo*, p. 70.

<sup>32</sup> SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso*, p. 113.

Para Antonacci, esta relação fantástica do homem com a natureza é um processo que se estabeleceu entre continentes, mas não somente o europeu: ele partilha intensamente das matrizes orais africanas, que para ela são responsáveis por parte dos códigos culturais expressos e talhados nas culturas orais da região nordeste do Brasil. E acrescenta:

Culturas que não perderam de vista o corpo-a-corpo cultura/natureza e cujos horizontes comportam formulações poéticas de visão e inserção no mundo. Questões que a hegemonia do letramento, da ciência e da tecnologia, sob a égide do capitalismo e da modernidade, deixaram à margem, na retaguarda de nossas percepções e problemáticas diante de alternativas vencidas e incorporações reconstituintes de alteridades excluídas do campo dialógico eurocêntrico.<sup>33</sup>

Considerando o esforço da hegemonia letrada em ocultar, dirimir, apagar, jogar fora dos impressos os referenciais de matrizes orais, neste momento temos o efeito contrário, ainda a permanência/resistência de códigos de oralidade, fundindo homem/natureza, incorporando a mágica da transformação/fusão homem e animal que a racionalidade purista e científica seria incapaz de produzir.

Na charge que se refere a Acioli, a caracterização de sapo do político remete a essa reflexão, recheada que está de referências do universo sertanejo, como as árvores, que lembram os carnaubais cearenses; o período chuvoso que acontece de janeiro a março, momento da deposição aciolina, e a idéia festiva que a representa essa época do ano para o sertanejo. O humorista inseriu elementos não-verbais do universo popular. A comunicação proporcionada entre uma charge e outra é completamente diferente e os símbolos aproximam-se e distanciam-se falando do mesmo período e da mesma situação política.

Acerca desta relação homem-natureza, homem-política, um verso circulou em folheto e define a sensação que a charge tentou passar com o desenho:

Até o céu se alegrou  
Quando o Babaquara saiu,  
O vapor inda era no porto

---

<sup>33</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. "Corpos sem Fronteiras". In: *Revista Projeto História*, São Paulo: Educ, nº 25, dez 2002, p. 145.



E uma boa chuva caiu  
Para apagar o rastro  
Desse velho nefasto  
Que o povo chorando viu.<sup>34</sup>

Anota-se aí a referência invernososa posta como momento de libertação, que tudo leva, apagando rastros de humilhação (neste caso política) e traz consigo a prosperidade, a alegria e a certeza de dias melhores. Novamente o choro do velho não comove, os brios atingidos, a humilhação invertida e sua partida alegam céus e terra, num tom sarcástico de quem devolveu os ultrajes vividos durante anos. Essa construção poética anuncia bonanças vindas do céu e conquistadas na Terra.

O uso de simbologia para transmissão da mensagem política era variado e extremamente refinado. Na segunda charge, note-se a utilização das estrelinhas da Bandeira Nacional Republicana, representando cada Estado, numa *cartografia do poder imperial* esfacelado de Pinheiro Machado. Este era articulador da política nacional e *herdeiro legítimo* da política dos governadores, dominando a Comissão Verificadora no Congresso Nacional, mas via, a cada embate político no Norte e Nordeste, sua zona de influência diminuir e seus planos presidenciais ruírem.

Nestas duas charges, surpreendemos propósitos diferentes de contestação política, usando elementos distintos, com estímulos visuais e códigos culturais, senão divergentes, mas separados pela necessidade de comunicar-se com grupos sociais díspares, cabendo ao humorista fazer essa ponte que

De um lado, eram forçados a dialogar com a cultura culta da geração parnasiana e simbolista que os formou e que os obrigou a enquadrar suas piadas nos sonetos, nos versos alexandrinos, metrificadas e bem construídos. De outro, eram forçados a ouvir outras vozes, as daquele público que começava a se formar e que criava, ainda que de maneira tênue e precária, formas de representação calcadas na oralidade e no não-escrito.<sup>35</sup>

Foi nesse campo de tensão que a produção humorística, em especial a de crítica política – que, trabalhando com o não-escrito (como as charges),

---

<sup>34</sup> Folheto *Os Aciolis*.(s.n.t) Acervo Fundos Villa-Lobos – IEB -USP

<sup>35</sup> SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso*, p. 80.

aproxima-se da oralidade com reprodução-incorporação de temas e peculiaridade de culturas de homens de tradições orais – que os humoristas fundiram linguagens e códigos culturais diferentes, tornando-os indissociáveis em revistas, jornais, panfletos e folhetos, e ampliaram as possibilidades de comunicar sua repulsa à ordem política vigente.

As revistas e jornais, ao mesmo tempo em que incorporaram as novidades culturais européias, tinham colunas que *expunham* o modo de vida *curioso* e *atrasado* de sertanejos e interioranos. Esse contraste valorizava o novo, denunciava o velho e, também, funcionava como reflexo das disparidades entre a cultura mundana da cidade e os valores morais do meio rural.

A revista *Careta* tinha uma seção chamada Carta de um Matuto na qual sempre figuravam versos e *notícias* das coisas do interior do país. Quando da saída de Acioli, não poderia deixar de ter uma carta de um *matuto* cearense, que relatava:

Quagi na mesma ocasião  
No Ceará houve o diacho:  
Também o governadô  
De podê foi posto abaixo;  
Mas, não sei se acerto ou não,  
Cá pra mim, compadre, eu acho  
Que o caso é diferente,  
como é um pilão dum tacho.

Na Bahia tão tratando  
De força pó no governo  
Um tá que sái de ministro.  
E isso tem sido um inferno;  
Mas no Ceará foi o povo  
Que, vendo verão e inverno  
As coisas sem miorá,  
Exotou seu chefe eterno.

Esse véio do Ceará  
Dizem ter tanto parente  
Que os emprego já não dava  
Pras outras crasse de gente;  
E era tudo do Tesouro  
A metê com gana e dente  
Intê que o povo cansado  
Virou bicho de repente.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup>O poema é atribuído a Tibúrcio d'Anunciação, em 10/2/1912 *apud* CAMPOS, Eduardo. *O Ideário de Manezinho do Bispo*. Fortaleza, 1992, p. 69. Disponível em <<http://www.eduardocampos.com.br>>. acesso em 14/6/03.

Este poema de Tibúrcio d'Anunciação traz algumas particularidades: a comparação entre os episódios ocorridos no Ceará e um outro Estado que sofria com a interferência da política salvacionista; a tentativa fonética e gráfica de reprodução da fala matuta; a visão externa do movimento no Ceará e, por último, a argumentação acerca da participação maciça do povo, um diferencial importante em relação à ocupação na Bahia.

Parece que o poeta trabalha com a visão passada pelos cearenses na imprensa carioca, pois não destaca especificidades do movimento; mesmo se achegando aos fatos, para poder falar como quem viu de perto, não conseguiu sair das generalidades das práticas oligárquicas, como o nepotismo e as fraudes financeiras, típico de quem tem o poder e não deve satisfação a ninguém.

Outro aspecto interessante foi a tentativa de reproduzir a fala matuta que saiu de uma *quagi* a um *intê*. Percebemos a dificuldade de transferir-se para a voz de um homem do campo, taquigrafar sua linguagem – e ainda traído pela sua posição letrada, pois sem dúvida exagera em alguns vocábulos para dimensionar a fala cabocla e não consegue fazê-lo em outras, por exemplo: “Que os emprego já não dava”. Estranha o “não dava”, que poderia tornar-se “num dava” numa fala sertaneja, sem nenhum prejuízo para o entendimento.<sup>37</sup> Nem sempre os articulistas e humoristas conseguiam transmitir a sensibilidade e rudez cabocla, mas havia a tentativa de pontuar e criticar a visão do interiorano sobre as coisas da política, por meio do *macaqueamento* da expressão oral.

Chamamos a atenção para o meio de comunicação e a forma como a mensagem foi propagada pela coluna da revista: uma carta e um poema. Esses instrumentos de correspondência já eram considerados ultrapassados diante da *nova* e difundida tecnologia dos telégrafos e telegramas. Agregando a este fato o domínio *rudimentar* da escrita oficial, tinham uma tríade perfeita de limitada comunicabilidade: *matuto/carta/verso sertanejo*.

---

<sup>37</sup> Leonardo Mota, que muito taquigrafou o cantar e falar do sertanejo, não deixava passar junções de palavras, semelhanças fonéticas e a particularidade de redução da palavra reproduzida na escrita e audível na pronúncia. Ver: MOTA, Leonardo. *Cantadores*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

Afirmamos isso em vista de duas sessões presentes na revista *Careta*, que privilegiava a comunicação *instantânea* dos telégrafos e possibilitava o noticiar rápido, interligando as diversas capitais brasileiras. Desse luxo das comunicações, tão essencial à tomada de decisões políticas naquele dias de revoltas urbanas, em especial nas capitais do nordeste, foram tiradas algumas sátiras, que conjugavam o refinamento de tal comunicabilidade à necessidade de informar os últimos acontecimentos deste período conturbado pela presença popular.

Estes telegramas eram transcritos na coluna francesa da revista *Careta*: *La Carète Économique*, uma espécie de junção *macarrônica* da língua franco-brasileira, na expressão de Tomé Saliba.<sup>38</sup> Trata-se de uma coluna satírica que tinha nos telegramas do dia anterior ao lançamento do semanário as principais notícias das capitais brasileiras. Vejamos como ela se apresenta e com que informes o Ceará participava.



Figura 5: Coluna da Revista Careta, 1912.

Com esse cabeçalho abria-se uma página inteira de informações em *francês macarrônico* com “propagandas do Brasil para o estrangeiro”; bastava pagar “qualquer coisa” se teria em mãos as últimas notícias sobre o que acontecia de norte a sul do país. Na seção Serviço Telegráfico, chegavam comunicados de todas as partes: Manaus, Belém, Recife, São Paulo e Porto Alegre. A página contava ainda com Informes Gerais, Crônicas e, por último, Aviso ao Público, claro que tudo no melhor humor franco-brasileiro.

A proposta de discutir economia era um pressuposto de isenção, pois, preocupados que estavam com o comércio, finanças, indústria e agricultura, suas análises não comportariam críticas às coisas da vida política, já tão explorada em outras páginas da revista. Assim seria se esquecêssemos a

---

<sup>38</sup> Segundo Saliba, esta coluna foi idealizada por Mário Bhering, um dos proprietários-redatores e tinha como humoristas que colaboravam com a coluna Leal de Sousa e Bastos Tigre. Iniciou sua publicação em 1909. SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso*, p. 107.

*cavation* que, transposta para o português, refere-se à cavação, negócio ilícito e lucrativo. Esse último tópico, na realidade, seria o centro da produção textual que se deslindava nas seções que compunham a coluna: as coisas fraudulentas e lucrativas da vida política. Essa estratégia de *solavanco mental*, típico do risível, é explicada por Saliba:

Formalmente, tal solavanco mental aparecia normalmente como uma queda no prosaico, ou com a introdução súbita da realidade por meio de vocábulos ou referências muito concretas e já conhecidas por um público mais amplo, ou fazendo parte do patrimônio de palavras já utilizadas por um público mais variado, que se não era “popular” pelo menos parecia ultrapassar os limites das elites.<sup>39</sup>

A seção Serviço Telegráfico trazia as últimas notícias da semana, parecendo que, *bem informados*, os humoristas usavam de fatos recentes, mas sempre com uma pitada irônica. No caso cearense, em especial, podemos observar isso com mais clareza.

Fortalèze, 2 – Les choses entrèrent dans ses eixes. Le Papa Accioly embarqua avec tous ses parents et adherents dans une flotille de vapeurs especialement contractés pour cet fin. Le pove ouçant dire que dans le regime republicain il est qui gouvernait est entièrement dispost a n’admetir autre gouvernateur, gouvernant il même. Le colonel Rabelle est très desappointé avec cette resolution.<sup>40</sup>

O telegrama dava as novas uma semana após o desfecho do movimento de deposição do presidente do Estado, afirmando que as coisas estavam entrando nos eixos. O aspecto pejorativo não demora a aparecer: trata-se do embarque do *Papa* da política aciolina para o Rio de Janeiro, que precisou de uma pequena frota de vapores para conduzir parentes e aderentes para a capital republicana. Leal de Sousa e Bastos Tigre, os responsáveis pela coluna, continuavam seu ferino humor, dizendo que é da vontade popular não ser mais governada por governantes, mas por si mesma. Com isso, o maior interessado na deposição, o coronel Franco Rabelo, decepcionou-se com a resolução popular.

---

<sup>39</sup> SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso*, p. 105.

<sup>40</sup> Revista *Careta* nº 192, sábado, 3 de fevereiro de 1912, ano V.

Com um pequeno texto, são atacados Acioli e sua prole e o desejo de poder, se não de Rabelo, pelo menos dos opositoristas que ele representava. Empregando do francês *macarrônico*, que não nos permite uma tradução, que perderia a criatividade gráfica e fonética do telegrama, os humoristas utilizam termos que nada guardam da língua francesa, mas se aproximam de expressões orais populares, levando a antever as injunções históricas constituintes deste período, em que o popular não ficou à margem, *bestializado* frente ao processo da difícil e demorada legitimação da República no Brasil.

Tomé Saliba aponta caminhos a respeito de como se processava essa transformação, ou melhor, essa fusão entre a língua francesa e a portuguesa, levando em consideração o aspecto cômico desse exercício.

O cômico surgia dali, quase sempre da submissão completa do vernáculo à fonética, e porque captava graficamente tudo aquilo que era oralmente pronunciado. Esta polissemia infinita de nomes, das coisas e das expressões da tradição oral brasileira mostrava a inclinação desses humoristas pelo próprio ritmo intenso do periodismo, prontos a escutar e filtrar a fala cotidiana das mais variadas camadas da população.<sup>41</sup>

Exemplo dessas expressões da tradição oral brasileira revela-se na frase: “Les choses entrèrent dans ses axes”, que substituiríamos por: as coisas estão entrando nos eixos. Sem dúvida, essa subordinação da língua francesa, culta, refinada e tão na moda na Belle Époque tropical fica patente neste recurso lingüístico de ditos populares. Mas o risível não ficava somente neste macaquear da língua *cult*. Entremeado a isso, o humor usava das situações políticas para ridicularizar as partes em contenda, seu principal objetivo.

Fortalèze, 9 – Tout courre aux milles maravilhes, depuis de la revolution. Les preses pour garantir l’abdication du souverain depost furent botés en liberté et ouvrirent logue de chambre, embarquant pout le Sud. Les elections courruet bien, et sont elects tous le candidats des revolutionaires. Le parti de l’ex gouvernateur n’a arranqué ni un vote pour remède.<sup>42</sup>

Depois dos eventos ocorridos em 24 de janeiro, diferentes atores políticos tentaram passar um clima de normalidade, tanto em Fortaleza, como

---

<sup>41</sup> SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso*, p. 109.

<sup>42</sup> Revista *Careta* nº 193, sábado, 10 de fevereiro de 1912, ano V

já explicitamos, como na capital carioca. Depois da deposição, o clima voltava-se para as eleições, que centralizavam todas as atenções e eram acompanhadas atentamente pelos políticos do PRC carioca, em especial, Pinheiro Machado. Cumprindo o ritual de apaziguamento, o telegrama afirmava que tudo corria às mil maravilhas e a acidez revela-se no momento em que a parte do ex-governante não arranhou nem um voto para remédio. Novamente, o dito popular faz o desfecho cômico, expondo a *incapacidade* do PRC local de angariar votos para a candidatura Bezerril.

Os telegramas sucederam-se nas edições seguintes, sempre trazendo notícias de cunho político da capital cearense. Em cada um recorreu-se a estratégias diferentes para chegar ao riso. Transcrevemos um que, curiosamente, afirma uma argumentação aventada no capítulo anterior: o constrangimento de patentes militares inferiores em disputar com seus superiores hierárquicos nos pleitos políticos.

Fortalèze, 23 – La candidature Bezerril a maté la candidature Franc Rabelle de mort macaque, pourquoi quand apparait un general, un colonel tient qui lui faire conilnence et lui ceder le commande. Les opposicionistes desapointés andent agore à la procure d’un marechal qui quière acceiter la tarèfe d’arranquer le commande du general Bezerril, mais parait que les marechais sont très peus et ne quièrent venir pour ici pour cause de la séque.<sup>43</sup>

Passado exatamente um mês da deposição aciolina, o informe que chegava de Fortaleza era alarmante: a candidatura do coronel Franco Rabelo corria risco de ser abortada. O motivo era a subordinação da patente de coronel à de general, o que obrigava o coronel Rabelo a passar o comando para o general Bezerril, suprimindo as esperanças rabelistas, só ressurgidas caso aparecesse algum marechal que ao pleito cearense se propusesse a concorrer. Os marechais consultados não se sentiram seduzidos pela proposta em função da seca no Estado...

A ironia expõe de forma habilidosa as incompatibilidades hierárquicas na vida pública, postura significativa se pensarmos na progressão de militares, nos Estados governados por *coronéis civis*, a partir da política salvacionista. Recordando a eleição presidencial vencida por Hermes da Fonseca em

---

<sup>43</sup> Revista *Careta* nº 195, sábado, 24 de fevereiro de 1912, ano V.

detrimento de Rui Barbosa, em que a tônica do debate consistiu em civilistas *versus* militares, acreditamos que dessa matriz surgiu a sátira às confusões de patentes militares na vida política. Cabe observar que, subliminarmente, há a mensagem de que os marechais não são adeptos da vida cheia de adversidades, própria do quadro climático da seca.

Se as eleições provocavam risos na capital da República, o que dizer na capital do Ceará. Uma das dimensões que nos chegaram, através de panfletos, foi a composição de uma chapa para os cargos de presidente e vice-presidentes, que nos parece complicadíssima, pois compreendia atender a uma série de interesses. No caso da chapa rabelista, à qual a crítica foi dirigida, havia a necessidade premente de incorporar a oligarquia Paula Pessoa e os *exilados*, que chegavam aos borbotões. Só para citar alguns, temos: Sólton Pinheiro, Frota Pessoa, Correia Lima, Manuel Távora. Desse contexto surgiu a Liga Pró-Macacão, tendo seu primeiro apelo:

### Acordo Político

Folgamos em apresentar ao público a chapa definitiva da Liga Macacão Pró-Bujamé. Depois de insano trabalho que tivemos para neutralizar certas ambições inconvenientes em momento tão melindroso, chegamos a organizar uma chapa (com elementos escolhidos) para a qual esperamos a aprovação do público em geral. Faz-se necessária, porém, uma declaração: para satisfação d'um amigo que teimou em entrar para a chapa, vimo-nos obrigados a criar o lugar de 4º vice-presidente.

Eis a nossa chapa:

Para Presidente: Coronel Leôncio Xavier Macambira.

Serrone, residente em Canindé.

» 1º vice-presidente : Coronel João Parreão

Cocheiro, residente nesta cidade.

» 2º » : Tenente Barbosa Telefone

Vagabundo, residente nesta cidade.

» 3º » : Comandante Mão de Catarro

Rábula, residente nesta cidade.

» 4º » : Dr. Macacão

Inspetor de quartirão, residente nesta cidade.<sup>44</sup>

Cabe observar que o acordo político anunciado pela Liga não se estabeleceu de forma amigável entre correligionários. A ansiedade de chegar ao poder teve de ser refreada, mas, mesmo diminuindo interesses e

---

<sup>44</sup> Panfleto: *Acordo Político*. Conforme boletins, convites e demais impressos, pesquisados no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Estadual Menezes Pimentel (Ceará).



interessados, foi necessária a criação de um cargo *virtual*, a figura do quarto-vice-presidente, expondo de maneira hilária o inchaço do executivo cearense (com um presidente e mais três vices) que servia a um propósito claro: contemplar oligarquias menores e pô-las orbitando sob a força da oligarquia aciolina.

Outro elemento instigante reside na própria composição da chapa, recheada de *personalidades insignificantes*, mesmo possuidoras de patentes; em escala decrescente foram se caracterizando indivíduos do *populacho*: serrano, cocheiro, vagabundo, rábula e inspetor de quarteirão, ou seja, todos Zé-ninguéns. A própria nomenclatura da Liga Pró-Bujamé tem no seu último termo a significação de moreno claro do cabelo sarará, tipo ainda hoje discriminado no interior cearense por essa fusão. Ao mesmo tempo, há crítica à política local, mal-arranjada e de cheia de emergentes políticos, bem com a reprodução preconceituosa que as elites têm do povo.<sup>45</sup>

Cumprindo um trâmite de divulgação, pretensamente sério, continuou a chapa a anunciar seus apoios, algo recorrente nos boletins que circularam com discursos e homenagens a candidatos.

Em conseqüência da triste sorte da “A Tribuna”, somos obrigados a publicar mesmo aqui os nossos telegramas:

Quixeramobim 17. Liga Macacão, Fortaleza.

Obséquio avisem chapa definitiva. Impossível aderir diariamente. Conte comigo, Afro, Barros, outros animais.

Japão 17. Liga Macacão, Fortaleza.

Muita satisfação amigos daqui. Diga Poline impossível encontrar melones. Vi Biber Inglaterra, passou-me carrão.

Cocada.

Parangaba 18. Parrião, Fortaleza.

Aderi primeira chapa doidamente. Desculpe conte comigo. Não esqueça entregar sela dois anos pediu concertar. José

Tripa

Fortaleza 17. Macacão, Fortaleza.

Trabalharei toda a teoria prol vosso partido. Trato virar também João Doido. Mão no Bolso.

Fortaleza 19. Liga Macacão, Fortaleza.

Adiro. Yáyá tem Ovos.

Fortaleza 18. Liga Macacão, Fortaleza.

Deixá-los falá-los que logo se calar-se-ão. Papagaio

---

<sup>45</sup> Como já ressaltamos através do estudo de Saliba, o uso de preconceitos sociais e raciais eram constantes nas produções humorísticas, mesmo que controladas nas redações. Porém, neste caso, num panfleto anônimo é fácil manter esse *mau* humor.

Louro (Jones Fonseca).

Em vista de desistência do nosso amigo Bode Macho, está resolvida sua nomeação para intendente da Pavuna.

“Da Liga Macacão Pró-Bujamé”

22/03/1912<sup>46</sup>

Sempre publicados nos jornais aliados, os telegramas de apoio à Liga Macacão Pró-Bujamé usava o mesmo expediente dos bezerristas, tendo em vista a falta de um periódico que levasse ao grande público os seus ilustríssimos apoios. Acreditamos que o *macaquear* da política cearense é a tônica desses telegramas, visto que cada um (suprimidos o que não transcrevemos) traz uma mensagem irônica, satirizando o uso do telégrafo e dos jogos políticos e enfatizando o apoio de personalidades, a tirar pelas alcunhas, de origem popular. A localidade remetente é componente do riso: Japão, Parangaba, Fortaleza – e não podemos esquecer Quixeramobim. Quer-se aí dar a entender que o movimento político de apoio à liga, quando sai da capital cearense, vai onde o apoio não faz muita diferença, basta ver que Japão e Quixeramobim certamente não seriam o fiel da balança na eleição de abril de 1912.<sup>47</sup>

Não podemos perder de vista que atitudes como essa têm como foco central a participação popular. Tidos como despreparados política e culturalmente, esses participantes *emergentes* foram duramente repudiados, momentos estes já explicitados, e mesmo os mais ricos entre esses populares vindos desse caldo *bárbaro* da revolta de 24 janeiro não foram recepcionados pelas elites tradicionais da política oligárquica cearense. Faltava-lhes berço!

---

<sup>46</sup> Panfleto: *Acordo Político*. Conforme boletins, convites e demais impressos, pesquisados no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Estadual Menezes Pimentel (Ceará).

<sup>47</sup> Andrade nos informa que Acioli preferiu investir na comunicação à açudagem: “com uma visão mais abrangente de administração do Estado, preferiu as comunicações, iniciando as atividades pela construção de linhas telegráficas, ligando a capital com as principais cidades do interior. A medida prenunciava-se bastante oportuna, porque facilitava a ação governamental e sincronizava com programa semelhante do Governo Federal”. ANDRADE, João Mendes. *Oligarquia Aciolina (1877-1930)*, p. 53. Criticando o exagero das distâncias entre as cidades e a inexpressividade desses *colégios eleitorais*, também punha em relevo a estratégia governamental de Acioli de ligar todas as localidades, mas não somente, com fins governamentais, mas de administração de sua oligarquia, mando e recebendo de seus correligionários no interior os problemas e soluções em tempo hábil. Podemos perceber essa estratégia, quando o poder federal acompanhava diariamente os desenrolar dos conflitos na capital cearense por telégrafos de seus assessores.

Como o panfleto *Acordo Político* saíram outros que satirizavam os panfletos políticos que faziam propaganda de candidatos pela suas qualidades morais, cívicas e artísticas. Os boletins eram verdadeiras adulações, enfatizando, quando militar, as atividades prestadas pelo homenageado através do Exército; ou, se civil, suas capacidades administrativas, sua participação na oposição, sua honestidade e até sua fervorosa crença. Realçavam-se apoios e origem familiar, que vinha ora impressa em seu nome, ora em declarações transcritas nas folhas avulsas.

Fica evidente que precisavam de credenciais para participar do jogo político e a participação beligerante em janeiro não avalizava esta entrada, muito menos os indicadores sociais, que mais pareciam arremedos, cafonices e que só os desautorizavam de circular neste meio restrito de políticos/chefes/burgueses/coronéis. Recortamos um trecho do boletim *Último Apelo* que ratifica o que expomos:

ÚLTIMO APELO !!!

Povo heróico de minha terra!...

Eis a chapa salvadora da nossa situação:

Presidente: Carlos Mesiano (O velho)

1º vice-presidente: Mainha (o Evangelista)

2º vice-presidente: H. Barroso (o macacão)

3º vice-presidente: Ragib Rabado Ismael de Salonica Pirikikiti (o Mascate).

O nome do ilustre calabrés Mesiano, impõe-se pelas suas altas e peregrnas virtudes cívicas, industrial de alto descortino, espírito calmo e argutíssimo na ciência econômica do avança e da esperteza e alheio as ardentes paixões dos próceres da Política Nacional;

O 1º vice-presidente – o nome do precaríssimo Mainha o evangelizador, o intemerato apóstolo das verdades democráticas na canalhocracia brasileira. Homem seráfico e puro como os anjos do paraíso de Dante.

O 2º vice – o imortal músico, Macacão o apreciado escalafobético e o estupefático das óperas wagnerianas e amador teatral do teatro. Nome querido no comércio pela sua livraria e pela sua barbicha alcandorada, agudíssima e estrovenga.

O 3º o aéreo e abdinicostico súdito cutruco Ragib Rabado Israel de Salonica Pirikikiti;

Todos são extremamente recomendáveis a simpatia do povo cearense. /.../

Comitê Central.

Destacamos elogios verborrágicos, que misturam amabilidade e alfinetadas, saímos de seráfico a cutruco, tudo escondido no excesso de

louvação a estes políticos. O expediente satírico revela-se no *qualificar desqualificando*. Não precisamos reproduzir cada um dos longos elogios de outros partidários, homens *ilustres e ilustrados*, que não conseguiram livrar-se das alcunhas. Apesar de toda sua formação intelectual, política e culturalmente, foram vítimas dos apelidos difamatórios e desqualificadores. Eram usados todos os expedientes para divulgação das alcunhas vexatórias. Até mesmo as formas mais eruditas da letra poética serviam a tal fim; nos poemas circulavam epítetos como *Gambá* (ex-prefeito), *Peba* (candidato a deputado)<sup>48</sup>, todos se referindo a políticos e, neste caso, opositoristas a Rabelo.

BASTA!  
Negro, Peba, alma corrupta,  
Perverso, traidor, Caim,  
Sobejo de Prostituta,  
Retalho de coisa ruim;

Zuadento, sem futuro,  
Badalador que se bole  
Como um chocalho seguro  
No pescoço do Acioli.

Peba, por menos serviço,  
Peba por menos trabalho,  
Peba o povo quer é isso:  
Que te suicides, BANDALHO.<sup>49</sup>

Este poema, composto de nove estrofes de puro e grosseiro xingamento, sem contar com reproduções preconceituosas, foi levado às ruas nas campanhas para o Legislativo no mês de novembro de 1912. Provavelmente, esse candidato ainda era um dos aliados que *sobreviveram* politicamente na capital. Não podemos deixar de perceber que o apelido não é usado, agora, de forma irônica, mas em tom injurioso. A agressividade não funciona como elemento provocador do riso, mas de indignação e revolta.

Foi desse clima rancoroso que as ações saíram do papel e das oratórias e começaram a percorrer as ruas da cidade. Ao lado deste sentimento

---

<sup>48</sup> Não nos foi possível identificar os nomes das personalidades políticas que foram pichados por essas alcunhas.

<sup>49</sup> Panfleto: *Basta!*, que está datado à mão, 4/11/1912. Conforme boletins, convites e demais impressos, pesquisados no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Estadual Menezes Pimentel (Ceará).

beligerante, encontrava-se forte atividade política, em que a participação da população – cabendo aqui ressaltar: não-eleitores, mas cidadãos, homens, mulheres e crianças – teciam nas ruas da cidade uma malha espessa de contestação pública e festividade política.

### Ah! Esses populares, sempre fazendo tipo...

Os logradouros públicos da capital cearense carregavam algumas contradições que, evidenciadas por memorialistas, acabaram tornando-se *fatos pitorescos* para uma elite que se queria aburguesada e, mais ainda, com ares de civilidade francesa. O historiador Sebastião Pontes percebeu tal contradição nos chamados *tipos populares* de Fortaleza, descritos por cronistas e assim os apresentou:

Eram, em geral, pessoas pobres, desocupadas ou sem trabalho fixo, de origem e domicílio incertos. /.../ Destacavam-se, porém, pela fisionomia histriônica, estatura alta e pelo uso de roupas surradas, esvoaçantes ou compridas demais, que, complementadas com as manias e excentricidades específicas de cada um, davam-lhes uma aparência singularmente desengonçada e irresistivelmente cômica<sup>50</sup>.

Preocupado com os aspectos de sociabilidades e controle social, esses *tipos* são caracterizados pelo historiador nas suas ausências: sem emprego, moradia fixa, sem cabedal, portanto, *excluído* da vida estilizada burguesa<sup>51</sup>. O historiador cearense, ao pensar nos “tipos populares”, sem os incorporar a nova ordem urbana em expansão, passando a sensação de que estes circulavam nas diversas praças da cidade, com suas vestes e aspectos fisionômicos estranhos, desconectados da realidade política e social, assumiu a mesma perspectiva descrita pelos memorialistas. Fica patente o antagonismo existente entre as formas estéticas e sociais importadas para a capital e

---

<sup>50</sup> PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1993, p. 177.

<sup>51</sup> Já que, no contexto estudado, referia-se à questão do mundanismo chique do *modo* de vida francês aplicado em Fortaleza, no qual os tipos populares parecem “estanhos no paraíso”.

aquelas personagens que deslizavam ao controle social, político e cultural da vida burguesa. Partilhavam de sociabilidades anteriores aos modelos impostos e tinham, nas praças e ruas seus espaços de vivência.

Selecionamos alguns exemplos para dimensionarmos os campos de estranhamento desses memorialistas: o do político e o da sociabilidade<sup>52</sup>. Iniciamos com o caso de um monarquista fervoroso que, oriundo de Redenção, a primeira cidade do Estado a libertar seus escravos, perambulava pelas ruas da capital em 1911-12:

O Chagas dos Carneiros carregava, amarrados em três cabrestos, três carneiros pintados de anilina. O primeiro, pintado de azul-claro, era chamado de Afonso Pena; o segundo, verde-claro, Rodrigues Alves e o terceiro, cor-de-rosa, era Campos Sales. Monarquista fanático, era essa a maneira de Chagas dos Carneiros satirizar o regime republicano<sup>53</sup>.

Esse *popular* era extremamente excêntrico, cabendo-lhe registro fotográfico para a posteridade. Mas nos interessa, para o momento, a sua aquarelada crítica à República, tendo denominado os seus carneiros com os nomes dos três últimos presidentes: Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-06) e por último Afonso Pena (1906-09) – certamente os que se fizeram presentes na sua vida adulta e política, portanto, os mais passíveis de crítica. Importa ressaltar que Chagas dos Carneiros percorria a Praça do Ferreira com seu rebanho de presidentes e por onde passava instigava inquietações. De forma ilustrativa, sua excentricidade – para alguns se tratava de um louco – seria não só uma parada no tempo monárquico, uma esquisitice, mas também a frustração visível com a República, numa forma satírica e

---

<sup>52</sup> Saliba, explicitando as características gerais do humor e do cômico no período da *belle époque*, configura-o como uma *epifania da emoção*, que “se dilui na vida cotidiana e só de vez em quando brilha e ilumina, como um intervalo de riso e de alegria na rotina dos ritmos repetitivos e diários”. Dentro desse quadro de emoções, as frustrações, o sentimento de superioridade e a diferenciação estão postos como componente do cômico, que se deslinda historicamente social. No seu estudo dois pontos são pormenorizados: o humor da “ilusão e desilusão republicana”, de cunho político; e a tipificação do “ser brasileiro”, evidenciada por aspectos culturais. SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 29.

<sup>53</sup> AZEVEDO, Otacilio. *Fortaleza Descalça*. 2ª ed. Fortaleza, UFC/Casa José de Alencar, 1992, p. 162.

expressiva que criou para externalizar sua indignação, encontrando eco nas camadas populares.

Temos, na personagem Chagas dos Carneiros, uma “desfamiliarização” do cotidiano, já que naquela Praça circundada de cafés elegantes, espaços de discussões políticas, de festejos e exposições *burguesas* – quando não, um lugar de trânsito para o lócus do trabalho –, esse indivíduo criava um estranhamento, que de súbito transformava-se em riso, sem deixar de transmitir uma mensagem velada em sua atitude pitoresca. Ora, tal sujeito torna-se visível – e melhor dizendo risível –, porque *carregava* nos gestos, nas vestes, nos acessórios (os carneiros) e num “discurso” de oposição à cotidianidade burguesa e política, revelando contradições e expressões antagônicas à nova ordem republicana e afrancesada.

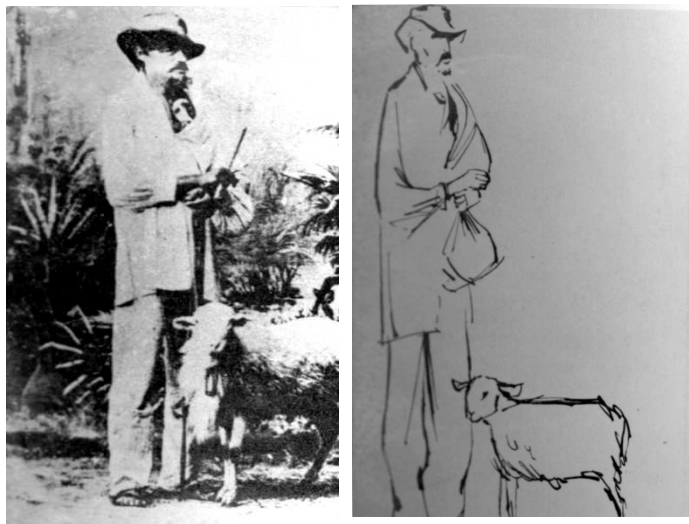


Figura 6: MIS/CE – FV-000625 – O popular Chagas dos Carneiros 1912

O riso produzido pela sua *caricatural* personalidade suscitava reflexões de natureza estética, política ou social<sup>54</sup>. No caso específico de Chagas dos Carneiros, não podemos ignorar seu passeio pelas calçadas urbanizadas dos

<sup>54</sup> A tentativa de contextualizá-lo como figura “deformada” da nova ordem estética e social, bem como o registro fotográfico *in natura* produz em Chagas dos Carneiros o que Bergson apontou como uma *caricatura natural*... Evidentemente, que tais “deformações” têm uma direção bem específica, tornar risível uma velha experiência social. BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação da comicidade*, p. 20. “Nesse sentido, pode-se dizer que a própria natureza tem muitas vezes o sucesso de um caricaturista /.../ Rimos então de um rosto que é em si mesmo, por assim dizer, sua própria caricatura”.

cafés com seu trio de carneiros. Mas, talvez não residisse aí sua distinção cômica, pois era possível, naqueles dias, a vivência de tais deslocamentos. Certamente o colorir e, portanto, a singularidade cromática dos animais, além da alcunha de nomes de presidentes, traz a “desfamiliarização” cômica de Chagas. O simples fato de ser monarquista não revelaria uma comicidade imediata, pois insatisfeitos com o novo regime existiam muitos e, nas camadas populares, generalizava-se o descontentamento com a República emergente.

Também havia muitos intelectuais, os chamados *republicanos históricos* que, ao se engajarem na luta pela República, tinham esperado outros destinos para tal sistema de governo e, se não utilizavam carneiros para demonstrar decepção, nem queriam retorno ao passado *próspero* da Monarquia, indiscutivelmente não aceitavam as feições políticas daquela República. Portanto, os sentimentos cômicos produzidos por Chagas dos Carneiros possivelmente provocaram risos em *enrustidos* monarquistas, como os críticos dos rumos do novo regime, além de chamar a atenção dos fervorosos republicanos que talvez não se rendessem ao humor político de Chagas, mas em quem sua representação cômica despertava outras formas de riso. Percebemos formas distintas de protesto político: um “insano” e “desqualificado”, pois tinha como portador um *tipo popularizado* e outro rico, do conceito básico de *Res publica*, das autoridades políticas e intelectuais aliadas da República oligárquica.

Como podemos perceber, aquela figura exótica, cômica e “estranha no paraíso”, constituiu-se de relações sociais e políticas de sua própria vivência. Oriundo da primeira cidade a libertar seus escravos, associando este feito à Monarquia<sup>55</sup> e notando que o novo regime, tão propalado, nada mudara em sua vida, sem dúvida sua *hilária* crítica mostra um momento de criativa lucidez. Salvo os exageros, encontraremos nos textos dos panfletos o mesmo descontentamento histórico produtor das expressões cômicas de Chagas dos Carneiros. Não queremos mascarar a realidade, mas certamente o posicionamento político de Chagas dos Carneiros, elevado ao extremo, representa a percepção que alguns populares tinham da dinâmica política,

---

<sup>55</sup> José Murilo de Carvalho propõe que a abolição da escravidão foi uma tentativa de angariar simpatias junto aos abolicionistas e às camadas pobres do Império, e a Lei Áurea não ecoou bem nos grupos políticos, mas havia conseguido grande repercussão entre os populares, criando nestes uma positiva empatia política.



sintetizados nos exageros de seu comportamento. Da sua forma, mesmo sem ter voz nem voto, expõe sua visão da realidade republicana daquele início de centúria<sup>56</sup>.

Chagas dos Carneiros fez da praça seu palimpsesto onde inscreveu, repetidas vezes, por gestos e caricaturas grotescas, sua expressão da realidade. A Praça, que ampliamos sua forma para além da espacial e nos aproximamos da compreensão dada por Bakhtin de que a praça é uma linguagem, “um tipo particular de comunicação”<sup>57</sup>, onde

predominam, no vocabulário e nos gestos, as expressões ambíguas, ambivalentes, que não apenas acumulam e dão vazão ao proibido, mas também, ao operar como paródia, como degradação-regeneração, “contribuíam para a criação de uma atmosfera de liberdade”. Grosserias, injúrias, e blasfêmias revelam-se condensadas nas imagens da vida material, e corporal, que liberam o grotesco e o cômico, os dois eixos da cultura popular<sup>58</sup>.

Vivenciando a mesma condição, outro caso interessante foi o de Zé Levi, popular que empolgado com as oratórias subiu ao coreto e pronuncia um palanfrório:

No auge da oratória do coreto da Praça do Ferreira num discurso inflamante Zé Levi dizia:  
Devemos incendiar tudo! E tudo despedaçar!  
Nisto aparece o chefe de polícia Mozart Catunda, ele olha com medo e diz:  
- Mas tudo em ordem<sup>59</sup>.

Esse orador, registrado para a posteridade não somente na crônica, mas também em fotografia, aumentou a lista dos tipos *esquisitos* que circularam na Praça do Ferreira. Ficou imortalizado na posição imponente de quem discursava a multidões, de dedo em riste e um ar orgulhoso de quem muito tem a dizer. Analisando a paródia, Fiker chama a atenção para a natureza dos discursos bacharelescos, sempre utilizados pela elite letrada da

---

<sup>56</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não Foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

<sup>57</sup> BAKHTIN *apud* MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2001, p. 106.

<sup>58</sup> MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*, p. 106.

<sup>59</sup> CUNHA, Plautus. *Ceará Rindo*. Fortaleza, Editado pelo autor, s/d, p. 92.

República, como elemento de distinção política e cultural, mas que no seu corpo intrínseco já revela um “arremedo” dos discursos políticos de cunho liberal.

O discurso vácuo-grandiloquente, portanto, como veículo preferencial da mitologia ornamental, está na linha de fogo da paródia, no que se visa a autoridade. Salta à vista, num contexto como o brasileiro, que este tipo de discurso é uma via tradicional por onde se exprime o poder. Este discurso bacharelesco como manifestação do poder político já constitui em si paródia (involuntária) do discurso político grego como instrumento de poder na época em que este se resolvia na ágora democrática ateniense. E a paródia deliberada deste discurso se insere na tradição da cultura popular de ridicularização carnavalesca do poder, de sua verdade pretensamente absoluta e de seus valores extra-temporais...<sup>60</sup>

Zé Levi personificou e exacerbou ainda mais esse aspecto paródico, fazendo do gestual, das palavras sem autoridade e seu temerário enfrentamento das autoridades questionadas, um produto discursivo inócuo.



Figura 7: MIS-CE – FV-000421 – Zé Levi, orador popular <sup>61</sup> Figura 8: Zé Povo na revista Fon-Fon de 9/5/1908

A partir desta pequena narrativa e da imagem, alguns argumentos podem começar a ser trabalhados. Zé Levi era, como o caracterizou Renato Soldon, “destrambelhado orador popular de Fortaleza, corcunda, cheio de

<sup>60</sup> FIKER, Raul. *Mito e Paródia: entre a narrativa e o argumento*, p. 127

<sup>61</sup> Entre outras formas analíticas de imagens, teremos também como pressuposto a necessidade de conhecermos a fisionomia dos nossos sujeitos históricos. Cf. SAMUEL, Raphael. *Teatros de Memórias. Revista Projeto História 14: Cultura e Representação*. São Paulo, Educ, 1997.

anfractuosidades e fisionomia angulosa”<sup>62</sup>. Temos nessa apresentação não uma *descrição*, mas uma *caricatura* de Zé Levi, o que acontecia com quase todos os personagens envolvidos nessas *historietas hilariantes* descritas por memorialistas. De fato, parece que as “características anfractuosas” os tornavam mais engraçados por lembrarem as figuras *divertidas* dos bobos da corte. Outro dado é a cadência cômica que algumas dessas crônicas têm, seguindo uma estrutura narrativa que prima por um clímax hilário no desfecho.

Especificamente no caso de Zé Levi, a troça residiu na prolixidade, na inabilidade da retórica política. Parodiador, usava toda a envergadura intelectual e corporal para, investido de “máscara” teatral e performática, listar e discorrer sobre os problemas da cidade. Tal atitude tinha como espelho um eloquente intelectual e político:

Falava Quintino Cunha  
E era grande a pasmaceira,  
Viva ao Franco Rabelo  
O militar heróico e belo  
Que venceu, não é brincadeira<sup>63</sup>.

Patenteou-se a admiração pela veemência discursiva de Quintino Cunha, intelectual de verve forte e muitas vezes desconcertante, que ficou conhecidíssimo por suas respostas rápidas e desorientadoras, que renderam várias publicações pelo Brasil afora, em especial no Ceará e no Rio de Janeiro. Foi parlamentar nos anos seguintes à chegada de Franco Rabelo ao governo do Estado. Waldy Sombra registra mais uma de suas falas: “No Café do Comércio, localizado, ao tempo, num ângulo da Praça do Ferreira /.../ uma voz retumbante a clamar: ‘Patrícios! Patriotismo n’alma, palavra no cérebro e armas na mão’”<sup>64</sup>. A virulência desse arrazoado torna uma locução trêmula como a de

---

<sup>62</sup> SOLDON, Renato. *Verve Cearense – de Quintino Cunha e outros*. Rio de Janeiro: Editado pelo autor, 1969. Muitos dos dados coletados pelo autor têm como fonte a obra de João Brígido, um dos primeiros narradores desses casos pitorescos. Em determinado momento, chegam a acontecer verdadeiras transcrições dos textos do jornalista. Ver: BRÍGIDO, João. *Ceará (Lado Cômico)*. Fortaleza: Louis C. Cholowieski, 1899, p. 141.

<sup>63</sup> Folheto *A Queda do Babaquara!* pertencente ao Acervo Fundos Villa-Lobos, no Instituto de Estudos Brasileiro – USP, São Paulo. Alguns folhetos dessa coleção estão transcritos também em TERRA, Ruth. *A Literatura de Folhetos nos Fundos Villa-Lobos*, pp. 81-7.

<sup>64</sup> SOMBRA, Waldy. *A Guerra dos Panfletos: Maloqueiros versus Cafinins*, p. 68.

Zé Levi: “Mas tudo em ordem!”, no mínimo, acanhada. Faltava a *valentia* e a *segurança* da posição que exercia aquele literato.

Na caricatura de Kalixto, publicada em 1908, colocada ao lado de Zé Levi, podemos perceber a semelhança que a ação discursiva produzia nos oradores daquela época e como o efeito da fotografia e da caricatura produziram, neste dois personagens, um “movimento” exagerado que impõem para o riso. São duas “criaturas” impotentes usando da palavra sem brilho nem eficiência contra a força oligárquica que imperava naquele tempo. Evidência disso é que, ao Zé Levi é desqualificado, sua impotência política revela-se na sua extravagância e, quanto ao Zé Povo, seu discurso é feito tendo seu pé amarrado por uma corrente denominada “oligarquia”, que impede seu progredir. A semelhança entre eles não se trata de uma cena, recorda como vimos anteriormente, trata-se de uma simplificação de representação popular.

Marcos Silva, caracterizando o Zé Povo, considera que a definição social deste se processou “em contraponto à existência daqueles que se encontravam num espaço distinto do dele, constituindo-o simultaneamente”. Acrescenta, ainda, que os traços de pobreza do personagem, associam-se a adjetivos como “coitado, pobre (...), o eterno pagante, o imortal esfolado”, além do visual – “roupas andrajosas, magreza, desmazelo físico, postura acuada”<sup>65</sup>.

Vemos neste dois, mesmo posto suas ousadias, uma impotência que nós parece um arremedo político, revelando mais um rísel “espernear” do que uma ação potencialmente contestadora. Ao ponto de tal ação, ao invés de se tornar temerária, torna-se cômica.

Naqueles dias, o receio de assumir determinadas posições contra o governo não era despropositado: era sabido por todos o que acontecia com os opositores de Acioli, quase sempre vitimados por agressões policiais. Para quem não tinha nenhuma garantia pessoal ou familiar, para assegurar e segurar sua palavra, tremer diante da força policial e retroceder era o mais viável e, é necessário dizer, *lúcido*. Muitos, por outro lado, sem nenhuma proteção – seja a do anonimato, seja a de uma posição privilegiada –, nem por isso deixaram de arriscar o palavrório.

---

<sup>65</sup> SILVA, Marcos A. *Caricatura República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo, Marco Zero, 1990, p. 21.



Figura 9: MIS/CE – FV-000638 – Povo contra Acioli, no Passeio Público, jan 1912.

Tal prática tornou-se rotineira nos finais de tarde, quando se reuniam depois do trabalho, procurando diversão nos cafés, transeuntes, políticos, trabalhadores do comércio, oradores, onde a palestra versava fatalmente sobre o assunto predileto - o sucessor do Sr. Acioli. De simples conversa passaram a discussões e destas ao falamento. O orador subia num banco e falava às massas enaltecendo as qualidades de Franco Rabelo e fazendo alusões ferinas ao governo<sup>66</sup>.

De todo modo, as práticas discursivas de palanques encantavam aos populares. Eram orações vibrantes, ricas em palavras virulentas e engraçadas e o deslumbre com a oratória produzia personalidades como Zé Levi, que engatinhava numa retórica política, percebendo ser necessário utilizar mais do que palavras e gestos, pois ser orador político implicava em posicionamento político, social e intelectual, bem como valentia naqueles dias hostis. Mas certamente outros se aventuraram nos debates públicos, se não no *púlpito*, ao menos nos conhecidos bancos da Praça. Cabe aqui uma observação: acreditamos que o que fez Zé Levi projetar-se nas memórias de certos

---

<sup>66</sup> TEÓFILO, Rodolpho. *Libertação do Ceará: Queda da Oligarquia Acioly*, p. 89.

escritores foi seu *atreuimento* na magniloquência intelectual daqueles dias. Era comum o divertimento com personalidades populares que se aventuravam neste campo<sup>67</sup>.

O poder da palavra era de domínio dos ilustrados políticos e jornalistas, tornando-se elemento importante na comunicação com os populares. Então, era preciso conhecimento, destreza e empatia com os desejos dos populares. Quintino Cunha detinha essas características e simpatias, figurando em versos populares pela sua capacidade de pronunciamento.

Por fim, temos o vendedor de caldo de cana que acumulou todo centavo possível e no ano de 1913, viajou a Paris, tendo seu esforço assim reconhecido e retratado por Otacílio de Azevedo:

Aquilo é que é cidade! – dizia entusiasmado –, no hotel onde me hospedei fui obrigado a escrever o meu nome. Como a língua era outra, escrevi: “Bien-Bien” e, mais abaixo: “Garapière”. E completava: “Olhe, lá eu só andava com um homem chamado Cicerone, que sabia português, como eu. Terra adiantada, aquela: todo mundo falando francês, até mesmo os carregadores chapeados, as mulheres do povo e as crianças!”. Bembém trouxe, para enfeitar a sua garapeira, uma estampa metálica onde se via um casal de velhos que abriam e fechavam a boca e subiam e desciam os dedos polegares estendidos, apontados um para o outro. Juntavam-se para admirar o valioso reclame dezenas de pessoas e cada vez mais afreguesada ia ficando a garapeira. /.../ Bembém não se cansava de falar da França e completava as suas palavras declarando que, lá, a única palavra que ouvira em português fora “Mercibocu”...<sup>68</sup>

O chiste produzido pelo memorialista é total, a começar pelo fato em si: como poderia um garapeiro se dar ao desfrute da Cidade-Luz? O primeiro dado desqualificador era a completa ignorância da língua, seja francesa ou portuguesa; outro elemento importante, provavelmente caricaturesco, era a

---

<sup>67</sup> O Manezinho do Bispo, porteiro e auxiliar do Bispo D. Manuel, ficou famoso por sua aventura literária quando da publicação *Máximas e Pensamentos* e fez uma dedicatória a todos os *porteiros e eiras do universo* e sua ex-mãe, visto que sua genitora já havia morrido. É exemplo da “abertura” de convivência intelectual, espaço partilhado em que pessoas comuns – neste caso, um porteiro –, com suas máximas de pouquíssimo rigor filosófico e ricas de religiosidade popular, conseguem escrever para uma das principais folhas cearenses... tornando-se uma figura cômica para o universo letrado; porém, sua participação na vida pública das letras demonstra que havia uma tênue linha entre o espaço letrado e o uso popular das mesmas letras. Cf. CAMPOS, Eduardo. *O Ideário de Manezinho do Bispo*. Fortaleza, 1992, p. 14. Disponível em <<http://www.eduardocampos.com.br>>. Acesso em 14/6/3.

<sup>68</sup> AZEVEDO, Otacílio. *Fortaleza Descalça*, p. 47.

admiração e encantamento de Bembém pela cultura e civilidade parisiense, já que lá “até mesmo os carregadores chapeados” e as crianças dominavam o francês. Dando a entender que a confusão era tanta, que o viajante só reconhece uma palavra em português: “mercibocu”, atrapalhão que deriva não somente do desconhecimento, mas da prática elitista fortalezense de agradecimento aos atendimentos pessoais.

Bembém não era, contudo, tão passivo assim à língua francesa. Invertendo a subordinação lingüística, jogou com a dubiedade do termo “mercibocu” na cultura francesa e brasileira. Esse expediente satírico foi utilizado pelos humoristas nas revistas ilustradas no Rio de Janeiro, o que comprova que Bem-Bém estava antenado com as críticas aos exageros franceses<sup>69</sup>. Outro procedimento de sua esperteza está no aspecto comercial: trouxe um *souvenir* que deslumbrava os seus fregueses e comprovava suas andanças além-mar; mesmo sendo, segundo a descrição de Azevedo, uma peça sem grandes atrativos.

Entretanto, provocou um aumento significativo da sua clientela, chegando a mudar a nomenclatura de seu estabelecimento de Bembém Garapeira para Bien-Bien Garapière, numa corrupção fonética. Mas qual seria a importância desse caso para nosso estudo? Sua vivência no centro da cidade de Fortaleza demonstra a influência e os usos que os populares faziam dos novos códigos culturais que chegavam, admirando-os, subvertendo-os e apreendendo-os.

Outro aspecto importante é que muitas narrativas como essas foram tomadas como uma identificação do *Ceará Moleque*, termo empregado pelos cronistas de época a privilegiar o jocoso dessas personalidades, como tão bem esclareceu Gizafran Jucá<sup>70</sup>, que teve como preocupação marcar as origens dessa designação e as implicações que carrega.

Refutamos essa visão do Ceará Moleque, porque acreditamos que há uma caracterização forçada, uma preocupação de diluir tudo no *simplesmente*

---

<sup>69</sup> Essa forma satírica da linguagem “apresentou-se também como uma espécie de caminho alternativo, pois o apelo à sátira e à irrisão constituía, não raro, a única saída para aquele gaguejar aflito que buscava algum tipo de identidade, de ordem ou de estabilidade simbólica e social”. SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira*, p. 112.

<sup>70</sup> JUCÁ, Gizafran Nazareno Mota. O Lazer em Fortaleza (1942-60). *Cadernos do Nudoc*. Fortaleza, n. 6, mar./1990.

*hilário*, deixando de fora os aspectos particularizados de cada agente, suas possíveis visões e ações diante da realidade, para reduzir os objetivos de sua ação ao *parecer cômico*. Ainda que, nos dizeres de Jucá, estes personagens tenham sido tomados como “incivilizados” pelos de sua época, por pertencerem a grupos de culturas orais. Ainda que o acesso aos seus índices de letramento continuavam débeis quanto aos valores culturais mais elevados apregoados pela elite *afrancesada*.

Porém, também compuseram essa gama de *outros* irreverentes sujeitos sociais, depositários primorosos das letras e da boemia, mas que, segundo o mesmo Jucá, não entravam em sintonia com os ares civilizados e modernizadores vindos do continente europeu, na passagem do século XIX para o XX.

Estas personagens tornaram-se visíveis e risíveis nos mesmos espaços onde poderiam os dominantes dos valores franceses exhibir-se, seja pela moda, pelo domínio da língua ou pela literatura. As praças do Ferreira, Marquês de Herval (atual José de Alencar) e dos Mártires – ou Passeio Público, como ficou mais conhecida – foram locais privilegiados para esse exibicionismo cultural e econômico, que infelizmente não podia ser feito sem a presença incômoda desses *indisciplinados culturais*.

### O povo a rachar garganta: as ligas nas ruas

O caminho para participação foram as ligas, organizações políticas mais incentivadoras e engajadas em manifestações públicas de debate político. A atividade desses grupos foi arrebatadora nos meses que antecederam a deposição do governo e, mais ainda, depois do enfrentamento da cavalaria com a passeata da Liga Infantil. Compunham-se dos mais variados segmentos da sociedade alencarina. Eram estudantes, mulheres, crianças, comerciantes (também representados pela Associação Comercial), jovens intelectuais e políticos de oposição. Podemos listar algumas delas: Ligas Feministas Pró-Ceará Livre e Libertadora Pró-Rabelo, Liga 44 e Pró-Ceará Liberto, que trabalharam conjuntamente nas manifestações, sendo que cada uma tinha uma



ação específica a desempenhar. Cumpriram funções distintas: enquanto, por exemplo, a Liga Feminista propiciava a ornamentação das passeatas, divulgava panfletos de conotação religiosa e moral, a Liga 44 celebrava o emprego da força como resposta aos problemas políticos que se figuravam a cada embate com os candidatos Franco Rabelo e General Bezerril.

POVO

Convida-se ao povo para um grande meeting hoje às 4 horas da tarde na Praça do Ferreira.

Um povo que tem brio não suporta afronta.

VIVA O GENERAL MESQUITA.

Pede-se ao comércio para fechar suas portas<sup>71</sup>.

Esse convite não exala ares de cordialidade aos inimigos de Rabelo e o pedido para fechar o comércio tem um caráter imperativo, talvez pela antecipação em uma hora dos encontros na Praça, que normalmente ocorriam ao final da tarde, quando os trabalhadores do comércio saíam das suas atividades diárias.

A determinação do fechamento das casas comerciais era, além de uma prevenção contra possíveis enfrentamentos, também uma forma dessa categoria fazer-se mais representativa na passeata, a Associação Comercial Cearense acaba *patrocinando* e incentivando a participação de populares e trabalhadores nas passeatas. Mas não podemos esquecer a assertiva: “Um povo que tem brio não suporta afronta”, parecendo que tal passeata tinha um tom de desagravo, por isso o resguardo às propriedades comerciais.

Este episódio de fechamento do comércio ocorreu diversas vezes, pelos mais variados motivos: por protesto contra o aumento de impostos promovido pelo governo como denúncia às violências praticadas pela polícia aciolina ou mesmo a confraternização das ligas em passeatas.

Interessados que estavam na derrota de Acioli, os comerciantes patrocinavam os eventos, devido à dura tributação que este lhes aplicava, além do cerceamento à vida político-partidária da capital. Assim, liberavam seus trabalhadores, fechavam suas portas e ornamentavam as fachadas de seus

---

<sup>71</sup> Panfleto: *O Povo*. Esse panfleto provavelmente circulou no período de eleição e procurou reafirmar os horários dos *meetings*, sempre próximos ou ao final do expediente comercial.

estabelecimentos<sup>72</sup>. No dia 14 de Janeiro, domingo, ocorreu uma comunhão pública das vontades feministas e do comércio com a mobilização popular.



Figura 10: Passeata das mulheres – Foto gentilmente cedida pelo pesquisador Waldy Sombra

A foto representa muito mais que o registro quantitativo da participação dos moradores de Fortaleza naquelas festividades *políticas*; de fato, se nos debruçarmos com acuidade sobre a imagem velada e revelada, podemos montar um quadro de informações importante para o entendimento das formas de confraternização política daqueles dias de República Velha.

Começamos atentos ao fato de a foto ter sido tirada em frente à Associação Comercial<sup>73</sup>, quartel-general das forças contrárias a Nogueira

---

<sup>72</sup> *O Préstito D'Amanhã*, veiculado no sábado, dia 13 de janeiro de 1912. Convocava a todos a participarem da passeata da liga feminina e afirmava a participação dos comerciantes de cafés, como Maison Art-Nouveau, do Comércio, Carmo, Java, Iracema, Elegante e Avenida; Politeama, Rotisserie e Restaurante Heráclito, todos na Praça do Ferreira.

<sup>73</sup> “A Associação Comercial do Ceará, órgão representativo dos interesses dos comerciantes do Estado, é fundada inicialmente a 13 de abril de 1866, no auge da expansão do plantio e do comércio de algodão para o exterior, estimulada pela suspensão norte-americana, devido à

Acioli. Na parte superior, encontram-se bandeiras do Brasil, umas acenadas, outras em mastros, harmonizado-se com as cores verde e amarelo da campanha de Franco Rabelo e, mais que isso, promovendo um “embelezamento cívico” da trilha popular.

Bem ao centro da imagem vê-se o retrato de Franco Rabelo, carregado em andor – esse pequeno quadrilátero esbranquiçado, ulterior a uma bandeira do Brasil –, precedido dos estandartes de pelo menos duas ligas rabelistas. Essa conjunção de representações, se descrita despretensiosamente, nos conduz a um fotograma que já causaria impacto pela quantidade de participantes nas ruas, cabendo ressaltar a presença pública das mulheres, as quais não era concedido o direito ao sufrágio, sem contar com a quantidade de excluídos do pleito eleitoral por, entre outros motivos, não saber ler e nem escrever.

Confirma José Murilo de Carvalho, a República criava uma cidadania capenga, em que a participação popular era algo *idealizado* por meia dúzia de liberais radicais, quando na prática ficaram excluídos praças, mulheres, menores de 21 anos e os alheios ao letramento<sup>74</sup>.

Ao ver essa multidão fazendo manifestação e demonstrando ativamente sua filiação política, poderíamos nos dar por contemplados, pois evidenciamos uma *participação cidadã* de grupos excluídos da vida partidária. Mas nossa intenção vai além e seria impossibilitada, não fosse a combinatória entre vários dos nossos materiais. A imagem foi disposta de tal maneira que constatamos ser esta representação o ponto máximo da passeata, não por acaso em frente à Associação Comercial. Também não é casual o uso do retrato de Franco

---

guerra de secessão”. Este órgão – depois da saída de Tomás Pompeu (coligado do governo) e a alternância na diretoria de Barão de Camocim e José Gentil – adotou uma postura de enfrentamento e oposição à oligarquia. Explica Porto que “as perturbações à ordem e aos interesses do comércio cearense, representado pelas disputas políticas entre coronéis do interior (sob a aquiescência da oligarquia estadual), além do aumento de impostos, parecem ter contribuído para incompatibilizar o comércio com o governo Acioli”. PORTO, Eymard. *Babaquara, chefetes e cabroeira*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara/Secretaria de Cultura e Desporto, pp. 67-68.

<sup>74</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 44. “Com a República houve aumento pouco significativo para 2% da população (eleição presidencial de 1894). Percebera-se que, no caso brasileiro, a exigência de alfabetização, introduzida em 1881, era barreira suficiente para impedir a expansão do eleitorado. O Congresso Liberal de maio de 1889 já o dissera abertamente ao aceitar como indicador de renda legal o saber ler e escrever”.

Rabelo, colocado no centro, proporcionando uma sacralização da imagem e confundindo a passeata em procissão. Em verdade, a imagem em questão tornou-se sacra antes deste ritual cívico: Teófilo afirma que o retrato era visitado na casa de diversão Art-Nouveau, onde populares colocavam flores e faziam reverências<sup>75</sup>. Certamente, por isso mesmo tenha ocupado tão significativo espaço no evento que analisamos, possibilitando a presença física e espiritual do homenageado.

Recortando da fala do cronista dois trechos: “um velho, homem do povo” e “O povo acreditava que Franco Rabelo era enviado por Deus para salvá-lo”, assinala-se a fragilidade da representação e da ação política deste *povo*, constituído por homens, mulheres, velhos e crianças que, distantes e impossibilitados de participar da vida política, apegaram-se a aspectos *mágicos*, criando a idéia de um “salvador”, uma esperança externa e usando “rudimentares” formas próprias para expressar seu apreço a tal líder. Uma instância mágica da vida social.

Esse estranhamento de Teófilo, um homem culto, letrado, leitor e conhecedor do pensamento político moderno a ponto de não compartilhar através do voto desse regime oligárquico do qual mostrava-se profundo contestador, visibiliza que via, naquelas manifestações, sinais e denúncias do despreparo dos populares para a atividade política.

Já para nós, este momento configura-se de outra maneira. Estes *agentes políticos* que tinham outras formas de expressões pública: ora em devoção *religiosa* ora em “embelezamento cívico” das contendas político-partidárias, apresentando-se com as prováveis únicas formas de determinados grupos tornarem-se visíveis e ativos nos rumos da vida pública, deixam antever que seus esforços, nos campos possíveis de suas ações, não eram inúteis, trazendo à luz outras formas de participação cidadã que não àquela limitada pelo voto.

Essa forma de expressão política incomodava profundamente alguns membros da sociedade fortalezense, como podemos perceber neste fragmento onde um cronista fez críticas a essa junção explosiva entre religião e política.

---

<sup>75</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará: queda da oligarquia Acioly*, p. 99.

O fanatismo político atingira até a negra escumalha de Fortaleza. É assombroso o seu poder de propagação, quer em política ou religião. Em política a grande atração é licença amplíssima; é o soerguer a incompetência dos nulos ao nível dos homens de valor; é nivelar as classes dirigentes de uma sociedade com o corrilho sem responsabilidade. A plebe, o populacho guarda rancor às classes elevadas. No dia em que essa gente se vê em condição de vingar-se do que lhe é superior, fala-o inexoravelmente. E quem proporcionar-lhe esse ensejo, embora calque aos pés os mais rudimentares deveres, esquecendo as normas vulgares da justiça, o princípio da ordem pública indispensável a coexistência da sociedade, é adorado, e cresce de prestígio, entre uma tarde e uma manhã, como um cogumelo, e consegue gozar entre tais gentes, o mérito e valor de um homem, seja embora um anão<sup>76</sup>.

Quanto ao “embelezamento cívico”, o verde-amarelo coloria fachadas, lapelas, estandartes e o imaginário popular, em que natureza, crença e astúcia caminham juntas:

Tiveram aviso disto [que Rabelo era enviado por Deus] pelos jerimuns que estavam sendo este ano de cores verde e amarela. A abundância de jerimuns com as cores nacionais me chamou atenção e investiguei a causa. Não eram aviso, um prognóstico de Deus mas a esperteza do povo, talvez o mais inteligente do Brasil. Contaram que faziam os jerimuns verdes e amarelos enterrando metade do fruto. O lado que ficava exposto à luz tomava a cor verde, o lado enterrado a cor amarela<sup>77</sup>.

Esse “ardil” popular, que conectava populares às políticas de grupos no poder num mesmo produto, o jerimum, não passou de uma curiosidade cronista, caso não potencializássemos alguns aspectos: o uso de tal fruto, prato comum na culinária do Nordeste, em especial cearense e, portanto, de largo consumo e aceitação. Mais ainda, seu local de captação são mercados e feiras livres, onde, uma vez ganhando corpo essa idéia, ela circulava como fogo em rastilho de pólvora, da boca dos feirantes aos falatórios dos frequentadores. Neste caso específico, a mensagem a ser veiculada tem como suporte material não tipos móveis, mas *frutos móveis* que transportam uma

---

<sup>76</sup> ANÔNIMO. *Tragicomédia de Fortaleza*. Documento pertencente ao arquivo pessoal de Setembrino de Carvalho contido no Acervo do CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Documento FSC pce 1914.00.00/27, p. 9

<sup>77</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*: queda da oligarquia Acioly, p. 100.

boa-nova: *o salvador chegou*. A experiência rural viabilizou o suporte de comunicação e os caminhos de divulgação de uma idéia em cores.

Do outro lado das trincheiras, mal-vista pelos aciologistas, a passeata das ligas feministas, cuja preocupação em ornamentar era duramente desqualificada: dizia-se que “em algumas janelas, um cabo de vassoura servindo de mastro a uma bandeira verde, para este fim não ficou MULAMBO NAS CAMARINHAS, TRAJOS DOS USOS MAIS RESERVADOS COM O TRAÇO FLAGRANTE DO SERVIÇO”<sup>78</sup>.

O enfrentamento, aqui, também ocorre no campo da provocação estética e de decoro para com aquelas que se apresentavam como das “famílias distintas” e, não esqueçamos, “católicas”. Tal provocação tinha conhecimento dos pontos fracos das distintas mães e moças de família. Com um sarcasmo virulento, diminuiu as dimensões do desfile e mais ainda, violou a intimidade feminina quando mencionou os *trapos dos usos mais reservados*, emporcalhando de uma só vez o movimento liderado pelas feministas e as personalidades participantes. Havia uma intenção latente de ridicularizar a passeata, pondo em descrédito o trabalho de ornamentação, feito pelas senhoritas, além do elemento preconceituoso, quando faz alusão à intimidade da mulher, insinuando que ao saírem às ruas não estão preparadas para vida pública, usando a rua como varal da sua privacidade. Seu universo é o lar e cuide de seus *trapos*.

Sabendo que tal comentário saiu no jornal *A República* e que esse movimento estava restrito à capital, é de supor que tal notícia, chegando às cidades vizinhas, teve crédito, mesmo que guardando as devidas proporções; daria a impressão de um movimento débil de senhoritas ousadas e despreparadas. Situações dessa natureza repetiram-se diversas vezes – esse mesmo caso já foi relatado para demonstrarmos a moradia do anonimato. Para o momento, esse trecho traduz como o enfrentamento entre rabelistas e aciologistas era virulento e dava-se em variadas frentes.

---

<sup>78</sup> Panfleto: *Ao Bandido que teve a ousadia de afrontar a “família Cearense”*.

## As ligas: passeatas, cantos e paródias

Outro *front* importante, no qual já se pelejara anterior e continuava-se a pelejar posteriormente à conflagração de janeiro de 1912, era a louvação em hinos, paródias e canções durante essas mesmas passeatas pelas ruas da cidade. Citemos uma:

MARGARIDA VAI À FONTE<sup>79</sup>

Acioli, Babaquara (bis)

Não vai mais ser presidente

Não tem mais o que sonhar (bis)

O diabo dessa gente

Você diz que urubu (bis)

É bicho de arrepiar

Que dirá se você vê (bis)

O babaquara chorar

Carambola fez o velho (bis)

Que quer sempre governar

O povo do Ceará (bis)

Não quer mais agüentar

Te segura Babaquara (bis)

Não tem genro Raimundão,

O povo do Ceará (bis)

Não tem mais contemplação

Babaquara vai no bernal (bis)

Ele vai sempre chorando,

O seu genro Raimundão (bis)

É quem vai lhe acalentando

As moças da capital (bis)

Todas elas são da liga,

Para ver se a oligarquia (bis)

Vai saindo de barriga.

Marcos Franco é dinheiro (bis)

Que domina o mundo inteiro.

Viva o nosso presidente (bis)

Que é Marcos Franco Rabelo

Cabe, antes de pensarmos o conteúdo disposto, imaginarmos que aqueles que se enfileiraram na passeata deveriam, à medida que cumpriam seu percurso – saindo do Passeio Público, subindo a Rua Barão do Rio Branco –, cantar em voz alta, formando um longo coro, unindo sátira, riso e alegria, em

---

<sup>79</sup> Essa paródia foi lançada em folha avulsa e, posteriormente, na coletânea de versos e paródias, no formato de um folheto intitulado *Vitória de Franco Rabelo*, partes I e II.

que a voz pulsava e cadenciava o ritmo da passeata. O artifício da paródia<sup>80</sup> foi elemento humorístico recorrente, tanto em passeatas, como na produção textual e de poema-piada.

A paródia da palavra escrita era uma destas formas peculiares de crítica e se constituiu, afinal, num dos gêneros mais amplamente utilizados no patrimônio cômico brasileiro. Para além dos seus reconhecidos sentidos originais de *alusão cômica*, *canto paralelo*, *imitação irônica* – ou seja, de prática textual referente a outra prática textual –, a paródia foi uma forma privilegiada para representar a vida brasileira<sup>81</sup>.

Neste contexto, o que sobressai da paródia não é a sua capacidade de subversão textual, mas suas tonalidades e expressões de oralidade. O texto é pretexto para invocar uma melodia, a facilidade de memorização pela cadência já conhecida da música original é reapropriada, criando os *sentidos originais* de alusão cômica, posto a pilhéria ao governante, a reprodução da sonoridade musical e a imitação rítmica e verbal da primeira versão da composição, sempre a serviço da ironia e da artilosa crítica política.

Conseguimos, nos panfletos microfilmados pela Biblioteca Pública Meneses Pimentel, no Ceará, quatro dessas canções. É possível que outras fossem garganteadas, como podemos perceber nesse pequeno trecho registrado por Eymard Porto, quando entrevistou uma das participantes das passeatas das crianças: “O Acioli vai no bonde chorando/ A velha dele vai atrás acalentando/ Que velha feia, cara de bode/ Só tem dinheiro pra fazer pagode”<sup>82</sup>.

Vamos trabalhar, por enquanto, a combinação letra/voz/mobilização daquelas que chegaram às nossas mãos. A paródia de *Margarida Vai à Fonte*,

---

<sup>80</sup> “A origem do termo é grega e significa “canto paralelo”, referente ao comentário da ação na tragédia clássica pelo coro. O procedimento cômico-burlesco, bem como o caráter de reversão que lhe são associados, podem estar relacionados ao fato de cada trilogia trágica ser seguida pela apresentação de um drama-satírico”. (FIKER, Raul. *Mito e Paródia: entre a narrativa e o argumento*, p. 96)

<sup>81</sup> SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira*, p. 96.

<sup>82</sup> PORTO, Eymard. *Babaquara, Chefetes e Cabroeira*, p. 85. Entrevista de Dona Lucy Justa, que em 1912 tinha treze anos de idade. Curiosamente a entrevistada ainda lembrava de trechos de canções que ouviu quando criança nas passeatas rabelistas, o que permite vislumbrar grau marcante dessas paródias e associadas às canções populares, possibilitando a rememoração a cada reprodução da música original.



pelo que pudemos averiguar, é uma canção de motivação popular portuguesa. A primeira vez que lemos esse conteúdo não entendemos o porquê do título, tampouco poderíamos inferir como ela foi cantada. Todavia, com a pesquisa da música e da letra<sup>83</sup> e refletindo sobre o assunto, inferimos que seria penoso para qualquer um que, de posse da letra da paródia, não tivesse mentalizado o ritmo para executá-la. Sendo assim, a manutenção do título original, que inicialmente causa estranheza, indubitavelmente associava a letra à melodia, facilitando a memorização. Por isso, a necessidade do título, que desassociado do conteúdo da paródia, funcionava como mecanismo escrito e oral de mediação entre a lembrança da melodia original e o texto satírico.

Mário de Andrade, ao estudar as músicas cantaroladas numa passeata em São Paulo, quando da passagem de Vargas e João Pessoa em campanha para as eleições presidenciais de 1930, dá-nos algumas pistas de como funcionava esse tipo de marcha popular e sua execução. Mas antes faz uma ressalva:

Também a nossa gente mesclada [os paulistas] é muito pouco cantadora para agarrar numa cantiga qualquer, lhe mudar os versos como exemplo, faziam os pernambucanos em 1911, na revolução de Dantas Barreto, os quais com o samba do *Ai, Venâncio,/Toma lá que eu já te dou*”, depreciavam os rosistas, em especial Estácio Coimbra, interinamente, no governo, cantando: *“Ai, Estácio,/Abandona esse palácio!”*. Por falta de hinos de circunstâncias e de cantigas apropriadas, o povo paulista agarrou-se às dinamogenias rítmicas<sup>84</sup>.

Essa advertência quanto à exiguidade cantadora dos paulistas traz duas informações importantes: primeiro que em Pernambuco, quando da derrubada dos Rosas, também foram executados “hinos de circunstâncias”, produção semelhante à que encontramos nos panfletos distribuídos em dias de *meeting* em Fortaleza, confluindo mais uma vez esses dois movimentos; segundo, a capacidade de improvisação em versos sobre conhecidas canções. Esse diferencial das manifestações musicais, forte indício de matrizes orais em reatualização, potencializa a aptidão para a versificação presente na cultura

---

<sup>83</sup> Podemos encontrar a letra e o fado interpretado por Alice Lemos Ávila no sítio virtual: <http://memory.loc.gov/ammem/ammemhome.html>. Acessado em 14 de maio de 2003.

<sup>84</sup> ANDRADE, Mário de. *Música, Doce Música*. São Paulo: Martins Editora, 1976, p. 105.

oral no Ceará. Mais ainda: incorpora da vida pública a sua dimensão política, em estribilhos bem-humorados e virulentos, às vezes com uma forte percepção do social.

E Andrade continua seu testemunho afirmando que, depois de passados os entusiasmos idealistas, os receios e a ausência de reação dos antagonistas, e quando glorificados os chefes políticos, é “criada a felicidade imediata pela transformação fácil da esperança em já-realidade, o povo cai na dança. Está alegre, o desejo de farra transparece, viva a pândega!”<sup>85</sup>

A descrição que culmina na pândega, pode ser um relato de algum transeunte, especialista em música ou mesmo o componente de algumas das passeatas que ocorreram em Fortaleza, em 1912. Afirmamos que essa associação entusiástica, entre ritmos musicais, esperanças políticas e júbilo satírico foram ingredientes presentes nas passeatas promovidas pelas variadas agremiações, cabendo ainda um elemento religioso, em específico, da passeata das ligas feministas, quando ocorre a ritualização do movimento, assemelhado a uma procissão.

Teríamos num mesmo ato uma totalidade festiva em que *sério* e *alegre* complementam-se: “é num momento desses que o povo, para esquecer que é feito de indivíduos independentes uns dos outros, generaliza os hinos, as marchas, as cantigas, as dinamogenias rítmicas, que abafam o individualismo e despertam o movimento e, conseqüentemente, o sentir em comum”<sup>86</sup>. É através da caminhada conjunta de individualidades distintas e mais o coro das cantigas que, nas passeatas, eleitores, partidários, mulheres e crianças, além de numeroso contingente de excluídos do processo eleitoral, tinham nas suas vozes a manifestação viva de seu ativismo político.

Introduzidos numa possível dinâmica de passeata, analisemos a produção textual da paródia de *Margarida Vai à Fonte*. A canção inicia-se pela afirmação “Acioli, Babaquara/Não vai mais ser presidente”, caráter imperativo que se justifica pela fadiga dos sonhos reprimidos pelo oligarca. O *Babaquara*, sempre satirizado por ser um velho – mais que isso, velho e feio, ridicularizado

---

<sup>85</sup> ANDRADE, Mário de. *Música, Doce Música*, p. 107.

<sup>86</sup> ANDRADE, Mário de. *Música, Doce Música*, p. 105.

muitas vezes por seu fraque preto –, é caçoado agora pela possível derrota, que lhe rendeu lágrimas, tornando-o ainda mais mal-ajambrado.

Destituído de bravura e dignidade, Acióli teria que recorrer a seu genro Raimundo Borges, Comandante do Batalhão de Segurança, que nas estrofes seguintes não serviu mais de braço armado. Sem demonstrar medo ou respeito nem pelo político e tampouco pela força repressiva de seu genro-comandante, na paródia a vitória configura-se, saindo da contemplação e passando ao enfrentamento, consolidado nas ligas das moças.

Na penúltima estrofe, fica cristalina a certeza da derrocada do oligarca, enfatizando a vontade e a participação das ligas na precipitação dos fatos, trecho estimulante aos que se congregavam nas passeatas e por seus versos dimensionavam a ação. Por fim, a expectativa de que Franco Rabelo era dinheiro – prosperidade para todos, ao contrário do corrupto, incompetente e exclusivista governo anterior – fechando um ciclo de esperança em que a roubalheira, largamente denunciada pelos opositores, cessasse e os recursos públicos reverter-se-iam para quem os merece por direito.

O uso das repetições em cada estrofe (o bis) – que usualmente se encontra nas canções de viola e repente – segue a cadência da música original, mas no contexto empregado reforça termos importantes: “Acioli, Babaquara”, “Babaquara vai no bornal”, “As moças da capital”, “Marcos Franco é dinheiro”, “Viva o nosso presidente”. Nestes versos, temos a síntese das críticas de diferentes setores sócio-culturais – satíricos quando da troça com o político; sérias quando da mobilização e reabilitação financeira do Estado – e dos objetivos das contestações públicas: a saída da oligarquia e a esperança de dias melhores na pessoa de Rabelo. Encerrava a canção com “vivas” tão usuais nas finalizações dos panfletos ou como provocação aos opositores da candidatura de Franco Rabelo. Mais que uma louvação, este recurso também era usado como dispositivo de confronto e exaltação dos ânimos de diferentes agentes sociais.

Na análise dos fatos cômicos e risíveis que permearam vários momentos de enfrentamento de rabelistas e aciolistas, faz-se mister esclarecer que entendemos terem essas atitudes cômicas e risíveis “um certo papel, maior ou

menor, organizando o lado público e popular da festa<sup>87</sup>. Festa essa que não seria, necessariamente, carvanalesca, mas teve forte participação popular e configurou-se como momento de permissividade popular no qual o riso, o chiste e as louvações foram partes importantes.

As canções ou especificamente as paródias foram fermentos das passeatas e aglomerações políticas contra o governo aciolino, igualmente, usadas no *meeting* para satirizar e provocar autoridades representativas. A canção a seguir, trata-se de um *hino* de vitória, no qual o que sobressai é o escárnio e o desprezo pelo derrotado, teria circulado, provavelmente, dias após aos tiroteios de janeiro:

1º	2º	3º
Já de sofrer tudo enfadado	E os rapazes enfurecidos	Pelas trincheiras, barricadas,
Pois o governo aciolino	Sentindo o sangue palpitar	Os miseráveis assassinos
Gritava ufano entusiasmado	Já ao extremo perseguidos	Choravam lágrimas cansadas,
Povo atrasado, és pequenino	Se resolveram enfim lutar	Prisioneiros dos meninos
Eu tenho forças grandiosas	E cada um de rifle ao lado	E com nobrezas portentosas
Para espantar arruaceiros	Sua existência hipotecou	Não trucidaram prisioneiros,
Minha polícia é belicosa	Contra o oligarca depravado	Essas hienas sequiosas
Formada só de cangaceiros	Até que o bruto baqueou	Chusma feroz de cangaceiros
Eu dando ordens nada fica	Os cangaceiros de confiança	Viva a vitória e a liberdade
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,	Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,	Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,
O sangue correrá em bica	Sabiam só contar lambanças	Viva a heróica mocidade
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,	Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,	Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,
E embora eu seja um pouco velho	Não defenderam os seus senhores	O Ceará contou vitória
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,	Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,	Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,
Tenho o Zé que manda o relho	Vencem os moços libertadores	E eis mais um feito para a história.
Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah.	Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah.	

Liga 44<sup>88</sup>

<sup>87</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: Edunb/Hucitec, 1999, p. 68.

<sup>88</sup> Descrevemos este panfleto com foi editado, com as sequências em três partes apresentados com a numeração discriminada.

Essa paródia, para ser cantada sobre música *A Gargalhada*, reproduz a máxima de que quem ri por último ri melhor, pois, se nas primeiras estrofes, as gaitadas são do poderoso e confiante Acioli; nas últimas, quem ri é a *heróica mocidade*. Mesmo trazendo em suas estrofes os *ahs* que exprimem a ironia, a Liga 44 não deixou de pôr sua virulência no texto e a bravura foi o elemento principal para externalizar a chacota. Críticas à polícia, que afirma ser formada por cangaceiros, que nas suas experiências de assassinatos e violência, rendem-se à força e briosa coragem dos *garotos* da capital.

Esse canto, que foi distribuído com capa e mais duas folhas, formando uma singela publicação, assinada pela Tipografia Chantecler, compõe mais uma das paródias feitas para serem cantadas em passeatas, onde o coro pudesse garantir o anonimato e o vigor da voz a potencializar ainda mais a letra da paródia. Na impossibilidade do registro auditivo dessas passeatas, resta-nos imaginarmos o coro de gargalhadas cantadas penetrando os ouvidos de rabelistas e irritando os aciologistas, *sobreviventes politicamente* na cidade. Foi uma troça impiedosa, em que, aclamado o herói – a mocidade – põe-se o derrotado na posição vexada e diminuída de “chorão”, uma desonra em termos políticos, beligerante e viril.

Para engrandecer a vitória tornou-se necessário valorar o poderio do inimigo, e isso acontece na primeira e segunda estrofes. No riso do presidente do Estado, não há alegria, mas soberba: “E embora eu seja um pouco velho/Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah,/Tenho o Zé que manda o relho/Ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah, ah”. Demonstrando confiança e crença na continuidade, os *risos* de Acioli e seu domínio teriam em seu filho, José Acioli, herdeiros certos. O uso da arrogância na gaitada foi necessário, pois dela converteram-se os risos sarcásticos e irônicos que irromperam com sua derrota.

Este riso em trânsito da empáfia para o regozijo popular tem as mesmas características do riso popular, presente na Idade Média, que supera o medo e se projeta sobre o temível<sup>89</sup>:

---

<sup>89</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, p. 79. Um riso em que “brinca-se com o que é terrível, faz-se pouco dele: o terrível transforma-se num ‘alegre espantalho’”.

Só os iguais riem entre si. Se as pessoas inferiores forem autorizadas a rir diante de seus superiores ou se não puderem refrear o riso, pode-se dizer adeus a todos os respeitos devidos à hierarquia. Fazer as pessoas rirem-se do deus Ápis, é transformar o animal sagrado em um vulgar touro<sup>90</sup>.

Esse “riso que contém alguma coisa de revolucionário” – capaz de subverte a ordem, transformar o superior em inferior, não respeitar autoridade e enfrentar o medo –, acreditamos estar presente nos eventos que trabalhamos. Quanto ao uso das paródias, Bakhtin esclarece que tal prática popular fundiu-se com canções leigas e religiosas. O uso da paródia, em grandes aglomerações, fazia com que cada um se resguardasse na  *festa* e na multidão. Nesta Paródia reaparece a arrogância em forma de riso:

P A R Ó D I A	Não brinca Acioli,
	Não te fica rindo,
Vamos a palácio	Quem vem governar
Arrancar a unha,	É pessoa de Clarindo. (Viva o Ceará, etc.
Do velho Acioli	etc.)
E do Carneiro Cunha (Estribilho	
Viva o Ceará, Viva o Ceará, Viva, viva,	O Correia Lima,
viva!...)	Herói muito valente.
	Provas está dando
Vamos a palácio	De ser homem inteligente. (Viva o Ceará, etc.
Levar um canhão,	etc.)
Para o Babaquara	
E o genro Raimundão (Estribilho	Viva o Brasil
Viva o Ceará, etc. etc.,	E seus verdes mares,
Viva, viva, viva!...)	Que só foi feliz
	Com os militares. (Viva o Ceará, etc. etc.) <sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> *Apud* HERZEN. In: BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, p. 80. Acreditamos que a maneira como Bakhtin encara o riso, nas vivências de populares na Idade Média, é significativa para compreendermos várias manifestações dos portadores de tradições orais. Entendemos que todas essas letras procuram e estruturam suas narrativas, dialogando com a cultura oral que, ora receptora, ora emissora, partilha experiências e valores com a escrita.

<sup>91</sup> Folheto: *Paródia*. Compendo o folheto: *Victoria de Franco Rabello* (2ª parte). [s.n.t.] Acervo Fundos Villa-Lobos – IEB – USP.

Esta canção, feita para ser cantada como Zé-Pereira<sup>92</sup> – ritmo presente nos entrudos –, foi aproveitada como mais um recurso rítmico para um chiste a Acioli. A produção da letra paródica remonta ainda à presença do oligarca no poder e em Palácio. Outro aspecto interessante, o riso aparece como elemento provocativo, cuja prática é desautorizada, pois nele há o sarcasmo autoritário, oficial, que a seriedade do usufruto do poder público não admite. Como bem lembra Bakhtin, o *sério* é inerente ao *oficial*. O uso do riso, do chiste ou da chacota, pela autoridade, é inconciliável com o exercício do poder público, já que, ao rir-se, não só dos seus adversários, mas da população fortalezense, a *autoridade outorgada* por esta população voltava-se contra ela, constituindo uma afronta.

A primeira e a segunda estrofes satirizam o governante usando o seu apelido popular, *Babaquara*, colocam-no em contexto desrespeitoso, qualificando-o de *velho* e afirmando que vai ser – tirado à *unha*, pego a punhos ou a armas, neste contexto um canhão –, tendo fim sua permanência em Palácio, independentemente da vontade policial, representada na pessoa de Raimundão. A bravura, a valentia, novamente aparecem e enfrentam as autoridades instituídas. Isso também fora posto em outras canções que já estudamos. Nesta, o elemento para o qual queremos chamar a atenção é o *viva!*.

Essa expressão Viva!, repetida várias vezes, entende-se como instrumento de elogio e de aproximação com personalidades e autoridades políticas. Na paródia que acabamos de evidenciar, o Estado é exaltado, mas esses *vivas* foram usados para os mais variados fins: desde o auto-elogio, quando as ligas gritavam e grafavam “Viva a Liga Feminista!”, até a defesa de instituições, como “Viva a República!”. O “viva!” era o momento de exaltação popular; as canções funcionavam como cadência, e os *vivas*, como instantes regozijantes da passeata, em que as vozes projetavam-se mais alto, afirmava sua convicção e suas afinidades. Era a voz matando seus adversários com *morra Acioli!* e parindo esperança com *viva o Franco Rabelo!*

---

<sup>92</sup> Segundo Câmara Cascudo, entre algumas definições, o “Zé-Pereira – cantiga acompanhada por bombos, também chamados de zabumba, entoadas as vésperas de carnaval. [...] não apenas no Carnaval, mas também em festas locais e romarias”. CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, São Paulo, Global, 2002, p. 766.

Começando com o tom apelativo que muitos dos panfletos usavam, encerra com “vivas” aos componentes da chapa, personalidades às quais retornaremos depois. Os “vivas” saúdam apelidos pejorativos, convocam a ida às urnas e ironizam com a *cidadania*, visto que as mulheres não votavam. Tais exclusões podem justificar o erro de português e a cacofonia, e por último, em grifo, o Ceará *Livre* que, seguindo a mesma lógica, de livre não tinha nada. Como vimos, os ruídos dos *vivas* foi algo que incomodou, motivo pelo qual acreditamos que este panfleto saiu do seio dos bezerristas, uma vez que satiriza personalidades conformadas na chapa rabelista.<sup>93</sup> Para o momento, fiquemos com o barulho incômodo que esses *vivas!* faziam e com essa ironia, do uso exagerado de tal expediente.

Até aqui, as ruas estavam agitadas por vozes, rumores, corpos em movimento, panfletos e armas em disparo. Mas houve um momento de silêncio descrito pelos narradores, em especial por Teófilo, que relata de *visu*<sup>94</sup>. Tal episódio ocorreu quando, totalmente derrotado, Acioli embarcou para o Rio de Janeiro e a população, desejosa de usar a vaia para humilhar ao extremo seu adversário, foi convidada por um dos líderes a um ato de benignidade para com o inimigo.

Mesmo tendo Agapito dos Santos sido vítima desse expediente da vaia por soldados aciولينos à paisana, quando do seu desembarque, em retorno de uma campanha política na capital do país, solicitou que não fossem utilizadas as vaias. Diz Teófilo: “Agapito subiu em um banco e falou à multidão /.../. Fora vaiado por sua ordem e agora pedia piedade para o seu algoz, não queria que lhe dessem um assovio!!! /.../. O povo, herói e magnânimo, guardava um silêncio tumular e deixava passar o seu algoz, sem proferir uma queixa, uma maldição”<sup>95</sup>.

Esse silêncio lúgubre que se opunha, diretamente, ao desejo popular de festejo e humilhação, que tornaram necessária a intervenção de uma *autoridade* da oposição intercedendo em favor do ex-presidente do Estado,

---

<sup>93</sup> Sólton Pinheiro foi um dos três vice-presidentes candidatos, portanto, essa referência a um judeu provavelmente visava a atingi-lo.

<sup>94</sup> Ao afirmar que quase tudo relatado foi visto de próximo ou passado por pessoas confiáveis, Teófilo deixa ver a condição de *Narrador* proposto por Benjamin.

<sup>95</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, pp. 159-62.



mantendo o respeito à instituição política e à representação social da família aciolina.

### As crianças em cena: o “Herodes Ressuscito”

Esse clima de euforia do dia 14 foi remontado na tarde de 21 de janeiro, com a passeata da Liga Infantil. O convite assim conclamava:

Liga Infantil

Povo de calças compridas e barba no rosto!

É amanhã o nosso dia! É amanhã que realizar-se-á o nosso grande préstito cívico-infantil em homenagem ao valoroso soldado e heróico patrício Marcos Franco Rabelo.

A nossa Liga conta com o nunca desmentido patriotismo do valente povo cearense e com uma bela e imponente ornamentação. Franco Rabelo é digno de ser adorado por todo cearense. Ele é o bicho homem. Ele aí vem tomar conta desta geringonça e na frente já mandou o Osório e o Correia Lima, dois turunas de primeira grandeza.

Vamos agora ver qual é o pão que tem formiga e não há Maria de Araújo que possa mais salvar o negócio. A nossa partida terá lugar às 4 horas da tarde sendo o ponto de saída a Avenida Franco Rabelo (ex-Babaquara)<sup>96</sup>.

Uma convocação farta de provocações que cumpre a função de estímulo, valorizando o aspecto cívico e patriótico da homenagem; reforçando a valentia do povo cearense e a força moral de Franco Rabelo ou a coragem de personalidades militares, como Osório de Paiva e Correia Lima. Este último, transferido da capital cearense por desentendimentos públicos com o governo. Por fim, não menos aborrecedora, tem-se, nos dois últimos parágrafos, transcritos uma alusão a Maria de Araújo, a beata mocinha dos “milagres” ocorridos em Juazeiro, numa referência indireta aos interesses políticos de Padre Cícero e sua aliança com Acioli, tema que trataremos mais adiante. Acrescente-se, ainda, o fato que a saída do préstito seria da Avenida Franco Rabelo (ex-Avenida comendador Nogueira Acioli), uma linda via pública feita para homenagear o oligarca e que era agora rebatizada no material provocativo dos opositores, com o nome de seu principal adversário.

---

<sup>96</sup> Panfleto: *Liga Infantil*.

O que era um simples convite foi a cada parágrafo enfrentando e afrontando a oligarquia e seus aliados. Qualquer panfleto, lançado à rua, tinha muito dessas características naqueles dias de janeiro de 1912.



Figura 11: Passeata das crianças – Foto gentilmente cedida pelo pesquisador Waldy Sombra

A caminhada estava prevista para encerrar-se na Praça do Ferreira, em frente ao Maison Art-Nouveau. A praça já estava ocupada pela cavalaria da polícia aciolina e aconteceu pelo menos dois incidentes com policiais à paisana que se infiltraram na passeata e acabaram provocando tumulto, um deles saindo até ferido pela fúria popular<sup>97</sup>.

Ao final da passeata, foram dispersados mais de dois terços dos manifestantes, num enfrentamento com a cavalaria, que ainda investiu sobre os que permaneciam na Praça, por volta de 18 horas. A cavalaria avançou sobre os populares e dissipou a multidão a patas de cavalos e a tiros, precipitando-se impetuosamente em direção ao Art-Nouveau.

Neste momento, os homens que se achavam armados encheram as portas e enfrentaram a soldadesca a tiros de

---

<sup>97</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, pp. 111-5.

revólver. O tiroteio foi horrível. Os populares, com a coragem de assombrar, enfrentaram os soldados que avançaram sempre procurando entrar no salão. Depois de feridos e mortos alguns soldados e também mortas algumas crianças, retirou-se o piquete<sup>98</sup>.

A descrição mais detalhada de Teófilo leva-nos a outro episódio muito rico e curioso desse enfrentamento polícia/populares:

Estática, no meio do povo que se debandava açodadamente, via-se a menina Odele, filha do advogado Dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa, porta-bandeira da Liga Feminista Franco Rabelo. Esta jovem, que simbolizava perfeitamente o heroísmo da mulher cearense, não saiu do lugar em que se achava, quando começou o ataque, muito embora as balas passassem sibilando pelos seus ouvidos e algumas atravessassem a bandeira que tão dignamente carregava<sup>99</sup>.

É uma narrativa recheada de orgulho, hombridade e valentia da moça Odele de Paula Pessoa – que salva das balas perdidas do tiroteio, também sobreviveu com bravura às patas dos cavalos da polícia. Mesma sorte não teve um garotinho que, segundo Teófilo, havia sido executado a sangue frio, quando de joelhos implorava para não ser morto e cujo assassino, não satisfeito com o tiro disparado contra o peito da criança, ainda vociferou: “levanta-te para cair de novo”. Tal fato foi presenciado por um cabo do Exército, que sacou de um revólver e justicou o infanticida.

Essa narrativa impactante conduziu-nos a perceber como Teófilo colocou no mesmo cenário, realidades opostas. Seu propósito de chocar pela brutalidade do ocorrido e pela pretensa sorte da garotinha, propiciou ao leitor a visualização da valentia feminina, aliada aos desfechos trágicos da morte das crianças, pondo todos no mesmo estado de luta e em condições iguais de resultado, mas omitindo a distinção social, participação e engajamento social diferenciado. A morte das crianças pobres potencializava a heróica e valente moça rica.

No fato do assassinato, temos um anonimato total das pessoas envolvidas, o que não ocorreu em relação ao heroísmo da menina Odele, filha da uma das principais famílias de oposição à oligarquia aciolina. A

---

<sup>98</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, p. 113.

<sup>99</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, p. 112.

contraposição entre o heroísmo sobrevivente de uma personalidade ilustre, de rica família cearense e a martirização anônima daquele garoto, leva a algumas reflexões, visto que quando mais um filho de uma família ilustre foi alvejado em combate nas trincheiras abertas, teve também seu nome imortalizado<sup>100</sup>.

Ao fixarmos olhar à foto da passeata com crianças e demorarmos-nos em sua cena para recompor os tipos de trajés a vestir os nove garotinhos postos em primeiro plano, inferimos sua condição social. São crianças descalças, chapéus surrados, roupas pardas, calças arregaçadas à canela, o que visivelmente expõe seu destoar da alvura de vestimentas dos demais passantes.

Estando um grupo de oito à direita e um à esquerda, projetam-se como primeira imagem da passeata. Uma olhadela desavisada se encantaria com as roupas e chapéus dos dois homens à frente e mais o número elevado de pessoas espremidas na rua. Chamamos a atenção para esses garotos por crermos terem sido figuras anônimas como aqueles que foram vitimadas pela polícia aciolina. Pela foto, fica evidente que seria fácil para a cavalaria identificar os meninos de rua. Mesmo nós, distanciados que estamos do episódio, tendo a imagem como suporte, conseguimos distingui-los dos filhos dos comerciantes e moradores do centro da cidade.

Encontramos em suas imagens, as pistas necessárias para argumentar que as crianças assassinadas não eram de famílias abastadas ou influentes, pois não há menção alguma de que esse tipo de família tenha perdido um dos seus – em especial, suas crianças. Salvo os dois casos relatados, não encontramos na bibliografia, folhetos, panfletos e cronistas qualquer referência mínima a que os opositoristas políticos ou comerciantes tenham perdido filhos neste confronto.

Agrupando os variados materiais sobre o episódio, não encontramos uma só identificação das crianças mortas; como é feito com a categoria do “povo” revoltado – que não tem configurada sua procedência, sua face e sua condição social. As “criancinhas” tornam-se entes abstratos, sem nenhuma adjetivação ou subjetivação. De fato, salvo a condição de ingênuas, relatado

---

<sup>100</sup> Foi o caso de João Farias dos Santos, um jovem de 18 anos, morto nos combates de 22 de janeiro de 1912, cujo pai era comerciante respeitado, conhecido por Joaquim Amâncio.

por cronistas, nada mais há registrado que nos permita desenhar uma feição social de tais “crianças”.

Não foi aventada, abertamente, pelos principais narradores como Rodolfo Teófilo e Hermenegildo Firmeza, qual a origem social dos meninos, ou quem sabe meninas, que foram alvejados pelos tiros da polícia aciolina e pisoteada pela cavalaria. Essa omissão, ligada a outros aspectos de anonimato da escrita dos panfletos e folhetos, foi se corporificando quando da visualização das imagens da passeata infantil.

Os relatos conhecidos levam a crer, candidamente, que tal movimento era constituído somente pelas crianças dos moradores da capital, filhos de trabalhadores e comerciantes. Mas nos deparamos com imagens que contestam essa primeira impressão. Há, sem dúvida, uma gama dessas crianças, sempre bem alinhadas, com roupas domingueiras, nas quais prevalece o branco e cujos pais as acompanham, engrossando a passeata e protegendo os seus. Mas também fizeram-se presentes crianças de outra origem, como percebe-se na foto seguinte.



Figura 12: Passeata das crianças – Foto gentilmente cedida pelo pesquisador Waldy Sombra

Têm-se, nas duas extremidades, os exemplos dessa nossa argumentação: no canto inferior esquerdo, uma senhora conduz uma criança

bem vestida, protegida contra o sol de final de tarde, ambas num alvar contrastante com o marrom-coçado do menino no limite direito da imagem – que não satisfeito em aparecer faz pose para o fotógrafo, deixando aparente a ausência de alguns componentes da “glamourosa” moda do início da República<sup>101</sup>, tornando-se um *estranho*, mas comprovando a impossibilidade da separação entre esses mundos numa via pública.

Nestes termos, ainda que não possamos afirmar, os indícios apontam que a garotada, fossem os tidos como “vadios” ou os que viviam como engraxates, sofriam dura repressão da conhecida Guarda Cívica, que, entre outras atribuições, devia “redobrar a segurança de seu poder oligárquico, bastante pressionado, à época, pelos grupos políticos da oposição e pelos setores médios e populares fortalezenses.”<sup>102</sup> Mas não se restringia somente à perseguição aos opositores: estava presente na vigilância e coerção da emergente vadiagem e mendicância, nos dizeres de Pontes.

Estes garotos, sempre insinuados como *engraxates* e *moleques*, enfrentavam, constantemente, a força policial. Basta pensar no caso dos meninos negros vendendo boletins na Praça do Ferreira e nas suas presenças nas passeatas, mesmo que na periferia destas ou em situação semelhante, nas aglomerações políticas. Motivo pelo qual os aciologistas desqualificavam os protestos, levando Rodolfo Teófilo a retrucar: “Por esta manifestação popular o Sr. inspetor viu que o movimento do Ceará não era feito por moleques e engraxates, mas por gente qualificada. Não eram arruaças de malandros, de garotos, como diziam os amigos do Sr. Acioli, no Rio”<sup>103</sup>. Sendo assim, justificaram atribuir o movimento a uma *garotada rebelde* e o resultado do enfrentamento de 21 de janeiro não representava acontecimento extraordinário, sendo assim representado por Teófilo, ao dar voz a um oficial:

O que valia a morte de uns três ou quatro *cabrinhas* para motivar tamanha celeuma. Para abalar a soberania do povo,

---

<sup>101</sup> Ponte, analisando a moda do início do século XX, em Fortaleza, afirma: “com o advento da República e a inserção da ‘*belle époque*’ nas principais cidades do país, a moda tornou-se, como sublinha Nicolau Sevckenko, ‘*mais leve e democrática*’: passou-se a usar, por exemplo, o paletó e o chapéu de palha no lugar da cartola e da sobrecasaca, preponderando o branco e os tons claros...” PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque*, p. 154. Cabe lembrar que cartola e sobrecasaca eram associadas à velhice de Acioli, o que lhe rendeu a alcunha de “babaquara”.

<sup>102</sup> PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque*, p. 165.

<sup>103</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, p. 96.

essa soberania que ele calcava havia vinte anos com tacão de suas botas, se é que uma senzala de vis cativos tem soberania, ele tinha - *para os homens bala e para as mulheres vergalho*, isto na frase de um oficial do corpo de segurança<sup>104</sup>.

Esse destaque na escrita original de Teófilo fechou um quadro – se não definitivo, pelo menos considerável –, sobre a morte das crianças naquele dia. Estas, não sendo da “gente qualificada”, foram alvo do olhar clínico da força pública e transformaram-se em oportunidade preciosa para a *eliminação* de alguns moleques, senão *vadios*, que cotidianamente davam trabalho à polícia aciolina, criando, ademais, uma forte intimidação aos manifestantes. Só que resultou no contrário: o ocorrido foi a gota d’água e a justificativa necessária para que oposição e populares pegassem em armas e abreviassem a permanência de Nogueira Acioli no poder. O infanticídio sobreveio num ambiente de espírito revoltoso e obstinado, cultivado por diferentes mídias – discursos, panfletos, canções, passeatas e vaias públicas de autoridades – ou seja, as condições foram se precipitando, culminando no recurso armado.

### Letrados e Populares: modos de ver e fazer a luta

Poderíamos começar este tópico descrevendo os acontecimentos dos dias 22 a 24 de janeiro de 1912, mas vindo na contramão do acontecer progressivo e, através dos usos dos materiais disponíveis, contextualizarem, pouco a pouco, os fatos ocorridos nestes dias, ao mesmo tempo em que perscrutamos a intencionalidade dos textos que conduzem esse vai-e-vem espaço-temporal. Iniciamos com uma data específica: 24 de fevereiro de 1912.

24 de fevereiro representa o 30º dia da vitória que no mundo anunciou o heroísmo sem exemplo nos anais da história pátria, do povo cearense, batendo-se e vencendo a barreira de baionetas que defendiam o massacrador de crianças [negras].

Esta data não poderá passar despercebida e por esse motivo haverá na avenida 7 de Setembro, à noite, uma grande festa veneziana dedicada pela mocidade a Liga Feminista.

A avenida será belamente ornamentada e iluminada.

---

<sup>104</sup> PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque*, p. 115.

A comissão promotora conta com o valioso auxílio dos proprietários dos Cafés do Comércio, Java, Elegante, Iracema, Politeama, Heráclito, Avenida, Maison e Rotisserie<sup>105</sup>.

A passagem do primeiro mês da deposição de Nogueira Acioli foi, assim, marcada por uma grande festa pública na mesma praça que fora palco da morte das crianças. Era dedicada às moças da Liga e promovida pela mocidade e pelos comerciantes. Mais uma vez o comércio – em específico, o de entretenimento –, fez-se presente nas festividades públicas, em parceria com os agrupamentos cívicos.

O motivo da festa não poderia ser outro: o heroísmo e a escrita de civismo nas páginas áureas da história da pátria, uma escrita que começa com a palavra REVOLUÇÃO. Vale ressaltar que as festas não se desvincularam das atividades políticas, servindo, ao contrário, como estímulos à divulgação da indignação dos grupos contra a presença aciolina. Esta, mesmo deposta, tinha, nas eleições que se avizinhavam, veleidades continuístas e, qualquer data, comemoração ou evento político eram motivos para circulação dos boletins.

Esse “construto revolucionário” foi bastante desenvolvido e reforçado pela crônica histórica de Rodolfo Teófilo. Este, avesso à prática político-partidária, afirmava que não votava por não acreditar naquela República, que permitia a uma dinastia, como a aciolina, ter-se perpetuado no poder durante tanto tempo. Adversário da República oligárquica – cerceadora e limitada democrática e moralmente –, via em movimento popular de cunho *idealista-liberal*, mesmo sem confiança total, uma provável reforma da estrutura do Estado.

Sua crônica é farta de contradições comuns a muitos intelectuais ativistas de sua época pois, ao mesmo tempo em que defendia o regime republicano e advogava a participação do cidadão, apontava as limitações de um regime liberal num país condenado pela sua composição mestiça e pela ignorância política.

Esse tipo de ideologia levava grandes dilemas intelectuais e contradições. Por um lado, a ciência médica mostrava como inviável qualquer projeto de se construir no Brasil uma sociedade moderna e civilizada, dada a composição mestiça

---

<sup>105</sup> Panfleto: *Convite*.



de sua população. Por outro lado, os ideais liberais e os modelos políticos europeus e norte-americanos aqui difundidos levavam nossos pensadores a almejar uma forma de sociedade com relativa participação popular nas decisões do Estado<sup>106</sup>.

Essa participação popular devia ser “controlada”, uma vez que a incapacidade e a inexperiência políticas lhes eram inerentes, de forma que o “povo” precisava ser educado para a vida cidadã, o que só seria possível via educação formal. Por esta via diluiriam-se suas *anomalias* e entraria em cena não um cidadão-padrão, pensando nos moldes ideais liberais, mas um indivíduo com um maior discernimento da sua participação na vida pública. A educação redimia este homem comum, misto das impropriedades naturais dos trópicos.

Evidencia-se essa contradição quanto à participação popular no movimento de 1912, quando, empolgado, Teófilo traça paralelos do movimento em Fortaleza com o vigor e o brilho da Revolução Francesa. Em toda sua crônica sobre a Libertação do Ceará, o “povo” é o protagonista principal, mesmo que nesta construção ele seja traído por uma série de detalhes em que transparece uma organicidade da oposição para a tomada do poder e, mais ainda, quando argumenta sobre a espontaneidade do movimento, que seria uma revolta sem cabeças, nascida no seio de um povo cujo coração cheio de ira orientava os rumos e destinos a serem tomados<sup>107</sup>.

Os chefes da oposição ao governo do Sr. Acioli nada tiveram com o movimento revolucionário. O povo, exclusivamente o povo, foi quem fez a revolução, foi quem escolheu o candidato à presidência do Estado no futuro quadriênio. /.../ No sul tinha-se uma noção muito falsa do movimento revolucionário aqui.

Não compreendiam como o povo, somente o povo, derribou a oligarquia Acioli cercada de mil homens e apoiada pelo governo da União<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> PORTO, Eymard. *Babaquara, chefetes e cabroeira*, p. 56.

<sup>107</sup> A compreensão de povo que Teófilo tem é semelhante àquela apresentada por Bollème, quando se refere ao povo como uma força incontrolável e marcadamente com desvio de moral: “ele é ciumento, desconfiado, turbulento, tolo, irritado, frívolo... Mas sobretudo, ele se emociona sem cessar”. Esta caracterização criava na sua descrição literária a admiração e temor dos românticos do século XIX, como também alimentava o desejo de políticos conspiradores de atizar esses ânimos descontrolados. É sob essa referência de povo que Teófilo discorre. BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*. São Paulo, Martins Fontes editora, 1988. p. 24.

<sup>108</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, pp. 141 e 174.

Esse “povo” poucas vezes ganhou feição ou nome na exposição de Teófilo pois, se antes dos ocorridos de 24 de janeiro, havia as corporações, as ligas e o ativismo político dos comerciantes e trabalhadores do comércio, quando do movimento armado, esses grupos dissolveram-se em populares armados. Tanto Teófilo quanto Firmeza<sup>109</sup>, afirmaram que havia mais de 500 combatentes com carabinas e máusers, armamento conseguido com particulares e na loja de ferragens Lima, onde encontraram bastante munição, aproximadamente 4 mil projéteis.

O movimento foi visto como revolucionário, pois sua causa residia para além de uma vingança: tratava-se de *libertar* o Ceará das mãos de um tirano, tanto que o comendador Nogueira Acioli fora chamado de *Marat* e seus opositores, configurados líderes dos movimentos como os revolucionários franceses.

Aos bandidos de Palácio

Miseráveis

Ladrões e Assassinos

Que ontem mandaram covarde e traiçoeiramente espingardear o povo  
“garantido” pelo Cel. José Faustino

alons esfants da la patrie!

Le jour de gloire est arrivé!!

“... o povo cearense fará respeitar a soberania de sua vontade com as cédulas nas urnas, ou com as armas nas mãos. Franco Rabelo”.<sup>110</sup>

Essas epígrafes encontram-se em um poema que circulou em folha avulsa e em folheto que narra a vitória de Franco Rabelo. Mais uma vez, o mesmo texto aparece em suportes diferentes, permitindo sondar as intertextualidades subjacentes aos encontros e confrontos de matrizes orais e letradas. Começamos a acreditar que os folhetos sobre este evento não foram uma produção individual, mas a coletânea de uma série de panfletos que circularam com canções, poemas e paródias, nos dias anteriores e posteriores a 24 de janeiro, com o intuito de celebrar as *conquistas* e inventariar os vários momentos em que letras e vozes se aliaram contra o governo aciolino.

---

<sup>109</sup> FIRMEZA, Hermenegildo. “A revolução de 1912 no Ceará”. In: Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1963, vol. 81, jan/dez.

<sup>110</sup> Panfleto: *Aos Bandidos de Palácio*.

Circulando no dia seguinte à morte das crianças – uma vez que traz, no início do poema, a referência ao espingardear do povo e, em suas últimas linhas, “ABAIXO O HERODES RESSUSCITO”, alcunha que recebera o comendador Nogueira Acioli depois do ocorrido em 21 de janeiro de 1912, este panfleto tem tipos e versos carregados de ódio de um vermelho-sangue.

Na sequência das epígrafes aparece uma série de informações riquíssimas para o entendimento do primeiro dia de combate entre as forças policiais, populares e oposicionistas do governo. O coronel José Faustino, inspetor da 4ª Região Militar, havia “garantido” que o préstito infantil (jan/1912) ocorreria sem maiores incidentes, fato que não aconteceu. Porém, havia uma certeza: a de que o poder federal, representado pela força militar do inspetor, não entraria em apoio ao Batalhão de Segurança do governo Acioli. Esse “garantido” agiu como um salvo-conduto para a ação beligerante, visto que os soldados que faziam a segurança da 4ª Região não passavam de uns 50, sendo contingente insuficiente para conter os revoltosos. Além disso, ainda não havia um posicionamento do governo federal quanto a uma possível intervenção. Acreditavam que a repressão estadual podia controlar qualquer distúrbio<sup>111</sup>.

De posse do salvo-conduto, a sentença posterior vem com a vitalidade guerreira das revoltas liberais. Usavam-se trechos da *Marselhesa*, numa referência direta à Revolução Francesa, visto que o hino fora símbolo da resistência dos marselheses quando chamados a Paris – antes de tornar-se hino oficial da França em 14 de julho de 1795, era conhecido como *Canto de Guerra para o Exército do Reno*.

Parece que os espíritos intelectualizados inspiraram-se na valentia revolucionária francesa para instigar, ainda mais os ânimos revoltosos da população fortalezense. Difícil aferir o grau de compreensão, pelos revoltados, dos versos em francês da *Marselhesa*, mas sem dúvida essa inferência

---

<sup>111</sup> SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *Crise na Política dos Governadores*, p. 138: “Na deposição de Acioli, o batalhão do Exército em Fortaleza exerceu um papel importante. Embora veladamente, apoiava os oposicionistas e garantia a não repressão da Força Pública Estadual.” A autora permeia seu trabalho pela valorização do apoio latente dos comandantes militares na capital cearense – primeiro, o coronel Faustino, posteriormente ao levante, o general Carlos Mesquita, várias vezes citados nos panfletos. Andrade também detecta esse apoio quando cita que a escolha do Passeio Público para *meeting* ocorria em função da sua proximidade com o batalhão do militares.

encontrou eco nos opositoristas letrados, que tinham um conhecimento plausível dos feitos revolucionários cantarolados pelo hino.

Podemos observar que o caráter beligerante e de apelo aos cidadãos em armas, lembrando os levantes revolucionários franceses, vai estar presente no uso das palavras de ordem patrióticas e no “às armas, cidadãos”... que, trocando rimas oportunamente por cearenses, põe em equivalência os povos francês e cearense na luta contra a tirania.

A última parte da primeira estrofe da *Marselhesa* demonstra claramente de onde vinha a inspiração dos *revoltosos*. Não se tratava de uma turba de criminosos, mas de cidadãos briosos em luta pela plenitude de seus direitos:

Avante, filhos da Pátria,  
O dia da Glória chegou.  
O estandarte ensangüentado da tirania  
Contra nós se levanta.  
Ouvís nos campos rugirem  
Esses ferozes soldados?  
Vêm eles até nós  
Degolar nossos filhos, nossas mulheres.  
Às armas, cidadãos!  
Formai vossos batalhões!  
Marchemos, marchemos!  
Nossa terra do sangue impuro se saciará!<sup>112</sup>.

José Murilo de Carvalho atribui à ala dos republicanos mais radicais, o uso da *Marselhesa* e a evocação dos brios revoltosos dos populares franceses. Porém, deixa transparecer que os projetos de República ainda reverberavam nos textos e corações de republicanos decepcionados com os rumos do novo regime. Evidentemente, tal canção, naqueles dias de oposição à Monarquia, ou mesmo tempos depois, quando utilizada como protesto pelos *republicanos históricos* desiludidos, não tinha a mesma dimensão que a cantarolada, senão epigrafada no boletim, em Fortaleza, depois das mais de duas décadas republicanas.

---

<sup>112</sup> A *Marselhesa* traduzida para o português pela Embaixada Francesa. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/memoria/letrasrev/franca/14\\_amarselhesa.html](http://www.dhnet.org.br/memoria/letrasrev/franca/14_amarselhesa.html)>.

Com base nesse espírito e entusiasmo “revolucionário francês”, de insatisfação teórica e política com a República oligárquica brasileira, foram escritos alguns dos panfletos fazendo referências à Revolução Francesa:

O jornal *Revolução*, publicado no Rio em 1881 por um funcionário demitido da Alfândega, Fávila Nunes, conclamava o povo, segundo ele roubado em seus direitos pelo governo monárquico, a empunhar “o estandarte da liberdade – a bandeira da República – no meio da praça pública, ao som da Marselhesa, proclamando a soberania popular<sup>113</sup>”.

Para os menos conhecedores da *história universal*, o telegrama enviado por Franco Rabelo para os cidadãos fortalezenses, também lançado em outro boletim, trazia uma convocatória patriótica e republicana passando a confiança e a certeza de uma liderança que deviam se apoiar moralmente, naquele momento. No mesmo telegrama outro aspecto da soberania popular foi evocado, quando desrespeitada a manifestação pública, criando uma instabilidade com relação ao futuro político eleitoral que se avizinhava deveriam reagir. Então, diante da dúvida, às armas desde que genocídio negro.

Essas armas foram escudadas por ideais *nobres e revolucionários*, que lutavam pela libertação do jugo oligárquico, mas as semelhanças *literárias* não cessaram nos primeiros dias do movimento armado; ao contrário, foram propaladas nas crônicas de Teófilo e Firmeza:

A revolução é um fenômeno cuja causa é desconhecida. O homem é um fator que age sob influência de uma força oculta.

A França viu o incêndio destruir palácios como as Tulherias e nem por isso deixou de ser um país culto e civilizado.

Robespierre, Danton, Marat, eram sanguinários, desonestos; mas Emílio Sá, José Carvalho, João da Rocha e outros chefes do movimento não eram. Os franceses lutaram pela liberdade da pátria que maus cidadãos escravizavam ao sabor de seus vícios e sob proteção de um rei poltrão. Os cearenses lutaram pela salvação da vida, sem escolher armas, cumprindo o *Se va te ispum*.<sup>114</sup>

Se, num dado momento de sua narrativa, Teófilo afirmara não existirem lideranças no movimento armado de 1912, depois, seduzido pelo preceito

---

<sup>113</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 11.

<sup>114</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição de Juazeiro*, p. 18.

revolucionário, no qual a *história* sempre delegou glória aos vitoriosos, listou os *líderes de ocasião* que se enfileiravam em trincheiras e barricadas na luta contra as forças situacionistas. Estes foram comparados, com reservas, aos líderes revolucionários franceses, pois os *nossos* tinham menos crueldade e eram mais idôneos.

Emílio Sá, José de Carvalho e João da Rocha combateram por muitos, foram tão ou mais valiosos que os chefes franceses, pois lutaram “pela salvação da vida, sem escolher armas”... Ou seja, pelas lideranças podemos constatar uma elevação de espírito e civilidade, segundo a qual, mesmo acontecendo vários atos considerados por Teófilo como vandalismo e insanidade, eram ações equivalentes às vividas pela França em seus dias de crise social, mas que não a fizeram perder o *status* de civilizada.

Outro momento de visível inspiração na literatura revolucionária francesa foi quando, relatando a ação de um garoto, Firmeza compara seus atos aos de uma criança *literária* da obra *Os Miseráveis*:

Ao raiar do terceiro dia, o número de combatentes era muito maior. Até garotos, tipos que se encontram em todas as revoluções, da natureza do Gavroche, das barricadas parisienses, que a pena de Victor Hugo imortalizou.<sup>115</sup>

Esse recurso, para além da comparação, surge novamente no panorama do confronto no intuito de elevar o combate: não se trata de uma revolta, uma sedição ou mesmo um levante, mas de uma *revolução*, com todos os componentes que se fazem necessários. Armas, valentia, heroísmo e doação foram elementos pictóricos desse quadro revolucionário, e cada aproximação com as lutas liberais francesas o abrihantava ainda mais.

O uso da comparação histórica, porém, não residiu somente no caráter universalista das revoluções burguesas, mas arrimou-se também na história local, recorrendo à *tradição libertadora* dos moradores da *Terra da Luz* que, passaram para *história nacional* como a primeira a tirar do cativo seus escravos, não permitindo o domínio senhorial do oligarca.

Aos Cearenses

Trabalhar sem desfalecimento, lutar até o sacrifício, deve ser preocupação única dos cearenses escravizados.

---

<sup>115</sup> FIRMEZA, Hermenegildo. “A revolução de 1912 no Ceará”, p. 35.

Lutemos pela libertação dos escravos brancos, com a mesma coragem e perseverança que soubemos empregar na libertação dos negros. Somos um "Estado escravizado", assim nos classificou a imprensa do Sul. É necessário, custe o que custar, livrar a nossa querida terra do estigma da escravidão, porque não pode deixar de ser livre o povo de libertadores, que foi o primeiro no Brasil a libertar *seus escravos*<sup>116</sup>.

A *coragem histórica* de lutar contra a opressão é recorrente nos panfletos e nas analogias literárias de cronistas e memorialistas, tudo para fortalecer a idéia de que o enfrentamento que se aproximava e se concretizou seria mais uma contribuição cearense para a construção áurea da história do Brasil. Recorrer à questão da escravidão no Ceará proporcionava duas simetrias: a primeira, imediata, aponta que o cativo, a dominação (agora branca) não poderiam ser permitida; outra, todos deveriam cumprir, novamente, seu papel histórico, libertar seu povo, ou libertar "escravos brancos" do eito opressivo do senhor Nogueira Acioli.

Residam aí, nessa constituída relação histórica, o fato de as variadas ligas se alcunharem de libertadoras e regeneradoras do Ceará. Esse mesmo espírito *abolicionista* fez com que Teófilo intitulasse sua obra *Libertação do Ceará*. A alusão está explícita: a este movimento armado foi atribuída uma positividade interna, uma *libertação*, dirimindo ou ocultando qualquer associação a um levante *bárbaro* e inseqüente. Não foi um motim ou mesmo um golpe político – visão que prevalecerá no movimento armado de Juazeiro. Ou seja, o mesmo pensamento que motivou a considerar a luta rabelista como a libertação do Estado, fez entender que o movimento de 1914, em Juazeiro do Norte, não passara de um contragolpe.

Para compreendermos melhor a concepção de Teófilo, que para além de um recurso literário à *libertação de um povo*, trazia na sua narrativa a contradição do termo revolução, cabe um pequeno verbete sobre o conceito de revolução. Conceito que norteou as contradições entre *positividade* e *insanidade* do movimento popular,<sup>117</sup> pois a exemplos dos estudiosos da Revolução Francesa, donde essa dualidade ficou patente:

---

<sup>116</sup> Panfleto: *Aos Cearenses*.

<sup>117</sup> O que assusta, nessa condição revolucionária do povo, é que "a esse caráter emotivo associa-se tudo o que se propaga de uma mesma e diferente maneira: tanto o que brota e se fomenta sorratamente (o motim), como o que invade, devasta (as paixões) ou que se propaga por contágio (as doenças, o erro, a superstição)". Essa movência das forças populares e suas emoções deixam indefinido o controle que autoridades ou lideranças gostariam de

Há também uma corrente de pensamento conservador e pessimista, representada durante e após a Revolução Francesa por pensadores políticos de mentalidade feudal, tradicionalista, teocrática ou monarquista, e durante a última metade do séc. XIX, por homens política e psicologicamente céticos, como F. Nietzsche ou G. Le Bon. Para eles, revoluções são explosões de emoções populares semibárbaras, incontroladas e destrutivas. Os que atualmente praticam e estudam a psicologia dinâmica, por vezes recorrem a essa idéia de revolução e a comparam com a regressão a mentalidades primitivas e observadas nos colapsos mentais<sup>118</sup>.

E Teófilo, referindo-se à *revolução* no Ceará, encerrou: “o caso do Ceará foi bárbaro, mas não foi tão horrendo, tão sem atenuantes, como querem alguns espíritos apaixonados”. Neste ponto, o “bárbaro” alude à destruição de logradouros públicos e ao ateamento de fogo nas casas dos parentes e correligionários de Nogueira Acioli. Os *atenuantes* encontram-se em dois argumentos: 1) “Foi uma reivindicação praticada pela ralé, que não se havia incorporado ao grupo dos patriotas”; 2) “Este ato, muito de acordo com a moral da canalha, com o sentir dela, justificava quem o praticou dizendo: ‘ – Tiramos o que era nosso, o que era do povo, pois eles nada tinham quando entraram para o governo’”.<sup>119</sup>

A massa, enfurecida, agiu espontaneamente. Fato que nos faz atentar para a questão da remodelação urbana que estamos a refletir, foi a iniciativa de populares em depredar uma das belas praças aformoseadas pelo intendente Rocha (que, a propósito, teve sua chácara incendiada), além de quebrar postes de iluminação, saquear lojas, virar bondes e destruir a fábrica de tecidos de Tomás Pompeu<sup>120</sup>.

Mesmo ainda entusiasmado com o movimento popular, Teófilo tentou separar o joio do trigo, e um novo grupo apareceu – a *ralé* que, mesmo desprovida de valores honrosos e patrióticos, tinha, nos equívocos e roubos do governo, a justificativa para os *atos bárbaros* que praticou durante os dias de revolta. Essa contradição faz com que o cronista se projete como entusiasta

---

impor ao processo. Desta forma, essa insanidade deve ser minimamente regulada para garantir os resultados políticos dos movimentos revoltosos. Mas também é esse movimento que produz os relatos fantásticos, carregados de superstições, propagados no calor do conflito por “mensageiros” anônimos. BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*, p. 25.

<sup>118</sup> ERÓS, J. S. Verbete “Revolução”. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/MEC, 1986, p. 1.075.

<sup>119</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição de Juazeiro*, p. 19.

<sup>120</sup> PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque*, p. 50.



*levemente* crítico do movimento popular armado de 1912, em Fortaleza. Acrescente-se à argumentação o fato de Teófilo demonstrar-se um aficionado por Franco Rabelo.

Para os cultos ou letrados, Acioli podia ser taxado de Marat<sup>121</sup>, os chefetes do movimento podiam ter paralelo nos revolucionários franceses, a meninada que pegou em armas poderia ser comparada aos garotos que combateram nas barricadas parisienses, numa explícita referência à cultura e história francesas. Se tais referências enriqueceram os panfletos, crônicas e memória dos narradores da cultura letrada, os sujeitos da oralidade foram tecendo também seus fundamentos narrativos e explicativos para os acontecimentos, porém com porções outras do ingrediente.

O *fantástico* e o *hilário* aparecem como fermento na confecção desse bolo narrativo.<sup>122</sup> Sem o referencial histórico francês – e também não precisando dele para contar sua própria história – os sujeitos das tradições orais relatam por outros matizes, usando de todos os suportes da oralidade, ora cantando, outras recitando, outras relatando rumores. Estes últimos, sempre sustentados pela transmissão oral e largamente propalados em momentos de crises sociais, também fizeram-se presentes no movimento armado de janeiro. Convém, antes de enunciarmos o registro escrito desses rumores, arrimarmo-nos na definição de Françoise Reumaux:

o rumor que é uma operação de pensamento coletivo e que, num momento de uma carência social ou sentimento de descontinuidade, visa definir uma situação e estabelecer laços de um novo uso pelo viés das narrativas urbanas. Essas narrativas, que fazem largo uso da simbolização, e que corrigem um mal-estar pela sua circulação e sua repetição, parece-nos responder a duas modalidades pela quais Lévi-Strauss definiu o rito, a de "modificaram uma situação prática", e de "designar e descrever uma situação"<sup>123</sup>.

---

<sup>121</sup> Nogueira Acioli, quando da sua saída da capital cearense e chegada à Bahia, tinha seus passos relatados nos panfletos que o comparavam novamente com o tirano francês Marat: "Bahia! no teu seio, por algumas horas, demora-se, hoje, o cearense espúrio, o renegado Marat de alma negra de piche, o barrigudo e desavergonhado Acioli!" *Apud* SOMBRA, *A Guerra dos Panfletos*, p. 172.

<sup>122</sup> BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*.

<sup>123</sup> REUMAUX, Françoise. Um Rito Oral Urbano, o Rumor. *Revista Projeto História*. São Paulo: Educ, n. 19, 1999, p. 19.

Essa operação coletiva, que põe em pauta resoluções *fantásticas* em momentos de crise, ganhou forma na narrativa de Teófilo, preocupado em abarcar todas as vertentes possíveis do movimento, tecendo uma rede em que as ações populares fossem captadas, possibilitando diagnosticar as motivações ou justificativas para sua ação armada. Entre outros relatos de estranheza e desmistificação do imaginário popular, Teófilo descreveu o caso de um menino com papel importante no conflito:

Este menino não saía das trincheiras. Os rapazes vendo a atividade, a inteligência, e audácia dele fizeram-no espião. /.../ Disse o moleque o nome de um soldado, seu vizinho, que ele sabia haver desertado. O soldado Tomás, coitado, se não estiver nas outras guardas talvez tenha morrido. O moleque ouvindo isto aumentou o choro, as lágrimas corriam, e quem o visse não dizia que estava representando uma farsa.

Inteirado de tudo, tendo ido até o vestibulo de palácio pedir notícias de seu pai aos soldados que lá estavam, saiu em rumo dos outros pontos ocupados pela força do governo. Esteve em todos, tudo viu, chorando sempre e se lastimando.

Chegando nas trincheiras disse que a guarda de palácio tinha pouca gente, esta mesmo sofria fome e pelo que lá viu não tardaria a fugir. Os outros pontos estavam desocupados, à exceção do quartel da guarda cívica.

O nosso povo, que tem manifesta propensão para o maravilhoso, criou uma lenda, fez do moleque uma criação sobrenatural. Diziam que ele estava em todas as trincheiras ao mesmo tempo, que finda a revolução, não houve mais quem o visse em parte alguma.<sup>124</sup>

Primeiro, como bom narrador, Teófilo reproduz, das vozes da rua, *onde* e *porque* do surgimento do garoto. Este criança nasce, narrativamente, nas trincheiras em combate, ganha destaque pela sua inteligência e astúcia e se projeta como espião nos muros do Palácio. Até aqui, nada de extraordinário tem esse personagem, mas as concepções do *fantástico* projetam-se ao final do relato, fechando-o com ações surpreendentes, senão sobrenaturais. Naquele momento, o garoto passou de um combatente para um *ser* especial que, por bravura, esperteza e magia contribuiu para o desfecho positivo e para a superação da crise. A presença simultânea do garoto em várias trincheiras fez um ser especial e fantástico, transformando-o numa lenda urbana. Não se trata de um construto literário, de um *Gavroche*, mas de um ser mágico, bem

---

<sup>124</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, p. 119.

mais presente nas narrativas populares e, portanto, mais real que uma personalidade literária da cultura francesa. O fato de não ser encontrado, identificado ou glorificado tornou sua atuação ainda mais heróica e nobre.

Esse episódio, em sua transmissão, cumpre a mesma ritualização do rumor, quando “sua realidade assim como sua verdade são indefinidamente adiadas, porque ele se baseia em duas ausências: a do locutor do qual se obtém a notícia e aquela do ‘objeto’ no qual ele faz menção, jamais aprendido, pois sempre está em representação”.<sup>125</sup> Mesmo tentando desmistificar a construção fantasiosa do *relato-notícia*, não se consegue sair do campo de dizibilidade constituído pelo rumor, pois mesmo sendo anunciado que o garoto fora fotografado, sendo, portanto, materialmente visível e contratado para trabalhar numa refinaria de açúcar, o silêncio quanto à captação do relato e nomeação do garoto fortalece a estrutura transmissora dos rumores.

Certamente, do contato constante com as comunidades do subúrbio de Fortaleza às quais prestava serviços voluntários de farmacêutico, Teófilo captou esses rumores. Porém, pode ser que a força dos fatos tenha permeado a cidade inteira, não precisando Teófilo ir ao encontro deles, mas o contrário. Essas *criações heróicas e fantásticas* ganharam as ruas, expondo suas representações e aproximando o irreal da realidade.

Isto fica claro quando lembramos que, em “entrevista dada pelo Almirante Gavião Pereira Pinto ao jornal *Folha do Dia*: ‘a revolução no Ceará foi puramente popular e os combatentes eram rapazes do comércio, e até meninos de 14 a 15 anos eu vi empunhando pesados rifles’”.<sup>126</sup> A participação efetiva de garotos nos combates é real, como também a imprevisibilidade de sua vitória; mas o “rumor responde pelo imprevisível do imaginário e por um deslocamento das perspectivas”<sup>127</sup>, garantindo no imaginário e conjugando com a realidade a vitória daqueles contra um governo autoritário, que havia se voltado contra eles; a *justiça real* e imaginária fora feita pelas mãos das próprias vítimas.

Outro caso que Teófilo delineia é o de um padre “que combateu nas trincheiras durante toda a revolução e que não pode ser reconhecido e também

---

<sup>125</sup> REUMAUX, Françoise. Um Rito Oral Urbano, o Rumor, p. 26.

<sup>126</sup> FIRMEZA, Hermenegildo. “A revolução de 1912 no Ceará”, p. 39.

<sup>127</sup> REUMAUX, Françoise. Um Rito Oral Urbano, o Rumor, p. 25.

havia sumido ao amanhecer do dia 24 de janeiro”<sup>128</sup>. Teófilo, neste caso, nem se deu ao trabalho de comentar ou procurar *desvendar* o que havia de imaginário neste fato, pois já o tinha demonstrado no caso dos jerimuns e no do garoto vivo e real, trabalhador da refinaria. Mas, atento que era às coisas populares, deixou subsídios para pensarmos a dinâmica de transmissão oral dos fatos ocorridos naquele movimento, e mais, quais os elementos presentes nesta narração. A valentia e hombridade são marcas fortes nestes momentos de convulsão social, bem mais privilegiados que a ilustração ou a capacidade de fazer acordos políticos, como será elogiado pelos escritos letrados<sup>129</sup>.

Nós não sabemos se os rumores salvam do esquecimento os lugares por onde passaram e se eles deixam traços na memória dos homens. Mas eles são, sem sombra de dúvida, uma reativação em novas condições de traços de histórias muito antigas. Estas histórias tiradas de um repertório e trocada nos intrínsecos da vida social, são as marcas de uma organização inconscientemente ritualizada que responde a momentos de incerteza social<sup>130</sup>.

Provavelmente, esses e outros rumores correram as ruas, praças, mercados em Fortaleza e se diluíram, com o passar do tempo, nas memórias dos moradores da capital. Foi através da crônica de Teófilo que pudemos entrar em contato com essa prática da oralidade, desprovida de seus mecanismos de transmissão e carregadas de estranhamento por um ilustre letrado, que via nessas manifestações de cultura populares um quê de atraso e incongruência com a realidade política do Estado. A efemeridade do rumor que circula em dias de revolta traz, na sua representação, a superação *imaginária* das dificuldades propiciadas pela turbulência.

São nas histórias “tirada de um repertório e trocada nos intrínsecos da vida social” em que não são surpreendentes crianças em armas e religiosos em trincheiras, sendo crianças/padres elementos do *fantástico*, porém com ressonâncias na realidade, quando sabemos da efetiva participação de jovens em carabinas e padres na vida política. O sumiço dos personagens e o anonimato propiciaram a *força narrativa* da superação da crise, ficando cada um deles inviolável da prova de sua existência. E aqueles *engraxates*,

---

<sup>128</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, p. 200.

<sup>129</sup> TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memórias de Lutas*.

<sup>130</sup> REUMAUX, Françoise. Um Rito Oral Urbano, o Rumor, p. 29.

*arruaceiros* e negros foram redimidos, momentaneamente, da sua condição inferior e elevados à heroicidade mágica dos “rumores-fábulas” ou “rumores-realistas”<sup>131</sup>.

Dada a *inaptidão* do rumor em perpetuar-se através da memória, pelo caráter efêmero e circunstancial das revoltas, outros mecanismos foram utilizados para a impressão na vida da cidade dos valores praticados e vivenciados nos três dias de mobilização armada em Fortaleza. Uma que imediatamente chama a atenção foi a troca das placas das ruas que exaltavam e homenageavam o deposto governo por outras, que celebraram as personalidades e datas envolvidas no movimento.

Convida-se ao heróico povo dessa cidade, para assistir hoje, a 1 hora, a substituição das placas da Rua Municipal, por outras denominadas:

### RUA 24 DE JANEIRO

Esta data gloriosa para o povo de Fortaleza representa o dia em que tombou, para não mais se levantar, a oligarquia aciolina. Foi nesta rua, em que o velho tirano assassinou crianças, que o mesmo içou a bandeira pedindo misericórdia. /.../ 24 de Janeiro é uma tríplice glória para todo o povo cearense, pois ele representa a queda do despotismo, a vingança da infância e o heroísmo da mocidade.<sup>132</sup>

Era necessário immortalizar aquele feito, era preciso insculpir –, na mesma rua em que dias antes se vivenciara a brutalidade de um governante, a data 24 DE JANEIRO, que trazia consigo a *tríplice glória*, mais imponente que 21 de janeiro (quando da morte das crianças), visto que tal datação só registraria a força do déspota. Era necessário que tal estampa conseguisse congregar todo o ocorrido, sendo o 24 de janeiro a catarse popular – o instante máximo da vitória e da *libertação do Ceará*. Foi com essas diretrizes que trabalharam os intelectuais e políticos da oposição, utilizando panfletos, artigos de jornal na massificação da data e dos feitos *gloriosos* daquele dia. Feitos que não poderiam ser relatados somente em folhas avulsas: era necessária a

---

<sup>131</sup> Françoise Reumaux afirma que, em dado momento, é difícil sabermos qual a diferença entre o “relato” e o “boato”, ficando, assim, indissociáveis elementos da realidade e criação imaginativa das fábulas. Desta forma, em nosso caso, a realidade cede a motivação, mas a urdidura da narração é oriunda da imaginação rica de elementos religiosos e mágicos das tradições orais.

<sup>132</sup> Panfleto: *Convite*. Segundo Teófilo, essa rua foi o principal foco de resistência dos populares, onde fizeram a maior trincheira, ficando a 200 metros do Palácio e impedindo a entrada e a saída de qualquer indivíduo, com o que mantiveram sitiados Acioli e seus familiares. TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, p. 139.

fixação do 24 de janeiro na memória e nos lugares da cidade , tornando-o um dia cívico para os novos tempos que chegavam e um fator de esquecimento em relação ao 21 de janeiro, com a morte de meninos de rua.

Evento igual a este também aconteceu na substituição das placas da Avenida Comendador Nogueira Acioli, cujo nome mudou para Franco Rabelo. Ao convidar para a passeata, os panfletos faziam menção à avenida como “ex-Babaquara e atual Franco Rabelo”. Deposto o comendador, faltava a efetivação da renomeação da via pública, momento que reuniu alguns curiosos.



Figura 13: MIS/CE – FV-000639 – Povo na Praça Marques do Herval fixando a placa Rua 24 de Janeiro.

A imagem aplicada revela a presença de garotos com materiais que lembra livros e cadernos; temos homens no centro com placas nas mãos e, na lateral esquerda, alguns garotos descalços, enquanto outro se aproxima com um tabuleiro na cabeça. Percebemos um simulacro de participação popular. O importante dessa imagem é que ela articula-se com uma série de panfletos e busca projetar-se no quadro de acontecimentos indispensáveis para a construção da memória social do dia 24 de janeiro.

Mesmo que agora difusa, esta imagem, feita na Praça Marquês de Herval, demonstra que a troca de placas foi um momento que aglutinou alguns populares, criando o registro fotográfico e afirmando, nos espaços urbanos, a nova ordem vigente: de um lado, um novo líder glorificado e conduzido pela mão do *povo*, e do outro, a data do feito.

Vemos novamente que os muitos combates e prováveis heróis populares não se destacaram nestas homenagens, restando-lhes um dia homogeneizado – 24 – para devoção e perpetuação de seus feitos. Curiosamente, não há nenhum herói *popular*, já que o único a receber as honrarias foi Franco Rabelo. Porém o militar e político, naqueles dias, não pisou no Ceará, e ainda assim, pelos interesses políticos que envolviam seu nome e dado o forte apelo que tinha entre os populares, teve sua imagem de *libertador* e herói reforçada, aproveitando ainda a euforia da deposição e garantindo sua eleição nas urnas que se avizinhavam.

A data colocada em destaque remete à importância que devia projetar para o futuro: esta era para entrar nos anais da nossa história como um momento de civismo, em que a revolta popular seria lembrada e cultivada na alma dos cearenses e, sobretudo, dos fortalezenses. É significativo que não tenhamos encontrado um só resquício, através de “patrimônios das memórias”, desta data e feito tão “gloriosos”. A tentativa de enraizamento desse momento foi contragolpeada, quando da retomada de poder pelas oligarquias do interior do Estado, representadas nas pessoas de Floro Bartolomeu e Padre Cícero.

Importante ressaltar que o experimento de marcar na memória da cidade com placas, nomes de personalidades e datas significativas, parece-nos que ficou restrito aos anos de 1912, bem como nas letras impressas em papel nas narrativas que nos chegaram. Não encontramos vestígios, na geografia urbana da capital, que permita afirmar a validade dessa tentativa de perpetuação daqueles dias de luta, através da nomeação de ruas e monumentos<sup>133</sup>. Daí a relevância da publicação do livro *Libertação do Ceará* que, quando veio a público, em 1914, em pleno movimento armado de Juazeiro

---

<sup>133</sup> Bom exemplo disso é o fato de o nome do Coronel Franco Rabelo não aparecer no mapa das ruas da cidade de Fortaleza; no entanto, Nogueira Acioli nomeia uma das principais ruas da cidade, saindo do centro da capital em direção ao bairro Joaquim Távora, que há muito tempo foi considerado área nobre. O batismo também da rua 24 de janeiro não sobreviveu ao retorno ao poder das oligarquias alijadas: atualmente não existe nenhuma rua com a denominação proposta.

– que objetivava depor Franco Rabelo –, cumpriu o papel de estímulo e denúncia para os meios letrados e de oposição. De forma que veio a ser, como o próprio autor afirmou, mais uma contribuição para uma história do Estado.

Desta forma, a obra editada em Lisboa, chegou ao Ceará num clima de incertezas políticas e tomando posição clara pelo rabelismo. O libelo ficou guardado no setor de obras raras da Biblioteca Meneses Pimentel. Embora várias das obras de Teófilo tenham sido reeditadas, nos anos 60 e 70 do século XX, só recentemente, em 2001, a Fundação Valdemar Alcântara reeditou este trabalho, mais preocupada em fechar o conjunto das obras de Rodolfo Teófilo do que por sua relevância histórica *per si*, já que havia uma priorização dos seus textos literários e estudos sobre a seca, tema exaustivamente estudado no mesmo período. *A Libertação do Ceará* emerge de tempos idos, mais de noventa anos depois, perdendo quase que seu contato com o tempo vivido (personalidades e familiares envolvidos). É um livro que não carrega mais o mesmo vigor político, todavia propicia uma linha tênue entre o *nosso tempo* e o vivido *naqueles dias*. Trata-se do mais importante *monumento* dessa memória, guardada, esquecida e silenciada<sup>134</sup>.

Por que essa data 24 de janeiro não se tornou oficialmente importante? Como o desenrolar do movimento armado de 1914, que resultou na deposição política de Franco Rabelo restabelecendo a velha ordem política, os novos representantes desses interesses não queriam um vestígio sequer dos fatos ocorridos na capital, tampouco o culto a tão perigoso “civilismo” – um civilismo que cultua crianças mortas pelo poder público, a valentia de uma “mocidade” em armas e um fato “heróico” que, a duras penas, conseguiu prevalecer sobre as políticas de conchavos.

Acreditamos que alimentar essa dor, valentia e força política no seio da capital criaria um povo em constante alerta em relação aos desmandos que ocorressem, não importando qual o grupo no poder. Tenhamos consciências que culto a monumentos e homenagens em placas não são únicas formas de preservação da memória; tal procedimento está mais veiculado ao universo

---

<sup>134</sup> Curiosamente, este fato não acontece com a outra obra, *Sedição de Juazeiro*. Ela teve pelo menos três edições: em 1915, 1922 e 1969, esta última vindo em auxílio de um quadro de estudos do cangaço e do movimento armado no campo, a mesma motivação que contribuiu para a *Revista do Instituto do Ceará* publicar o artigo de Hermenegildo Firmeza.



letrado que ao de tradições populares, talvez por isso mesmo, o apagar desses vestígios impressos nas ruas de Fortaleza.

Aproveitando a euforia, contudo, não faltou quem procurasse se promover, naqueles instantes de glorificação. Exemplo desse *tônico* para a memória coletiva são os panfletos que circularam divulgando candidatos e correligionários que se apresentavam como combatentes e entrincheirados de 24 de janeiro, configurando-se agora chefes do movimento. Começa a colheita dos vitoriosos (líderes rabelistas) – muitos deles nascidos no seio do movimento, outros vindos do Rio de Janeiro ou do Pará, os chamados *exilados*, que depois da deposição retornaram, procurando afirmar-se na vida política da capital – e aquela *revolução* começava a apresentar seus *chefetes* e líderes, alguns urdidos nos combates, outros de ocasião.

O povo heróico desta legendária terra, que acaba de demonstrar ao país inteiro, que o cearense como o Bôer<sup>135</sup> também sabe ser herói, pede ao Exmo. Sr. Governador do Estado a nomeação de José Carvalho para comandante da Guarda Civil.

José Carvalho que tão heroicamente soube se portar nas trincheiras durante os memoráveis dias 22, 23, 24 no estalar da fuzilaria e ao toque do clarim, desempenhará pela sua bravura e extraordinária calma tão delicada quanto difícil missão.

Viva o Coronel Marcos Franco Rabelo!

Viva o Marechal Hermes da Fonseca!

Viva a Guarda Civil!

Viva o nosso Comandante!<sup>136</sup>

Temos no caso acima a tentativa de colocar um dos comerciantes, José Carvalho, que ativamente lutou nos três dias de janeiro de 1912 no comando da temida Guarda Cívica. Sem pretensões a cargos eletivos, como deputado, foi proposto publicamente, através de boletins, sua indicação ao cargo estratégico para aqueles dias revoltosos – A Guarda Cívica. E, neste caso específico, o candidato não era de ocasião. Havia se alistado e comandando combates desde o primeiro momento até a partida de Acioli do Estado se credenciando para a ocupação da função.

---

<sup>135</sup> Descendentes sul-africanos dos colonizadores holandeses que lutaram na Guerra de Bôeres contras as forças britânicas entre 1899 e 1902.

<sup>136</sup> Panfleto: *Ao Povo Cearense*.

Esses emergentes líderes, aparentemente aceitos popularmente pelo engajamento armado no movimento e não pelos acordos de gabinetes – acordos esses que possibilitaram a saída sã e salva da oligarquia aciolina –, parece que tiveram um maior respaldo popular e começaram a ganhar força na chegada de Franco Rabelo para a disputa ao governo com Bezerril. O panfleto que segue dá conta dessa dinâmica e qualifica-os como *chefetes*:

Um punhado de patriotas que tomaram parte nos acontecimentos de 22 a 24 de janeiro, não podendo por mais tempo tornar-se mudo ante os fatos que presentemente vão se desenrolando no cenário público, vem protestar solenemente contra esses desacertos, partidos de meia dúzia de homens que à força querem se tornar chefes e em tudo mandar, menoscabando os homens que têm valor, e influência não só na política do Estado como na do País inteiro. /.../ A audácia destes chefetes é de tal forma que procuram empanar o merecimento dos chefes políticos desta terra, Cel. João Brígido, Dr. Paula Rodrigues, Cel. Agapito dos Santos, Drs. Medeiros, Sólon Pinheiro, Álvaro Fernandes, Waldemiro Cavalcante, Manoel Moreira, Teodorico da Costa e outros. Em breve veremos tudo nos eixos e na imprensa trataremos do assunto mais detalhadamente.

Viva o Coronel Franco Rabelo!

Viva o Dr. Sólon Pinheiro!<sup>137</sup>.

Esse boletim tentava colocar os “pingos nos is”, demonstrando quem foram realmente os líderes políticos do Estado e os que surgiram como fruto das revoltas que se não foram oportunistas, não tinham o traquejo da vida pública, sempre usando da força e acirrando os ânimos com suas atitudes beligerantes. Vemos, claramente, que algumas lideranças antigas de oposição a Acioli sentiam-se alijadas do processo, usando o panfleto para criticar os *maus-tratos* sofridos pelos populares quando da truculência dessa “meia dúzia de homens”.

E chegaram, então, no que interessa: a falta de respeito às *lideranças tradicionais*. Neste ponto, a imprensa aparece como porta-voz dos interesses desses antigos políticos – cabe ressaltar que João Brígido é dono do *Unitário* –, prometendo divulgação dos fatos ocorridos na recepção a Rabelo e o expurgo dos *chefetes* da revolta.

---

<sup>137</sup> Panfleto: *Boletim*.

Curiosamente, Teófilo colocou ao final da narrativa sobre o levante, os nomes de alguns desses “chefetes”, pois “na impossibilidade de deixar aos vindouros os nomes de todos os patriotas que escreveram a página mais bela da história política do Brasil, deixo os dos que me chegaram ao conhecimento”<sup>138</sup>.

Dos sete primeiros nomes da lista elaborada por Teófilo, com exceção de Emilio Sá, todos tornaram-se deputados estaduais no pleito de 1912: José de Carvalho, Joaquim Sá, Francisco Holanda, Joaquim Holanda, João de Rocha Moreira e J. F. Rodrigues de Andrade. Não era de estranhar o receio que tinham as raposas velhas da política local com a ascensão desses novos *políticos*, que, pelo investigado, não haviam passado pela vida político-partidária até aqueles dias mas que, pelo seu ativismo no combate e depois, no uso dos panfletos e patrocinando *meetings*, conseguiram assentos na Câmara Legislativa do Estado<sup>139</sup>. Na reviravolta política de 1914, quando da intervenção federal no Ceará, esses *novos políticos* não retornaram mais às cadeiras do Legislativo<sup>140</sup>.

É perceptível que a entrada em cena desses *novos políticos* e a tentativa de implantação na cidade de novas concepções de fazer política contra velhos modelos do conchavo e voto de cabresto, não era possível sem o reconhecimento das *lideranças tradicionais* menos conservadoras. Não podemos perder de vista que esses *novos* tinham uma carta na manga - a mobilização popular que sem dúvida era moeda de negociação, para terem acesso à vida política da capital. Portanto, menos *novos* renderam-se aos velhos esquemas políticos.

A luta entre *moderno* e *antigo* na política nacional, tentará se equacionar na Revolução de 30. Nesse momento temos um instante privilegiado para percebermos, uma entre tantas tentativas, de inserção de *novos* em negociações com *velhas* lideranças. A campanha eleitoral pôs em

---

<sup>138</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, p. 165.

<sup>139</sup> GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985, pp. 343-9.

<sup>140</sup> A exceção foi Hermengildo Firmeza, que ainda participou de outras legislaturas, chegando até o cargo de presidente do Estado. Vale ressaltar que, nas suas memórias, Firmeza não explicita ter participado do movimento armado, porém é patente sua importância na articulação com o poder federal e na manutenção da candidatura de Franco Rabelo ao governo do Estado, após o movimento.

relevo essas personalidades trazendo pistas da sua importância no cenário político e os alinhamentos que acabaram fazendo:

Ao Eleitorado.

Realiza-se amanhã a eleição para o preenchimento de uma vaga na Câmara Municipal, aberta pelo falecimento do coronel Barroso, sendo apresentado candidato do povo o digno coronel José Brasil de Matos, que reúne todos os requisitos necessários para exercer este mandato, sendo por isto apresentado pelos distintos chefes rabelistas doutor Paula Rodrigues, Antônio Martins, Emílio Sá, Joaquim Sá, Costa Sousa, José de Carvalho, Joaquim Holanda, Francisco Holanda, H. Firmeza e José Barbosa, que solicitam de seus amigos e correligionários o comparecimento amanhã às urnas<sup>141</sup>.

A avalização pelos chefes rabelistas do nome de José Brasil de Matos pretende fortalecer sua candidatura. Em um só documento, temos a lista dos principais *novos políticos*, unindo nomes que antes estavam separados pelos tradicionais políticos e a meia dúzia de líderes, cabendo ressaltar que o Dr. Paula Rodrigues – representante da oligarquia Paula Pessoa, família contrária aos interesses de Acioli na capital – assina a indicação para o vereador.

Não só os registros da memória não sobreviveram ao (re)arranjo político, como também as personalidades que entraram em cena com a *aprovação popular* e não tiveram espaço, uma vez que a nova articulação foi feita pelo alto, constituindo-se por uma intervenção e acordos de continuidade política, entre outros fatores. Demonstra-se a habilidade política dos velhos políticos do PRC (Partido Republicano Conservador), que se associaram aos decaídos rabelistas, depois do episódio da intervenção federal, eliminando esses *novos* da capital e restabelecendo e limitando a oposição no Estado.

### Novos tempos, novas festas

O escárnio público não velou por muito tempo a deposição de Acioli: esse momento de silêncio, que se prolongou da sua rendição até seu embarque, foi quebrado quando se fez ouvir na matriz o entoar “dos sinos o

---

<sup>141</sup> Panfleto: *Ao Eleitorado*.

*requiescat in pace*<sup>142</sup> ao sr. Acioli como este havia entoado ao Ceará durante vinte anos que o governou sem lei e justiça /.../. O sr. Acioli caiu amaldiçoado por todos; caiu como caem os déspotas.”<sup>143</sup>

Parece-nos que essa taciturnidade, vista mais de perto, não se opõe diretamente às balbúrdias dos dias anteriores, ao som dos tiros de carabinas ou mesmo às estrídulas vaias, que para Teófilo eram sinais do começo da revolução.

Esse momento silencioso complementa um quadro ainda de tensão e expectativas, pois corriam boatos dando conta de que, uma vez chegando ao Rio, Acioli reuniu forças necessárias para retornar ao poder. A tira pelos que ocorria em outros estados, com a presença das forças federais em bombardeio as capitais sediciosas, como era o caso de Salvador.

Essas vaias e chistes deram, então, lugar à apreensão e à ansiedade. Porque não dizer também que esse silêncio e tristeza foram pelos mortos, que ficaram para trás nos dias de revolta. Não podemos definir ao certo, mas o fato do oligarca sair vivo da revolta só foi possível pelas garantias dada pelos opositoristas, que afirmavam estar derrotado e decretada a morte da sua oligarquia. Portanto, o povo o deixasse partir em paz, se não teve uma saída honrosa, ao menos, foi respeitosa nos relatos de Teófilo.

Caído o oligarca, o momento era de festa...

Logo após a deposição de Nogueira Acioli, procurava-se o retorno ao clima de normalidade na cidade ainda rasgada pelas trincheiras construídas nos dias anteriores, no bairro de Parangaba e no seio da capital, defronte ao Palácio. O comércio anunciava, através de boletim, a volta ao trabalho, na manhã de 25 de janeiro, propondo a reorganização da vida comercial, invocando a rotina cidadina daquela “ordeira cidade”.

Podemos observar nos relatos de Teófilo e no boletim transcrito em seguida, que não houve grande regozijo popular; o clima taciturno, até melancólico da saída de Acioli perdurou por algum tempo. Não sabemos até

---

<sup>142</sup> Expressão latina que significa “descanse em paz”. Cf. RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 157.

<sup>143</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Libertação do Ceará*, p. 155.

que ponto os populares deviam realmente festejar aquele momento, visto que este misturava a alegria da vitória e a irrecuperável perda de alguns. Mais que isso, havia, já nos primeiros atos da deposição, uma recomposição política que começava a alijar do processo os “anseios” revoltosos. Por tudo isso o dia 25 amanheceu como qualquer outro dia. No entanto, havia uma certeza, certeza esta inegável e que infinitas vezes foram lembradas nos boletins que circularam daquele dia em diante:

Boletim da Associação Comercial

A diretoria da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL do Ceará cumpre, antes de tudo, o patriótico, dever de congratular-se com o heróico povo desta terra que, erguendo ao mais elevado grau o nome e o brio cearense, acaba de deixar por terra o poder despótico e sanguinário que há tantos anos oprimia e aviltava. A data de

24 de Janeiro de 1912

há de tornar-se para sempre memorável nos anais das nossas tradições gloriosas, pois, lembra um dos mais alevantados feitos de civismo que a um povo é dado registrar em sua história<sup>144</sup>.

Esse intróito reproduziu-se em quase todos os demais panfletos que circularam a partir de 24 de janeiro. Ao mesmo tempo em que exaltavam o feito popular, buscavam, imediatamente, sua simpatia para o comunicado que se seguia. Neste outros panfletos, a Associação Comercial, na pessoa do Barão de Camocim, não conclamava mais para um festejo, mas para o regresso, ao alvorecer do dia 25 de janeiro, às atividades rotineiras do trabalho.

Essa festa foi adiada, sendo comemorada um mês após o ocorrido. Um grande baile de máscara foi promovido em plena Praça do Ferreira, congregando – senão todos, pelo caráter excludente de uma festa *à veneziana* – boa parte dos representantes do comércio e dos adeptos do mundanismo daquela época. Parece que tal baile antecipava o carnaval fortalezense. Mas acreditamos que não era o tipo de festa que atraísse as camadas mais populares, visto que as fantasias foram a principal ornamentação.

Foi em atividades menos cerimoniais que se fez sentir a maior participação popular nestas festividades. O retorno dos “exilados”, quando da

---

<sup>144</sup> Panfleto: *Boletim da Associação Comercial*.

queda do governo Acioli, propiciou vários momentos de recepção e festejos. A cada navio que aportava na cidade, trazendo personalidades políticas alijadas havia muitos anos da vida pública do Estado e que viam, naquele o momento, oportunidades para retornarem, e mais ainda, possibilidades de vitória nos pleitos eleitorais que se avizinhavam, seus correligionários os recebiam com grande euforia.

Foi significativa desses momentos a chegada de Franco Rabelo, que mobilizou milhares de populares, articulando todas as ligas, os *heróis de 24 de janeiro*, os representantes das oligarquias dissidentes, além, é claro, dos políticos que queriam orbitar na popularidade do *salvador do Ceará*, oriundo do interior do Estado. Sobre essa confraternização pública, temos registros iconográficos, a crônica de Teófilo, além de panfletos, demonstrando a grande mobilização das ligas e adeptos da candidatura de Rabelo. Seus correligionários, dividiam em várias comissões: uma de desembarque, outra de recepção, e uma terceira denominada *garden-party*.

Cada comissão era composta de personalidades das mais variadas origens: comerciantes, políticos e jornalistas, além de representantes dos combates do movimento de janeiro. Tinham funções bem definidas: a de recepção era responsável, já em terra firme, por conduzir o candidato à sua residência, o palacete de Adolfo Quixadá; neste intercuro, pôde-se ouvir um pronunciamento do Dr. A. Teodorico, que discursou em uma das trincheiras feitas pelos combatentes<sup>145</sup>.

A comissão de desembarque recepcionou o coronel ainda do vapor *Manaus*, orientando os escaleres que acolheriam Rabelo em alto-mar, organizando o acesso de pessoas que não faziam parte das comissões e, provavelmente, evitando tumulto no trajeto do político do navio até a *Ponte Metálica*, que fica a uma distância considerável do navio.

Sem dúvida, entretanto, foi em terra firme que a *apoteose popular* tornou-se mais consistente, como podemos perceber nessa fotografia:

---

<sup>145</sup> Panfleto: *Boletim Coronel Franco Rabelo – sua chegada*.

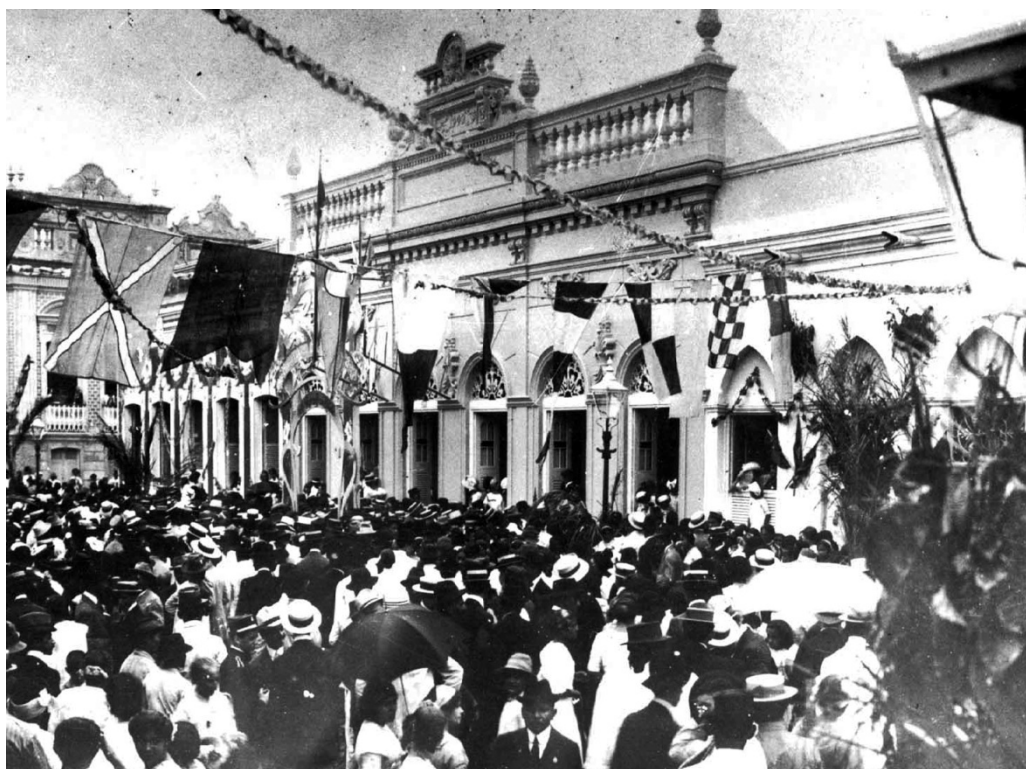


Figura 14: MIS/CE – FV-000593 – Chegada de Franco Rabelo, em frente à casa Juvenal Galeno.

Podemos perceber que o fotógrafo tinha a preocupação de demonstrar, através da angulação, o máximo do enquadramento de pessoas, numa posição elevada, proporcionando uma visão panorâmica, em que sobressaíram os sobrados e as ornamentações multicolores de bandeiras, congregando mulheres, visualizadas em primeiro plano, à esquerda usando sombrinha e voltando-se para a câmara. É possível, entre os inúmeros chapéus, perceber a presença de pelos menos um garoto ao lado esquerdo e uma garotinha no lado direito, que se apresentam mais bem definidos neste primeiro plano.

Por esta imagem, é possível constatar a intenção do fotógrafo de potencializar os chapéus, os pontos pretos dos cabelos femininos, pluralizando a participação dos mais variados gêneros na recepção a Rabelo. Certamente esse enquadramento teve a necessidade de demonstrar a diversidade da participação popular, ou a impossibilidade de desassociar, naquele momento, a presença masculina e feminina, que se traduzia concretamente em votos, cabendo a ornamentação a parte feminina. Sua presença em espaços públicos



defendendo, interagindo com os interesses políticos, torna significativa esta imagem. Fica evidenciada a presença feminina, registrada para a posteridade, pois essa foto, conjuntamente com as demais que listamos, bem como as que seguem, tem por finalidade *revelar* a força e o gigantismo da participação popular de todos os gêneros, homens, mulheres e crianças.

Cabe aqui uma ressalva. Tem-se nesta foto, pela disposição direcionada pelo fotógrafo, um refinamento estético significativo, podendo ser observado que os ternos, os vestidos e chapéus evidenciam, senão a participação de grupos mais abastados da população de Fortaleza, sem dúvida a preocupação do uso das roupas e indumentárias domingueiras, tentando atenuar diferenças. Com isso, transmite-se a sensação de ausência dos elementos menos favorecidos, como podem destacar seus registros em imagens trabalhadas anteriormente.

Essa impressão pode ser confirmada em outro evento, divulgado em panfletos, com a realização de um espetáculo aéreo em homenagem ao referido candidato, sendo cobrada uma quantia significativa. Além do pagamento individual, pagava-se até pelo chofer que conduzia a elite cearense. Conforme panfleto:

### SPORT CEARENSE - BENFICA

Domingo 17 de março às 4 ½ horas da tarde.

Grandioso festival em homenagem ao Exmo. Tenente Coronel Sr. Dr. Franco Rabelo e honrado com a presença do Exmo. Sr. presidente do Estado e altas autoridades pela primeira e única vez nesta capital.

### EMOCIONANTE E SENSACIONAL ESPETÁCULO DE AVIAÇÃO

#### PELO ARROJADO AVIADOR GINO

Entradas para arquibancadas R\$ 5\$000

Entradas Gerais R\$ 7\$000

Para Carros e Automóveis haverá entrada pagando R\$ 10\$000 por chofer

Cada passageiro pagará R\$ 5\$000<sup>146</sup>.

---

<sup>146</sup> Panfleto: Sport Cearense – Benfica.

Destaca-se a presença de altas autoridades e do presidente do Estado, levando a crer que houve momentos essencialmente restritos às lideranças políticas, situações privilegiadas para os acordos políticos e para a distribuição de *simpatias* entre os correligionários de Franco Rabelo. Isso se torna evidente no exagero propagandístico dado à *primeira e única vez* da presença destas *preciosas* autoridades.

Apesar desses espaços e momentos restritos, contudo, foram várias as oportunidades de festejo e conagração da população com políticos. As justificativas para esses encontros eram variadas: palestras, homenagens e recepções. Os panfletos agiam como cartão-convite para essas atividades, levando a imaginarmos que houve uma expressiva participação da população, pois, em alguns casos o evento era promovido em espaços públicos, como as praças do Marquês de Herval e o Passeio Público.

Um desses momentos foi a chegada à capital de Sólon Pinheiro – um dos “exilados” oriundos da *colônia de cearenses* de Manaus e pertencente à família Távora que, nos anos 30, tornou-se nova força política no Estado. Sólon Pinheiro tinha grande prestígio local por ser opositor da oligarquia Acioli, sendo cogitado para primeiro-vice-presidente do Estado na chapa de Franco Rabelo (o que acabaria por não se efetivar).<sup>147</sup> Mas seus correligionários, para demonstrar sua popularidade e a aceitação, ou melhor, a sedimentação de seu nome para o cargo eletivo, promoveram grande préstito no Passeio Público e em boletim, após longo prólogo, convidavam:

Pondo-se em marcha – puxado por duas bandas de música, o grande préstito popular, seguirá pelas ruas da praia e Sena Madureira, dobrando a Rua Formosa, até o prédio onde tem de ser hospedado o valente patriota.

Durante o dia – o dedicado cearense – receberá as visitas de seus amigos e dos seus admiradores.

A noite, estrondosa festa veneziana, terá lugar no Passeio Público, o qual achar-se-á elegantemente ornamentado e artisticamente iluminado. Diversos morteiros serão queimados por esta ocasião.

Sólon Pinheiro comparecerá a esta grande homenagem a sua pessoa, tocando durante o festival 2 bandas de música<sup>148</sup>.

---

<sup>147</sup> Ver SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *Crise na Política dos Governadores*, p. 175.

<sup>148</sup> Panfleto: *Boletim Dr. Sólon Pinheiro – A sua chegada*.

A presença de duas bandas de músicas parece o diferencial do evento, tendo em vista que em outros boletins encontramos somente a contratação de uma. Acrescente-se, ainda, o caráter carnavalesco que se propunha para o evento, ocasião propícia para o uso de máscaras à moda veneziana e a ornamentação do Passeio Público.

Todos os espaços públicos do centro da cidade foram apropriados para esses encontros políticos; houve uma pequena passeata que, cumpriu o papel de seduzir os moradores a sair de suas casas e entrar naquela *folia cívica*, concentrando-se posteriormente na praça indicada, para os discursos, elogios aos homenageados e deleites musicais e etílicos.

A convocação era normalmente para o final do expediente comerciário, momento de aglomeração em que, sob a iluminação pública, promoviam-se os debates políticos. Ainda mais naqueles dias em que era notória a necessidade da divulgação dos nomes dos possíveis candidatos a cargos eletivos e o fortalecimento das antigas lideranças. Tudo era motivo para aglomeração de populares e eleitores<sup>149</sup>.

Fica patente que tudo era motivo para acionar e prestar *homenagens* a líderes políticos. Novamente, a Praça do Ferreira era usada como espaço predileto de aglutinação, contando ainda com a presença de uma bandinha e de um orador – os ingredientes necessários para falar de política a um povo embevecido pela musicalidade das tradicionais bandinhas de coretos.

Aproveitando-se da euforia e do júbilo cívico, apareceram alguns produtos que patrocinavam boletins. Primeiro foi o sabonete Reuter, um pouco antes da derrocada dos Aciolis – como se sua fórmula química causasse ou patrocinasse limpezas na vida pública –, noutro momento, foi a bebida espirituosa que figurava em boletins, promovendo, por suas *sumidades científicas*, o alcance naquela tormentosa campanha eleitoral.

Ao Ceará Livre

Na quadra agitada que o glorioso Ceará atravessa, é necessário aos seus abnegados filhos um elixir maravilhoso que os anime cada vez mais a defenderem a augusta candidatura do bravo coronel MARCOS FRANCO RABELO.

---

<sup>149</sup> Panfleto: *Convite*.

Esse elemento que se torna de tanta utilidade aos cearenses independentes, acaba de ser descoberto por sumidades científicas na deliciosa CERVEJA SUPER-ALE.

Povo cearense bebeis sempre a cerveja SUPER-ALE, o elemento de grande alcance nessa tormentosa campanha em prol da liberdade da terra de Iracema<sup>150</sup>.

Como podemos observar, não se trata de coincidência que venham em caixa-alta os nomes de Franco Rabelo e da cerveja Super-Ale. A idéia associativa e propagandística é oportuna, pois, usando dos mesmos expedientes e formatos, a propaganda mistura interesses políticos com anseios econômicos de venda. Com o mesmo espírito glorificado de outros boletins políticos, este exalta a coragem e a valentia do vigoroso povo cearense e alerta para o quadro temeroso da campanha eleitoral, propondo a parceria da cerveja como elemento de escape dos estresses e indecisões desse período. E, ao encerrar-se, o panfleto-anúncio engrandece em “vivas” a diversas autoridades políticas – desde Hermes da Fonseca, passando por todo o oficialato no poder, entre os quais o candidato Franco Rabelo e Correia Lima, ambos candidatos, até chegarem a um representativo “VIVA A CERVEJA SUPER-ALE”.

Vemos que os boletins prestaram-se a vários fins, entre eles, o comercial, oportunamente acionado por caixeiros e comerciantes locais. Neste caso específico, fica evidente que a propaganda associava-se ao quadro de festa e tensão, ainda sendo possível a derrota de Franco Rabelo, fosse nas urnas ou em manobras políticas. Assim, as festividades tinham a intenção de reafirmar a vontade dos líderes vitoriosos na campanha de 24 de janeiro e cultivar, no seio da população, um clima de vitória, mas também de não perder a proximidade construída.

Caso fosse necessário, ainda havia a mobilização e identificação dos populares com a causa rabelista. Sem dúvida, a bebida alcoólica, fosse cerveja ou aguardente, aliava-se à música como elemento facilitador dessa aproximação entre políticos e populares. Se acrescentarmos a isso o caráter

---

<sup>150</sup> Panfleto: Ao Ceará Livre. “CONVITE / Os amigos do Cel. João Brígido, desejando fazer-lhe uma manifestação de apreço, resolveram oferecer-lhe o retrato de sua Exma. esposa, e para este fim convidam o povo em geral e amigos, que quiserem tomar parte em tão justa homenagem e unirem-se amanhã as 5 ½ da tarde a Praça do Ferreira. Daí, precedidos de uma banda de música, seguimos à casa do ilustre chefe político, fazendo o discurso de oferta do digno jornalista dr. Teodorico da Costa”

excludente da vida aburguesada, momentos como esse eram de pleno gozo para as camadas menos favorecidas.<sup>151</sup>

Os *meetings* iniciados em dezembro de 1911 fortaleceram-se em janeiro e fevereiro de 1912, não diminuindo até os dias antecedentes à posse de Franco Rabelo. Isso se justifica pelo fato de o coronel ter sido eleito em abril de 1912, por ampla maioria de votos em quase todas mesas eleitorais do Estado, mas ainda precisar do reconhecimento da Câmara Legislativa e dos acordos dos caciques do Distrito Federal (Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado) para sua efetivação no cargo.<sup>152</sup>

Mesmo depois de uma revolta armada, de uma eleição turbulenta e de uma apuração demonstrarem que havia sido alterada a correlação de forças entre a oligarquia aciolina (que teve seu líder deposto, mas ainda possuía raízes sólidas no interior) e as dissidentes, o impasse não se resolvia. Era preciso a mobilização constante de populares. Um dos registros que temos desses atos públicos data de 26 de junho de 1912 e reafirma: “seu fim é demonstrar perante aos altos poderes da nação e as autoridades civis e militares desta capital, que Franco Rabelo, continua a ser o candidato do povo”. Convoca todas as ligas, as mais variadas categorias de trabalhadores e cita o apoio do comandante do batalhão do Exército a Franco Rabelo, a quem chama de *O ídolo do povo cearense*, conforme aparece em negrito no panfleto e associando a admiração do militar Carlos Mesquita a Franco Rabelo, estabelecendo um laço de confiança entre ambos. Tendo no Exército um aliado, pede-se ao final do convite a demonstração da força popular, desde que sob controle e lema da “ordem e progresso”; assim, era preciso “toda calma e a máxima ordem, a fim de evitar vis explorações de nossos moribundos inimigos. O Ceará continua firme, porém dentro da lei, da ordem e do respeito”<sup>153</sup>.

---

<sup>151</sup> No movimento armado de Juazeiro do Norte, em 1914, a bebida alcoólica era elemento atrativo de combatentes de ambos os lados. Porém, os aliados de Padre Cícero e Floro Bartolomeu tinham ordem expressa para não beberem em combate; da parte dos rabelistas, esta ordem não fora cumprida à risca, propiciando, nos dizeres de Teófilo, algumas derrotas vexatórias, como o episódio de um comandante de grupamento totalmente embriagado quando da sua captura. Ver: TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição de Juazeiro*.

<sup>152</sup> Ver: SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *Crise na Política dos Governadores*.

<sup>153</sup> Panfleto: *Meeting*.

O espírito combativo estava presente: havia a necessidade de expressar a existência de um *exército* bem motivado, que, caso fosse preciso, entrava em contenda em defesa dos interesses rabelistas. Os festejos tinham como propósito seduzir populares para comporem esse *exército*, visto que, na cidade urbanizada, as relações estabelecidas não podiam ser aquelas de dependência fundiária, como acontecia no interior do Estado. Esse recurso às bandas, à musicalidade, aos enfeites e *bailes* era uma forma de aproximação social e cultural com as camadas populares.

Esses *meetings* funcionavam de alerta e elemento de pressão para as decisões e os acordos feitos entre as *raposas* políticas no Rio de Janeiro – estas, além de negociadores-mensageiros, como era o caso de Hermenegildo Firmeza, enviavam os telegramas que noticiavam aos ouvidos de Hermes e Pinheiro Machado tudo que acontecia na capital cearense; mas, essas festividades também revelaram que poucos dos que nas ruas estiveram em passeata e em armas, de fato participaram das eleições<sup>154</sup>. Algumas destas passeatas contavam com mais de cinco mil pessoas, que qualitativamente estavam excluídas da votação.

Para nós ficou patenteado que esses populares tinham seus próprios conhecimentos das atividades políticas de adversários e correligionários de Acioli. No seu dia-a-dia, tinham entalhada a intervenção do poder público, seja nas angústias da carestia, na violência da polícia aciolina – que não respeitava os iguais, quicá os mais fracos –, viam os preços dos alimentos sendo elevados, comércio de carne ser proibido fora do mercado (o que impossibilitava acesso ao produto mais barato); a saúde pública ser negligenciada; a cidade e suas elites exibirem sua riqueza, oriunda da Europa, mundo tão distante e tão próximo; os miseráveis viam suas fontes de renda (biscates, mendicância) ser combatida na cidade que se “civilizava”. Por estes, entre outros fatores, temos a dimensão de que esses homens e mulheres pobres sabiam e tinham consciência da opressão sob a qual viviam, se não ao ponto de se organizarem, mas para acreditarem numa brecha do sistema oligárquico ou na possibilidade de renovação da vida política.

---

<sup>154</sup> Segundo documentação, o número de votos conseguidos por Rabelo na capital não passou de 1.491.

Percebemos que as passeatas, as vaiais e vivas, as canções e os poemas na forma de cordel foram instrumentos encontrados pelas camadas populares para expressar sua contestação ao governo e o apoio político e armado aos opositores deste. Nessa relação política, os intermediadores (*chefetes, poetas, oradores*) foram fundamentais para negociar argumentos, atitudes e reações.

Em nenhum momento houve nos panfletos ou canções a solicitação para se efetivarem *cidadãos*, mas nem por isso deixaram de vivenciar o protesto, a festividade cívica ou partilhar de um ideal de justiça social. Se nenhum desses motivadores estivessem presentes, estava o encantamento com a musicalidade ou a revolta em fase das violências sofridas. Desta maneira, fica manifesto que as vontades beligerantes dos populares não eram acionadas pelo desejo da oposição (que por muitas vezes tentou), mas pelo reconhecimento, mesmo que momentâneo, da viabilidade da luta e da contestação, pelas *alianças tácitas* que estabeleceram. Cabe ressaltar que as revoltas têm um caráter efêmero e, quando se prolongam por mais dias, só resistem pela sua aliança com adversários poderosos daqueles a quem se opõem.

Festa, arma, revolta e pressão política foram indissociáveis nas mentes e nas praças de Fortaleza.

### Onde há populares há fogo?

Os panfletos reativaram a circulação de idéias sediciosas, pois, depois de Rabelo eleito presidente, era preciso afirmar sua força política com uma casa legislativa favorável a suas decisões. Surgiam os bons e velhos seguidores de Acioli para atravancar suas intenções.

No dia 28 de outubro, os deputados estaduais, “maretas” (PRC-CE) e os aciولينos, decidiram solicitar a convocação da Assembléia Legislativa, extraordinariamente, para o dia 8 de novembro. A convocação, segundo o documento de resolução, tinha como objetivo discutir e votar as leis anuais para o exercício financeiro de 1913; investir a legislatura de 1913 a 1916 dos poderes para a reforma da Constituição; modificar a regime eleitoral vigente; alterar o estatuto interno

da Assembléia; tomar conhecimento dos recursos das eleições das Câmaras, pendentes desta<sup>155</sup>.

O plano parece criar um clima de instabilidade política, a possibilidade de revolta e a intervenção federal. Tendo, obrigatoriamente, de reunirem-se em Fortaleza, exatamente para dar o clima de normalidade, assim fizeram os deputados. Como última tentativa de sobrevida política, esses deputados, às vésperas do término de seus mandatos, tentariam em sessões extraordinárias barrar a progressão política de Franco Rabelo na capital e no interior do Estado. Caso conseguissem reunir o número de deputados necessário, tentariam invalidar a posse que ocorreu sem a aprovação legal dos deputados, sustentando-se apenas pelo conhecido acordo “convênio Guanabara”<sup>156</sup>.

Como podemos perceber, a expectativa política fez-se permanente e perene, mesmo depois da posse de Rabelo (que precisou do povo em armas para garantir que os deputados contrários ao presidente eleito não votassem contra). Antes da sua eleição havia toda uma ansiedade com relação a fraudes; após a votação e a comprovação de sua vitória nas urnas, houve a incerteza da sua diplomação. Foi preciso ir ao Rio de Janeiro, acertar com Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca a governabilidade do Estado pela pessoa de Franco Rabelo. Durante os seus primeiros meses de governo, procurou, através das composições, aprovar leis que alterava tributações, fazer reformas no ensino e nas indicações de intendentess para as cidades do interior. Nada disso foi possível pelo boicote políticos dos deputados do PRC cearense.

Explicando isso,

a nível nacional, Pinheiro Machado, em ascensão, procurava debelar qualquer influência dos “salvacionistas”. Estes, por sua vez, assediavam, ameaçavam e faziam manobras conciliatórias, unindo-se mesmo aos grupos oligárquicos anteriores, contanto garantissem alguma posição contra o PRC-CE de Pinheiro Machado; pareciam ser mais

---

<sup>155</sup> SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *Crise na Política dos Governadores*, p. 179.

<sup>156</sup> SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *Crise na Política dos Governadores*, p. 178-9. Foi o acordo político arranjado pelos rabelistas junto ao governo federal para evitar maiores revoltas; para tanto, ficava feita a aliança entre o governo Rabelo e o PRC cearense. O que evidenciava um acordo escandaloso, visto as críticas que eram feitas a esses políticos. Foi nesse conchavo que, aliados do processo, João Brígido e os seus aliados tornaram-se oposição a Franco Rabelo, que agora comungava com a oligarquia Paula Pessoa e dividia o poder com os remanescentes do aciolo.



“antipinheiristas” do que “antioligárquico”<sup>157</sup>.

Havia uma política nacional de Pinheiro Machado que se chocava, diretamente, com os interesses salvacionistas. Então, a oligarquia descaída e os salvacionistas aliaram-se contra o Partido Republicano Conservador, que tinha na pessoa de Pinheiro Machado seu líder e possível candidato a presidente, que via sua zona de poder diminuir na capital cearense. Essa luta, portanto, plantava a semente da eleição presidencial e, no caso cearense, o PRC compunha a oposição a Rabelo, associado ao político João Brígido e seus correligionários. Desta maneira, Rabelo sofria pressão do PRC com um quadro forte no interior cearense e recebia, através dos jornais de João Brígido e Agapito dos Santos, duras críticas à sua união e obediência aos Paula Pessoas e, em nível nacional, não tinha o apoio do cacique Pinheiro, que exercia forte influência sobre Hermes da Fonseca.<sup>158</sup>

Dessa maneira, não era difícil imaginar uma intervenção federal, mesmo que fosse a primeira. Só os arranjos locais não sustentavam um governo naqueles momentos em que a teia do poder republicano deveria ser bem urdida com interesses locais e nacionais, atendendo a ambos. Neste panorama político os deputados convocaram a Assembléia extraordinária.

Rabelo contava ainda com o apoio dos “combatentes de 24 de janeiro” e nestes articulares e beligerantes líderes populares depositava a continuidade do seu governo. Boa parte destes combatentes era de candidatos ao cargo de deputado estadual, ficando para os figurões da oligarquia Paula Pessoa as vagas na Câmara Federal e Senado. Por várias vezes, e já demonstramos essas estratégias, a população fortalezense era conclamada a ficar alerta e, se precisando, pegar em armas. Novamente o instrumento para comunicar essa necessidade foram os boletins.

### BOLETIM

Ao povo heróico do Ceará

Não completou ainda um ano que, rompeste os grilhões ignominiosos do vil cativo que o negragado oligarca Nogueira Acioli, retinha nos teus valentes pulsos de homem livres que és e sabes ser.

---

<sup>157</sup> SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *Crise na Política dos Governadores*, p. 166.

<sup>158</sup> SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *Crise na Política dos Governadores*, pp. 173-85.

É preciso que estejas alerta, que esse corvo tentar ainda empolgar a suprema direção dos negócios de tua terra, para não só furtar ainda mais como também oprimir e aviltar .

Cuidado, povo digno!

Agora, estás livre, tens um governo que se honra e te dignifica e no entanto esses abutres querem entorpecer sua marcha, com uma suposta reunião de Assembléia, que poucos são os que se salvam e estão livres do contágio maldito do ferrenho oligarca.

Estejas alerta e nada temas, que os defensores de sua liberdade firmes e a postos para defesa dos sagrados ideais porque se bateram.

Viva o Ceará Livre!

Fora os sátrapas, os ladrões oligarcas!<sup>159</sup>

Se este estratagema foi eficiente para nutrir a ira popular em tempos passados, porque não reeditá-lo? Só que o texto agora trazia um diferencial, a *vitória* não era uma possibilidade, mas uma certeza e, dentro do discurso inflamado e rancoroso, havia a ameaça velada de novo combate armado. Ao mesmo tempo em que as ruas foram novamente inundadas com boletins, os comerciantes começaram a usar suas casas como centros de alistamento para possível enfrentamento. Sabiam que tinham o apoio velado do comandante general Mesquita, que era simpatizante de Rabelo e representante do Exército na capital.<sup>160</sup>

O motivo era bem claro: evitar a reunião dos deputados da oposição e suas possíveis alterações no jogo político, em especial da eleição para deputado, que estava à porta, devendo ser realizada no final do mês de novembro de 1912. A manobra acontecia praticamente 20 dias antes das eleições, não havendo dúvida: novamente às armas.

DESPERTAI!

Lutadores da liberdade, mocidade livre!

Uma nuvem sombria, cheia de incerteza e de sangue, cobre os horizontes desta terra tão bela, deste Ceará tão infeliz! Confiados na nossa generosa clemência na gloriosa jornada de 24 de janeiro, os antigos oligarcas tentam reerguer-se, e novos bandidos organizam novas oligarquia!

DESPERTAI! Vós todos que amais um ideal, vós todos que amais a liberdade, a justiça!

---

<sup>159</sup> Panfleto: *Boletim*.

<sup>160</sup> Silva defende, na sua dissertação, a idéia de que sem o apoio velado do Exército, na pessoa do coronel e do general Carlos Mesquita, muitas das facetas armadas na capital e a capitulação do governo não seria possível. SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *Crise na Política dos Governadores*.

A luta pela verdade! A luta por um futuro melhor.

Os homens livres<sup>161</sup>

Enquanto isso, na manhã do dia 9, data da reunião dos deputados, o secretário de Estado Frota Pessoa tentou impedir um levante popular e apaziguar os ânimos. Pediu ao juiz federal Eduardo Studart, que expedira um *habeas corpus* autorizando a reunião, para que suspendesse tal procedimento a fim de ganhar tempo para que fosse feito um novo acordo entre os rabelistas e o líder do PRC nacional. O Juiz desta maneira agiu e Frota foi a casa do presidente da Assembléia e pediu que aguardassem até as 17 horas para ver no que daria o acordo.

\* \* \*

Fortaleza, depois dos acontecidos de 1912, vivia uma aparente calma... já tinham sido enterrados mortos, chegado ao poder quem lutou como chefetes enfileirando a cabeceira da multidão. Mas ao sul do estado, em Assembléia de Deputados Estaduais na cidade de Juazeiro, os opositores de Rabelo decidiram caçar o mandato de Rabelo em 1912. Esse fato desencadeou uma mobilização na capital de proporções violentas! A mesma força que emanara em janeiro de 1912, agora ressurgia, com um direcionamento bem focado: as casas dos poderosos aciologistas. Tratava-se de um golpe final na presença da oligarquia aciolina na capital. Deste ponto em diante, relatamos como foi produzida esta nova faceta da ação popular na capital.

Temos dois cronistas que nos orientam nessa narração. O primeiro, general do exército brasileiro Setembrino de Carvalho, conhecido personagem dos fatos ocorridos nos anos de 1914-15 – movimento de Juazeiro e Contestado –, naquela república em transformação. O outro autor, um anônimo para nossas pesquisas, escreveu a *Tragicomédia de Fortaleza*, arquivado no acervo pessoal do General Setembrino<sup>162</sup>.

São duas narrações bem distintas, mas com algo em comum: não publicadas, escritas para ficarem na gaveta. Encontramos os dois textos, ainda datilografados, com observações em manuscrito. Vamos usá-las como

---

<sup>161</sup> Panfleto: *Desperta!* Datado à mão de 10/11/1912.

<sup>162</sup> Acervo do CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Documento FSC pce 1914.00.00/27.

referência, associadas às imagens guardadas no acervo pessoal de Tomás Pompeu Sobrinho. Estas fontes articuladas demonstram uma visão não mais *cívica* ou mesmo legítima, para com a revolta de janeiro de 1912.

Foi feita uma convocação da Assembléia Legislativa do Estado que se propunha votar o orçamento do Estado e dá a legislatura de 1913-1916 dos poderes necessários para reformar a Constituição, alterar a lei eleitoral e tomar conhecimento dos recursos de eleições de câmaras municipais, penderes de decisão. Aparentemente, uma reunião convencional e deliberativa da casa do Legislativo. Mas, segundo os aliados de Rabelo, aquela assembléia visava à cassação do mandato de Rabelo. Os deputados, em edital, marcaram a reunião para 8 de novembro de 1912, publicado em 28 de outubro.

Com esse “clima golpista”, as forças estaduais começaram a fazer exercícios de tiros nas praças da capital. O temor de deposição de Rabelo faz ressurgir os panfletos, agora mais incendiários e também a “unidade” popular perdida naqueles dias de janeiro de 1912. Os chefetes apoiados no Secretário do Interior Frota Pessoa, assumiram a defesa do governo e no modelo de “cidadão-soldado”, começou a patrocinar o alistamento de populares para proteção da legalidade e combate à tentativa de retorno da oligarquia. O livro circulava na Praça do Ferreira coletando nomes. Setembrino de Carvalho afirma que circulavam “boletins terroristas contendo ameaça de morte aos deputados e à família Acióli, distribuía-se rifles, etc”<sup>163</sup>.

Foram os incêndios e saques, crimes pensados, locubrados, ajustados durante alguns dias. Estão aí os boletins, avisando de que haviam de queimar as casas dos adversários políticos, transmudando o S. João, de junho para novembro, distribuídos profusa e ostensivamente, até por guardas civis<sup>164</sup>.

O que aconteceu na capital já vinha sendo anunciado pelos boletins. Um São João reeditado em novembro, foi fogueiras de casas de velhos políticos. Não se tratava de uma ameaça vazia, pois no dia 2 de novembro de 1912, já havia indícios de que os adversários rabelistas tiveram um tratamento mais

---

<sup>163</sup> CARVALHO, Setembrino. *Antes, Durante e Depois*. Documento FSC pce 1914.00.00/1.

<sup>164</sup> ANÔNIMO. *Tragicomédia de Fortaleza*.

ostensivo em comparativo ao último enfrentamento. O foco não eram as instituições públicas, ocupadas pelo chefetes, a ira tinha caminho certo: o refúgio doméstico do “sobrevivente” poder aciologista. Era necessário banir, definitivamente, a incômoda presença do velho poder.

Os dois autores são enfáticos ao atribuírem papel decisivo a Frota Pessoa na articulação das manifestações de apoio armado ao governo na capital. Foi dado a este a alcunha pejorativa de *Chanceler Negro*, pelo autor da Tragecomédia, que o responsabilizava diretamente pelo acontecido, acrescentando predicado de *Anjo do Caos*.

Os incidentes aconteceram um após o outro: dia 02 de novembro, relatam nossos cronistas, que depois da visita de finados, os familiares e afiliados políticos do ex-presidente Nogueira Acioli tinham extraído de suas mãos o periódico Imprensa (jornal declaradamente aciologista), sofrendo xingamentos e alguns sendo até presos.

Dois dias depois, circulou panfleto anunciando passeata de rifles com exibição de tiros a esmo. No dia 05, Coronel J. Brígido recebia telefonemas anônimos com ameaça de morte. Enquanto na mesma noite eram hostilizados os capitães Antônio Eugênio Gadelha e o coronel Casimiro Montenegro. Os ânimos assim mantiveram-se até o dia da assembléia, já assegurada pelo Governo Federal com ordens para que o Exército fizesse a proteção dos 17 deputados na reunião. A cidade foi ocupada como as ruas do entorno da Casa do Poder Legislativo, em andança “acima e abaixo em sinistra e deprimente procissão da escoria social de Fortaleza”<sup>165</sup>.

Interessante observar que, nos dois cronistas, os termos utilizados para qualificar a aglomeração de populares são extremamente duros, preconceituosos e conservadores. Fazer um pequeno parêntese para analisar os adjetivos políticos atribuídos à população que se organizava em protesto contra a Assembléia.

Setembrino de Carvalho citando Louis Blanc no prefácio da "Revolução Francesa" disse - "uma sociedade não é inteiramente revolvida nos seus eixos sem que suba à superfície um pouco do limo que contêm". Esse limo que

---

<sup>165</sup> CARVALHO, Setembrino. *Antes, Durante e Depois*, p. 6.

surgia na sociedade fortalezense era, sem dúvidas, os chefetes e seus comandados, a quem o autor deixou claro chamavam povo. Foram assim descritos: “Era, pois, antes um grupo de beligerantes próprio para a luta nas ruas, mas completamente carecido de idéias políticas, por ventura de qualquer instrução”<sup>166</sup>.

Já o outro cronista, assim descreveu:

Tais entes emergem das camadas incolores, sem característica alguma, além do despeito, este aguilhão da inveja que nada produz se não o desespero. Vem do lixo humano que a tolerância fraternal do século os não consente eliminar. Por seus instintos maus e pelo ódio de que são portadores, levam-nos a crer que homens que abdicaram do senso comum ou nunca o tiveram. Uma coisa os domina; e essa coisa é a fobia da ordem. Sabem apenas destruir e subverter; mas não repõem e não criam se não a confusão sobre todos os aspectos: espécies de gênios do caos, cujo sentimento é desorganizar, pela razão de não poderem construir<sup>167</sup>.

Não por acaso que tais cronistas chegaram a essa caracterização do povo em movimento. Desde as revoluções burguesas o fenômeno da participação popular em movimentos revoltosos começou a ser preocupação das camadas dominantes. Então a categoria de povo sempre foi conceituado pela sua mobilidade e pelo o que lhe motiva a mover. Conforme Bollème

O povo é caracterizado “conforme os motivos que o movem: *loas* é o povo em armas, a reunião ou comunidade guerreira; *demos* a população de uma terra habitada, o ajuntamento dos homens unidos por uma condição social comum, ou porque vivem num mesmo território, fazem parte de uma mesma etnia; *ecclèsia* é o povo reunido por convocação, a reunião dos cidadãos que devem deliberar em comum; *sullogos* é o povo como reunião ocidental, seja um colóquio, uma palestra ou uma reunião de bandos; *homados* é o povo como reunião confusa, tumultuosa e ruidosa de uma multidão; *achlos* são ajuntamentos do povo, a multidão que, pelo tumulto, causa embaraço e importuna...”<sup>168</sup>

---

<sup>166</sup> CARVALHO, Setembrino. *Antes, Durante e Depois*, p. 6

<sup>167</sup> ANÔNIMO. *Tragicomédia de Fortaleza*, p. 2

<sup>168</sup> BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*, p. 18

Bollème considera ainda que o olhar direcionado ao popular é sempre político, “ou resultado de uma política a partir do momento em que se declara a sua marginalidade, distância e diferença”<sup>169</sup>. Veremos nas narrativas que seguiram algumas posições bem extremas desse olhar: ora conservador, regulador, ora desqualificador da ação da massa.

No Ceará, cronistas opõem o povo à ordem. São indicados como seres antagônicos na sua constituição, quanto mais liberados de suas rédeas ou comando de uma montaria política despreparada, mais ele é revoltado e indolente. Os textos carregam a marca de um protesto político e talvez, sem a intenção de publicar, sejam tão reveladores dos pensamentos de gaveta de nossas elites, que aqui se apresentam letrada, política e econômica. Temos convicção de que Setembrino representava tais elites, bem como o outro narrador que se fez anônimo, mas que guardando convivência com tal general, repassando-lhe seus manuscritos, não se trata de nenhum desses “entes incolores” da sociedade fortalezense.

Nas páginas subseqüente, estes cronistas apontam as origens daqueles elementos que compunham seus homogêneos xingamentos. Eram trabalhadores e moradores dos arrabaldes da cidade:

via-se Candoca com o seu povo, a canalha do arraial Moura Brasil, composta de catraieiros; João Gomes, com os discos dos operários da Baturité; Firmino, com o povo do matadouro, carroceiros e tangedores de gado; Chico Diabo, com o seu pessoal do outeiro, estivadores e peixeiros; Plínio, enfim, com os engraxates, cocheiros e vagabundos<sup>170</sup>.

A população revoltosa foi alcunhada de canalha ébria, vilã e miúda, grei, incolores, gentalha, récua<sup>171</sup>, peralvilhos, plebe, populacho corrupto, chusma, corrilho, ralé inconsciente, massa, camada plúmbea, negra escumalha, corrilho, feras humanas, bandos de batráquios (rãs), celerados, delinquentes, pés rachados, sarros da raça, multidão horripilante, sicários. Toda essa rede de

---

<sup>169</sup> BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*, p. 54.

<sup>170</sup> ANÔNIMO. *Tragicomédia de Fortaleza*, p. 13

<sup>171</sup> Dicionário HOUAISS – Derivação: sentido figurado. Uso: pejorativo, grupo de indivíduos desprezíveis, desordeiros, bandidos; súcia, caterva, corja.

adjetivos pejorativos foram listados nas páginas que narraram os incêndios de 9 de novembro na capital cearense.

É inevitável pensarmos que tais predicados nunca foram agregados às elites, seja cearenses ou de qualquer outro lugar. Há uma naturalização, uma adjetivação das camadas populares altamente depreciativa cada vez que esta se opõem ou se manifestam contra a “ordem” instituída. Muitas vezes, mesmo quando justificadas suas motivações, agregam-se adjetivos como ingênuos, manipuláveis, irracionais, ignorantes políticos. Sempre representados por falta de clareza de propósitos; um despreparo, uma incapacidade crônica e histórica.

Já nas camadas dominantes, não observamos qualquer destas terminologias, mesmo verificando os textos desqualificadores que circularam no período. Nenhum produziu xingamentos abrangentes à classe, ou mesmo grupo social dominante; sempre se restringiam a indivíduos, com adjetivações personalizadas. Parece que as camadas dominantes, neste sentido, são bem mais perversas e desmoralizantes que as camadas populares.

Voltando aos eventos de novembro, a partir do dia 05 de novembro as movimentações foram permanentes, os boletins circularam convocando a população, ficando ao encargo de jovens gazeteiros a divulgação nas praças da cidade:

Gritos, berros, gemidos, disparos, pancadas nas portas, cruces de alcatrão, vozes apregoando boletins, produziam horrível pânico e a desejada atmosfera de terror.

Uma voz dentro da noite gritava: “folha do povo”! Importantes telegramas! O caso do Ceará! O Ceará é dos cearenses! Morra os aciolis! São João em novembro! Franco Rabello ou morte! A “Folha!”<sup>172</sup>.

As estratégias de divulgação ainda continuaram as mesmas: discursos, circulação de panfletos, reuniões na praça e debates. Mas nestas crônicas encontramos duas novidades: como as armas chegaram às mãos da população e como se processou o recrutamento dos manifestantes. “Na praça

---

<sup>172</sup> ANÔNIMO. *Tragicomédia de Fortaleza*, p. 10.



do Ferreira, os chefetes expuseram um livro para alistamento de pessoal para obstar, meio de um movimento armado, a reunião da Assembléia<sup>173</sup>. Os galopins<sup>174</sup> forneciam as listas do seu pessoal. Era preparado tudo, não se tratava mais de uma espontaneidade tão marcante do dia 24 de janeiro. Os dois cronistas afirmam que houve financiamento do estado,<sup>175</sup> na pessoa de Frota Pessoa, para que os grupamentos fossem montados.

Como estímulo, era ofertado álcool em quase todos os eventos, especialmente nos preparativos do dia 09 de novembro. No dia, já nas primeiras horas da manhã, era distribuída aguardente (às 9 horas pequenos grupos já bebiam seu *quodore* cada). Os grupos iam chegando de todas as partes de carroças. Pelo meio dia, já contava com mais de duas mil pessoas aglomeradas na Praça do Ferreira. Nossos cronistas relatam a presença de vários oradores, um em particular tinha suas palavras regadas a álcool.

Um faccioso, já ébrio, improvisou-se orador; subiu no tampo de uma barrica, posta na avenida, e berrou: povo! Quem nos poderá resistir ou vencer!? Ninguém! não tememos nem o exercito! Os soldados são homens como nós. O soldado é um homem fardado. Às armas!! Vamos acabar cedo com isso! Essa chirinola<sup>176</sup> de assembléia já nos aborrece. Queimemos esses diabos! Povo! Chegou o dia de se niquelarem esses gatunos ricos, a custa do nosso suor! Tomemo-lhes os bens que são nossos! Discursava assim <sup>177</sup>.

Veremos mais a frente que a presença de álcool, nos enfrentamentos armados, era comum, até mesmo no exército regular e nos alistados para defesa da capital, quando do movimento armado de Juazeiro. Chama a atenção, mais uma vez, a recorrência da prática do discurso de palanque. Um discurso recheado de palavras inflamáveis e, pela primeira vez, aparece

---

<sup>173</sup> CARVALHO, Setembrino. *Antes, Durante e Depois*, p. 16.

<sup>174</sup> Substantivo masculino indivíduo maroto, travesso, brincalhão 2 m.q. galopim eleitoral 3 agente de polícia, beleguim. Regionalismo: Bahia. calçado ou sapato de tênis.

<sup>175</sup> ANÔNIMO. Tragicomédia de Fortaleza, p. 1. Montou na cifra de trinta e cinco contos de réis, o orçamento para promoverem-se os incêndios de 9 de novembro. Entre armas, álcool, automóveis, bombas de dinamite, bondes, carroças para transporte de munição, roupas para o disfarce da guarda civil e soldados de polícia; querosene, cordas de carnaúba para archote; graxa breu e alcatrão; e, também telegramas.

<sup>176</sup> Houaiss: coisa confusa; embrulhada, trapalhada.

<sup>177</sup> ANÔNIMO. *Tragicomédia de Fortaleza*, p. 12.

“transcrito” da boca de um popular a motivação para os “saques” (tomar o que eram deles, depois de anos e anos de falcatruas e apropriação da coisa pública).

Neste contexto, o saque não se caracteriza pela necessidade, mas pela vingança – trata-se de uma expropriação de desagravo. Um ato concentrado em um dia, ou mesmo em poucas horas, mas que revela uma explosão de uma exploração acumulada há tempos, por isso seja tão assustador o resultado dessa força concentrada.

A estratégia narrada pelos cronistas para a distribuição de rifles era o uso de caixões e o transporte em carroças. Estes eram guardados na redação da Folha do Povo, outros em bares ao redor da Praça. Contam que continham nos caixotes rifles e bombas de dinamite. Quem ficara responsável pela distribuição foram jovens de treze a quinze anos, que quando próximo ao início do conflito, desfilaram com as armas nos ombros, noticiando que todos estavam armados e prontos.

Às onze horas do dia a Praça do Ferreira estava intransitável. Cerca de duas mil pessoas congregavam-se naquele pequeno recinto. A onda humana ia e vinha, como uma imensa serpente, arrastando-se em massa, lentamente, pelas avenidas e calçamentos das ruas que fechavam a praça. Um negociante rosiferou, no meio do povo: vão queimar logo as casas daqueles ladrões! (sic)

<sup>178</sup>

Nas crônicas temos uma trágica epopéia e não observando em nenhuma das narrativas solidariedade à ação popular. Detectamos sim, uma sistemática desqualificação, até mesmo quanto a sua organização, tendo em vista que o poder público, nos dizeres dos dois, financiou, orquestrou e deliberou sobre os ataques, expondo Frota Pessoa, Secretário do Interior, como o maior responsável pelos atos. Evidentemente, Setembrino, um mantenedor da ordem, representante do poder federal para instituir a normalidade e o outro, vítima indireta das ações de saques, pois se filiou aos Aciolis e responsabilizou seus adversários rabelistas pela manipulação da

---

<sup>178</sup> ANÔNIMO. *Tragicomédia de Fortaleza*, p. 14

população. Os dois cronistas, pelas posições demonstradas, têm na sua análise uma parcialidade profundamente conservadora.

\* \* \*

No final da tarde o acordo chegou: a convocação foi cancelada caso fosse cedido um 1/3 dos cargos de deputados para o PRC. Não se sabe se Franco Rabelo respondeu ao acordo, mas depois o senador Pedro Borges enviou telegrama cancelando a sessão. Tarde demais: o povo, alimentado de rancores, já havia saído às ruas em quebra-quebra geral. Em meio à confusão, destruíram-se prédios e casas de diversos aciologistas, cujas famílias refugiaram-se na Escola de Aprendizes de Marinheiro, enquanto os deputados escondiam-se no Quartel-General do Exército e, após rumores de invasão, assinaram um termo de desistência das sessões da Assembléia<sup>179</sup>. Novamente, boatos foram usados como elementos de pressão para atemorizar os adversários.

Boletim da Folha do Povo

Os deputados acabaram de assinar a seguinte declaração:

Em bem da paz e atendendo a situação atual desta cidade, declaramos que a Assembléia Legislativa deixa de continuar as suas sessões.

Quartel General, às 9 horas da noite de 9 de novembro de 1912.

Antônio Eugênio Gadelha, 1º secretário; Lourenço Feitosa, Padre Maximo Feitosa, Dr. João Guilherme Studart, Alves da Rocha, Jovinto Pinto, Cassimiro Montenegro, Raimundo Sales, Tibúrcio Gonçalves, Antônio José Correia e Antônio Luís.

Nós os oficiais desta guarnição, afirmamos, que a declaração acima foi deliberada entre os signatários, em nossa presença neste Quartel General, às 9 horas da noite de 9 de novembro de 1912<sup>180</sup>.

Novamente um termo assinado era lido em praça pública, para que cessassem os ânimos de destruição e morte atribuídos aos populares da capital. Com as assinaturas de autoridades *coibidas* pelas armas e incêndios e mais outras assinaturas de oficiais militares de plantão no Quartel, reconheceram a vontade dos deputados. Estamos frente a situação inusitada,

---

<sup>179</sup> Cf. SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *Crise na Política dos Governadores*

<sup>180</sup> Panfleto: *Boletim da Folha do Povo*.

em que autoridades legais e militares aferem e legitimam a força rebelde de líderes populares e seu *exército de patriotas*.

Isto, contudo, não encerrou o caso. Na manhã seguinte, 10 de novembro de 1912, o mesmo juiz que liberou o *habeas corpus* para o encontro dos deputados foi mencionado em boletim, afirmando que, como os deputados desistiram *espontaneamente* da Assembléia, ficava suspenso o expediente jurídico expedido, recomendando ao povo que esperasse vigilante pelo desenrolar dos acontecimentos.

### BOLETIM

Povo Cearense

/.../ Confiante na palavra do Sr. Juiz Seccional, cearense que igualmente tem interesse no respeito aos DIREITOS individuais e de propriedade, o povo deve aguardar calmo e vigilante a promessa de S. Excelência, da qual depende a atitude do Governo Federal, ante os acontecimentos ontem levados a efeito pela soberania popular<sup>181</sup>.

Este boletim evidencia a tentativa das elites de passarem um clima de tranquilidade e, provavelmente, descartar o fantasma da intervenção federal. A idéia de *soberania popular*, e não de barbárie ou revolta insana, tem por intuito amenizar os efeitos revoltosos dos incêndios e a destruição das residências de autoridades políticas, situadas na capital cearense. Tratava-se de um acontecimento grave, mas suavizado pelos arranjos políticos.

No total, foram incendiados dez prédios, incluindo a fábrica de tecidos de Acioli e sua fazenda. Diz-se, também, que todos os objetos foram lançados ao fogo, não sobrando quase nada do patrimônio da família aciolina e de alguns de seus aliados<sup>182</sup>. Logo abaixo temos a foto, possivelmente do dia seguinte ao acontecido.

---

<sup>181</sup> Panfleto: *Boletim Povo Cearense*.

<sup>182</sup> SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *Crise na Política dos Governadores*, p. 184.

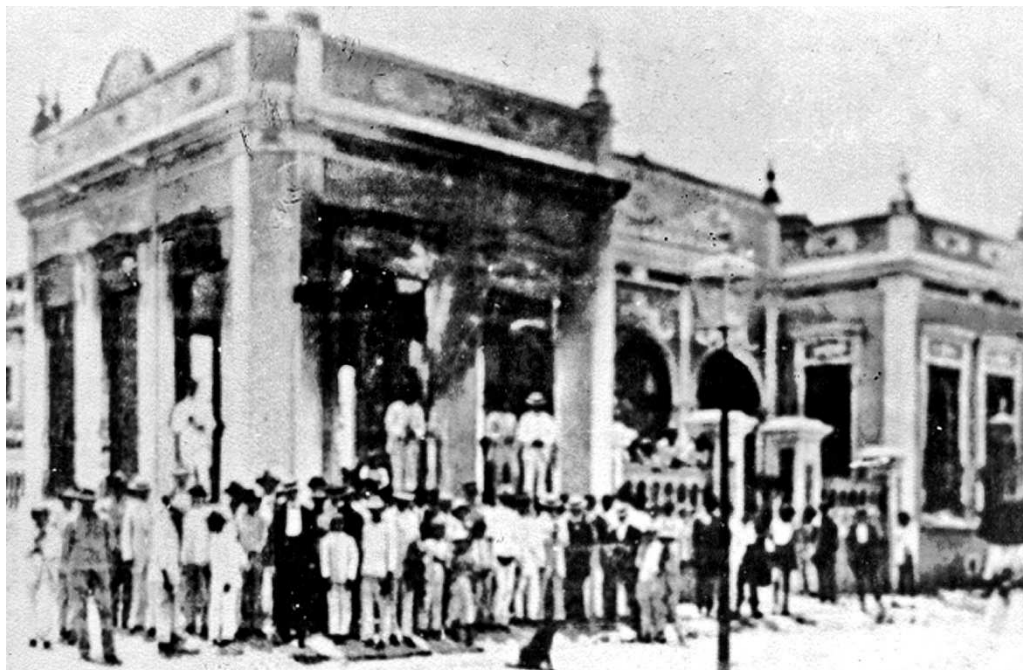


Figura 15: MIS/CE – FV-000657 – Residência do Deputado Federal Graco Cardoso.

A presença de curiosos, o enquadramento total da residência, as marcas escuras deixadas pelas fumaças criam um simulacro da destruição provocada. A presença de curiosos, ou mesmo integrantes da mobilização do dia anterior, atribui uma vivacidade à cena. Mesmo que perfilados diante do casarão, e não representando uma ação invasora, sua presença cria uma relação direta entre a imagem, o acontecido e seus possíveis geradores.

Para conseguir esse efeito, a distância e o enquadramento desta foto cumprem duas funções: a primeira, de “anonimizar” a população, ficando impossível a identificação de qualquer cidadão acima representado, mas, nem por isso, conseguindo esconder as diferenças sociais evidenciadas nas roupas. Temos alguns pequenos jovens no centro da fotografia, estes sempre presentes, e uma figura acinzentada no canto esquerdo, tornando patente seu estado econômico, de roupas e chapéu grosseiros.

Cabe também um detalhe: o universo fotografado é, essencialmente, masculino, apesar de termos relatos de várias mulheres participando dos saques e das queimadas. A outra função é que, com o distanciamento, fica

possível percebermos a ostentação do genro de Nogueira Acioli, pois a residência mais parece um palacete, dando a impressão que justiça fora feita. Neste imóvel foi encontrada parte da riqueza *retirada* dos cofres públicos ou recebida sem mérito pelo favorecimento no sistema nepotista da oligarquia aciolina.

Outra casa também incendiada foi a do Senador Francisco Sá, homem de extrema confiança do comendador que, segundo Teófilo, foi um político sério e sensato, apesar de participar da oligarquia. Mesmo com esses predicados não deixou de ter sua residência destruída pelo fogo. Como esta, também ficaram as casas do coronel Guilherme Rocha, intendente de Fortaleza à época do governo Acioli e Cassimiro Ribeiro Brasil Montenegro, amigo e correligionário de Acioli.



Figura 16: MIS/CE – FV-000659 – Residência do Senador Francisco Sá, 1912

Essas duas fotos fazem parte de um conjunto (que nos chegaram em quatro) que retrata este ato como o mais radical atribuído ao poder popular naqueles dias. Rodolfo Teófilo repudia veementemente a atitude do povo e de seus líderes, considerando-a bárbara, não justificável, como o foram os acontecidos de 21 de janeiro de 1912. Ainda assim, “não foi tão horrível, tão

sem atenuantes, como querem alguns espíritos”.<sup>183</sup> Elas tiveram repercussão nacional, como analisa Eduardo Campos na revista *Careta*:

No número 241, edição de 11 de janeiro de 1913, pode-se ler o simulacro de despacho telegráfico redigido no mais imperdoável humor [satírico], dizendo que as fotografias publicadas pela revista, apresentando as residências incendiadas da família Acioli, “são completamente falsas. Ao contrário, o povo do Ceará, animado das melhores intenções, ajudando a decorar as ditas casas com lanterninhas e outros aparelhos de iluminação, uma noite aconteceu de uma delas cair e tudo incendiar, cabendo assim a culpa aos seus moradores e não aos políticos”<sup>184</sup>.

Partilhando do mesmo *critério atenuante*, o humorista provoca sarcasticamente os vitimados do incêndio, tornando ingênuos os populares que só queriam ajudar e invertendo a possível culpa que pudesse recair sobre estes para os próprios políticos “que brincaram com fogo”. Essa dúvida colocada pela sátira despertou-nos, junto com o *simulacro* do grau de participação popular neste episódio. Tais fotos fecham um ciclo narrativo de visões dos acontecimentos de 1912 em Fortaleza. Separadas contavam histórias diferentes, juntas tornam mais densa a interpretação sobre as ocorrências da tumultuada deposição da oligarquia aciolina.

As seqüências de outras imagens permitem ao observador captar a articulação entre diferentes cenas da vida e possibilitar, ainda, a articulação a outros textos, orais ou escritos, capazes de desdobrar as conotações das fotografias.<sup>185</sup>

Encandear essas imagens a uma série de outros documentos tornou possível perceber como compõem diretrizes para pensarmos na historicidade dos acontecidos. Começamos pelas fotografias apoteóticas da multidão em pleno vigor cidadão, em passeatas, homenagens políticas, imagens sempre veiculadas com positividade e as mais divulgadas.

A cidadania e a participação cívica popular eram ressaltadas em cada uma delas. Quase não conseguimos registros fotográficos do período de combate, mas a partir dos relatos, sabemos por Setembrino e no autor

---

<sup>183</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição de Juazeiro*, p. 22.

<sup>184</sup> CAMPOS, Eduardo. *O Ideário de Manezinho do Bispo*, p. 71.

<sup>185</sup> MIGUEL, Maria Lúcia Cerruti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 6, nº 1/2, p. 127, jan./dez. 1993.

anônimo, que não foram denunciados mortos, feridos, atrocidades e violências físicas. Talvez porque as imagens e relatos aos quais tivemos acessos tenham sido produzidos com a preocupação de omitir esses detalhes.

O que nos chegou foi selecionado, depurado e conscientemente ordenado, criando a impressão de que o que deveria ser visto e dito estava dado. As crônicas de Teófilo, os versos dos folhetos, as imagens das charges e fotografias, os panfletos, todos esses diferentes códigos de linguagens articularam uma idéia ufanista e próspera da vontade popular.

Essas fotos negativistas, que demonstram a destruição das casas, foram encontradas no acervo pessoal de Tomás Pompeu Sobrinho, de quem Acioli era tio e que foi membro efetivo da oligarquia, ocupando o cargo de inspetor de Obras Contra as Secas. Acreditamos que elas compõem um quadro de *memória ressentida*, uma denúncia estampada das violências sofridas pela família aciolina.

As fantasias da imaginação individual e do imaginário coletivo adquirem contornos nítidos e formas concretas por meio do chamado testemunho fotográfico. Se, por um lado, o signo é produto de uma construção/invenção, por outro, a interpretação, não raro, desliza entre a realidade e a ficção. Trata-se, como já vimos, de *processos de construção de realidades*, processos esses que, desde sempre, existiram<sup>186</sup>.

Vimos como esse construto que reúne fantasia e realidade faz-se em cada registro. A presença dessas fotografias, destoando do conjunto cívico da primeira parte da nossa pesquisa, parece que interliga, cria uma ponte com um universo omisso e silenciado o tempo inteiro: a possibilidade da força popular. Elas materializam a capacidade de estrago de uma revolta popular, mesmo que não tenhamos elementos suficientes para afirmar que quem ateou fogo foram populares, mas isso foi usado para passar uma sensação temerosa em relação as classes perigosas e omitir o potencial destrutivo dos políticos rabelistas. Essas fotografias terminam por eliminar o caráter adocicado de

---

<sup>186</sup> KOSSOY, Boris. "Fotografia e Memória: Reconstrução por Meio da Fotografia". In: SAMAIN, Etienne (Org.). *O Fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 47.



imagens lúdicas e sonhadoras que o tempo cristalizou nas passeatas das crianças e discursos cívicos nas praças da cidade de Fortaleza<sup>187</sup>.

Foi questionando silêncios que chegamos a estas imagens, que violaram a propriedade privada, invadiram o espaço privado do poder e dele fizeram escárnio. Ao mesmo tempo em que essas imagens denunciam a opressão e revolta por sua *barbárie*, como quer Eduardo Campos, o que há de assustador e, sem dúvida, é uma das mensagens que ela quer passar, ou por nós é apropriada para este fim: a de um povo rompendo espaços de poder, tornando-se audível e visível.

Essas imagens cumprem papéis duplos: instigam o ódio, alertam as elites e dão prova de possíveis transgressões e virulências no horizonte das elites hegemônicas, que pensam controlar esse *espírito revolto*.<sup>188</sup> Advertem também que, nas relações republicanas de poder, incluem-se horizontes de rebeldia de pretensos excluídos da vida pública.

Pensando assim, o conjunto de fotos que utilizamos proporciona uma materialidade, revela facetas dos acontecimentos, articula propósitos e, acima de tudo, confunde o visível e invisível, o audível e inaudível na República das Letras em constituição. Tentamos engendrar na dinâmica interna da imagem, com os recursos ao nosso alcance, críticas que possibilitassem leituras com outros significados para textos, rumores e imagens da realização desta República no Ceará<sup>189</sup>.

A oralidade é uma forma social de ser, pensar e estar no mundo; portanto, dá-se a apresentar em todos os meandros da comunicação humana.

---

<sup>187</sup> “Também deve-se fazer a articulação com os elos ausentes, com aquilo que a câmara não registrou. Questionar as lacunas, interrogar-se sobre os questionamentos, os hiatos, enriquece a análise, já que o visível possui as marcas da manipulação do real. Reduzir a história através dos documentos fotográficos a uma história adocicada para dar prazer a toda gente, não é nossa proposta.” MIGUEL, Maria Lúcia Cerruti. *A fotografia como documento: uma instigação à leitura*, p. 127.

<sup>188</sup> “A fotografia é sempre uma mensagem situada, produzida por alguém e com endereço determinado. É essa articulação que devemos destrinçar, uma vez que uma fotografia não se esgota em sua denotação. Denota em nível e conota em outro.” *Id., ibid.*, p. 124.

<sup>189</sup> “O contexto particular que resultou na materialização da fotografia, a história do momento daqueles personagens que vemos representados, o pensamento embutido, em cada um dos fragmentos fotográficos, enfim, a vida dos modelos referentes – sua *realidade interior* – é, todavia, invisível ao sistema óptico da câmara. Não deixa marcas na chapa fotossensível, não podendo ser revelada pela química fotográfica, nem tampouco digitalizada pelo *scanner*. Apenas imaginada” KOSSOY, Boris. “Fotografia e Memória: Reconstrução por Meio da Fotografia”, p. 43.

Desta forma, ao analisarmos, ou melhor, incorporarmos fotografias neste trabalho, tivemos a intenção de circundar todos os meios possíveis de representação e sujeitos de matrizes orais. As fotografias, associadas aos demais textos e imagens, presentificaram as expressões de uma cultura, dando-lhes forma, textura, sonoridade, volume e feição. Tais registros possibilitaram avolumar as impressões, físicas e idealistas, que letrados e elite política tinham ou demonstravam ter das camadas mais pobres da cidade de Fortaleza.

Usando a sensibilidade, os atentados a casas da família aciolina permitem surpreender as coordenadas, resultantes de últimas tentativas de expulsar aquelas lideranças do Estado. Demonstrem a capacidade dos líderes rabelistas de dialogar com o popular, visto que alimentam a revolta com palavras de ordem, armas e aglomeração. Porém, não fica claro se os resultados dessas imagens podem ser atribuídos exclusivamente a populares. Essa articulação entre o possível, a revolta popular, o conspirativo e a destruição programada pelas próprias lideranças das casas de seus adversários fica em aberto. Mas há uma intencionalidade inequívoca de ser atribuída à fúria popular; não obstante ser uma resposta muito provável, pela a sedução da fonte. Preferimos a dúvida, visto que, em outros momentos, como nos dias de revolta de janeiro, isso não foi proposto ou executado.

Do ponto de vista político, essa atitude radical dava uma refrega nos interesses do PRC cearense, completando um ciclo de expulsão da família Acioli e consolidando a idéia de braço armado de Franco Rabelo, que atendia pelo nome de *exército patriótico*. Ou seja, milícias de cidadãos que, no melhor estilo francês revolucionário, guardavam e mantinham a ordem política vigente.

O resultado dessa terceira onda de revoltas foi imediato no quadro político. As eleições para deputado ocorreram tão favoráveis a Franco Rabelo que, segundo Virgínia da Silva, ele obteve todas as cadeiras da Assembléia Legislativa.<sup>190</sup> A intervenção federal foi descartada e somente um ano depois

---

<sup>190</sup> Esse dado possibilitou Franco Rabelo encaminhar reformas na tributação estadual, em especial do comércio e das profissões, retribuindo o apoio nas campanhas e as alianças que estabeleceu com Francisco de Paula Pessoa e a Associação Comercial. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1913 pelo Presidente do Estado Coronel Marcos Franco Rabelo. Fortaleza: Typogravura A. C. Mendes, 1913, pp. 34-5.

ele sofreu nova represália do PRC e dos insatisfeitos pela deposição de antigas oligarquias.

Este episódio, no contexto dos conflitos armados na capital cearense, trouxe por algum tempo tranqüilidade ao governo Rabelo. Porém, não foi a última vez que a população pegou em armas para defendê-lo. Esse quadro beligerante reproduziu-se por mais uma vez, quando do movimento armado de Juazeiro do Norte, em que diferentes grupos marcharam para a tomada do poder na capital cearense, contando com a deposição de Rabelo ou mesmo a prometida intervenção federal, que ocorreu no dia 14 de março de 1914.

Percebemos, pelas diversas análises percorridas, que somente dois autores foram *favoráveis* ao comendador Acioli. Um deles, João Andrade, percebe uma sobrevida da família Acioli, bem como faz uma *respeitosa* deferência ao período administrativo e político da oligarquia. Ressalta as obras públicas promovidas pelos governos aciولينos, o espírito moderno e empreendedor do administrador e, por fim, sua capacidade de equilibrar as finanças do Estado, que, em nenhum de seus mandatos, fecharam deficitariamente. Andrade conclui:

Entretanto, as oligarquias Rosa e Silva e Aciolina figuram como as mais importantes do Nordeste brasileiro. E sob sua orientação consolidou-se, administrativamente e politicamente, o regime republicano. Nelas se congregaram os interesses das elites estaduais, e cada uma, dentro das suas limitações, proveu seu Estado daquelas medidas administrativas que mais exigiam no momento, para concretizar os anseios do progresso contidos nas aspirações de seu povo<sup>191</sup>.

Nesse campo controverso, apaixonado e, sem dúvida, inflamável, chamamos a atenção para uma particularidade que não reside nos conchavos tão próprios daquela época: a presença de populares em armas em franca contestação aos poderes instituídos. Bestializados pela avidez e acelerada atuação das elites locais, mas não dispostos à condição de platéia; contestando e fazendo suas relações com os hegemônicos, que perderam sua privacidade e tiveram de governar sob olhares atentos e nem sempre dispostos a abrir mão de seus interesses e valores.

---

<sup>191</sup> ANDRADE, João Mendes. *Oligarquia Aciolina (1877-1930)*, p. 169.

Conjugando riso, crença, cantos, aglomerações, chiste e (não poderia faltar) uma voz retumbante da revolta, os sujeitos de matrizes orais usaram de todos os expedientes para se fazer presentes nos impressos e nas contendas da cidade alencarina, criando um lastro de memória para além da voz circunscrita ao presente. Possibilitaram, com sua mobilização, deixar para os tempos vindouros um eco forte e ensurdecido das suas práticas culturais, formas de ver o mundo e lutar por ele e dentro dele. Sendo assim, nosso papel, entre tantos, foi o de por em movência essa oralidade que ficou repousada no papel.



2ª PARTE:  
O PRINCÍPIO DAS COISAS

Mapa: JATOBÁ, Roniwalter. *Juazeiro: Guerra no Sertão*, São Paulo, Ática, 1996.



### No princípio eram Juazeiros - a Terra da Mãe de Deus

Situado ao sopé da Chapada do Araripe, área que divide Ceará, Pernambuco e Piauí, a cidade de Juazeiro do Norte se encontra distante da capital cearense, 514km. Contrariando a imagem recorrente de sertão seco, esta região, por se encontrar num vale, tem suas terras bastante férteis e um clima com uma média de chuvas acima do Estado. Algo em torno de 900 mm anuais, suas temperaturas variam entre 19º e 35º graus, predominando de 24º a 28º a maioria do tempo<sup>1</sup>. Neste cenário geográfico, a vegetação é de caatinga e cerrado, com uma rica diversidade arbórea, destaque aqui ao Juazeiro<sup>2</sup>.

Juazeiro, como bem disse Gilmar de Carvalho, “árvore que congela o tempo”<sup>3</sup>. É dessa árvore de folhas sempre verdes, flores pequeninas, fruto amarelo, com polpa comestível, capaz de fornecer ao gado sombra e alimento, sem perder a folhagem durante a seca e resistir ao cenário cinzento e árido do sertão – torna-se uma semente mítica. A árvore que, na sua força e majestade, foi identificada com a origem do vilarejo Fazenda Tabuleiro Grande, de propriedade do Brigadeiro Leandro Bezerra, fundado em 1872, tendo tempo depois a chegada de Padre Cícero e familiares.

---

<sup>1</sup>Dados disponíveis <<http://www.ceara.gov.br/ceara/municipios-cearenses/detalhamento/municipios-letra-j#munic-pio-juazeiro-do>>. Acessado em 06/08/09.

<sup>2</sup> Importar dizer que por essas características geográficas da região do Cariri, é preciso relativizar algumas percepções comuns do “sertão/seca/deserto”. A cidade do Crato, que ao período era a mais próspera localidade, era conhecida como Pérola. Para melhor compreensão dessa associação, o texto de Ivone Barbosa *Sertão: um lugar (in) comum*, é uma excelente referência. Retomaremos este texto, quando analisarmos o narrador Rodolfo Teófilo, mas para o momento fica a relação entre a literatura e a construção de um sertão que, como primeira imagem, é um deserto: “/.../ o sentido da palavra ‘deserto’ ganhou um conteúdo particular, o de designar o espaço sertanejo no qual se inclui o *sertão cearense*, enfatizando, nas suas descrições, as características fisiográficas que aproximam de outras regiões desérticas e áridas do planeta. No discurso literário, a configuração da imagem de sertão, que tomou o sertão do Ceará como referente, ganhou significado de ausência de condições fisiográficas (clima, recursos hídricos, vegetação, etc. ) necessárias ao desenvolvimento da vida humana. Decorreu desde processo a vinculação entre os dois conceitos, *sertão* e *deserto* como qualificadores mútuos, agora não mais com um conteúdo cultural, mas natural”. BARBOSA, Ivone C. *Sertão: lugar (in) comum*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 145. Ao nos apropriarmos deste trecho, fazemos para que não haja uma associação imediata da região do Cariri com este sertão/deserto. Não somente pelas questões fisiográficas apresentadas, mas com as atribuições sociais e culturais relacionadas indevidamente a sentença sertão/seca/deserto.

<sup>3</sup> CARVALHO, Gilmar de. *Madeira Matriz*. São Paulo: Annablume, 1999, pp. 20-5.

## O Princípio das Coisas

---

Inicialmente, as árvores cumpriam uma função de pouso, era um lugar para descanso dos animais e para aproveitar a pastagem abundante, que fica no entorno. Nada mais material e objetivo. Neste cenário foi edificado a sede da fazenda do Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, sua casa de farinha e posteriormente a Capelinha de Nossa Senhora das Dores. Este quadro construiu uma memória literária, pictórica e social da gênese da cidade, como veremos na xilogravura mais a frente.

O vilarejo ficou sob a tutela da cidade do Crato até 1911, quando da sua emancipação patrocinada pelo Padre Cícero – depois do adventício de milhares de romeiros vindo por causa do milagre da beata Maria de Araujo, em 1889. A cidade nasce sob o signo do milagre, fazendo de cada novo morador um potencial comerciante, que, abençoado e autorizado pelo padre, vendia serviços a crescente comunidade. A cidade contava com mais de 40 mil habitantes à época do movimento de 1914, com o advento de mais de 10 mil romeiros e combatentes, quando da explosão do conflito, conforme dados oferecidos por Oliveira Xavier<sup>4</sup>.

Neste contexto três juazeiros compõem uma trindade mágica que dá origem a cidade, acompanhado de um padre milagreiro, um povo convocado por Jesus, conforme um sonho do Padrinho Cícero. Uma cidade nascida como tantas, fazendo-se caminho de tropeiros, mas, ao constituir sua mitologia, ergueu um marco mítico que justificaria seu recente presente místico.

Em Juazeiro do Norte, homem, natureza e magia conviviam de forma integrada, constituindo um enredo prolongado até os dias atuais. Sua geografia é apropriada para fortalecer essa relação, fato patente na colina do Horto, na qual sua escalada é utilizada como *via crucis*, bem como a passagem pela pedra estreita<sup>5</sup>, bem retrata no filme de Wolney de Oliveira, em que romeiros passam por uma fenda na pedra, deixando seus pecados para trás.

Essa configuração sagrada e mágica da cidade de Juazeiro do Norte nasce com os primeiros cronistas e memorialistas. É importante ressaltar as várias adjetivações, como a *Meca dos Sertões*, *Jerusalém Brasileira*, *Cidade*

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*. Rio de Janeiro, s/e, 1920, p. 65.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Wolney. *Milagre em Juazeiro*. 1999, Brasil, Documentário. 83min.



## O Princípio das Coisas

---

*Santa, Cidade Mística, Cidade da Mãe de Deus, Terra da Mãe de Deus, Covil de fanáticos, Cicerópolis* e, tantas outras terminologias que, inevitavelmente, constroem uma geografia religiosa boa ou ruim, da cidade.

Essa força não se diluiu ao longo dos anos, altera-se em perspectiva, mas o fator religioso aglomera a população fixa da cidade, acrescida por mais de um milhão de pessoas em período de romaria. O catolicismo popular, o sincretismo religioso, são ingredientes a fomentar essa mobilização. Para os primeiros cronistas, esta “crença que tem o romeiro nas coisas sagradas é o excesso da crença que domina o espírito da humanidade católica. O romeiro encarna o fanatismo”<sup>6</sup>. Tratamos mais a frente e, calmamente, o sujeito histórico do romeiro, mas cabe aqui ressaltar essa conexão entre o catolicismo e o *excesso religioso*, gestado na relação entre os fiéis e a figura do Padre Cícero, denominado por alguns como o Patriarca de Juazeiro.

O Padre Sobreira, autor de *O Patriarca de Juazeiro*, relata como era a cidade quando da chegada de Floro Bartolomeu ao povoado, em 1908.

Juazeiro ainda era uma modesta povoação, sem qualquer importância social ou política, com pouco mais de duas mil e duzentas casas, centenas delas cobertas de palha, na maioria de taipa, quase todas de construção algo primitiva. Mobiliário? Feitas raras exceções, resumia-se em meia dúzia de cadeiras ao lado de uma mesinha na sala de visitas<sup>7</sup>.

Observe que a descrição prende-se às questões de urbanidade, mas não avança na qualificação do povo. Afirma das dificuldades, mas nada de excepcional, se consideramos que a maioria das cidades do nordeste caberia nesta exposição. Um povoado que, por necessidades econômicas e por uma questão cultural, confecciona suas casas de taipa. Mas a cidade não era assim vista por um olhar estrangeiro:

Alguns minutos mais, e estamos no seio da Meca sertaneja. Arruados dos mesmos pardieiros, estendidos por três ou quatro mil metros, cruzam-se em vários sentidos. As habitações quase todas se copiam por fora, em muros mal-acabados, despídos, ordinariamente, de qualquer intenção estética, como se parecem no interior, pobríssimo e imundo.

---

<sup>6</sup> GUSMÃO, A. *Ceará Conflagrado: o movimento revolucionário do Joazeiro*. Manaus, Seção de Obras da Imprensa Pública, 1915, p. 12.

<sup>7</sup> SOBREIRA, Azarias. *O Patriarca de Juazeiro*. São Paulo, Editora Vozes, 1969, p. 71.

## O Princípio das Coisas

---

Por fora, quase que só as distingue a numeração: um cartapácio com grosseiros algarismos, no geral seguidos das iniciais “P. C.” e de cruces, signos-de-salomão ou de outros símbolos de uma cabalística rudimentar. Não raro um “Viva o meu Padim Ciço” esparrama-se a carvão pela parede malcaiada, com muito fervor e nenhuma ortografia<sup>8</sup>.

Lourenço Filho detalha sua caminhada em direção a Juazeiro, no início do ano de 1922, descreve cuidadosamente suas impressões sobre as moradias, organização urbana, habitantes e adventícios, manifestações culturais, conduzindo-nos lentamente à atmosfera “mística” e ignorante, por ele considerada, a *Meca dos Sertões*.

Sua narrativa será marcada pelo tom “estrangeirado” e por uma linguagem letrada que, como elemento crítico, possibilita desvelar as dificuldades culturais enfrentadas pela população local, mas também restringe sua percepção particularizada da cultura oral. Lourenço Filho continua narrando suas impressões sobre a cidade, dividindo-a em duas partes: o arraial, composta pelos romeiros e amurada pelo fanatismo; a outra com um certo conforto, alguma urbanização, mas um núcleo privilegiado dedicada ao comércio.

Aí está o Juazeiro arraial. Vinte mil almas, a que se agrega e de que se despede, cada dia, uma multidão de romeiros. É esse o Juazeiro temível, o Juazeiro tradicional, a Meca do fanatismo sertanejo que primeiro depara o viajante, se ele não avisou em tempo o padre Cícero e os de seu grupo, ciosos em ocultá-lo, mas solícitos em mantê-lo.

Porque há um outro pequeno Juazeiro abrolhando no seio desse arraial sórdido e miserável, sem higiene e sem trabalho, abrigo de peregrinos e de cangaceiros da pior espécie, de doentes e malucos. É um verdadeiro milagre em tal moldura, mas existe<sup>9</sup>.

Importa afirmar que teremos um dualismo intenso na caracterização da cidade de Juazeiro: de um lado, narradores contando do seu rápido progresso, tornando-se a segunda cidade do Ceará em população e prosperidade. Outra revelando o “covil” do fanatismo e banditismo, somado a uma baixa urbanização e instituições educacionais gestoras de uma verdadeira calamidade.

---

<sup>8</sup> LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*. 4. ed. Brasília, MEC/Inep, 2002, p. 43.

<sup>9</sup> LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*. p. 44.

## O Princípio das Coisas

---

Numa preocupação mais antropológica, o autor foca a natureza como secundária, mas mesmo assim é necessário caracterizar o palco de horrores, que é essa cidade *santa*, um *reino da insânia*, por ele denominada. Porém, como os demais, sua preocupação reside na luta desses homens habitados nesse insalubre espaço. Mas podemos observar que seu estranhamento é grande, chegando a assustar-se com a devoção das centenas de romeiros expostos ao sol, em pleno meio-dia, para receberem a benção do Patriarca da cidade.

Outro parecer “estrangeirado” sobre a cidade de ressonância nacional, foi as conferências do Dr. Paulo Moraes e Barros – membro da omissão do governo federal para inspecionar obras no nordeste – feita em outubro de 1922, com o título “Impressões sobre o Nordeste”, produzida na Associação dos Empregados do Comércio-RJ<sup>10</sup>.

Em população, é Juazeiro a segunda cidade do Ceará, contando cerca de 30.000 habitantes. Sua periferia, só de casebre e mocambos de meia água, é de ingrata aparência, mais semelhante colossal e disforme acampamento de festa de Santa Cruz, em sulino arraial, com as roletas a menos, e a imundice a mais./.../ E dizem que essa gente, com as 20.000 cabeças a mais que vivem extra-muro, são mantidas à socapa do cangaço. /.../ Além da população fixa, é calculada em 500 a adventícia de romeiros, que se cambia cada 48 horas. /.../ Da gente e do lugar é medíocre a impressão<sup>11</sup>.

Tais palestras irritaram um dos mais ilustres moradores de Juazeiro, Dr. Floro Bartolomeu, então deputado federal, fazendo-o subir a tribuna da Câmara e, em longo discurso, rebateu todas as observações do nobre viajante. Como resultado deste discurso foi publicado um livro – ampliando a oratória do deputado para uma apresentação da prosperidade e civilidade já impressa na cidade de Juazeiro no início da década de 1920, a edição é rica em imagens do município fortalecendo tal perspectiva.

Floro Bartolomeu fez coro contra a *imprecisão* do palestrante, capitada em relance que não duraram uma tarde na cidade. Tão revoltante foi esse procedimento que um deputado interlocutor do discurso, aparteou dizendo: “É

---

<sup>10</sup> Nesta época, como falava Leonardo Mota, era muito comum serem proferidas palestras de “folcloristas domingueiros” que, descompromissados com a cultura, faziam de suas exposições um rito de ridicularização da vida e experiência sertaneja.

<sup>11</sup> BARTOLOMEU, Floro. *Juazeiro e o Padre Cícero*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923, pp. 8-9.

## O Princípio das Coisas

---

de admirar que os brasileiros assim procedam, quando isso é habito comum aos estrangeiros que, cercados aqui de gentilezas, lá fora vão depor contra o Brasil”<sup>12</sup>.

Não são poucos estes estranhamentos, marcadamente por uma concepção etnocêntrica, incapaz de fazer uma análise interna do desenvolvimento cultural da região. Podemos fazer uma reserva a Rodolfo Teófilo, que mesmo muito crítico, mas pertencente à realidade cearense, quando se referia a Juazeiro, colocava a cidade no contexto regional. Sem fazer caracterização etnogeográfica da população urbana, foi diretamente à descrição e narração dos eventos de 1913-14.

Mas podemos dizer que estes diagnósticos não são feitos somente pelo olhar distante da região. Intelectuais do Cariri e, mesmo moradores de Juazeiro, fazem descrição parecida, validando, pelo menos discursivamente, as observações feitas pelos adversários da cidade e os “estrangeiros” à cultura da região.

No Rio com um milhão de habitantes, morrem, em média, setenta pessoas por dia. Em Juazeiro do Cariri, com apenas quarenta mil, morrem trinta. E não há ali um hospital, nem um asilo para a infância desvalida, nem uma ambulância médica, para os menores socorros aos quarenta mil operários de maior cidade do interior do Nordeste Brasileiro<sup>13</sup>.

Oliveira de Xavier, além de denunciar a ausência de equipamentos urbanos básicos, nos anos de 1913, como hospital e um sistema de assistência social, relata também a carência de escolas para educação básica, além de uma estrutura de formação de professores. Se olharmos rapidamente, parece um discurso de oposição, que se filiaria aos “inimigos da terra”, mas trata-se de um membro de família renomada e fundadora da cidade. A família Xavier, tem José Xavier de Oliveira, Antônio Xavier de Oliveira e Amália Xavier de Oliveira, todos protagonistas de cenas históricas da cidade, conforme fatos que relatamos mais a frente.

---

<sup>12</sup> BARTOLOMEU, Floro. *Juazeiro e o Padre Cícero*, p. 10.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*, p. 65.

## O Princípio das Coisas

---

Maria Isaura P. Queiroz, reunindo os principais cronistas, em perfil do desenvolvimento de Juazeiro, caracterizando-o perspectiva socioeconômica:

Ambos os grupos eram integrados por simples lavradores e vaqueiros, por agricultores e comerciantes abastados, por cangaceiros; se, depois de algum tempo, vamos encontrar na cidade uma quantidade cada vez maior de comerciantes, indústrias, artesãos, tratava-se, em maioria, de antigos lavradores que tinham mudado de ofícios a conselho do Padrinho. Que assim equipava a sua zona com todo o necessário para se basta a si mesma. Além, desta gente laboriosa, mendigos, cegos, aleijados, vadios, beatos, exploravam a caridade pública ou aceitavam empreitada sinistras<sup>14</sup>.

Este proceder do Padre Cícero, com a autorização para fixar morada e assumir uma atividade produtiva na região, é ressaltado por populares e estudiosos como sua principal característica na gestão das coisas da cidade. Habilmente construía situações para fortalecer a atividade de determinados setores do comércio e da produção. Há depoimentos de poetas populares que só começaram sua produção artística depois de autorizados pelo padre. A orientação era tão precisa que, muitas vezes, o sacerdote pedia ao morador para mudar de ramo de trabalho.

Maria Isaura afirma que orbitar religiosa e economicamente próximo ao padre, garantia uma ascensão social, sem quebra da hierarquia social pautada no coronelismo. Muitos podiam prosperar com relativa rapidez se estivessem sob “as bençãos” do Padre Cícero. Bom exemplo disso foi Floro Bartolomeu que chegou à cidade, fugindo de conflitos na sua terra natal, despossuído de riqueza e tornou-se a figura mais poderosa da região, após ligações com o sacerdote.

Muitas vezes e, como o passar dos anos, mais ainda, não necessariamente precisava-se da autorização do padre para comerciar medalhinha, orações tipográficas, imagens e, até mesmo, produtos com seu nome. Começaram a circular, sem o controle efetivo do padre, materiais oriundos de outros lugares e de venda certa no interior do nordeste e na cidade de Juazeiro<sup>15</sup>. Evidente que qualquer imagem, medalha e oração, ou outro

---

<sup>14</sup> QUEIROZ, M. I. P. de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo, Domunus Editora, 1965, p. 238.

<sup>15</sup> Floro narra que o uso de medalhas com imagem do Padre Cícero revoltava ao Clero, mas estas eram produzidas sem seu consentimento, algumas vezes vinculada a questões comerciais. Sobre esta rede de negociações cita dois episódios: “em 1910, certo comerciante

## O Princípio das Coisas

---

produto, abençoado pelo padre teria mais materialidade de fé. Nesta empreitada comercial, entravam os poetas populares, que tinham nas narrativas sobre a vida e milagres do padre um produto de venda garantida. São dessas situações, somadas a tantas outras, que Raimundo Girão considerava Juazeiro formada “de duas cidades superpostas uma a outra: a Cidade Santa, dos romeiros e das preces, e a Cidade Econômica, da indústria e do comércio”<sup>16</sup>. Esta gênese, caracterizou o desenvolvimento da cidade durante todo o século XX.

Floro Bartolomeu fez uma longa defesa do desenvolvimento social, material e urbanístico de Juazeiro, diagnosticando as intervenções urbanísticas impressas na cidade nas duas décadas depois de sua emancipação. Relatou com orgulho que neste espaço urbano “há ruas de um quilômetro”, dizendo que “as ruas são em número crescido, mais ou menos alinhadas, algumas de extensão digna de nota”<sup>17</sup>. Fortalecendo seu argumento, colocou no seu livro duas fotos da rua Padre Cícero, com tráfego de automóveis, outra fonte de chacota do visitante Moraes e Barros, a relatava nas suas palestras que o povo ficava admirado com o automóvel aglomerando-se em janelas.

---

de preparados medicamentosos, de Fortaleza, para fazer reclame de uma confecção denominada ‘bálsamo’, uma imitação do conhecido ‘bálsamo filantrópico’, muito procurando pelos sertanejos, fez cunhar medalhas com o retrato do padre Cícero e em cada pacote incluía uma delas. Depois um outro, de Recife, como propaganda de outro preparado, fez cunhar medalhas com a imagem de Nossa Senhora das Dores. /.../ Em 1914, aqui nesta capital [Rio de Janeiro], eu vi o nosso colega, o Deputado por Alagoas, o Sr. Natalício Camboim, ostentando na cadeia do seu relógio uma medalha de ouro com o retrato do padre Cícero; /.../ Passados alguns anos, começaram a aparecer, vindas de Recife e de Fortaleza, em grande quantidade, medalhas com o retrato do padre Cícero de um lado, e do outro a imagem de Nossa Senhora das Dores.” BARTOLOMEU, Floro. *Juazeiro e o Padre Cícero*, pp. 75-6.

<sup>16</sup> GIRÃO, Raimundo *apud* QUEIROZ, M. I. P. de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*, pp. 236-7.

<sup>17</sup> BARTOLOMEU, Floro. *Juazeiro e o Padre Cícero*, p. 12.



Outro trecho da RUA PADRE CICERO, que é calçado

Figura 17: Floro Bartolomeu. O Juazeiro e o Pe. Cícero, p. 13.

Floro aproveita a passagem para contar uma história ilustrativa do proceder da população do Cariri, situada região mais afastada, quando viram um auto pela primeira vez:

O primeiro automóvel que foi ao Cariri, entre a estrada da Aurora e Missão velha, por um desarranjo qualquer, teve de parar em meio do caminho, alta noite. Ora, nós sabemos que os padres, nos seus sermões e predicas, exigem que todo o cristão renda culto ao Coração de Jesus, nas suas casas para evitar que os lares sejam invadidos pela 'besta-fera', que é o símbolo do demônio ou de seus malditos emissários. Todos os padres pregam isso. De modo que o povo daquelas bandas ainda espera a vinda da 'besta-fera'. /.../ O ruído do motor, o som da buzina, o falatório do *chauffeur* e dos passageiros, àquela alta hora da noite, despertaram os moradores, e eles vieram ao terreiro das casas e, divisando ao longe, do mesmo ponto, em que vinham aqueles sons, nunca ouvidos por eles, dois enormes clarões dos holofotes, não tiveram dúvida – entraram pelo mato a dentro, abandonando nas redes crianças e os doentes. Morreu até uma senhora muito conhecida, que havia dado à luz no dia anterior<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> BARTOLOMEU, Floro. *Juazeiro e o Padre Cícero*, pp. 23-4.

## O Princípio das Coisas

---

Certamente, é nesta maneira de encarar e narrar à visão do povo e do lugar, que reside à maior diferença na compreensão da cidade de Juazeiro. Uns encaram os limites vividos pela população, não as negam, mas ao apresentá-las demonstram suas superações. Como afirma Floro, a sua época ninguém mais morria ou acreditava ser o automóvel uma besta-fera, mas como todos ainda se admiram com novidades, cita, como exemplo, o fato de “porque nós, civilizados” /.../ “vamos à janela para vermos passar um Batalhão Naval, um palhaço, ou moleques esfarrapados em uma carroça, anunciando a revista ‘Tatu subiu no pau’. Evidente que Floro usa de ardilosa retórica para mostrar, que mesmos *civilizados* ainda nos bestificamos com o belo, com o engraçado ou com uma simples novidade despertadora de atenção. Desarticula a argumentação do Sr. Moraes e Barros frente à atitude de um povo matuto e atrasado.

Há indelével luta entre as concepções de progresso e atraso civilizatório nos discursos produzidos. É possível percebermos tais argumentos registrados na fala de dois matutos, em glosa apresentada por Leonardo Mota:

*- Eu tenho pra mim que só com a morte do Padre é que esta terra se endireita...*

*- Depois, eu não sou dêsse pensar. No dia em que a estrada-de-ferro chegar aqui, você vai ver: - acaba-se cangaço, acaba-se fanatismo, isto aqui enche-se de soldados e tudo entra nos eixos, tudo se endireita!*

*- Preciso ver pra entonce crer! Qual! O Padre Ciço, estando vivo, a estrada-de-ferro chegando nem que inda por riba se puxe um ramal pra cada casa de Juazeiro, Juazeiro não se endireita<sup>19</sup>!*

Podemos pensar que a idéia de progresso e civilidade, apresentada pelo segundo sertanejo, quando da chegada do trem, que se avizinhava em Iguatú, do estabelecimento da ordem pública, representada pela força policial e a tecnologia da comunicação através do telégrafo, dariam àquela cidade outros rumos. Evidentemente que, ao fazer esse registro, Leonardo Mota tinha como intenção mostrar que mesmo chegando todos esses recursos, ainda assim Juazeiro continuaria dominado por seus velhos vícios administrativo e político. Mas o que sobressai, nesse trecho, é a compreensão e a expectativa do sertanejo pelas realizações de obras públicas na sua cidade. Para ele nada

---

<sup>19</sup> MOTA, Leonardo. *Nos Tempos de Lampião*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1968, p. 47.



## O Princípio das Coisas

---

mudaria, pois essas não afetariam suas crenças e seus costumes, talvez evidenciando que tais reformas não lhe seriam de todo acessível e vantajoso.

Leonardo Mota, homem muito viajado pelo sertão<sup>20</sup>, acostumado com as imagens e personalidades habitantes desse universo, apresenta-nos uma cidade a partir de seus transeuntes, elucidando que tais medidas modernizadoras não mudariam a conjuntura social e religiosa estabelecida naquela terra, tida por muitos como santa.

Neste contexto, depuram a soma e as diferenças das perspectivas apresentadas. Neste quadros é válido acionar Marc Bloch, quando lembra que o historiador não pode evitar o julgamento “se seu vizinho à esquerda disser que duas vezes dois é igual a quatro e o vizinho da direita disser que é igual a cinco, não conclua que a resposta é quatro e meio”<sup>21</sup>.

Evidentemente, buscar a verdade numa simples descrição da cidade de Juazeiro parece demasiado exagero, mas nos põe frente a frente com o caleidoscópio de narrativas em diálogos nas páginas seguintes. Para o momento basta dizer que, objetivamente, a cidade desenvolveu-se, relativamente rápido se comparado ao ciclo de prosperidade das localidades da região, sem esquecer a indissociável relação de Floro Bartolomeu e Padre Cícero com os avanços urbanísticos nela proporcionados. Quanto à percepção de moradores e romeiros, é quase consensual que a ausência de letras e as condições paupérrimas vividas por sertanejos, tornava-os alvo das mais duras críticas sociais e culturais, pondo de um mesmo lado: *os civilizados*, inimigos e aliados do Padre (ricos, comerciantes, letrados), e do outro, sertanejos de matriz oral.

Foi nesta cidade ambígua, redesenhada pelos narradores como cenário para contar a saga de romeiros, combatentes, cabras, jagunços e políticos, todos participante ativo do levante contra o governo do estado. Tal ambiente urbana tornou-se rota principal de uma marcha de “fanatismos e incivilidade” à “Terra da Luz” – Fortaleza.

---

<sup>20</sup> Acostumado com as viagens, que para a família era questão de tormento, Leonardo passava longos períodos percorrendo o sertão, inicialmente o cearense, posteriormente todo o nordeste. Tornou-se um etnógrafo incansável, missionado a registrar tudo em suas brochuras.

<sup>21</sup> BLOCH, Marc *apud* HUGHES-WARRINGTON, Marnie. *50 Grandes Pensadores da História*. São Paulo, Contexto, 2008, p. 29.

### Uma trindade messiânica – Canudos, Juazeiro e Contestado

Os estudiosos dos movimentos sociais denominados de messiânicos construíram uma “santíssima trindade” histórica, tendo como componentes: Canudos, Juazeiro e Contestado. Trata-se de uma corporificação geográfica e demográfica, em tempos distintos, em que moradores destas localidades se puseram em confronto com as instituições políticas, religiosas e até mesmo econômicas da suas proximidades, desafiando a ordem vigente e criando entraves para a permanência das estratégias de opressão.

Estes movimentos criavam cada uma a seu jeito, respostas aos modelos opressivos vigentes. Marcadamente impulsionados por uma religiosidade popular, sempre com características de um catolicismo singular, foram fundando espaços sagrados de experiências e lutas. Centralizaram suas religiosidades em personalidades controversas, recheadas de carisma e liderança, como Antônio Conselheiro, Padre Cícero e João Maria.

Desta relação muitos estudiosos caracterizaram Juazeiro do Norte como um lócus do messianismo. Talvez daí nasceram alguns equívocos ou mesmo perspectivas, que evitamos trabalhar. Neste contexto, há uma tríade construída, entre três lugares que carregam características particulares e, ao mesmo tempo, próximas. São lugares “sagrados”: Canudos, Juazeiro e Contestado. Esta ligação vai ser retomada nas suas condições objetivas mais a frente. Neste ponto queremos ressaltar o conceito messiânico a orquestrar estes três lugares, em momentos e contextos históricos distintos<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Para citar alguns interlocutores: CARONE, Edgar. *A República Velha: evolução política* (1889-1930). 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, pp. 269-306; HERMANN, Jacqueline. “Religião e política no Alvorecer da República: Canudos, Juazeiro e Contestado”. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 121-160; QUEIROZ, Maria Isaura F. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo, Edusp, 1965, pp. 139-310; NEGRÃO Lísias Nogueira. “Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16, nº 46, jun.2001. Artigo disponível em: <www.scielo.org>, acessado em 22 de novembro de 2008. GIUMBELLI, Emerson. Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos. Dados, vol. 40 n. 2, Rio de Janeiro, 1997. Artigo disponível em: <www.scielo.org>, acessado em 22 de novembro de 2008.

## O Princípio das Coisas

---

Duglas Monteiro preocupou-se na comparação destes movimentos messiânicos, a partir do estudo que fez sobre Contestado, atentando para a compreensão de existirem elementos de homogeneidade entre eles, mesmo considerando as distâncias entre as várias regiões, bem como, as singularidades que os tornaram bem distintos. Conforme Monteiro, tal cotejar deve apropriar-se de uma análise científica e “moralmente mais isenta dessas expressões dramáticas do mundo rústico brasileiro”<sup>23</sup>. Essa observação seria inócua se não conhecêssemos os diversos trabalhadores que se debruçaram sobre estes movimentos.

Temos relatado por Negrão uma espécie de “vertente ficcionista”, que tem em Edmundo Moriz (Canudos: a luta pela Terra – 1981/Canudos: a guerra social – 1987), seu melhor expoente. Essa vertente considera os líderes messiânicos como “líderes revolucionários das massas camponesas e suas ‘cidade santas’, comunidades socialistas precursoras do futuro das sociedades modernas”<sup>24</sup>. Com interpretações mais antigas, não menos complicadas, temos os autores da virada do século XIX e início do XX, cujo os trabalhos foram produzidos sob a égide de argumentos biológicos. Por esse veio, demonstraram a inferioridade física e mental do sertanejo. Outro argumento forte vem o patológico, o qual classificou os movimentos como insanidade coletiva. Há também a tese antropológica que opõe as civilizações do litoral e do sertão, gerando “a determinação de fatores sociológicos, sem que até então se tivesse produzido um estudo da organização social característica do local onde o movimento foi deflagrado”<sup>25</sup>.

Diante deste contexto de produção, o rigor pedido por Monteiro é imprescindível, pois nos põe diante da complexidade analítica e das armadilhas conceituais que englobam estes movimentos. No caso de Juazeiro, a singularidade é, sem dúvida, um caminho para explicitar a relação entre o local e o nacional e, conseqüentemente, seu resultado histórico expressa

---

<sup>23</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano*, Sociedade e instituições (1889-1930), HGCB, tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro, Difel, 1977, p. 92.

<sup>24</sup> NEGRÃO Lísias Nogueira. “Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro”.

<sup>25</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos..*

## O Princípio das Coisas

---

particularidade se comparado aos desfechos dos demais movimentos considerados messiânicos.

Alertado rapidamente, vamos às compreensões gerais de messianismo e milenarismo que se podem constituir de contestações pacíficas a questões inquietantes na vida social, mas também podem ocorrer de forma beligerante. Nos diferentes casos tem seu suporte ideológico na religião, que possibilita fazer o diagnóstico e encaminhar a superação da realidade vivida, seja por caminhos utópicos ou mesmo racionais.<sup>26</sup>

É inegável que o conceito de messianismo está atrelado a um espaço sacralizado, mas no conceito clássico seguem mais alguns aspectos: “ 1) a prenúnciação, 2) a vida pública do Messias e sua paixão, 3) a dispersão dos discípulos e surgimento da crença na ressurreição, 4) o reagrupamento dos crentes na esperança do *millenium* e 5) a evolução posterior, com a protelação da parusia<sup>27</sup>.”

A definição de Maurício Queiroz sobre messianismo, aqui tentando singularizar o Contestado, afirma que

é todo aquele em que um número maior ou menor de pessoas, em estado de grande exaltação emotiva, provocada pelas tensões sociais, se reúnem no culto a um indivíduo considerado portador de poderes naturais, e se mantêm reunidas esperando a salvação mítica de que serão salvas de uma catástrofe universal e (ou) ingressarão ainda na vida mundo paradisíaco: a terra sem males, o reino dos céus, a cidade ideal....<sup>28</sup>

Maurício Queiroz, ainda conceituando messianismo, aponta seu sentido trágico pelo qual as populações envolvidas na revolta não têm possibilidades objetivas de vitória, pois se torna irrealizável, por condições bem concretas, de viverem independente e estabelecerem novas relações entre si para a produção de riquezas para sua vivência interna<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> NEGRÃO Lísias Nogueira. “Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro”.

<sup>27</sup> O termo parusia significa a volta gloriosa de Jesus Cristo, no final dos tempos, para estar presente ao Juízo Final. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social*. São Paulo, Ática, 1981, pp. 255-6.

<sup>28</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social*, p. 251.

<sup>29</sup> “Dos três grandes movimentos, foi o único a não terminar tragicamente. A violência, neste caso, foi simbólica e transcorreu exclusivamente dentro dos quadros religiosos e eclesiais: a suspensão das ordens sacerdotais de Padre Cícero e sua posterior excomunhão. Talvez esta falta de dramaticidade tenha concorrido para a repercussão menor deste caso, não obstante o grande vulto, não só regional mas também nacional, que a figura do coronel, padre e beato

## O Princípio das Coisas

---

Com essas características generalistas, torna-se perceptivo uma divergência de caráter conceitual: “Trata-se de seu enquadramento numa mesma categoria, a de movimento messiânico. A marcada liderança carismática aparece claramente em dois deles, na Juazeiro de Padre Cícero e em Canudos de Antônio Conselheiro”<sup>30</sup>. Mas isso não se concretiza em Contestado. Outro aspecto de distinção é que apenas Contestado teria características fortemente milenarista, pois não haveria evidências nos outros movimentos que dêem conta de uma escatologia remissiva. Para Negrão, Canudos e Juazeiro, segundo Maurício Vinhas de Queiroz, estariam próximo de afirmações de um catolicismo popular, que possuiriam uma certa autonomia com relação a igreja, “com base em um misticismo temido por ela mas conhecido e controlável, do que propriamente heresias cismáticas capazes de instituir crenças e igrejas outras, diversas das do quadro católico de origem.”<sup>31</sup> No caso de Contestado, Vinhas de Queiroz afirma haver uma gênese de outra forma religiosa, distanciada do catolicismo, mas ligada à histórica da doutrina cristã.

Destas comparações mais um aspecto amplia o universo: a crise dos modelos de mandonismo local. Tanto Duglas Monteiro como Maria Isaura de Queiroz inserem os três movimentos na emergência do *coronelismo* nos anos iniciais da República, tendo como conseqüência a mudança do “relacionamento entre o sistema local de mando e os círculos abrangentes de poder político, de administração e da economia”<sup>32</sup>. Sendo este fator um causador de instabilidade externas e internas nos três movimentos, uma “crise” da sociedade rústica emerge.

Monteiro explica como se processou esta “crise” e, conseqüentemente, quais os meios integrantes e conflitantes desse “mundo rústico” com as modernidades oriundas no emergente sistema político.

Ao mesmo tempo, entretanto, reduziu-se a autonomia do poder local com a diminuição do isolamento, propiciada pela

---

adquiriu.” NEGRÃO Lísias Nogueira. “Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro”.

<sup>30</sup> NEGRÃO Lísias Nogueira. “Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro”.

<sup>31</sup> NEGRÃO Lísias Nogueira. “Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro”.

<sup>32</sup> MONTEIRO *apud* GIUMBELLI, Emerson. Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos.

## O Princípio das Coisas

---

modernização dos meios de transporte e de comunicação; com a progressiva integração no sistema econômico global das áreas do sertão, antes relativamente marginalizadas; a criação de mecanismos mais eficientes e mais próximos de controle, por força da descentralidade republicana.<sup>33</sup>

Elevam-se neste contexto, a figura do coronel, um sujeito suspenso entre duas ordens de lealdade, nem sempre harmônicas: aquelas de atribuição política e a outra dos seus laços de fidelidade com a “clientela”. Havia uma linha contínua com o “mandonismo local, régulos e potentados rurais, ‘homens bons da governança da terra’ viam-se reconhecidos por parte das autoridades como um poder costumeiro local, garantido pela estrutura patrimonialista de dominação”<sup>34</sup>. Monteiro considera que o isolamento das áreas em tais “homens bons” exerciam seu poder, “correspondia uma relativa deficiência nos recursos de controle que sobre eles poderia ser exercido, bem como uma rarefação em suas transações com as autoridades externas que, nem sempre, eram a parte forte nos jogos políticos”.

Esse desmoronar do mundo conhecido, associado a maior pressão modernizadora de nova cultura, bem como à inflexão do poder central para melhor controle e interferência, ou mesmo – desestruturação do mandonismo local –, gerou grandes conflitos neste cenário sertanejo. Sentindo isso, o sertanejo produziu respostas face esta nova realidade. Certamente, foi esta resposta que mobilizou os poderes públicos, mas não o fez sem que fosse qualificada e desqualificada tal ação, ora entendida como fanatismo, subversão política, insanidade coletiva, ora uma “rebeldia sem projeto”. “Ao fazê-lo, irromperam no curso de uma história dramática de submissão para trilhar os caminhos da rebeldia sem projeto, ou seguir as vias místicas que lhes eram dadas, ousando assumir condições de sujeito”<sup>35</sup>.

Certeau<sup>36</sup> pondera que estas vias místicas são, muitas vezes, para as camadas populares, o único caminho para enfrentamento da realidade conflitante que se projeta a tais comunidades. Emerson Giumbelli, citando Zaluar, põe o mesmo argumento no cenário do nosso estudo.

---

<sup>33</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado, p. 42.

<sup>34</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado, p. 42.

<sup>35</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado, p. 43.

<sup>36</sup> CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. São Paulo, Papiros, 1995, p. 57.

## O Princípio das Coisas

---

Isso nos leva a entender porque a revolta dos camponeses tem assumido a forma de movimentos religiosos no Brasil rural: é que a religião oferece a única forma de pensamento e de linguagem para expressar as relações entre as classes e avaliar a sua justiça<sup>37</sup>.

Deste modo, a religião não entraria como negação da realidade, uma transcendência imaterial; seria via mística, para expressar desconfortos materiais e objetivos. Assim sendo, ocorre a materialização da fé, cada ação concretiza respostas em medalhas, em hóstia sagrando, em quilômetros de valados, em armas sacralizadas e corpos fechados. São objetos, ações e ritos que tornam tangível o mágico. Estes elementos religiosos não são estranhos à cultura sertaneja, mas são reapropriados com sentidos diferentes. Nesta direção, irmandades deixam de ser simples congregação de devotos, para tornarem-se numa legião beligerante.

Portanto, é dessa organização e racionalização do mundo via religião que se projeta a reação. “Ou seja, a religião seria parte fundamental da maneira pela qual uma determinada sociedade se organiza e se pensa, e sua especificidade diante de saberes e práticas seculares é sempre produzida a partir da história dessa sociedade particular”<sup>38</sup>.

Mas para outros autores, a religião teria exercido somente uma função secundária, pois estes movimentos teriam em seus aspectos sociopolíticos sua terminação material. Seriam causados pelos males da posse da terra, uma marca histórica do latifúndio gerado pela colonização, criando uma marginalização das populações camponesa, que teriam no crime, como na religião, sua forma de expressão de luta<sup>39</sup>.

Essa forma de luta seria considerada uma “rebeldia primitiva”, - por aqueles que só consideram uma forma de expressão de luta política – pela sua

---

<sup>37</sup> ZALUAR *apud* GIUMBELLI, Emerson. *Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos*.

<sup>38</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos*.

<sup>39</sup> HERMANN, Jacqueline. “Religião e política no Alvorecer da República: Canudos, Juazeiro e Contestado”, p. 127. “Juazeiro é, para a autora, o exemplo ideal de uma reação à “anomalia” bem-sucedida na readequação dos comportamentos aos valores tradicionais. E se é certo que no Contestado e em Canudos vários valores tradicionais foram questionados, seu desenrolar, em contraste com o de Juazeiro, não revela senão casos desastrosos de inserção na estrutura política da sociedade abrangente. O fato de ter havido essa inserção seria indicativo tanto da inexistência de um questionamento da estrutura social, quanto da aceitação de critérios profanos na definição das hierarquias sagradas” QUEIROZ, Maria Isaura F. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, pp. 319-329.

## O Princípio das Coisas

---

baixa articulação e ausência de um projeto político capaz de produzir uma alteração substancial da realidade a ser enfrentada. Desta forma, os adeptos de tal procedimento estariam condenados a irresolução das causas gestadoras de suas lutas. Os combatentes de tais movimentos, seriam

rebeldes sem projeto político conscientemente definido ou seguidores de movimentos místicos através dos que assumiam a condição de sujeitos. Primeiro percebe a religião como parte essencial das sociedades rústicas, constituindo um quadro de referência fundamental para as organizadas da luta político-religiosa dessas comunidades<sup>40</sup>.

Os três movimentos são caracterizados, sem dúvida, por essa dinâmica religiosa, mas nesta mesma generalização temos algumas particularidades e, neste ponto, queremos diferenciar Juazeiro dos demais, colocando-o em justa posição histórica para realizarmos nosso estudo sobre o movimento armado de 1914.

O dado mais imediato que sobressai no estudo do messianismo advém do fato de que, em Juazeiro, aquele aspecto trágico, que normalmente evidencia-se nestes movimentos, não ocorreu. Negrão ressalta que, nem por isso, não ocorreu violência, em especial uma “violência simbólica” contra a figura do Padre Cícero, em que as autoridades eclesiais suspenderam as ordens do padre e posteriormente o excomungaram. Negrão aponta que talvez as relações políticas favoráveis ao clérigo, tanto no campo local como nacional, auxiliaram num desfecho menos trágico que os demais movimentos<sup>41</sup>. Esta hipótese trabalhamos mais à frente. Concretamente, basta para o momento observamos que, enquanto em Canudos e Contestado, listaram um massacre de mais de 25 mil sertanejos, Juazeiro registrou algumas baixas que nem de longe lembram um caráter genocida, valendo salientar também que, no cenário geral, as forças representativas do Estado local cederam ante à força do movimento.

Outra distinção foi à relação que os movimentos urdiram com as instituições da sociedade – Igreja, Poder Público, Exército –, ficando Canudos e Contestado com relativa autonomia, produzindo um enfrentamento mais livre

---

<sup>40</sup> HERMANN, Jacqueline. *Religião e política no Alvorecer da República: Canudos, Juazeiro e Contestado*, pp. 128-9.

<sup>41</sup> NEGRÃO Lísias Nogueira. “Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro”.



## O Princípio das Coisas

---

de intervenções de adversários destas mesmas instituições. Fato que não se repetiu em Juazeiro, que tinha entre seus líderes um padre, um presidente interino do Estado e a “ausência” estratégica do Exército Brasileiro. Nas apreensões de Negrão mesmo o exército “não contente em destruir Canudos, empenhou-se na destruição de sua memória”<sup>42</sup>.

Esta relativa autonomia frente a autoridades e instituições, para autores como Rui Facó, gerou sua força contestadora e de luta, demonstrando “o potencial revolucionário existente no âmago das populações sertanejas e a enorme importância do movimento camponês no Brasil”<sup>43</sup>. Em Juazeiro, pelas raízes políticas que o gestaram, essa autonomia é completamente descartada, impossibilitando, ao ver de Monteiro, uma expansão das suas características milenaristas.

em Juazeiro, estavam dados os elementos capazes de deflagrar um movimento milenarista”, o que só não ocorreu porque “as lideranças leigas e clericais mantiveram, acima de uma rebeldia, por vezes ousada, os vínculos com a Igreja e o comprometimento com as estruturas de poder regional e nacional”<sup>44</sup>.

Giumbelli, ainda articulando os três movimentos, afirma que para Maria Isaura de Queiroz, como Dulgas Monteiro, havia um caráter conservador do desenrolar do movimento em Juazeiro. Para tanto, põem em destaque o protagonismo de Cícero no referente ao desenvolvimento econômico da região<sup>45</sup>. Cumprindo o elo de ligação entre as estruturas de poder religioso e político da região com a exterioridade, desta forma não seria ele a romper com tais conexões que o beneficiavam, tanto internamente, na região do Cariri e do Ceará como um todo, quanto nacionalmente. Daí a natureza restrita das suas intervenções junto à comunidade sertaneja.

Para Monteiro a tríade *padre-fiel*, *coronel-cliente*, *padrinho-afilhado*, condensado na personalidade de Padre Cícero, demonstraria as relações articuladas que o padre aglutinava, exercendo tais atribuições ora diretamente,

---

<sup>42</sup> NEGRÃO Lísias Nogueira. “Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro”.

<sup>43</sup> FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980, p. 122.

<sup>44</sup> MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado, pp.57-8.

<sup>45</sup> GIUMBELLI, Emerson. Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos.

## O Princípio das Coisas

---

como no caso *padrinho-afilhado*, ora indiretamente, como no caso *coronel-cliente*.

Em Cícero Romão Baptista, a condição de padre (no contexto do par padre-fiel) exprime a tensão entre o mundo do sertão e as estruturas eclesiais e políticas. /.../ A atuação política, que preencheu uma parte considerável da sua carreira, assumiu as características bem peculiares ao coronelismo. Em momentos, nos quais o acirramento dos conflitos levou ao extremo da luta armada, pode-se supor que os riscos de um desgaste, em sua condição de padre tornou-se agudo. Neste sentido, parece razoável entender a figura de Floro Bartolomeu, não apenas como a de um político que, habilmente, se utilizou do prestígio de Cícero. É possível que, em sentido inverso, esse alter-ego tenha sido também um tertius capaz de absorver as tensões criadas pelo exercício simultâneo, por parte de Cícero, dos papéis de padre, de beato e de “coronel”<sup>46</sup>.

Explicitada a relação entre os três movimentos e suas principais particularidades, analisamos Juazeiro do Norte com a atenção indicada por Monteiro, tendo o imperativo “de que o estudo dessas rebeldias acaba por ficar duplamente mal servido. De um lado, tem-se um quadro de referência histórica insatisfatória; de outro, uma conceituação excessivamente geral e abstrata”<sup>47</sup>.

O movimento armado de Juazeiro do Norte, em 1914, guarda essas duas tendências. Vamos enfrentar essas dificuldades com uma seqüência de dados e crônicas, tentando apreender porque tal movimento foi negligenciado no quadro histórico da República, enfatizando alguns aspectos que não dissipam o conceito de messianismo e milenarista para este movimento.

Nos vários movimentos que corporificaram o conceito de messianismo no Brasil, a dispersão quase sempre ficou por conta da força do Estado como podemos observar em Canudos – 1897 (BA), Contestado – 1912/1916 (SC;PR), Muckers - 1872 (RS), Monges do Pinheirinho – 1902 (RS), Monges Barbudos -1935/1938 (RS), Pau de Colher 1934/1938 (BA), Caldeirão de Santa Cruz do Deserto – 1926/1937 (CE). O desfecho, sempre pautado pela violência debelatória, consistiu na destruição dos espaços de convivências desses grupos. Muitas vezes, os massacres, as demolições e queimadas das moradas dispersaram a população do religioso. Destruição, genocídio,

---

<sup>46</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado, pp. 90-1.

<sup>47</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado, p. 86.

## O Princípio das Coisas

---

diáspora, foram procedimentos recorrentes pelas forças do Estado, tendo na linha de frente o Exército ou as polícias militares.

Essas debandadas mantiveram em circulação as idéias e os procedimentos religiosos de cada região, criando conexões muitas vezes entre um movimento e outro. Foi o caso de Canudos com alguns remanescentes aparecendo no Rio Grande do Sul (Muckers) e Juazeiro; Contestado que influenciou Monges Barbudos; o movimento armado de 1914 em Juazeiro, sem dúvida, teve ascensão sobre Caldeirão, tanto com o Padre Cícero como Floro Bartolomeu, com Caldeirão repercutindo em Pau de Colher.

\* \* \*

Tomamos outro percurso para ouvirmos as primeiras vibrações de vozes propalando a *memória narrativa* da *guerra de Juazeiro – sedição de Juazeiro*, para outros, ou, para espíritos mais empolgados, *a revolução de Juazeiro*. Um dos primeiros registros sobre este movimento, a nos chegar até os dias atuais, foi produzido pelo poeta Leandro Gomes de Barros, no folheto *Princípio das Coisas*:

O padre fica quetinho  
Ninguém vai prendê-lo lá  
Os que o chamam padrinho  
Que fiquem gemendo cá<sup>48</sup>.

Segundo Ruth Terra<sup>49</sup>, partilhando do momento de indecisão que este conflito propiciou, o poeta preferiu tomar partido do público leitor por acreditar estar sendo usado como massa de manobra para atender a interesses dos poderosos da região. Para o poeta, sempre muito lúcido na crítica social, só restaria a este mesmo povo o ônus deixado pela contenda entre os grupos políticos.

Com o avançar da questão, porém, o poeta sentiu necessidade de assumir uma filiação mais explícita com o seu público – os sertanejos, em

---

<sup>48</sup> BARROS, Leandro Gomes. *Princípio das Coisas*. Não tivemos acesso à datação do poema, mas acreditamos tratar-se de um folheto contemporâneo ao movimento, naquele formato noticioso que gerava o interesse imediato do público e por apresentar um caráter de indefinição do poeta.

<sup>49</sup> TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memórias de Lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. São Paulo, Global Editora, 1983, p. 123.

## O Princípio das Coisas

---

especial, os romeiros que, naquele momento, já se enfileiravam em trincheiras –, e compartilhar da mesma indignação quanto aos que queriam a capitulação do Padre.

Levantando questionamentos sobre quais os motivos que impulsionavam a investida das forças estaduais (rabelistas) contra o Patriarca de Juazeiro, pediu, em *Lamentações do Joazeiro*:

Franco Rabelo é um ente  
Grande sábio e inteligente  
A ti ele atenderá  
Diz pacifique-se a terra  
Cessem os horrores da guerra  
Haja paz no Ceará<sup>50</sup>.

Como se pode depreender, o poeta falava ao sertanejo com a esperança de os ânimos acalmarem-se, de que tudo fosse evitado com a interferência divina; também pode ser percebido seu posicionamento positivo em relação aos juazerenses. Tanto que, ao final do movimento armado, produziu um folheto com o título *Festas do Juazeiro no Vencimento da Guerra*.

Nove centos e quatorze,  
No belo dia de abril,  
Entrava no Juazeiro  
O batalhão varonil  
Que deixava o Ceará  
Livre da guerra civil<sup>51</sup>.

Iniciado em tom brioso, o poeta ressalta a valentia dos memorosos combatentes que, vencedores, encaminharam-se para as bênçãos de Padre Cícero e para os louros da vitória. Neste momento, o poeta estava totalmente filiado aos devotos do Padre, narrando minuciosamente todas as etapas de recepção aos *heróicos* guerreiros que voltavam para casa com a certeza do dever cumprido – a proteção da Terra da Mãe de Deus e de seu filho mais ilustre.

---

<sup>50</sup> BARROS, Leandro Gomes de. *Lamentações do Joazeiro e O Cachorro do Mortos*. Folheto disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/acervo.html>>, acessado em 10 de agosto de 2009.

<sup>51</sup> BARROS, Leandro Gomes de. *Festas do Juazeiro no Vencimento da Guerra*. Folheto disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/acervo.html>>, acessado em 10 de agosto de 2009.

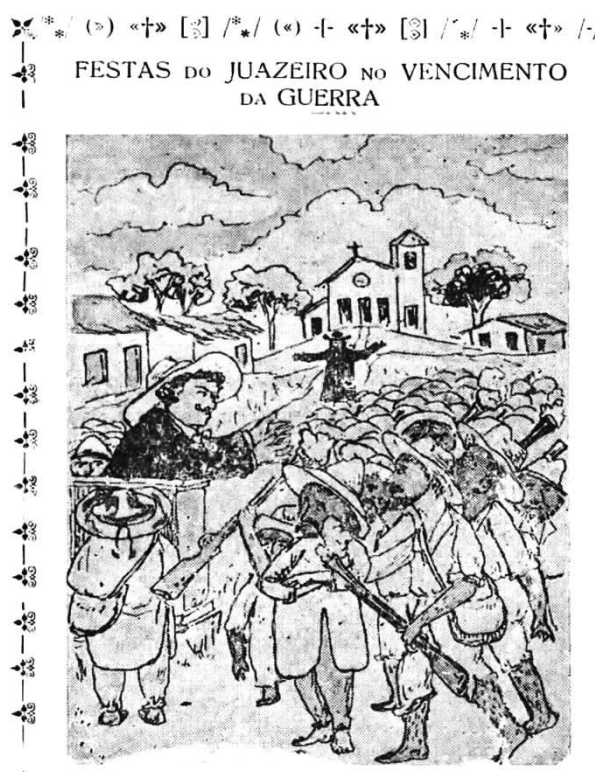


Figura 18: Capa do Folheto. BARROS, Leandro Gomes. *Festas do Juazeiro no Vencimento da Guerra*. Recife [s.n.t]

A síntese visual exposta na capa do folheto é extraordinária. No fundo da imagem temos a Igreja de Nossa Senhora das Dores, padroeira de Juazeiro e principal suporte religioso, acompanhada de três juazeiros que fazem referência à fundação *mítica* da cidade<sup>52</sup>. Logo em seguida, o guardião e protetor Padre Cícero – mãos abertas sobre seu povo –, o líder militar em discurso e o combatente, em primeiro plano. Nos elementos narrativos estão os combatentes dispostos de forma que cada um se apresenta ordenadamente, hierarquizado nas suas ações e importância, tanto para o artista quanto para a narrativa que segue no folheto.

Esta capa, produzida provavelmente em 1914, traz os traços do conflito e possibilita percebermos *matrizes* dessa narrativa, articulando todos os protagonistas, porém, construindo e privilegiando o movimento coletivo dos romeiros. Cabe ressaltar a onipresença de Padre Cícero, em segundo plano,

<sup>52</sup> CARVALHO, Gilmar de. *Madeira Matriz*, p. 35. O autor relata detalhadamente a fundação da cidade, relacionando-a com passagem de tropeiros e vaqueiros e ressaltando a importância desses juazeiros para a cultura local.

## O Princípio das Coisas

ficando o destaque para Floro Bartolomeu e seus combates. Tem-se então retratada uma das mais rentáveis polêmicas desse episódio: quem foi o principal articulador e responsável pelo levante – Floro Bartolomeu ou Padre Cícero? As teses vão desde o maquiavelismo de Padre Cícero, que teria usado Floro como escudo para seus propósitos, até sua total isenção, vítima que seria da personalidade deste e afortunado pelo amor de seus romeiros, que de livre iniciativa teriam lutado em favor da vida do vigário e de sua terra<sup>53</sup>.

Fazendo um salto até os anos 1990, temos a xilogravura de José Lourenço, parte de um álbum sobre a história de Juazeiro, que tece um diálogo – se não direta, intertextualmente –, com a gravura de 1914, demonstrando que contar e mostrar a história da cidade exige passar por imagens partilhadas:



Figura 19: Xilogravura de José Lourenço. Álbum História de Juazeiro – 1990.

Diferentemente da imagem do folheto, que reproduziria um acontecimento instantâneo, a xilogravura propõe-se a trabalhar um tempo ido, histórico. Sendo assim, pensemos a condensação temporal proposta pela imagem. Há três marcos temporais significativos: um lendário, quando

<sup>53</sup> Otacílio Anselmo, em *Padre Cícero, Mito e Realidade*, cria uma narrativa no intuito de derrubar o mito Padre Cícero. Por meio de documentos procura evidenciar o caráter maquiavélico do sacerdote. Para o autor, desde a saída do Seminário da Prainha, em Fortaleza, o Padre já tinha pretensões políticas muito claras, além de ser um sicofanta e ter profundas limitações intelectuais. Do outro lado, temos o testemunho beato de Amália Xavier de Oliveira, *O Padre Cícero que Eu Conheci*, a isentar quase que completamente o Padre de qualquer tramóia política, tornando-o vítima da personalidade perversa e persuasiva de Floro Bartolomeu.

## O Princípio das Coisas

---

persistem os três juazeiros; o outro, a imagem emblemática do Patriarca da emancipação da cidade (1911) – fato que elevou o prestígio político e popular do sacerdote na região. E ele se apresenta na referência imagética mais divulgada do santo popular: de cajado numa mão, com outra em riste, como a pregar para a multidão. Essa imagem consagrada pelo popular é reproduzida, retira do Padre sua condição de mortal-orador fortalece a do santo *Padim Ciço*; dito isso, aqui o Padre está santificado pelos romeiros e sua presença não é mais a de homem, mas a de santo.

Por último, temos novamente, em primeiro plano, os combatentes, os verdadeiros protagonistas dos acontecimentos na prosa e versificação popular. São eles – coletivamente e em façanhas individuais e, muitas vezes, anônimas – o foco da narrativa. Certamente, as motivações de José Lourenço diferem das do gravurista de Leandro Gomes de Barros, visto que vivem momentos historicamente distintos. Nos anos 90 e início desse século, houve uma maior valorização do popular, até mesmo a Igreja vive um processo de reabilitação do Patriarca. Assim, fica mais fácil o posicionamento favorável ao romeiro, na cidade da romaria. Nossa intenção, além de perceber essa conexão, é entender como jagunços, crias do cangaço, mutaram para levas de romeiros-combatentes e protagonistas de uma narrativa. Vale observar que, já nos primeiros momentos, assim entendiam-se e foram registrados nas suas formas e modalidades narrativas. Cabe, também, descobrir como foram, progressivamente, transformando-se em massa de manobra... para os intelectuais!

A valentia, a hombridade, a religiosidade, o escárnio são marcas fortes em momentos de convulsão social, privilegiados em relação à ilustração ou à capacidade de fazer acordos políticos, como será elogiado pelos escritos letrados<sup>54</sup>. O *fantástico* e o *hilário* aparecem como fermento na confecção desse bolo narrativo. Os populares, de matrizes orais<sup>55</sup>, em traduções escritas potencializam seu arcabouço cultural em suportes da oralidade, por cantom

---

<sup>54</sup> TERRA, Ruth Brito Lemos. Memórias de Lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930).

<sup>55</sup> FERREIRA, Jerusa Pires. Cavalaria em Cordel. São Paulo, Hucitec, 1993. A autora elabora uma cuidadosa argumentação para afirmar que os populares nordestinos guardam, em suas narrativas, não matrizes textuais, mas matrizes orais remotas, transmitidas por mecanismos mnemônicos medievais em contínua reatualização em tempos atuais.

recitações e – ou outros relatos de rumores. Estes últimos, sempre sustentados pela transmissão oral e largamente propalados, em momentos de crise social, também fizeram-se presentes no movimento armado de Juazeiro.

### Os Narradores

Escolhemos Rodolfo Teófilo, Leonardo Mota, Irineu Pinheiro, A. Gusmão, Oliveira Xavier, Lourenço Filho e o poeta popular, Leandro Gomes de Barros, como autores que usaram sua escrita para participarem desse momento histórico. Todos contemporâneos aos acontecimentos, com grau de participação e envolvimento distintos. Exatamente, a partir dessas particularidades, abordamos a forma de narrar de cada um, elucidando seus posicionamentos diante do movimento e como sua narrativa filia-se a esse posicionamento.

Os acontecimentos do movimento armado de 1914 tiveram o registro detalhado na obra *Sedição de Juazeiro* de Rodolfo Teófilo (1853-1932). A força da sua narração até configurou para muitos a denominação do episódio. Sua escrita sobre a vida cearense é longa. Publicou várias obras e participou de alguns movimentos literários na capital. Nos seus acervos constam livros de crônicas, ficções e históricos<sup>56</sup>.

Rodolfo Teófilo, nos dizeres de João Alfredo Montenegro, bebeu no liberalismo puro, divulgados aqui por Cipriano Barata, Frei Caneca. Era leitor dos pensadores iluministas, especialmente Rousseau. Esses autores influenciaram sua escrita e também sua ação literária e política. Com este perfil foi considerado, pelo autor, como *homem do seu tempo*, pertencente a uma conjuntura conturbada de mandonismo oligárquico, em que teve de posicionar-

---

<sup>56</sup> Rodolfo Teófilo, em 1894, foi integrante da Padaria Espiritual, entidade de fins literários e artísticos, na capital cearense. Foi membro fundador da Academia Cearense de Letras e é considerado um dos principais expoentes da literatura regional-naturalista do Brasil. Sua trajetória inicia-se em 1878, com o *Compêndio de Botânica Elementar* e encerra-se, em 1931, com *Coberta de Tacos*, artigos. Entre esta longa caminhada literária, de 25 publicações, tem duas dedicadas a fatos políticos cearenses – *Libertação do Ceará* (1914) e *A Sedição de Juazeiro* (1922). COLARES, Otacílio. *Lembrados e Esquecidos V*. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1982; COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. São Paulo: Global.



## O Princípio das Coisas

---

se entre tornar-se um “fantoche de um poder distorcido” ou enfrentá-lo pelos meios que tinha. Era um contexto que “explorava ao máximo a imaturidade social e cultura, disseminando os ódios, a prepotência, o proselitismo insano, a violência encarnada do banditismo, na agressão física e moral dos adversários/inimigos”<sup>57</sup>.

E é importante salientar como já se pode depreender, que em Rodolfo Teófilo, o perfilhamento da responsabilidade social o alçava muito acima do moralismo, tão contumaz nos dias do renomeado escritor. Um moralismo que denominava, e que era o produto de uma concepção do mundo racionalista, em articulação com o privatismo inerente à estrutura social da quadra em que atuou<sup>58</sup>.

Essa postura, associada à filiação ao rabelismo, fez de seu trabalho uma crônica apaixonada, típica dos escritos daquela época, mas não o impossibilitou de fazer críticas a atitudes “bárbaras” dos saques em Fortaleza, pelo rabelistas e no interior, promovidos pelos combatentes de Juazeiro. Essa postura confirmaria o pensamento de Montenegro, quando afirmava que Teófilo produzia sua escrita pautada numa ética social, orientada filosófica e tecnicamente por pensadores liberais, que viam nos movimentos sociais o caminho das reformas sociais. Esses movimentos deveriam ser sempre orquestrados por uma elite esclarecida, tendo como protagonistas uma liderança preparada para conduzir as transformações possíveis e necessárias. Foi esta a visão que o seduziu no rabelismo, o contra-golpe a esta possibilidade aflorou sua desesperança, pois já se encontrava com 61 anos de vida, com um currículo recheado das mais variadas retaliações do governo Acioli, como a cassação da sua cátedra no Liceu do Ceará.

Teófilo considerou o movimento armado de 1914 mais terrível que as secas ocorridas no sertão cearense (1877-88/1915), que relatou com a crueza típica da literatura naturalista.

Coube-me a tarefa de ser o cronista dos infortúnios do Ceará nesse meio século. Tive de contar a fome de todas as secas naquele período.

---

<sup>57</sup> MONTENEGRO, João Alfredo. Rodolfo Teófilo: pensamento e ação. *Revista da Academia Cearense de Letra*. Fortaleza, ano XCV, v. 51 1995/96, p. 118.

<sup>58</sup> MONTENEGRO, João Alfredo. *Rodolfo Teófilo: pensamento e ação*, p. 119.

## O Princípio das Coisas

---

Não sei qual foi mais terrível: se a seca de 1877, se a sedição do Juazeiro. A seca é um fenômeno climatérico que o homem não pode evitar. A sedição, aqui, um caso mórbido de sociologia determinado pelo Poder Público<sup>59</sup>.

Teófilo tinha muito claro seu compromisso com o narrado, sua escrita era engajada. Para críticos como Domingos Olímpio, era talvez essa perspectiva política e estudiosa responsável por fragilizar sua qualidade literária. Mas, para Montenegro é esta habilidade, associada ao vigor narrativo que possibilita ao “historiador das idéias”, como a outros cientistas sociais uma preciosa interpretação, “levantando os grandes parâmetros culturais da cearensidade, de um regional que clama por ser mais pesquisado, até para se obter uma visão mais nítida da realidade nacional”<sup>60</sup>.

Rodolfo Teófilo assumiu para si a responsabilidade de registrar os acontecidos daqueles dias tenebrosos, mesmo considerando tal missão injusta por acreditar ser o “derradeiro livro, escrito ao por do sol da vida”. Com a missão de deixar para as gerações futuras os relatos para que pudessem fortalecer: “melhor educação cívica, mais sã moral, impedindo assim que voltem dias atribulados, como os da sedição do Juazeiro, são os meus votos”<sup>61</sup>. Neste momento, na apresentação do seu testemunho, ele amplia a potência do narrado e impõe caráter coletivo distendido no tempo. Neste entendimento, vale acompanhar Borelli no explicitar no caráter pedagógico da narrativa e lugares a inspirar seu produtor.

O caráter coletivo da narrativa se explicita pelo valor utilitário contido em sua mensagem. O objetivo é ensinar, orientar práticas, doar conselhos. O narrador, personagem sábio e conhecedor deste e de outros mundos, oferece aos ouvintes a experiência enraizada na tradição, no cotidiano e na memória coletiva de um povo<sup>62</sup>.

Difícil não explicitar que Teófilo tem clareza da sua produção como registro de memória para as gerações futuras. Perfaz o caminho de todo narrador preocupado com o futuro que, preparando-o no presente, utiliza do experienciado para assinalar com “a vida se empenha em conservar o passado

---

<sup>59</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição do Juazeiro*. Fortaleza. Ed. Terra de Sol, 1969, p. 15.

<sup>60</sup> MONTENEGRO, João Alfredo. Rodolfo Teófilo: pensamento e ação, p. 118.

<sup>61</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição do Juazeiro*, p. 16.

<sup>62</sup> BORELLI, Sílvia Helena Simões. *Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson*. Margem. SP. EDUC/PUC-SP. Nº 1. Jan/1992. p. 80.

## O Princípio das Coisas

---

e antecipar o futuro, numa duração em que presente, passado e futuro penetram um no outro e formam uma continuidade indivisa”<sup>63</sup>. Tal atitude diante da prática vivida, levou-o a utilizar o tempo “passado [para] conservar-se e atuar no presente, mas, não de forma homogênea”<sup>64</sup>, pois precisa operar-se diante das demandas sociais do presente e das inúmeras perspectivas de superação, conservação e esquecimento do passado. Neste sentido, sua tarefa era peneirar os melhores componentes para constituir a projeção do futuro.

Para legitimar esse processo e sua condição de narrador, Teófilo contou os fatos a partir do que viu, viveu ou ouvir de quem viveu, sendo estes primeiros de profunda idoneidade e proximidade com os fatos narrados. Não satisfeito somente com a narração oral, listou documentos comprobatórios de sua narração. Esse procedimento foi feito em forma de apêndice para não comprometer a dinâmica narrativa. Chegou a esclarecer as artimanhas do acesso a informações tão restritas, que o possibilitaram contar sua história como expectador privilegiado dos fatos<sup>65</sup>.

Tal procedimento de documentar o narrado teve como intenção fortalecer o conceito de uma narrativa verdadeira, ao utilizar telegramas, cartas, reportagens. Irineu Pinheiro (1881-1954)<sup>66</sup>, outro memorialista reforçou tal expediente, ao dizer que alguns fatos podem ser “esquecidos ou deturpados pela tradição oral”. Mesmo desconfiado da dinâmica da transmissão oral, usou na sua narrativa o argumento de autoridade típico dos narradores populares, empenhando seu relato na experiência e autoridade de quem viveu o período.

Procurei narrar neste livro com máxima facilidade o que vi e o que me contaram testemunhas oculares de fé ou protagonistas do sucesso descritos./.../Constituem as

---

<sup>63</sup> BORELLI, Sílvia Helena Simões. “Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson”. *Narradores e Intérprete*, p. 84.

<sup>64</sup> BORELLI, Sílvia Helena Simões.. “Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson”. *Narradores e Intérprete*, p. 84.

<sup>65</sup> O autor afirma que algumas pessoas envolvidas entregavam-lhe cartas, telegramas, rascunhos de documentos dispensados em lixeiras. Esse expediente possibilitou que ele documentasse alguns fatos e produzisse um apêndice riquíssimo de fontes para a história.

<sup>66</sup> Natural do Crato, Pinheiro graduou-se em Medicina na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro em 1910. De volta ao Crato, clinicou durante muitos anos e foi um dedicado estudioso da história da região. Exerceu funções na cidade natal: foi fiscal Federal do Colégio Diocesano; professor do Seminário São José; Presidente do Banco do Cariri; Fundador e 1º presidente do Rotary Clube; Sócio correspondente do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras; Sócio-fundador e 1º presidente do Instituto Cultural do Cariri.

## O Princípio das Coisas

---

páginas, que apresento ao benévolo leitor, um modesto subsídio para aqueles que, no futuro, empreendem o estudo dos fenômenos da história do Ceará, perscrutando-lhes as causas e deduzindo-lhes as conclusões as que merecem<sup>67</sup>.

Sua pretensão consistiu em construir mais uma narração isenta, deixando para o futuro, em especial para especialistas, o julgamento que conviesse. Era uma época em que as atribuições de memorialistas e historiadores não haviam produzindo um foco narrativo. Basta lembramos, que historiadores de ofício, não migrantes de outras disciplinas afins, só começaram a atuar depois dos anos 1930. Se por um lado, Pinheiro não se assumia como detentor de um saber historiográfico, por outro lado, isso possibilitava-lhe opinar e narrar mais livremente sobre os acontecidos, incorporando um aspecto novo: a cultura local sob a esteira do folclore regional.

Descrevendo a prática cultural do uso de cacetes por sertanejos nas feiras, evidenciou que na ausência de armas de fogo ou branca, tal instrumento tinha preciosa serventia em momentos de briga. Essa tática de briga tornou-se demonstração de dança sertaneja conhecido como *maneiro-pau*<sup>68</sup> na região do Cariri. Irineu descreve assim esses confrontos:

Lembro-me de alguns – Antônio Cigaro, Zé Vinvim, Manuel de Rita, Antônio Nambu – cujos lances de valentia foram durante muito tempo cantados pelos que os conheceram pessoalmente, ou através de sua aventura. Antonio Nambu, alto e entroncado, mais de uma vez lutou com seis e oito soldados do destacamento do Crato, opondo-lhes aos golpes dos facões os molinetes rapidíssimos de seu cacete de Jucá temperado pelo fogo e, assim, mais rijo, resistente. Foi Antonio Nambu um pródigo de forças e de destreza<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1938, p. 06.

<sup>68</sup> É dança originária, possivelmente, da região caririense, ainda hoje praticada em festas no interior do Ceará. Todos os participantes cantam sob o refrão: maneiro-pau! A coreografia é configurada com todos em roda, com os cacetes médios que portam, batem-nos fortemente no chão, de forma ritmada. De vez em quando, enquanto uns depõem os cacetes no chão, outros usam-nos para duelarem entre si, o fazendo sincronizadamente. A dança empolgante, em uma expressão de virilidade, muito adequada ao temperamento nordestino. Esta dança também se encontra em Minas Gerais como *mineiro pau*. CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, São Paulo, Global, 2002, p. 383-4.

<sup>69</sup> PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, p. 18.

## O Princípio das Coisas

---

Irineu Pinheiro registrou como tal procedimento de luta migrou pra uma dança folclórica, pois reunidos a noite em sítios, esses lutadores jogavam seus cacetes de juá com fortes refrões. “Era o jogo de cacete uma verdadeira arte a que presidiam regras e que exigia dos que lhe eram cultores coragem e, sobretudo, extrema agilidade. Havia os aficionados que lhe rendiam culto entusiástico”<sup>70</sup>. Dois aspectos desse ritual migraram para as lutas no movimento armado de 1914, a coragem e a agilidade descrita na utilização desses cacetes.

Em atitude empolgada, Antônio Martins Filho defendeu o movimento em *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. Com esta narração foi alçado à condição de historiador do Ceará e com seu estudo interpretou o fato, “focaliza um costume, salienta um episódio, elucida uma dúvida, tudo isso de maneira amena e sem pedantismo, dando assim, ao seu livro, um sabor a uma utilidade que ilustra, interessa e convence”<sup>71</sup>. Irineu participou dos fatos como morador do Crato refugiado, como associado a políticos locais, como intelectual que narrou e tentou elucidar a participação do Padre e de Floro Bartolomeu, revelando com boa propriedade as circunstâncias configuradoras do conflito.

Da pena Irineu Pinheiro, famílias da cidade do Crato e Barbalha emergem em longa travessia, refugiando-se nos estados vizinhos, sendo que sua caravana foi acompanhada por Antônio Luiz – coronel responsável pelo apoio regional a Floro Bartolomeu – somando trinta pessoas. O coronel Antônio Luiz não prosseguiu viagem, ficando em Juazeiro, mas nosso narrador continuou seu trajeto em direção a Souza, na Paraíba. Dedicou parte do capítulo para descrever seu exílio e deixar claro que, mesmo distante, não cerrou os olhos diante dos fatos cotidianamente vividos. Esclareceu muitos dos episódios narrados, “segundo a tradição oral, de testemunhas que assistiram à luta e dela participaram em armas nas mãos”<sup>72</sup>. Seqüenciando as narrativas, não nomeou suas fontes, deixou para a posteridade o anonimato das suas informações, típico de narrações populares.

---

<sup>70</sup> PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, p. 18.

<sup>71</sup> MARTINS FILHO, Antônio. “Historiador do Cariri”. Revista do Instituto do Ceará, 1954, p. 247.

<sup>72</sup> PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, p.18.

## O Princípio das Coisas

---

O Dr. Irineu Pinheiro incorporou, ainda, mais algumas peculiaridades da cultura do Cariri, cumprindo a função de intérprete que se incumbiu, com muita habilidade, de agrupar os principais acontecidos daquele período, numa cronologia encerrada com a intervenção de Setembrino de Carvalho. Por suas seleções, os fatos de natureza políticas ficam como apêndice nas suas notas finais, recheadas por telegramas e informações sobre as autoridades envolvidas. Existe, sem dúvida, uma originalidade no seu trabalho, se comparados como os outros textos, devido à ausência acentuadamente moralizante apresentada pelos demais narradores.

Rodolfo Teófilo, Irineu Pinheiro e A. Gusmão, formam os três que dedicaram obra completa ao acontecido de 1914. Gusmão chegou no período da Intervenção, como delegado federal, fazendo registro detalhado, segundo ele, obteve documentos de ambos os lados, capazes de promover “subsídios para história”. Sua obra, publicada em 1915 foi, certamente, a primeira a circular com o apanhado dos acontecidos, assumiu um papel de crônica dos fatos e possibilitou acessar algumas notícias de jornais e impressões menos elaboradas ao longo dos anos. *O Ceará Conflagrado* consta de dedicatória ao general Setembrino de Carvalho e encontra-se no seu acervo documental.

Colhi estes apontamentos em diversas fontes, cada qual a mais importante, cada qual a mais autorizada. Forneceram-me os da imprensa de Fortaleza, os oficiais e soldados da policia do coronel Franco Rabello, os chefes de ambas as facções políticas, e, principalmente os chamados jagunços ou romeiros do padre Cícero. /.../ Limito-me, aqui, a narrativa singela dos fatos, tendo sempre em vista a máxima imparcialidade, aquele período rubro iniciado, no Juazeiro, com o *meeting* popular do dia 8 de Dezembro de 1913, e terminou no dia 24 de junho de 1914 com a posse do coronel Benjamin Barroso no cargo de presidente do Estado do Ceará<sup>73</sup>.

Gusmão fez muito uso, no seu texto, de trecho de jornais, certamente para produzir um caráter mais circunstancial a sua obra. Temos pouca clareza das motivações que o levaram a produção dessa empreitada. Mas, não temos dúvida das incertezas de tal fonte frente ao compromisso com a verdade vivida pelo autor dos fatos. Contudo esses registros pelo menos demonstravam os espíritos revoltos e parciais dos que dirigiam tais órgãos de imprensa.

---

<sup>73</sup> GUSMÃO. A. *Ceará Conflagrado*: O movimento revolucionário do Joazeiro, p. 3.

## O Princípio das Coisas

---

Força é dizer, no entanto, que para esse levantamento concorreu bastante o órgão da facção política contrária ao governo. O Unitário, cujo programa consistia em aplaudir os atos da revolução, entregou-se a insana tarefa de infundir no espírito dos correligionários da política de que era defensor, o estímulo pela luta contra o governo, incitando-os a pegar em armas.

As suas publicações incidem sempre a sempre em fatos da revolução, e, daí, então, fomentar, com o calor das suas idéias revolucionárias, a anarquia e a desordem introduzindo na massa popular o rastilho da revolta<sup>74</sup>.

Gusmão atribuiu papel preponderante aos jornais para fomentar as disputas entre as facções rabelistas e “revolucionárias” e, ao fazer tal incitação, acabaram pagando com o empastelamento pela “massa popular” adversária, que acompanhou o rastilho de revolta promovida pelo inimigo. Foi o que aconteceu com o *Unitário*, quando noticiou a invasão da cidade do Crato. Os populares de Fortaleza invadiram a oficina do jornal, de propriedade do Coronel João Brígido, opositor confesso ao rabelista. Tal ação popular foi comparada pelo autor com um episódio da Revolução Francesa, tornando assim o *Unitário* “o *Père Duchesne* da revolução cearense”<sup>75</sup>.

Sua estratégia narrativa é apoiada na coleta de informações que circulavam nos dias do conflito em jornais, produzindo uma aproximação do leitor distanciado pelo tempo aos acontecidos daqueles dias. Gusmão selecionou uma entrevista<sup>76</sup> veiculada em jornal, para demonstrar como se processavam as manipulações das informações vindas do interior do Estado. Seu procedimento difere demais dos outros dois autores, pois construiu um confronto de dados e colocou em suspeição os fatos apresentados naqueles dias.

---

<sup>74</sup> GUSMÃO. A. *Ceará Conflagrado*: O movimento revolucionário do Joazeiro, p. 78.

<sup>75</sup> GUSMÃO. A. *Ceará Conflagrado*: O movimento revolucionário do Joazeiro, p. 42. *Le Père Duchesne* foi um jornal extremista, publicado durante a Revolução Francesa e editado por Jacques René Hébert entre 1790-94. Foi este jornal responsável pelo estímulo ao período da revolução conhecido pelo *Terror*.

<sup>76</sup> Foi o caso da entrevista que concedeu o Sr. Juvêncio Barreto, comerciante em Fortaleza, ao jornal *Unitário* que descrevia a ocupação da cidade do Quixadá. (“Não dei entrevista a alguém, e si é certo que, procurado por algumas pessoas, após a minha chegada daquela cidade, narrei o que vi sobre a ocupação aludida, todavia o que disse discorda em vários pontos do que foi publicado, sem duvida por um engano ou imperfeito conhecimento da minha narrativa./.../ Pela publicação destas linhas, vos agradeço semanal Vosso constante leitor, Juvêncio Barreto. Fortaleza, 6 de março de 1914”. GUSMÃO. A. *Ceará Conflagrado*: O movimento revolucionário do Joazeiro, pp. 71- 2.

## O Princípio das Coisas

---

Leandro Gomes de Barros<sup>77</sup> (1865-1918) tornou-se o outro cronista deste momento. Produziu dois folhetos que chegaram as nossas mãos guardadas por pesquisadores de sua obra. Os quatro folhetos: *O principio das cousas*, *Lamentações do Joazeiro*, *Festas do Juazeiro no vencimento da guerra*, *Joazeiro do Pe. Cícero*<sup>78</sup>, fazem precisamente a crônica do começo e do final do movimento armado. Resguardou os temores, críticas do começo, a filiação e a euforia do retorno dos combates à cidade de Juazeiro. Leandro Gomes de Barros era daqueles poetas que tinha na temática da vida inspirações para escrever seus folhetos. Escreveu sobre diversas temáticas, mas sem dúvida, sua fama se propagou pela capacidade crítica que tinha ao governo e suas rimas ricas sobre as proezas sertanejas, como a valentia dos sertanejos, no cangaço e situações de conflitos.

Certamente, Leandro Gomes de Barros foi, dentre os narradores desse período, o que mais se aproximou, com sua narrativa, das camadas populares. Ruth Terra analisa em sua obra, disse constar cinco folhetos sobre o padre Cícero e a “sedição de Juazeiro”, demonstra que se assumiu como cronista de seus dias, escrevendo sobre vários assuntos: “a Primeira Guerra, a política, o sorteio militar, o retirante e a seca, o selo e os impostos, a carestia dos gêneros alimentícios, a escassez de dinheiro, o governo e outros fatos”<sup>79</sup>. Seus folhetos circulavam com a ajuda das feiras e descolavam entre os estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará, com certa rapidez, via os trilhos de trem,

---

<sup>77</sup> Poeta popular, considerado por muitos autores o precursor da literatura de folhetos. Têm suas obras (250) organizadas na Fundação Casa Rui Barbosa, disponibilizados no site <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/leandro\\_colecao\\_docpro\\_lista\\_ctd.html](http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/leandro_colecao_docpro_lista_ctd.html)> acessado em ago/09. Nesse primeiro conjunto destacam-se os folhetos raros publicados a partir de 1906, tirados no prelo doméstico de Leandro ou nas inúmeras tipografias do Recife e da Paraíba. Após sua morte, ocorrida em 1918, o genro Pedro Baptista, dono de uma editora em Guarabira, continuou a editar esses folhetos até 1920. Impressos em papel manilha, caracterizam-se pelas vinhetas simples, alguns ornamentos e o colorido já apagado pelo tempo. Encontram-se nesse lote também os de capas mais trabalhadas, em que vemos desenhos, às vezes clichês e pequenas figuras que remetem ao universo medieval, provavelmente retirados dos livros e suplementos dos jornais daquela época.

<sup>78</sup> Título: *Lamentações do Joazeiro* (Juazeiro) Autor: Barros, Leandro Gomes Localização: LC6044/ Título: *Festas do Juazeiro no vencimento da guerra*. s.l. Editor: s.n. Data: 19- Gênero / Assunto: Crônicas-Descrições, Cícero, Padre ; Festas populares, governo/ impostos/ política: crítica, Padre Cícero Localização: LC6086 Nota da Pesquisa: Folheto publicado entre 1913-1914, período em que o poeta residiu à Rua do Alecrim 34, conforme consta na contracapa. Folheto disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/acervo.html>>, acessado em 10 de agosto de 2009.

<sup>79</sup> TERRA, Ruth Brito Lemos. A Literatura de Folhetos nos Fundos Villa-Lobos. São Paulo, IEB, 1981, p, 42.



## O Princípio das Coisas

---

espaço comum utilizado por poetas e vendedores para comercializar seus produtos. Ruth Terra chegou a encontrar indícios que a produção do poeta tinha tiragens de folhetos com mais de 500 exemplares em dois poemas.

É preciso dizer que, nas várias tentativas de classificação dos folhetos, essa temática ficou conhecida como folhetos de acontecidos<sup>80</sup> por cumprirem a função de noticiar, para os sertões, os principais fatos ocorridos na redondeza e no mundo. Com essa habilidade, o poeta assumiu-se como cronista de sua época. O fato corriqueiro, o comum, o extraordinário, o perto e o longe precisavam passar pelo seu olhar e por sua forma literária. A respeito do poeta popular, Mark Curran diz que “além de poeta é jornalista, conselheiro do povo e historiador popular (...)”<sup>81</sup>. São os folhetos de ocasião os que mais confirmam essa sintonia do poeta com seu tempo.

Os folhetos de época, também chamados de folhetos de ocasião, tratam de um acontecimento imediato, ou seja, de fato noticiado diariamente nos jornais, como inundações, acidentes, desastres, mortes, assassinios; tratam, enfim de ocorrências regionais, nacionais ou internacionais /.../. Praticamente, nos últimos decênios, não houve um só acontecimento de importância que não fosse noticiado pelos folhetos<sup>82</sup>.

Acrescido à natureza específica desse folheto há uma confiabilidade muito grande no que neles eram noticiados. Tais poetas representam credibilidade para o homem rústico; suas palavras soavam como verdadeiras, como esclarece Rodolfo Cavalcante, um dos maiores representantes dessa natureza de folhetos, quando assinala: “o sertanejo sabe pelo rádio ou por ouvir dizer os acontecimentos importantes. Mas só acredita quando sai no folheto... Se o folheto confirmar, aconteceu”<sup>83</sup>. Os poetas populares traduziram para o

---

<sup>80</sup> Em Antologia da Literatura de Cordel, da Secretária de Cultura do Ceará, organizado por Lustosa da Costa, como também no texto de Veríssimo de Melo, discute-se a classificação dos tipos de cordéis dada por outros autores, dividido-os por vários critérios, quer espacial, temático ou mesmo pela própria classificação popular. O que nos direcionou à possibilidade de estudo da narrativa histórica no folheto, inicialmente, foi exatamente, a variedade de classificações, tão discutíveis, mas que pelo simples fato de todas as tipologias terem a presença do “cordel histórico” ou “cordel dos acontecidos”, nos possibilitou pensar num caráter histórico dessa narrativa. CEARÁ, Secretária de Cultura, Desporto e Promoção Social. *Literatura de Cordel: Antologia*. Fortaleza, 1978. pp. 41-47; MELO, Veríssimo. *Literatura de Cordel: Visão Histórica e Aspectos Principais*. In: *Literatura de Cordel: Antologia*: Lopes, José de Ribamar (Org.), 3ª. Ed. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1994. pp. 21-23.

<sup>81</sup> CURRAN, Mark J. *História do Brasil em Cordel*. São Paulo: UduSP, 1999. p. 19 (grifo nosso)

<sup>82</sup> MEYER, Marlyse. *Autores de cordel*. São Paulo: Abril Educação, 1980. p. 99.

<sup>83</sup> Apud. MEYER, Marlyse. Entrevista de Rodolfo Cavalcante a Origenes Lessa. p. 90.

## O Princípio das Coisas

---

universo cultural do sertanejo, muitas vezes, as teias complexas das notícias, atribuindo-lhes, em certos momentos, um caráter satírico ou moralístico ao acontecido.

Leandro de Barros assumiu essa característica e acabou tornando-se o mensageiro dos acontecidos no interior do nordeste, carregando nos seus textos as contradições daqueles dias. No *Princípios das Coisas* não toma partido por nenhum lado, alertando o povo para não participar daquela briga de *gente grande*; depois, o poeta acaba filiando-se, narrativamente, à vitória dos romeiros combatentes no folheto *Festa do Juazeiro*. Outro interlocutor, entre as tradições orais e o mundo letrado, Leonardo Mota registrou nas rimas populares do cantador Cego Aderaldo as façanhas do combatentes de 1914.

Leonardo Mota<sup>84</sup> (1891-1948) passou anos a fio empreendendo várias excursões pelo interior cearense, viu de perto, anotou e escreveu páginas para o estudioso brasileiro. Encontrou, no cantador violeiro, o representante legítimo do povo nordestino, pois são os poetas populares que perambulam pelos sertões, cantando versos em diversos lugares: fazendas, feiras e festas religiosas – que registram os acontecimentos no universo cultural de populares dos vastos sertões brasileiro –. Os cantadores foram atenção de vários literatos e folcloristas do final do século XIX e começo do XX, como Silvio Romero, Câmara Cascudo, Gustavo Barroso e o próprio Leonardo Mota.

Em *Cantadores* (1921), Leonardo Mota selecionou cinco cantadores para demonstrar a versatilidade do cancionero popular. Com habilidade apresentou os cantadores com suas poesias, fazendo seus versos falarem deles. Foi o caso do Cego Aderaldo, que nos apresentou como possuidor de uma veia poética lírica, rica em modinhas e de voz inigualável. Citado desta

---

<sup>84</sup> Foi professor, advogado, promotor de justiça, secretário de governo, tabelião, jornalista e historiador, especializado na história eclesiástica. Sua obra publicada foi quase que totalmente dedicada à cultura popular: "Cantadores" (1921), "Violeiros do Norte" (1925), "Sertão Alegre" (1928), "No Tempo de Lampião" (1930), "Prosa Vadia" (1932) e "Padaria Espiritual" (1938). "Adagiário Brasileiro" foram reconstituídos pacientemente por seus filhos Moacir e Orlando Mota e publicados anos depois. A dedicação de Dr. Leota, como era conhecido na pesquisa de campo era sem igual, produzindo na sua obra uma riqueza de detalhes e uma profunda sensibilidade. Sua dedicação rendeu-lhe a alcunha de "judeu errante do folclore nacional" Perseguiu a preservação das formas narradas e acabava estilisticamente nos aproximando das formas de expressão da cultura popular. Suas obras foram reeditadas em 2002, apresentando as façanhas do escritor e seu prestígio nacional já conquistado no primeiro livro o *Cantadores*. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=24174>> acessado em jun/2009.

## O Princípio das Coisas

---

forma, esperava-se que os seus principais versos fossem sobre a beleza natural do sertão e suas pessoas, mas o que ficou documentado foi um longo poema com os episódio do movimento de 1914.

Cego Aderaldo teve sua popularidade aumentada depois de sua divulgação em *Cantadores*. Nas suas memórias, registradas no *Eu Sou o Cego Aderaldo*, conta uma passagem de como se aproximou do Padre Cícero e do Doutor Floro e como a dupla o apresentou a Lampião. Do cangaceiro recebeu uma arma de fogo que guardou durante a vida toda, tendo nas suas fotos a imagem da arma nas mãos como troféu. O Cego Aderaldo conta, detalhadamente, seu primeiro encontro com o Padre Cícero de forma emocionada e, ao referir-se ao Dr. Floro, apresenta-o como amigo<sup>85</sup>.

Já a família Xavier de Oliveira muito contribuiu para o fortalecimento das narrativas do movimento de 1914. Sua participação efetivou-se no registro fotográfico, na confecção do valado, na descrição dos combatentes e por fim, Amália Xavier fez uma fervorosa defesa do Padre Cícero que conheceu. O Dr. Antônio Xavier de Oliveira escreveu, em *Beatos e Cangaceiros*, um perfil das duas principais entidades que figuraram nos combates. Suas motivações para escrever sobre tais personagens originaram-se de um trabalho escolar sobre o cangaço no Cariri, aparentemente uma causa pueril. Mas na coleta de materiais, que ressalta, ter feito basicamente em Juazeiro<sup>86</sup>, percebe-se um posicionamento bastante crítico a ordem dos acontecimentos políticos do período e sua indisposição com autoridades como Floro Bartolomeu.

Certamente tal obra, associada ao bloco de imagens produzidas por Xavier de Oliveira, foram determinantes para construir uma visão sobre os combatentes que se enfileiraram nas trincheiras de 1914. As principais fotografias sobre o movimento levam sua assinatura, e consolidaram uma percepção “unívoca” dos combatentes, que lutaram por tradição de violência ou por um crédito incondicional convertido em fanatismo. Não por acaso afirmou que sua análise “sem o querer, cai num circulo vicioso: vim do jagunço de

---

<sup>85</sup> ADERALDO, Cego. *Eu sou o cego Aderaldo*. São Paulo, Maltese, 1994, pp. 44-6.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*, pp. 13-14. Dr. Xavier afirma que a cidade de Juazeiro aglutinava alguns homens do cangaço formando uma verdadeira seleção regional. Tinha morando na cidade destes remanescentes de Canudos como o cabra Pedro Pilé que lutou do início ao fim em Canudos, até Beato Vicente, de mente fanática.

## O Princípio das Coisas

---

Canudos ao romeiro em Juazeiro. Mas, é nesses dois extremos que se acha a galeria de terrorista, que me proponho movimentar”. E acrescenta: “Ela representa toda a escala que vem do heroísmo a baixeza”<sup>87</sup>.

Na captura dessas imagens acabou narrando o desconforto e temor que o beato Vicente teve diante da câmera:

Quis tirar-lhe o retrato.

Não o consentiu.

-Isso é coisa da besta-fera, disse-me.

-Mas o Padre Cícero tira, ponderei-lhe, para convencê-lo.

-Sim, mas Cristo também andava sobre as águas e não se afogava. O meu padrinho pode até pisar em fogo e não se queima. Mas eu é que não quero que o "Capiroto" tenha lá o meu retrato<sup>88</sup>.

A desconfiança do beato não era casual, aquele instrumento de captação de imagens, certamente não seria uma criação da besta-fera, nem teria tantos poderes mágicos como suspeitara o religioso. Porém, o ato de fotografar possui algo de destruidor. Para Susan Sontag, fotografar uma pessoa é violá-la e vê-la de tal forma que esta não se reconheça, criando um poder de revelar um ser estranho ao que ela conhecia. Sentia transformá-la “em objetos de cuja posse nos asseguramos simbolicamente. Do mesmo modo que a câmara é uma sublimação do revólver, fotografar alguém é uma assassinato sublimado – um assassinato sem vigor, bem de acordo com uma época triste e cheia de temor”<sup>89</sup>. O que estaria na frase desta “época triste e cheia de terror” na República das Letras no Brasil? O que revelaria a foto do Beato Vicente?

Foi o manuseio da representação simbólica do outro, condição propícia do fotógrafo, que fez de Xavier de Oliveira um dos mais ricos construtores das imagens mnemônicas do conflito de 1914. Produziu uma seleção cuidadosa das imagens publicáveis que circularam de um lado a outro do conflito, consolidando imagens que deveriam ser guardadas. Dessa forma, a “imagem torna-se percepção – enquanto contato direto com as coisas – e o corpo age como instrumento de seleção. As imagens, uma vez percebidas, fixam-se ou

---

<sup>87</sup> OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*, p. 14.

<sup>88</sup> OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*, p. 58.

<sup>89</sup> SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia: na caverna de Platão*, p. 14.

## O Princípio das Coisas

---

alinham-se na memória<sup>90</sup>. Foram estas imagens que se alinham a percepções de jagunços, romeiros, fanáticos, criminosos lombrosianos, além do controle efetivo de Floro Bartolomeu. Curioso ressaltar que em nenhuma das imagens relacionadas ao combate apareça a pessoa de Padre Cícero, personalidade central para muitos. Xavier de Oliveira deu feição ao que era somente imaginado.

Outro divulgador foi Lourenço Filho (1897-1970), educador convocado pelo governo de Justiniano de Serpa, para a reformulação da educação no Estado do Ceará em 1923. Saiu dos ares sulistas em longa marcha até o Ceará. Caminho árido, de uma vegetação escura, tortuosa, característica da flora xerófila, impressionou e perturbou o jovem educador de 24 anos, que saía pela primeira vez do circuito *civilizado* de São Paulo<sup>91</sup>, onde lançava as bases psicopedagógicas dos testes de Q.I. ou vocacionais e do movimento conhecido como Escola Nova, introdutora de equipamentos que “mediam” as capacidades e habilidades dos educandos a partir de paradigmas da branca e progressista civilização eurocêntrica.

Encontrando civilidade na capital alencarina<sup>92</sup>, repousa; mas pela natureza de seu trabalho é obrigado a percorrer o interior cearense e, nessa nova caminhada, encontra-se com a região do Cariri, com a progressiva cidade do Crato, como ele denomina “capital da região”. Vê, nesta cidade, um vale de civilidade no meio das agruras que a avizinha – Juazeiro do Padre Cícero<sup>93</sup>.

Lourenço Filho pertenceu a um grupo de “intelectuais vinculados a padrão universalista europeu, portanto, produzidos enquanto ideologia que visava reforçar os valores, a ética da sociedade vigente e clamar contra o

---

<sup>90</sup> BORELLI, Silvia Helena Simões. “Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson”. *Narradores e Intérprete*, p. 82.

<sup>91</sup> SAMPAIO, Silvia Saviano. *Lourenço Filho e a Reforma da Instrução Pública no Ceará (1922-1923)*. Dissertação de Mestrado – PUC-SP, 1983.

<sup>92</sup> “A capital cearense é hoje uma cidade moderna, comparável por muitos aspectos a qualquer das melhores do país...” LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*, p. 30.

<sup>93</sup> SAMPAIO, Silvia Saviano. *Lourenço Filho e a Reforma da Instrução Pública no Ceará (1922-1923)*, p. 137. Com problemas no censo escolar que levantava na região, Lourenço Filho é obrigado a se deslocar até Juazeiro, para ter pessoalmente com o Padre Cícero, que sonhava informações sobre o sistema educacional local. No estudo a autora revela, que Juazeiro possuía 6% das suas crianças em escolas primárias, nos dados estatísticos levantados por Lourenço, quadro que não se altera por bom tempo.

## O Princípio das Coisas

---

‘descompasso’ e o ‘aspecto nocivo’, ‘patológico’ do Juazeiro”<sup>94</sup>. Seria, então, esse quadro possível de contaminar o restante da sociedade brasileira civilizada. Antonieta Antonacci diz que Lourenço Filho – fundador do IDORT em SP, 1931, e em 1932 tornou-se diretor do recém criado Instituto de Psicologia, no RJ. Em 1936 viaja para Alemanha onde conhece as bases do cinema educativo – filia-se ao grupo de intelectuais da Academia e da Igreja que tornam inimigo comum das comunidades religiosas rurais<sup>95</sup>.

Com a pretensão de uma análise científica de cunho positivista, Lourenço Filho ambicionou fazer uma radiografia da comunidade de Juazeiro. Sob os critérios evolução e progresso, acabou fazendo de sua viagem um retrocesso à tempos estagnados, de experiências superadas e à constatação da necessidade de intervenções modernizadoras naquela realidade fanatizada.

Seu olhar, orientado por uma literatura sobre os sertões nordestinos, acabou se filiando ao *olhar romancista* que,

megulha na “intérmina torrente” e produz imagens que mobilizam desde os sentimentos de medo e temor pelo “perigo” que sertanejos pobres e maltrapilhos representam, até os de asco e nojo pelo aspecto estético e os odores que essa pobreza exala, como também sentimentos variados de compaixão, identidade e solidariedade por aqueles que, setores privilegiados da sociedade, se vêem privados de seus bens e confortos<sup>96</sup>.

A influência de Rodolfo Teófilo e Euclides da Cunha confirmam essa orientação literária, tanto quanto utilizar o primeiro como principal suporte para contar os episódios do conflito e, declarada dedicação da obra ao escrito cearense. Já a influência euclidiana aparece na compreensão dualista entre civilização e barbárie, litoral e sertão.

---

<sup>94</sup> LIMA, Marcelo Ayres Camurça. Marretas, *Molambudos e Rabelistas: A Revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo, Maltese, 1994, p. 33.

<sup>95</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. “Trabalho, cultura, educação: escola nova e cinema educativo nos anos 1920/1930”. In: *Revista Projeto História*, São Paulo: Educ, nº 10, dez 1993.

<sup>96</sup> BARBOSA, Ivone C. *Sertão: lugar (in) comum*, p. 163. Ivone Barbosa esclarece como funcionou o *olhar* desses literatos sobre o universo sertanejo e as conseqüências desta percepção para a massificação de um sertanejo em estado de degradação moral e material sem nenhuma condição de dignidade humana e intelectual. A autora nos possibilita afirmar que essa análise revelaria mais dos literatos do que do universo que tentavam reconstituir via literatura.

## O Princípio das Coisas

---

Outros autores, que viveram e participaram direta e indiretamente do conflito de 1914, como Gustavo Barroso, Floro Bartolomeu, Setembrino de Carvalho, Padre Sobreira e Amália Xavier, deixaram fragmentos do que viveram ou ouviram, sendo considerados como auxiliares na reflexão desta narrativa. Mas já pertenceriam às determinações produzidas pelos autores anteriores, ou mesmo, se apropriaram destes para citarem os acontecimentos. Alguns temas serão comuns a tais narradores: a construção da trincheira “Círculo da Mãe de Deus”, o canhão de Emílio Sá e a morte de Jota de Penha.

### O Círculo da Mãe de Deus

Outra faceta marcante dessa narrativa encontra-se na construção do *Círculo da Mãe de Deus*, uma trincheira elaborada às pressas, quando a comunidade juazeirense soube da intenção do governo Rabelo de atacar o município<sup>97</sup>. A confecção do *valado*, como ficou conhecido à época, faz parte da narração de diversos autores como um momento de confirmação da força de Padre Cícero, que conclamou todos os moradores da cidade e à miríade de romeiros-combatentes, a começaram a chegar, à proteção da *Terra da Mãe de Deus*. Este fenômeno traz elementos pertinentes para entrarmos na cosmovisão de sertanejos e das suas ações marciais.

Feitos os acordos políticos entre os coronéis locais, montado o *exército de cabras*, tornava-se necessário estabelecer uma liderança combativa. O primeiro cogitado para a função seria um ex-combatente de Antônio Conselheiro que vivia na cidade de Assaré, mas este sertanejo rejeitou a missão, ficando, então, para Floro Bartomeu a gerência intelectual e prática do conflito<sup>98</sup>. “O Sr. Antônio de Vilanova que, em mocidade, havia sido comerciante ativo e cabo-de-guerra de Antônio Conselheiro. /.../ havia jurado a si próprio jamais cometer o erro de sua mocidade – meter-se em lutas contra o

---

<sup>97</sup> Fato que se deu após a Assembléia de 12 de dezembro de 1913, que tornava sua posse inválida, uma vez que a oposição havia se ausentado e os 15 deputados presentes não eram suficientes para empossá-lo. ANSELMO, Otacílio. *Padre Cícero: Mito e realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp. 378-410.

<sup>98</sup> ANSELMO, Otacílio. *Padre Cícero: Mito e realidade*, p. 396.

## O Princípio das Coisas

---

governo”<sup>99</sup>.

Mas antes de rejeitar a liderança, em *reunião secreta* – para validar o espírito maquiavélico e conspirativo da obra de Anselmo –, o ex-combatente teria montado a estratégia de fortificação da cidade, considerando a experiência de Canudos, que resistiu bravamente às investidas do poder federal, graças a esses valados... Vejamos como aparece esta experiência do valado em Canudos, para compararmos as características de tal estratégia. Euclides da Cunha conta que,

O sistema era, pela rapidez, um ideal de fortificação passageira: aberta cavidade circular ou elíptica, em que pudesse ocultar-se e mover-se à vontade o atirador, bordavam-na de pequenos espaldões de pedras justapostas, com interstícios para se enfiar o cano das espingardas. As placas de talcoxisto, facilmente extraídas com todas as formas desejadas, facilitavam a tarefa. Explicam o extraordinário número desses fojos tremendos que progredindo, regularmente intervalados, para todos os rumos, crivando a terra toda em roda de Canudos, semelhavam canhoneiras incontáveis de uma fortaleza monstruosa e sem muros<sup>100</sup>.

Ainda prosseguindo, narra que tal sistema de trincheiras foi produzido logo nos primeiros enfrentamento, com uma certa urgência. A obra foi executada em sol ardente, os sertanejos circunvizinhavam os caminhos para o Arraial. Faziam carregando pedras, abrindo a terra com picaretas e enxadas, numa lida ininterrupta. Quando não alteravam profundamente a paisagem, os combatentes de Canudos apropriavam-se do próprio relevo da localidade para confecção de suas proteções e invisibilidade do inimigo.

Descobriam um cerro coroado de grandes blocos redondos, em acervos. Desentupiam as suas juntas e as largas brechas, onde viçavam cardos e bromélias; abriam-nas como postigos estreitos, mascarados de espessos renques de gravatás; limpavam depois os repartimentos interiores; e moviam-se, por fim, folgadoamente, entre os corredores do monstruoso blocausse dominante sobre as várzeas e os caminhos, e de onde podiam, sem riscos, alvejar os mais remotos

---

<sup>99</sup> OLIVEIRA, Amália Xavier de. *O Padre Cícero que eu conheci*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpia Editora, 1969, p. 151.

<sup>100</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).  
A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>



## O Princípio das Coisas

---

pontos<sup>101</sup>.

Como bem apontou Ives Lacoste, “Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”. Parece-nos que os sertanejos corporificaram tal sentença, entrelaçados ao relevo e a vegetação, associaram sua experiência como meio às armas e produziram um diferencial, aquartelaram-se em benfeitorias e apropriaram-se de espaços e da flora local, arquitetando um “monstruoso blocausse” às forças inimigas, tanto em Canudos como em Juazeiro do Norte.

Antônio Vilanova, responsável por partilhar tal experiência, chegou a Canudos pelo convite de moradores do Arraial, que com frequência compravam em seu estabelecimento. Inicialmente, como nos relata Padre Azarias Sobreira, ele teria ido acreditando na possibilidade de prosperar no seu negócio. Todavia, quando Canudos torna-se praça de guerra, Vilanova gozava de muito carisma e prestígio junto à comunidade, tornando-se um líder dos combatentes. Sobreira relata que ele só deixou Canudos por conta de um cunhado ferido, que necessitava de atendimento, e quando percebeu não haver mais condições de resistir.

Logo após sua saída, Conselheiro morreu. Sua travessia foi penosa e temerária por vários “dias intermináveis viajaram assim, na expectativa de um encontro funesto, caatinga a dentro, pelo leito dos córregos ou pelas veredas de gado”<sup>102</sup>. O destino de tal viagem os levou a Pernambuco e depois de volta a Assaré, na região do Cariri, onde permaneceu em silêncio até a solicitação de Floro Bartolomeu, em dezembro de 1913. Descrito o sistema de valados, havia uma boa expectativa de proteção da cidade, pois a topografia juazeirense ajudaria na empreitada.

E foi em função desse último fator que Vilanova concebeu o seu plano. Com efeito, diante da planície de Juazeiro, à falta de carrascais, grotões, serrotes e outros acidentes naturais que tanto contribuíram para a espantosa resistência de Canudos, Antônio Vilanova ideou uma posição defensiva que tanto tinha de original como de eficiente. Essa curiosa obra de fortificações constituiu-se de enorme fosso com dez palmos de profundidade e doze de largura e, alguns metros atrás,

---

<sup>101</sup> CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).

A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>

<sup>102</sup> SOBREIRA, Pe. Azarias. Vilanova e Antônio Conselheiro. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 1948, pp. 218-220.

## O Princípio das Coisas

---

erguido com a terra revolvida, um muro de alguns metros de altura, atravessado por seteiras formadas por telhas ou tijolos de adobe, tudo isto ao longo da periferia da vila, numa extensão aproximadamente de nove quilômetros<sup>103</sup>.

A habilidade e experiência do sertanejo Antonio Vilanova configuraram-se em marco decisivo no conflito, *miticamente* apropriado pela religiosidade popular. Conta-se que, para elaboração de tão expressiva fortificação, mulheres, homens e crianças cavaram durante seis dias e seis noites. Entre orações, preces, ladainhas e canções, trabalharam e santificaram aquela trincheira.

Oliveira de Xavier, esclarece como era recrutada a população para a construção do valado. Corria como rastilho a notícia de que iriam invadir Juazeiro e cortar a cabeça do Patriarca. Com isso, muitos que ouviam tal informação, dirigiam-se a matriz e, como no caso do Beato Vicente, “Pegou na inchada, resoluto, e com cinqüenta mil romeiros, trabalhou de noite e de dia, durante uma semana, no valado, para a defesa da cidade”<sup>104</sup>.

Lourenço Filho detalha a rotina de construção do valado, possivelmente ouvida do sertanejo que o conduziu a cidade e lhe mostrou as ruínas, nas proximidades de Juazeiro. Certamente, algumas considerações que lemos não são considerações do sertanejo, mas a incorporação do estranhamento do autor. No corpo dos trabalhos, teríamos homens, mulheres, crianças e velhos, todos à sua maneira participaram da criação do fojo. Tinha nas lideranças e no respeito dos beatos Vicente e Da Cruz a divisão das atividades.

Dirigiam-no, depois, três ou quatro beatos de maior prestígio. Os alviões se embeberam na terra solta, fácil a princípio, ao mesmo passo em que as foices rebrilhantes desbastavam, em ritmo apressado, o matagal de derredor, abrindo aceiro suficiente à compreensão da empreitada... Logo chegavam as enxadas, vibrando em cadência, sob músculos de aço. E logo pás, e logo alavancas, e logo facões, varapaus, utensílios domésticos, machados, latas, baldes, panelas, tábuas soltas... E aqueles sapadores improvisados se estenderam por muitos quilômetros<sup>105</sup>...

Todo esse trabalho era estimulado pelas notícias que as forças

---

<sup>103</sup> ANSELMO, Otacílio. *Padre Cícero: Mito e realidade*, p. 392.

<sup>104</sup> OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*, p. 55.

<sup>105</sup> LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*, p. 95.

## O Princípio das Coisas

---

governistas eram numerosas e ferozes, estando determinadas a queimar suas casas como em Canudos. Mas, certamente, a “voz mágica do padrinho” com orações e com sua prédica afeia os ânimos da escavação. Lourenço Filho indica que se ouvia “os primeiros gritos de entusiasmo se levantam, então, e ressoam em vivas, repetidos em cada peito...”<sup>106</sup>.



Figura 20: Oliveira Xavier. *Beatos e Cangaceiros*. Beato da Cruz.

Foi um trabalho orquestrado, cadenciado e montado por canções, orações, benditos, sendo divididas as atribuições pelas competências e capacidades de produção. O ritmo era frenético, com poucas paradas para alimentação. Os beatos foram os maestros que regeram tão melodia laboriosa.

Uma mancheia de farinha, mastigada às pressas, e um gole d'água, sorvida num átimo, reconfortam àqueles titãs. E o trabalho avança. Com as sombras da tarde, redobra de vigor. As mulheres e as crianças, entoando o cântico “no céu, no céu, com Minha Mãe estarei”, carregam a terra em latas, baldes, panelas e sacos, e modelam, alhures, sob as mãos magras, barbacãs formidáveis... Sobre elas, já os “beatos” passeiam, brandindo o rifle, pronto para a descarga aos esperados assaltantes, ou agitando, em bênçãos repetidas, a grande cruz de madeira que os distingue sempre, na luta como

---

<sup>106</sup> LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*, p. 96.

## O Princípio das Coisas

---

nos dias de serenidade<sup>107</sup>...

Longe de uma visão fanatizada, que por força da ignorância, da fé desmedida, ergueria muralhas inexpugnáveis, encontramos nas práticas sertanejas da “bandeira”, inaugurada no Ceará pelo Padre Ibiapina, o recrutamento de fiéis católicos para construção de benfeitorias para a Igreja e para comunidade. Tal procedimento foi apropriado pelo Padre Cícero, em circunstâncias rotineiras de trabalho, como na produção de roçados e capelas. Sobre este processo, Maria Isaura detalha:

Era o mutirão. Qualquer pessoa podia dirigir-se ao Padre Cícero a fim de pedir que convocasse os romeiros para lhe darem auxílio. Os próprios vigários recorriam ao Padrinho quando desejavam reformar uma capela ou fazer qualquer serviço e, mais tarde, os dirigentes das Obras contra Secas empregavam o mesmo recurso: pediam ao Padrinho operários para construir açudes. O padrinho, por sua vez, também utilizou este mesmo meio para cultivar suas próprias terras<sup>108</sup>.

Vemos nesta adaptação um fim nada mágico, demonstrando o expediente de aglomeração desta mão-de-obra para as mais variadas construções. A adesão de romeiros e sertanejos tem certamente a goma religiosa, mas acrescida à noção de comunidade e, de preservação e conservação comum, criada por uma moral de proteção dos seus pares. Não há ingenuidade em acreditar que tais ações produzidas no coletivo os beneficiariam, tanto a construção de uma igreja, com um açude, ou mesmo, uma muralha contra o seu inimigo em comum – as forças do Estado, dizimador de Canudos e suas expressões populares comunitárias. Se tais atividades são muitas vezes deslocadas dos objetivos de quem as construiu, no contexto da feitura dos valados, havia a convicção de que estes favoreciam, indiscriminadamente, a todos. Uma proteção feita por todos e para todos.

A construção, batizada de Circulo da Mãe de Deus, sintetizava a relação indissociável entre fé/arma/valentia. Essa trincheira tornou-se referência visual, “media seguramente 11.600 metros, tendo de profundidade 10 palmos e de largura 2 metros. A partir do Horto, contornava a cidade, em todo o seu

---

<sup>107</sup> LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*, p. 96.

<sup>108</sup> QUEIROZ, M. I. P. de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*, p. 241. Estas informações a autora extraiu de M. Dinis e A. Montenegro.

## O Princípio das Coisas

---

perímetro, descrevendo a forma de colossal ferradura”<sup>109</sup>. O uso da descrição ou mesmo as imagens dos valados, tornaram-se recorrentes nas muitas produções que se seguiram ao conflito.



Figura 21: MIS/CE, FV-000681: Valado para defender a cidade de Juazeiro.

Temos, na imagem, a dimensão visual da construção, possibilitando a livre circulação de pessoas e artefatos, impossibilitando a visibilidade das ações ao inimigo, além das pessoas – Floro Bartolomeu em primeiro plano –, servindo como balizas para as verdadeiras dimensões. Esse valado não propiciou o prolongamento do conflito, mas garantiu o isolamento estratégico da cidade e tornou-se uma baliza para romeiros e políticos da força efetiva dos afilhados do Padre Cícero.

Esta construção e os combates nela envolvidos renderam vários *relatos-*

---

<sup>109</sup> GUSMÃO. A. *Ceará Conflagrado: O movimento revolucionário do Joazeiro*, p. 24.

## O Princípio das Coisas

---

*rumores*<sup>110</sup>. Teófilo aponta que existia verdadeiro pânico das trincheiras confeccionadas pelos romeiros.

Os valados assumiam pelo medo proporções de grandes abismos, de fundura enorme, crivados na base de pontas de madeira, agudas como punhais... Ai do desgraçado que caísse daquelas alturas sobre semelhantes lanças! /.../ Se as fortificações eram inexpugnáveis, que dizer dos que as defendiam? Os jagunços do padre eram valentes e intrépidos. Não temiam o perigo; a morte não os aterrorizava, porque o Pe. Cícero os havia convencido de que as balas não entrariam no seu corpo, e que, caso entrassem e morressem, ressuscitariam no Juazeiro. O Pe. usava o mesmo processo do bispo do Paraguai no tempo da guerra com o Brasil.<sup>111</sup>

Em histórias como essa, “tirada de um repertório e trocada nos intrínsecos da vida social”<sup>112</sup>, não são surpreendentes crianças em armas e religiosos em trincheiras, sendo padre e jagunço elementos do *fantástico*, numa profusão mágica de fé e valentia que, mesmo absurda, tem ressonâncias na realidade, na efetiva participação de romeiros-combatentes (de corpo fechado por preces e rituais, escapulário no pescoço, como bolsas mandingas de proteção e carabina em punho) e padres na vida política. A tomada do canhão, os assombros sofridos pelos soldados rabelistas dão *força narrativa*, de superação da crise, ficando a existência de cada um deles impossibilitada de ser provada. E aqueles *romeiros* e *jagunços* foram redimidos, momentaneamente, da sua condição inferior e elevados à heroicidade mágica dos “rumores-fábulas” ou “rumores-realistas”<sup>113</sup>.

Para a narrativa sobre o movimento, um lado tinha o canhão de Emílio Sá, o outro, o *Círculo da Mãe de Deus*; um tinha a força, o outro, a fé; um tinha a comunicação de telégrafos, o outro, os rumores. Sem dúvida, uma batalha de cosmovisões de mundo, de universos simbólicos e materiais distintos, que só poderia gerar tensões, conflitos e, conseqüentemente relatos díspares. Todavia, as intersecções são muitas. Sabemos que, na propagação das

---

<sup>110</sup> REUMAUX, Françoise. Um Rito Oral Urbano, o Rumor.

<sup>111</sup> TEÓFILO, Rodolfo, *A Sedição do Juazeiro*, p. 60.

<sup>112</sup> REUMAUX, Françoise. Um Rito Oral Urbano, o Rumor, p. 29.

<sup>113</sup> Para Françoise Reumaux, em dado momento, fica difícil saber a diferença entre “relato” e “boato”, ficando, assim, indissociáveis elementos da realidade e criação imaginativa das fábulas. Em nosso caso, a realidade cede a motivação, mas a urdidura da narração é oriunda da imaginação, rica dos elementos religiosos e mágicos, das tradições orais de culturas mestiças.

## O Princípio das Coisas

narrativas, o escrito/oral e o visual uniram-se para expressar com as mesmas *imagens*, textos diferentes.

Neste contexto, os rumores cumpriram papel preponderante nas relações entre os combatentes e seus liderados. “São [os rumores], sem sombra de dúvida, uma reativação em novas condições de traços de histórias muito antigas”<sup>114</sup>. Estas histórias são as marcas de uma organização inconscientemente ritualizada, que responde a momentos de incerteza social<sup>115</sup>, promovem a superação do medo da derrota por parte dos devotos de Padre Cícero, invertendo habilmente o foco do pânico.

Ainda importa ver uma das *imagens narrativas* que foram forjadas e são re-visitadas. Mesmo sendo tirada para vangloriar os combatentes, tornou-se uma das referências negativas do movimento, utilizada como símbolo *da força da jagunçada* e para descaracterizar o líder do movimento, Floro Bartolomeu, que aparece na cor mais escura, deitado sob um jirau, enquanto seus comandados estavam em ação. Fica patente a encenação, pois, num conflito de fato, ninguém ficaria tão desprotegido e em pose tão distendida.



Figura 22: OLIVEIRA, Amália Xavier de. Nosso Século, 1910-1930. *O Padre Cícero que eu conheci*.

<sup>114</sup> Podemos observar na afirmativa na sentença de Teófilo: “O Pe. usava o mesmo processo do bispo do Paraguai no tempo da guerra com o Brasil” velhas formas de convencimento e de propagação do medo em épocas de conflito.

<sup>115</sup> REUMAUX, Françoise. Um Rito Oral Urbano, o Rumor, p. 29.

## O Princípio das Coisas

---

Essa imagem foi reproduzida em vários livros de cronistas e memorialistas, bem como de estudiosos. Trata-se de um suporte impresso a mostrar que tais imagens serviram a vários senhores e em sentidos variados. Esta consagrou-se com um das imagem-símbolo para demonstrar a ferocidade dos jagunços do Padre e, ao mesmo tempo, a calma/certeza de que a luta seria vitoriosa, representada na figura de Floro, deitado como a tomar brisa. Cabe ressaltar, no conjunto de imagens reunidas, que ainda não apareceu nenhuma que produzisse, por parte dos rabelistas, essas cenas de confronto.

O Círculo da Mãe de Deus tornou-se uma cicatriz na memória de Juazeiro do Norte, lembrada e visualizada por vários cronistas. Escolhemos um trecho, em que a trincheira é apresentada ao visitante Lourenço Filho, por um sertanejo que o guiava:

viandante há de parar curioso:

Que é isto?

É o Juazeiro.

Como, o Juazeiro?!...

Estas são as trincheiras, pois não está vendo?...

E o guia solícito ajuntará outras informações preciosas:

Estas valas rodeiam todo o povoado. Têm mais de quatro léguas de comprimento. Foram abertas numa semana, por ocasião da guerra do Rabelo...,<sup>10</sup> e nunca mais se fecharam<sup>116</sup>...

Essas trincheiras nunca mais se fecharam, seja pela sua força monumental, seja pelo marco de memória, representando uma unidade comunitária. Os valados, assim chamado pelos romeiros, ainda perduram como registro do que foi vivido. Hoje constam das páginas de turismo como convite ao visitante, indicando que está entrando numa terra cercada de fé/valentia/memória. Outra faceta beligerante que ocupou atenção dos narradores foi o canhão de Emílio Sá, com os mesmos tons da narrativa do Círculo da Mãe de Deus.

---

<sup>116</sup> LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*, p. 42.



### O canhão – um fogo amigo.

Há um canhão no Memorial Padre Cícero! Há um troféu bélico erguido por romeiros na casa de memória de um santo!

Em se tratando de Juazeiro e Padre Cícero, isso não nos causa mais estranheza, embora traga algumas inquietações. Lá estão o canhão de Emílio Sá, fotos dos beatos combatentes e outros artefatos relacionados ao combate armado de 1914, distribuídos de forma difusa com outros objetos e imagens sacras do Patriarca de Juazeiro. Tal Memorial seria uma significativa fonte para pensarmos como a história da cidade confundiu-se com a do Padre. Entretanto, não é essa nossa questão: queremos focar, para o momento, a combinação memória/fé/arma – tríade que norteia nossa discussão.

Foi desse clima beligerante, de trincheiras abertas numa extensão de 12 quilômetros e muitos boatos, que surgiu o canhão, peça que se acreditava importante para a derrocada dos devotos de Padre Cícero. Podemos constatar que a peça causava temor e sua trajetória era monitorada por telegrama enviado ao Padre, em um dos primeiros comunicados de enfrentamento entre a força policial do governo estadual e os residentes em Juazeiro: “Esta aqui Emilio Sá destino esta zona fez seguir um canhão escoltado de policiais – Coelho Rocha”<sup>117</sup>.

A natureza belicosa das movimentações do governo de Rabelo – que enviou para o Crato, já para o primeiro enfrentamento, 500 praças para que, “aos primeiros tiros”, destruíssem Juazeiro e levassem a cabeça do Padre – deixavam a população muito amedrontada, receosos que o uso de tal armamento pesado fosse resultar em massacre semelhante a Canudos. Acreditamos que o governo usou isso a seu favor, a fim de criar um clima de pânico e intimidação<sup>118</sup>.

---

<sup>117</sup> Nudoc – Arquivo Padre Cícero. *Telegramas Recebidos por Padre Cícero - 12/12/1913 a 23/12/1913* - pasta 7, p. 32A.

<sup>118</sup> Acreditamos que a ameaça de degola de Padre Cícero traria muita ansiedade à população devota. Nudoc – Arquivo Padre Cícero. *Telegramas Recebidos Por Padre Cícero- 12/12/1913 a*

## O Princípio das Coisas

---

Era crença que esta peça de guerra daria conta das almas revoltas, confinadas em trincheiras na cidade de Juazeiro. Sua fundição foi idéia de um dos líderes da revolta de 1912, em Fortaleza, que derrubara a oligarquia Acióli: Emílio Sá – que era comerciante e militante confesso de Rabelo. Conta-se que o tal canhão teria sido fundido com moedas doadas pelos populares de Fortaleza. Teófilo e outros autores não conseguem esclarecer a origem da ideia da fundição de tal peça, mas indicam ter uma função estratégica: amedrontar os combatentes de Juazeiro.

Emílio Sá, para derrocar as fortificações do Pe. Cícero, mandou fundir um pequeno canhão nas oficinas do Sr. Alfredo Mamede. A pequena peça, julgava-se, poderia atirar dinamite ao acampamento inimigo, por um processo lembrado por um Sr. Mousinho, que se dizia oficial do exército português e aqui aportado. /.../ foi um caso extraordinário; o transporte da peça ao Juazeiro um lance de suprema audácia<sup>119</sup>.

Os boatos cumprem um papel primordial na construção do imaginário do artefato, pois criam em torno dele uma expectativa de unidade, tendo cada um dos municípios de Fortaleza contribuído, com seu próprio *suor*, para a arma que destruiria o inimigo. Evidentemente, tal empreitada nos parece irreal; porém, para a construção de uma narrativa *fantástica*, este é um componente indeclinável para o registro mnemônico, na sequência de fatos robustos a serem narrados. “Assim, na medida em que a memória é conceitual, não faz a mais pequena diferença que os conceitos sejam seqüenciados de maneira a refletir os vínculos reais entre coisas reais ou apenas imaginárias”<sup>120</sup>.

Entretanto, concretamente, temos um boletim que circulou na Praça do Ferreira, continuando a edição convocatória que tais panfletos se propuseram na capital, solicitando a participação da população com doações em dinheiro para possibilitar a efetivação de uma “milícia” aparelhada com a peça de artilharia. Outro detalhe reeditado foi o uso de “livro” registrando os nomes em

---

23/12/1913 - pasta 6, p. 27. O capítulo *A Degola, d’Os Sertões*, de Euclides da Cunha, dá a dimensão do quão pavorosa e bárbara era a decapitação do inimigo. Teve este fim Antonio Conselheiro, sendo sua cabeça levada para análise e ficando conservada até 1905. Essa representação de força do Estado ainda foi percebida na morte do bando de Lampião.

<sup>119</sup> TEÓFILO, Rodolfo, *A Sedição do Juazeiro*, p. 62.

<sup>120</sup> FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Lisboa, Editorial Teorema, 1994, p. 67.

## O Princípio das Coisas

---

abaixo-assinado para documentar a história de mais uma faceta da mobilização popular.

Viva o Ceará Livre - Emílio de Sá. O segundo boletim é concebido: Ao povo. Tendo feito uma encomenda de mais de 2.000 rifles e 200.000 balas para a defesa do Estado, faço um apelo para o povo livre do Ceará, desde o menor operário ao maior capitalista, para concorrer com o que puder. Aceito de 200 réis á 1.000\$000. As comissões que saírem á rua, levarão um livro cujas folhas terão a rubrica de Emílio Sá para evitar especulações. As pessoas que concorrem, assinem os seus nomes no livro e as importâncias em frente do nome. Já telegrafei a todos os chefes políticos pedindo auxilio. Cearense! Imitemos a França, onde as mulheres tiravam o brinco das orelhas para pagar a dívida do país á Alemanha; e a nós mesmos, cearenses, quando para libertarmos-nos dos aciolis. Assim, é justo que seja satisfeito este pedido – Emílio Sá<sup>121</sup>.

Não é difícil imaginar que tal aderência tenha ocorrido, pois sendo Emílio Sá uma das lideranças do movimento de 24 de janeiro, gozava de muito prestígio entre as camadas populares e, como relatado, já haviam atendido ao seu convite no episódio dos incêndios de novembro. Como resultado, temos materializado, na crônica de Rodolfo Teófilo, a saga do Canhão, bem como podemos visualizar a peça na fotografia. Mas, imaginar que os fortalezenses doaram suas moedas para cunhar uma “vigorosa” peça de guerra, criou uma mágica narrativa, pois, inevitavelmente, temos que imaginar o esforço e quantidade de pessoas envolvidas no processo de confecção. Saiu de uma ação individualizada, ou mesmo institucional (força militar legal), para uma força coletiva e agregadora<sup>122</sup>.

A saga extraordinária dessa peça carrega consigo os temores das partes envolvidas no conflito. Desde sua confecção, em Fortaleza, até sua fantástica e

---

<sup>121</sup> GUSMÃO. A. *Ceará Conflagrado: O movimento revolucionário do Joazeiro*, p. 21.

<sup>122</sup> Era comum naqueles dias, a distribuição de boletins na Praça do Ferreira. Os populares congregavam para ovacionar os batalhões em organização para o deslocamento a Juazeiro. Um dos boletins circulado naqueles dias propalava que, “Tendo ouvido todas as classes, desde o operário até o caixeiro, e muitos comerciantes, todos por uma só boca disseram que o Dr. Franco Rabelo devia mandar toda a policia para Juazeiro pegar os gatunos Drs. Lavor, Borba e Floro, que estão com padre Cícero, procurando perturbar a paz do Ceará. Para a garantia do Governo basta o povo, que já deu provas disto quando foi deposto o Sr. Acioli e que está agora mais de que nunca encorajado, pois conta com o tiro 38, que se compõe de mais de duzentos homens, dispondo, além disso, de muito armamento.” GUSMÃO. A. *Ceará Conflagrado: O movimento revolucionário do Joazeiro*, p. 20.

## O Princípio das Coisas

---

mítica conquista pelos combatentes de Juazeiro, o canhão orienta, dá o tom das frustrações, das forças legais, como das vitórias e alegrias dos combatentes. É importante ressaltar que esta peça, não tendo relevância na historiografia oficial, fez-se constitutiva de textos de cronistas e memorialistas, como de versos populares. Certamente, sua utilização, que tanta confiança dava aos aliados, levou terror aos moradores de Juazeiro, aos quais chegavam boatos dando conta de que a localidade ia ser dinamitada e as torres da matriz tombariam, juntamente com a cabeça do Patriarca.

O expediente dos boletins, tão bem utilizado e demonstrado como eficiente meio de comunicação entre os populares em Fortaleza, foi também utilizado na cidade do Padre. Chegou até nós uma transcrição, feita por Gusmão, a esclarecer como, naqueles dias, as palavras também serviam como arma para amedrontar os inimigos. O conteúdo do boletim dizia:

POVO DO JUAZEIRO! Aconselhamos a todos vós que vos quiserdes acautelar, a retirardes daí, que sereis garantidos, pois Juazeiro vai ser bombardeado a dinamite por poderosos canhões vindos de Fortaleza com extraordinários reforços de soldados e de munições, sendo estas fornecidas pelo governo federal.

O Exmo Sr. Presidente do Estado só quer a ordem a garantia dos nossos patrícios. Não acrediteis Juazeirenses nas mentiras do Floro, ele traz o padre Cícero ameaçado noite e dia para sustentar essa revolta que está sendo feita contra a sua vontade.

O governo federal está ao lado da lei e por isso já forneceu ao Dr. Franco Rabelo cem mil balas Mouser que agora chegaram ao Crato.

Floro mente e ilude a todos vós, além disso o padre Cícero não ressuscitou a nenhum dos mortos em combate, nem ressuscitará, pois só Deus poderia fazer, não passando de mentiras esse poder que atribuem ao padre Cícero.

Floro, para os iludir, enterrou, às escondidas, os cadáveres de mais de 100 romeiros, dizendo que são soldados.

Juazeirenses, entregai-vos, porque sereis bem recebidos, do contrário Juazeiro será arrasado pela fuzilaria dos nossos soldados e bombas dos nossos canhões.

Rendei-vos, ainda é tempo<sup>123</sup>.

---

<sup>123</sup> GUSMÃO. A. *Ceará Conflagrado: O movimento revolucionário do Joazeiro*, p. 33.

## O Princípio das Coisas

O panfleto de intimidação anunciou mais de um canhão, bombardeios, um poder balístico com mais de cem mil projéteis doados pelo General Dantas Barreto, demonstrando que Pernambuco representava o apoio da União. Como contra informação, o texto tenta desautorizar a figura de Floro e como o Padre Cícero na figura coagida pelo médico fala de mais de cem romeiros mortos, fato que não encontramos em nenhum registro. Neste momento, parece valer a frase atribuída ao comandante alemão Bismarck, que “nunca se mente tanto, antes de uma eleição, depois de uma pesca e durante uma guerra”. Vemos que para construção do pânico, para o escoamento do boato era necessário o exagero, o superlativo, o temor.

Como estratégia, em nenhum momento vemos ofensas à população juazeirense, tantas vezes denominada pelos seus opositores de fanáticos, ignorantes. Mesmo quando fazem críticas a crença de ressurreição em combate, propalada nas orações, o texto faz sem repreenda aos fiéis, mas à pretensão do padre.

A fotografia do canhão, acompanhada dos combatentes, mais panfletos, telegramas e boatos, tornavam reais as ameaças aparentemente distantes.



O famoso canhão de Emilio Sá.



Figura 23: BARROSO, Gustavo. *A Margem da História do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

## O Princípio das Coisas

---

O aglomerado em frente à peça dos combatentes oriundos de Fortaleza traz a dimensão e a fisionomia do conflito: todos transformados em beligerantes, sem uma hierarquia aparente, com organização miliciana e arma de exército. Mais do que isso, a imagem demonstra a preparação para o início do combate, feições sisudas e ansiosas, mas com a certeza de que conseguiriam seus objetivos, como haviam conseguido em Fortaleza, após três dias de combate (21-24 de janeiro de 1912), quando, sitiado o Palácio do governo, viram o capitular do presidente do Estado, Nogueira Acióli.

Ora, a fotografia era testemunho cabal do empenho das forças rabelistas contra os combatentes de Juazeiro, registra a vitalidade belicosa do grupo de Fortaleza e revela, visualmente, a construção do imaginário *de um canhão* poderoso e de beligerantes prontos para a ação. Neste contexto,

As fantasias da imaginação individual e do imaginário coletivo adquirem contornos nítidos e formas concretas por meio do chamado testemunho fotográfico. Se, por um lado, o signo é produto de uma construção/invenção, por outro, a interpretação, não raro, desliza entre a realidade e a ficção. Trata-se /.../ de *processos de construção de realidades*, processos esses que, desde sempre, existiram<sup>124</sup>.

Tal registro e construção da realidade não é, todavia, unilateral. De fato, a fotografia, como retratação da realidade, também foi largamente utilizada pelos combatentes de Juazeiro, em especial pelo Dr. Floro Bartolomeu, que contratou um fotógrafo oficial para exibir suas façanhas militares. Para tanto, foram produzidas várias imagens dos momentos de combate e da conquista das cidades, na marcha de Juazeiro à Fortaleza, cabendo salientar que, após a tomada do canhão por seus comandados, foi produzida uma imagem semelhante à que acabamos de ver. Porém, por trás do canhão estavam, então, os combatentes de Juazeiro, numa resposta clara à primeira representação forjada na capital cearense<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> KOSSOY, Boris. "Fotografia e Memória: Reconstrução por Meio da Fotografia", p. 47.

<sup>125</sup> Essa imagem é utilizada com capa do folheto de Abraão Batista *História da Guerra de 1914: O Canhão que Atirou do Contra*. É preciosa para percebemos a interligação visual/oral/escrito, pois o leitor tem em suas mãos imagens *incontestáveis* de que esta peça realmente foi confiscada pelos *romeiros* descritos no folheto, válida e aproxima a narrativa de uma realidade viva, e não simplesmente fantástica ou mítica.

## O Princípio das Coisas

---

Outro simulacro que podemos perceber: a fotografia da direita foi preparada e anunciada como dos combatentes de Juazeiro que apreenderam o canhão de Emílio Sá. Em primeiro plano temos Mestre Luiz, o responsável pela conquista da peça. Todavia, o canhão apresentado na primeira foto em nada parece com a segunda, uma produção montada para reproduzir a verdadeira cena de aquisição do armamento. Todas as artimanhas eram usadas para divulgação das conquistas.

O canhão deveria chegar às portas da cidade do Padre. Porém, sua missão não se completaria, pois “aquela peça, sobre que repousaram tantas esperanças, seria o primeiro grande troféu da ‘guerra santa’”<sup>126</sup>. Esse foi um momento flagrante da superioridade de combate das forças juazeirenses, não pela sua competência bélica, mas pela coragem e ousadia de suas estratégias de combate.

Gusmão fala da impressão que teve da personalidade de Emílio Sá e sua arma, chegando a dizer em letras garrafais: “as BOMBAS E O CANHÃO não valiam nada, e verifiquei em experiências”.

O sr. Emilio Sá queria dar ordens á força, envolver-se em tudo, como se fosse chefe. Reagi contra essa interferência indébita e telegrafei ao governo, ainda uma vez, comunicado que um novo ataque a Juazeiro, com a força de que dispunha e com aquela ridícula artilharia, daria lugar a um desastre formidável e á perda do próprio governo.

A resposta desse telegrama foi o meu chamado á capital.

Ali chegado, apresentei-me ao coronel Franco Rabelo, com o meu uniforme de oficial do Exército, declarando-me os serviços que lhe prestará.

E a revolução vencerá?

IMPRETERIVELMENTE. O coronel Franco Rabelo ESTÁ PERDIDO. Para a sua defesa conta apenas com a polícia, já desmoralizada por sucessivas derrotas.

As ondas de revoltados, ás ordens dos chefes opositoristas, em breve chegarão até Fortaleza<sup>127</sup>.

O canhão mudou de mãos, quando circunvizinhado por 60 praças foi travado um embate na localidade dos Macacos, entre a força rabelista, liderada pelo Tenente Veríssimo, e grupamento de combatentes juazeirenses. O

---

<sup>126</sup> LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*, p. 105.

<sup>127</sup> GUSMÃO, A. *Ceará Conflagrado: O movimento revolucionário do Joaseiro*, p. 28.

## O Princípio das Coisas

---

resultado foi a fuga dos rabelistas com o abandono da peça sem ser utilizada. Emílio Sá se encontrava na área de combate, fugindo “para não morrer nas mãos dos jagunços, que o odiavam de morte”<sup>128</sup>.

Acerca deste episódio – a apreensão do canhão –, nos relatos populares avulta o tom jocoso:

Ahi, o grande artilheiro  
Fez uma detonação  
A peça se arrebentou  
E envergou o latão,  
Matou uma pobre véia  
Que andava vendendo pão...

No Iguatú, Emílio disse:  
“Acabou-se a pabulage,  
Não quero mais sê valente,  
De que serviu a viagem?  
Parto para Fortaleza,  
Vou num carro de bagage”<sup>129</sup>.

Nessas duas estrofes, registradas por Leonardo Mota, observamos o quanto era chistosa a referência do cantador Cego Aderaldo à valentia de Emílio Sá. Considerado no início um herói de guerra – “Nosso grande Emílio Sá / Em cima de Emílio Sá / Jogaro cravos e rosa.” –, com a tomada do canhão passou a ser visto como um verdadeiro fiasco. Mesmo tendo sua cidade invadida e, ao longo do poema, deixar clara a sua filiação ao rabelistas, Aderaldo foi obrigado *pela força dos fatos* a narrar a vergonhosa e fragorosa derrota do líder rabelista, com uma verve galhofeira.

Atendo-se novamente a esse aspecto cômico, Leonardo Mota entrevistou um ex-combatente da *guerra* de Juazeiro e interrogou-o sobre o canhão; o sertanejo saiu com essa pilhéria:

Ah! bom, basta! Aquilo não valia um girmum cheio d’água. Tão bom era que eles interráro. E pra que era que nós havéra de querê aquela desgraça? Só si fosse pra vadiá de João-galamarte em riba do cano. Aquilo lá era trem! Eu queria muito mais ante uma lazarinha, dessas de se passarinha<sup>130</sup>...

---

<sup>128</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição do Juazeiro*, pp. 57 e 62.

<sup>129</sup> MOTA, Leonardo. *Cantadores*. Rio de Janeiro. Livraria Castilho, 1921, p. 256.

<sup>130</sup> MOTA, Leonardo. *Cantadores*, p. 258. É interessante a observação feita por Michel de Certeau, que percebe no cômico uma característica popular – esta, ironizando a própria infelicidade, demonstra consciência de sua relação com o poder e sua forma opressiva. O que



## O Princípio das Coisas

---

Em prosa e verso, o medo vai dando lugar à alegria, tendo como caminho a narrativa chistosa, criando um riso que migra da empáfia para o regozijo popular. São características do riso popular, apreendidas por Bakhtin na Idade Média, superar o medo e se projetar sobre o temível. Esse “riso que contém alguma coisa de revolucionário” – capaz de subverter a ordem, que transforma o superior em inferior, que não respeita autoridade e enfrenta o medo –, onde “brinca-se com o que é terrível, faz-se pouco dele: o terrível transforma-se num ‘alegre espantalho’”<sup>131</sup>, acreditamos estar presente nos episódios narrados.

O canhão de Emílio Sá – que nunca funcionou – também é tópico de destaque na crônica do folclorista e historiador Gustavo Barroso. Este torna evidente, tanto no título de sua obra como na concepção de seu trabalho, a natureza distanciada da história e próxima da memória. *À Margem da História do Ceará* tinha uma coletânea de causos contados por populares e reproduzidos pelo autor, em que o episódio do canhão é relatado como pitoresco. Todavia, nesse mesmo sentido, preservou no atípico e engraçado a frustração dos objetivos a serem conquistados pela capital, cujo resultado foi uma grande chacota na praça de Juazeiro do Norte, por ocasião da conquista da peça.

Conta-se que este [Padre Cícero] o mandou enterrar na praça principal, como um marco ou frade de pedra, de boca para baixo. Para quê? Pergunta-lhe e respondeu: - serve para as velhas nele baterem os cachimbos... foi a palavra do seu desprezo pela improvisada artilharia que devia destruir-lhe o feudo com bombas de dinamite... Hoje, o canhão do Emílio Sá repousa dignamente no Museu Histórico do Estado<sup>132</sup>.

A pilhéria, como arma discursiva, não agia unilateralmente. Encontramos em Rodolfo Teófilo e Lourenço Filho relatos que dão conta da chacota em relação ao inimigo por parte de filiados a Rabelo.

---

temos neste fragmento da fala de um sertanejo é o desdém, o desprezo espirituoso por uma peça de guerra que, não servindo aos seus propósitos – matar –, é pichada, como se fosse possível fazê-lo com o poder que a criou. Outros valores (valentia/hombridade) que pertencem ao popular são elementos que se cruzam da tradição popular com os meios letrados, pontos que, reproduzidos pelas letras, carregam em si o mundo da oralidade. CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*, p. 57 ss.

<sup>131</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, p. 79.

<sup>132</sup> BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 402.

## O Princípio das Coisas

---

Creio no Floro, todo poderoso, deus do cangaço e em José Inácio, seu primogênito filho, o qual foi feito chefe político por obra e graça da falta de vergonha dos governos do Ceará; nasceu da perversidade; padeceu sob o poder de Justiniano de Serpa, foi perseguido, preso e interrogado, desceu ao “Barro” onde, logo na primeira noite, ressurgiu do medo, fugindo pr’o Juazeiro, onde está assentado à mão direita do Padre Cícero e de onde ainda há de sair para roubar vivos e mortos; creio no rifle 44, na proteção aos criminosos, na comunicação dos bandidos, na ressurreição dos “barulhos” e na vida aperreada do sertanejo. Amém<sup>133</sup>!

Nessa paródia alguns elementos importantes para pensarmos os confrontos entre universos distintos: leigos/religiosos, capital/interior, intelectual/romeiro. Se pensarmos, de imediato, no caráter religioso, temos uma violação do Credo, uma entre muitas orações praticadas por romeiros em face do medo e da insegurança; outro ponto faz uma referência indireta à prática do *fechamento de corpo* utilizada pelos combatentes de Juazeiro e jagunços, quando referem-se ao Padre Cícero como protetor de suas vidas<sup>134</sup>.

Vale, ainda, salientar que o parodista era um profundo conhecedor dos laços políticos e de obediência da região do Cariri. Em seus versos Floro Bartolomeu, no centro da prece, teceu uma trama política complexa, em que fora salvo das dificuldades, quando estabelecido em Juazeiro, sob a proteção de Padre Cícero. A crítica era direcionada aos grandes da política, mas, pela utilização do Credo, por colocar Juazeiro e Padre Cícero como coiteiros de bandidos, entrava em confronto direto com os romeiros e devotos do Padre.

Bakhtin esclarece que o uso popular das paródias foi decisivo em momentos de revolta na França, fundindo-se com canções leigas e religiosas. Transportavam o riso como forma de enfrentamento “provisório” e em *lugar seguro* para sua execução.<sup>135</sup> O uso de uma melodia ou imagem sonora é a

---

<sup>133</sup> LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*, pp. 142-3.

<sup>134</sup> “Senhor, pelo vosso sexto dia, e pelo amor de meu Padrinho Cícero que meu corpo não seja preso; nem ferido, nem morto, nem pelas mãos da justiça envolto. /.../ Deus é meu pai, N. Mãe das Dores minha Mãe, com as armas de S. Jorge serei armado, com a espada de S. Thiago serei guardado para sempre. Amém” Lourenço Filho, nas páginas dedicadas ao folclore regional do Cariri, retorna a essa prática benzedeira, relacionando-a ao velho Padre, dimensionando a fusão de religiosidades – catolicismo popular prenhe de motes e mitos do universo mágico religioso de ritos compósitos - e a combatividade e o quanto tal expediente era comum no mundo violento do sertão. LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*, p. 136.

<sup>135</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, p. 79.

## O Princípio das Coisas

---

forma mais rápida e prática de veicular informações e massificá-las na memória social, e “a presença de uma intuição auditiva da linguagem explica porque as culturas iletradas conseguem, por vezes, recordar tanto. As culturas iletradas confiam à memória tanto poesia, orações, feitiços e fórmulas rituais”<sup>136</sup> quanto, acrescentaríamos, a musicalidade e a paródia.

Neste recorte, destaca-se o misto fé/combatividade. O canhão encontra-se hoje no Memorial Padre Cícero, transferência efetuada nos anos 90, propiciando mais um revigorar de parte dessa narrativa. O poeta Abraão Batista, responsável pela mudança, aproveitou a chegada do canhão ao seu *verdadeiro local* para construir um folheto, o mais extenso, sobre a *Guerra de Juazeiro*.

Associamos, até aqui, alguns trechos de determinados autores que foram essenciais para a reprodução das narrativas que se mantiveram até nossos dias. Mapeado esse primeiro momento da narrativa, destacando alguns elementos como a valentia, hombridade, religiosidade e sátira, passamos a acompanhar como outros autores trabalharam suas memórias, pois esses fragmentos cumprem uma crônica, em forma de mosaico, sobre a Guerra de Juazeiro. Enquanto os textos seguintes, carregados de lembranças e de oposição a outras lembranças, virão mais cheias de paixão e tatuadas pelo seu tempo<sup>137</sup>.

### Memória: para continuar narrando...

Como elucida Fentress, essa recorrência a imagens – como o canhão, a Guerra de Canudos e o jocoso, relatados na cobardia dos inimigos – é

---

<sup>136</sup> FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social*, p. 64.

<sup>137</sup> BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. Com Benjamim nos deparamos com uma temática completamente nova nas nossas preocupações: a morte. Todavia, não uma morte que desmaterializa, mas como elemento concreto para pensarmos os nossos narradores, os quais, inseridos numa “história natural” que se encerraria com a morte do seu corpo, vê nos relatos de suas experiências a forma de perpetuação de sua imagem e vivências. “É a morte o ponto de partida para a revitalização da narrativa, seja através do temor das perdas das experiências vividas ou do reconhecimento dado ao narrador ao final da sua existência, ela se reelabora a cada final de vida”.

## O Princípio das Coisas

---

necessária para a transmissão de memórias cantadas, mesmo que seus significados venham a ser alterados ao longo do tempo.

Poderíamos estabelecer esta distinção entre transmissão e difusão na memória narrativa de um modo mais geral: a transmissão é um processo interno, diacrônico; a difusão, pelo contrário, é externa e sincrônica. Assim, a difusão altera a memória social de fora. E, como veremos, esse tipo de mudança através da difusão é muito vulgar na memória social. (...) A memória social não é estável como informação; mas o é ao nível dos significados partilhados e das imagens recordadas<sup>138</sup>.

Partiremos dessa reflexão para os encaminhamentos dos demais textos, entendendo que memórias movimentam a escrita da história. Posicionando-nos no debate entre Nora e Halbwachs, sobre a distinção de ambos entre história e memória, identificamos que, para Nora, “a memória é suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir”. Já Halbwachs percebe na dinâmica da vivência a fonte da memória, que, por sua vez, alimenta a história, sendo a memória responsável pela reformulação da História. Raphael Samuel vem ao encontro de nossa angústia quando da relação entre história e memória, auxilia a compreensão do que acreditamos ser mais correto. Procuraremos demonstrar a partir do diálogo com nossas fontes que

a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e de forma de acordo com o que emerge no momento; (...) ela é progressivamente alterada de geração e em geração. (...) Tem, estampadas, as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca tão camaleônica como quando parece permanecer igual<sup>139</sup>.

\* \* \*

Como estamos discutindo, a *Sedição de Juazeiro* integra-se à historiografia de forma muito incipiente, não havendo um estudo sistemático sobre a sua constituição e problemática. Fica a sensação de que muitos dos trabalhos sobre o período não têm uma verticalização contundente sobre as

---

<sup>138</sup> FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória Social*. pp 79-96.

<sup>139</sup> SAMUEL, Raphael. Teatros de Memórias. Revista Projeto História 14: Cultura e Representação. São Paulo, Educ, 1997, p. 44.

## O Princípio das Coisas

---

motivações populares e como estas manifestaram-se. Portanto, ao analisarmos os textos produzidos sobre o movimento armado de 1914, temos de ter em mente que fazem parte de interpretações mais amplas, sendo este movimento parte constitutiva, não o todo<sup>140</sup>.

A tradição de narrativa sobre a *Sedição* traz consigo uma bipolarização das posições, a favor ou contra, pois há uma estruturação antagônica: civilização/barbárie, religiosidade/fanatismo, etc. Evidenciando esse aspecto no trato do assunto, tomamos alguns cuidados nos diálogos com os autores, pois não temos a intenção de realinhá-los, agrupando-os em estratégias explicativas, mas a preocupação de neles apreender os elementos constitutivos na interação e elaboração de memórias sociais sobre a *Sedição de Juazeiro*.

Para tanto, evitando nos confundirmos com esses alinhamentos, consideramos os acontecidos, para o momento, como *movimento armado* de 1914. Pensando assim, posicionamo-nos diante da produção histórico-literária não com a preocupação imediata de nos filiar a determinadas concepções, mas como estas são pertinentes para o entendimento dos complexos sentidos atribuídos àquele movimento.

Sua trajetória narrativa tem, ainda, duas orientações básicas: uma é a necessidade explicativa da vida de Padre Cícero, de que a *Sedição* entra como um dos capítulos; a outra é o retorno às manifestações políticas e armadas da deposição da oligarquia Acioli, em 1911-12. Esta cria um ponto de gênese para o que ocorreu, mais tarde, nas cidades da região do Cariri. O movimento de 1914 não se trata de uma revolta circunscrita a si própria, mas que tem origens bem distantes do seu núcleo, tanto temporal como espacialmente. Na sistematização dos trabalhos desenvolvidos sobre o *movimento*, temos algumas características gerais: as paixões do escritor; a tipologia dos sujeitos históricos; a explicação religiosa com o envolvimento do Padre e, por fim, a

---

<sup>140</sup> Alguns exemplos: GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica do Cearense* e CAVA, Ralph Della. *Milagre em Joazeiro*. Ambos deram em seus estudos (respectivamente sobre a história do Ceará e a vida de Padre Cícero) um pequeno destaque ao processo conflituoso de 1914. Boa parte de nossas referências se constituiu de fragmentos analíticos sobre os acontecimentos, enquadrando-se em história política, antropologia, sociologia e, recentemente, a história social, como é o caso de LOPES, Régis. *O Meio do Mundo: territórios de sagrados em Juazeiro do Padre Cícero*. 2000. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ação política.

Quanto à paixão dos narradores, é válida para facilitar a identificação do lugar social do narrador, sua orientação política e, acima de tudo, sua capacidade de fomentação de novos elementos sobre os acontecidos. No mais, parece-nos uma discussão estéril, pertinente apenas para observarmos os lados dessa contenda sem perder a compreensão do todo. Esta produção cultural realimentou-se do fervor *literário-científico*. Mas vejamos como se processa:

Minha investigação, a exemplo da de Chico Oliveira, também é movida “sob o signo da paixão”. No meu caso por uma busca de minhas raízes, por um resgate de identidade.<sup>141</sup>

Este livro será mal recebido pelos que ensanguentaram esta infeliz terra. Será tachado de falso, de injusto /.../. Envelheci sem ódios e sem ódios espero morrer<sup>142</sup>.

Em Camurça e Teófilo, mesmo distanciados pelo tempo – o primeiro, um sociólogo de formação acadêmica nos anos 80 do século XX; o outro, um cronista que tinha uma verve literária combativa –, identificamos o quanto os acontecimentos de 1912-14 significam um posicionamento, quer diante da política e violência praticada, quer pela personalidade dualística e controversa que possui o personagem Padre Cícero, motivando explicações e justificativas para sua empreitada.

Tão confusa quanto as paixões é a tipologia dos sujeitos sociais envolvidos no movimento armado. Marcelo Camurça faz crítica a Rui Facó<sup>143</sup>, salientando que este, mesmo tendo distinguido os sujeitos da ação violenta da Tomada do Crato, acaba por homogeneizar como jagunços todos os combatentes. Ocorre que também Camurça fica refém dessa homogeneização quando, nas legendas das fotos dos combates, qualifica todos de “ grupos de jagunços durante a Sedição de Juazeiro, em 1914 ”<sup>144</sup>.

---

<sup>141</sup> LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, Molambudos e Rabelistas: A Revolta de 1914 no Juazeiro*, p. 22.

<sup>142</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição de Juazeiro*, p. 9.

<sup>143</sup> FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*.

<sup>144</sup> LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *A Sedição do Juazeiro e a Guerra Civil no Ceará*. In: Simone Souza. (Org.). *História do Ceará*. 719 ed. Fortaleza, Ceará, Universidade Federal do Ceará, Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989, pp. 144-5.



Figura 24: LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, Molambudos e Rabelistas*.

A mesma imagem, extraída da obra de Aldenor Benevides de 1969, é utilizada pelo poeta João de Cristo Rei na capa de seu folheto sobre a guerra de Juazeiro. Significativamente, a legenda utilizada é “os romeiros combatentes na Guerra”. Podemos cogitar que, no caso de Camurça, a legenda poderia ter sido colocada no processo de editoração do livro, ao qual (em especial, a ilustração) muitas vezes o autor não tem acesso. Trata-se, entretanto, de uma produção acadêmica, em que a utilização da imagem poderia ter um caráter mais que ilustrativo. O destaque dado a determinados integrantes, protagonistas de várias batalhas, só poderia ser evidenciado por um pesquisador, como é o caso do autor ou do dono do acervo. Mas, se desconsiderarmos tudo isso, texto e imagem contradizem-se, evidenciando que a distinção jagunço e romeiro-combatente, àquele momento, ainda não estava bem resolvida.

A armadilha contida nas tipologias *fanáticos*, *cabras*, *jagunços*, *romeiros*, *cangaceiros*, *beatos* é que, ao mesmo tempo em que identificam grupos nas ações coletivas do combate, são também categorias sociológicas distintas. Elas influenciaram Facó, em *Cangaceiros e Fanáticos*, a criticar o tom preconceituoso da palavra fanático e usá-la, mesmo assim, como categoria

## O Princípio das Coisas

---

explicativa. Outro elemento que torna mais difícil o uso dessas tipologias é o fato de serem produzidas no seio do conflito e carregadas de preconceito e tons pejorativos. Ao pensarmos *romeiro* hoje, não trabalhamos mais com a perspectiva de fanatismo, mas como uma prática de religiosidade popular legítima. Não compartilhamos dessa preocupação de caracterização sociológica dos sujeitos envolvidos no movimento, pelo menos não da forma como foi posta, mas acreditamos que são tipologias fundamentais para entendermos com quais pressupostos axiológicos estão sendo trabalhados e que posicionamentos político-culturais estão em confronto.

Régis Lopes trata os participantes do movimento sedicioso como combatentes ou devotos, creditando-lhes a interação religiosa com Padre Cícero, mas não o faz sem ressalvas.

O mote de tudo era a fé e a coragem, uma estética da violência sacralizada /.../ Valentia em nome de Deus não significava pecado mortal. Talvez nem fosse pecado e sim heroísmo do “guerreiro sagrado”. Pecado era desrespeitar as ordens do padrinho. /.../ [Havia] homens que obedeciam aos gritos de Floro não somente por compromisso religioso com o Padre Cícero, mas por reconhecer a autoridade de chefe<sup>145</sup>.

O tratamento dado pelo autor ao *movimento* de Juazeiro entra em consonância com o imaginário popular, como uma “guerra santa”. Com a preocupação de penetrar no universo sagrado produzido pelos romeiros, o que sobressai na escrita deste historiador são as experiências religiosas dos sujeitos envolvidos, respeitando a compreensão de mundo que os personagens foram atribuindo ao movimento. Com isso, monta um rico e complexo quadro do pensamento sertanejo, em que Padre Cícero é fator primordial para explicação do ocorrido.

A interferência do Padre no movimento é diferenciadora das *Salvações do Norte* em outros Estados, como Pernambuco e Alagoas, que, presas às articulações entre “coronéis”, foram produzidas por um braço laico. A personalidade Padre Cícero funde e confunde as explicações religiosa e política do movimento. Na leitura de Carone<sup>146</sup>, o Padre é tido como um

---

<sup>145</sup> LOPES, Régis. O Meio do Mundo: territórios de sagrados em Juazeiro do Padre Cícero, pp. 332-3.

<sup>146</sup> CARONE, Edgar. *A República Velha: evolução política*.



“coronel” de batina, juntamente com o coronel tradicional Floro Bartolomeu, quer pela detenção de muitas terras e uma massa de sertanejos sob seu mando, quer pelo seu envolvimento direto nos interesses oligárquicos.

Já compreender Padre Cícero como religioso e aglutinador de fiéis que se tornaram combatentes por uma causa santa, tendo em Floro um general, é pôr somente o imaginário religioso como engendrador do movimento, isentando o Padre de uma ação mais visível dos seus interesses políticos<sup>147</sup>.

Para todas as explicações, a figura dos combatentes é a de uma massa de manobra, regida pela fé ou pelo mandonismo, servindo aos interesses dos poderosos. Talvez seja esse o ponto-chave para sairmos desse impasse – a condição dos sujeitos. Acreditamos que, através das palavras de poetas populares, cronistas e memorialistas, torna-se possível perceber outros significados e sentidos para a ação, encontrando, nos interstícios das muitas narrativas, as elaborações e intenções desses populares e a forma como foram feitos acordos tácitos e táticos entre seus interesses e os do potentado cariense.

### A Tomada do Crato e a Morte de Jota da Penha

O cerco à cidade de Juazeiro, promovido pelo major Ladislau Lourenço, não foi bem sucedido, mesmo tendo sob seu comando mais de 800 combatentes. Os dois ataques por ele elaborados, em 15 e 22 de janeiro, resultaram em fracasso retumbante. O major Ladislau foi responsabilizado, unanimemente, por todos os cronistas, pelo desempenho pífio das tropas governistas<sup>148</sup>. Entre os elementos que favoreceram o malogro do comandante

---

<sup>147</sup> BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A Terra da Mãe de Deus*. Neste estudo sobre o imaginário religioso, a autora acaba assumindo os discursos de época e coloca o Padre somente como refém da situação: “A segurança de seu povo torna-se obsessão para o Padre, que envia ao Rio de Janeiro Floro Bartolomeu, com o objetivo de conseguir garantias para si e seus seguidores”. pp. 275-6.

<sup>148</sup> “Era natural que provindos da mesma fonte étnica, da mesma camada social, romeiros e soldados, idênticos a ambos os defeitos e as virtudes, as crenças e as superstições, era lógico sobre uns e outros se exercesse poderosamente a ação moral do padre Cícero, cujo prestígio quase sobrenatural entre as massas sertanejas de todo o nordeste foi o fator valiosíssimo do bom êxito da campanha juazeirense /.../ Mas, a meu ver, nem a repugnância a luta por parte das tropas, nem o entusiasmo belicoso dos romeiros foram a razão decisiva da rápida derrota

## O Princípio das Coisas

---

estavam sua arrogância, sobestar do adversário, a indisciplina dos subalternos e, acrescenta Teófilo, as aguardentes que acompanharam o comandante e seus liderados nas vésperas dos confrontos. Esse elemento étílico foi, durante todo o confronto, vetado aos combatentes de Juazeiro, por ordens expressas do Padre Cícero.

Nos planos propalados por Ladislau bastariam duas investidas a Juazeiro: “ao primeiro ataque, estabelece-se a confusão entre os jagunços; ao segundo, a debandada geral e, então nós poremos querosene e tocaremos fogo no covil!”<sup>149</sup>. Esse foi seu erro. No confronto do dia 22, seria necessário um cerco à cidade adversária, dificultando o acesso aos víveres a população, que haveria de render-se pela fome. Teófilo comenta que, conversando com outros militares sobre a melhor ação para aquele momento, todos afirmaram que mais três dias de cerco, certamente a cidade capitularia, mas isso não aconteceu.

Foram dias de chuvas, as forças rabelistas sem abrigo, ficaram nas proximidades da cidade, em alguns casebres e debaixo de árvores. Talvez essas condições, somadas a todos os outros elementos, precipitaram a ação do comandante. Foi neste último confronto, na localidade conhecido como Macacos, onde a peça de artilharia do senhor Emílio Sá foi capturada, depois da sua comprovada ineficiência. No relato de Livino Carvalho sobre os “contornos e saliências dos acontecidos”, conta com pilhéria uma “minúcia de menos significado”: “no segundo ataque, mas os poucos tiros que deu [o canhão] redundaram numa excelente distração para os romeiros, que ao verem a bala voar vagarosamente sobre os telhados esconjuravam-na e tangiam-na: Xô! Maldita...”<sup>150</sup>.

A vitória conquistada neste confronto deixou os combatentes eufóricos, voltaram para o centro de Juazeiro em festa. Floro Bartolomeu, que já tinha patrocinado saques nas redondezas, acreditou ser a hora de invadir a cidade

---

governista. Essa razão foi a incompetência, a carência de iniciativa e de coragem, a inidoneidade, enfim, do comando das forças governistas desde os primeiros aos últimos dias da revolução.” PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, p. 114.

<sup>149</sup> CARVALHO, C. Livino. “A Tomada do Crato”. *Revista do Instituto*. Tomo XLVI 119-136. 1932, p. 123.

<sup>150</sup> CARVALHO, C. Livino. “A Tomada do Crato”. *Revista do Instituto*. 1932, p. 127.

## O Princípio das Coisas

---

do Crato e buscar novos suprimentos. O Padre Sobreira, que presenciou o momento de debate entre o Floro e o Padre Cícero, disse que o sacerdote desaprovava esse expediente, mas ouvia as justificativas do comandante que afirmava: “sem comer não há homem de coragem que possa brigar. Muita gente nossa já se acha perto de cair de fome”. Acabou o padre aceitando os argumentos firmes de Floro que prometia deixá-lo só, a própria sorte.

Ainda continuando sua descrição da ríspida conversa, Sobreira relatou a orientação do Padre Cícero para os combatentes, quando da entrada na cidade do Crato:

– Não tomem bebida alcoólica de qualquer espécie. Não desperdicem cartucho porque a munição é muito pouca. Chegados às primeiras casas, não queiram logo entrar na cidade: dêem tempo as famílias e também aos soldados para fugirem; e em nenhuma hipótese façam fogo sobre os fugitivos. Ninguém pegue no alheio, ainda que seja uma simples agulha. Respeitem as famílias e os prisioneiros. Respeitem, sobretudo, a Casa de Caridade e as casas do Vigário Quintino, do Padre Sóter e de Dona Marica de Secundo, que são pessoas de minha particular estima<sup>151</sup>.

Nesta citação temos evidenciada a gerência de Padre Cícero sobre a ação dos combatentes e suas escolhas. Mas, poucos são os momentos onde podemos detectar tal ingerência no desenrolar do movimento. Mesmo seus adversários, concordam que essa estratégia, de invasão da cidade vizinha, propiciou a saída sem maiores baixas das famílias cratenses. Uma ação utilizada foi os disparos à distância, na entrada da cidade, sendo o necessário para as fugas das famílias aprovadas pelos boatos que os combatentes sangrariam o pescoço dos seus prisioneiros com seus punhais, à semelhança das degolas dos habitantes. Provavelmente este boato foi mais eficiente que os tiros às portas da cidade.

Numa descrição triunfal Gusmão narra como foi à chegada dos combatentes de Juazeiro:

O meio do dia, debaixo de um sol abrasador que dardjava laminas de fogo sobre a areia escaldante dos caminhos, dispostas em hostes aguerridas, desfilaram,

---

<sup>151</sup> SOBREIRA, Pe. Azarias. *O Patriarca de Juazeiro*, pp. 220-1.

## O Princípio das Coisas

---

umas após as outra, as colunas revolucionarias, enfiando-se pela estrada de S. José; Manoel da Chiquinha tomou a direção da estrada de Fortaleza; José Terto meteu-se pela do Barro Vermelho. Começou, então, o pânico a cair sobre a cidade. O pavor invadiu todos os espíritos. Foi indescritível o espetáculo da população que procurou fugir espavorida. Cenas dolorosas se observam. Aqui, as lamentações angustiosas da esposa, em convulsões de choro e de agonia, abraçada ao marido, pedindo-lhe para abandonar a cidade; ali, o pranto comovente das crianças, tremulas de espanto e de medo; acolá, um grupo de velhos trôpegos e acobardados pelos anos, suplicando, de mãos postas, aos céus, misericórdia; /.../ Verdadeiramente tenebroso este quadro<sup>152</sup>.

Houve resistência dos cratenses, do início do conflito ao meio dia, até a total rendição, ao amanhecer do dia 25 de janeiro. Uma resistência desarticulada, mais com o intuito de proteger seu patrimônio que garantir estrategicamente a cidade. O batalhão organizado pelo governo Rabelo bateu em retirada para Barbalha, cidade vizinha. Ficou um grupo na cadeia pública, acreditando ser este lugar uma excelente trincheira, pois impossibilitava aos combatentes de Juazeiro a visualização da posição das forças governistas. Mas os combatentes de Floro usaram as seguintes táticas: um grupo continuava atirando na direção do inimigo, enquanto outro, “esgueirando-se pelo solo, fazia o possível para aproximar-se do edifício. Nessa ocasião seriam arrombadas as portas, e, em seguida, invadida por muitos homens brandindo punhais”<sup>153</sup>.

Gusmão, bem como todos os outros cronistas, não consegue precisar a quantidade de mortos neste confronto, ou mesmo no movimento armado como um todo. Temos no depoimento de Gusmão somas de 200 mortos que correram de boca em boca, mas para ele parece demasiado exagerado. O certo é que houve um número elevado de feridos que foram tratados no hospital da cidade.

A Tomada do Crato tornou-se uma ação estratégica para o desenrolar das próximas investidas. Era necessário suprimento e competia ao Dr. Floro os

---

<sup>152</sup> GUSMÃO. A. *Ceará Conflagrado*: O movimento revolucionário do Joazeiro, p. 39.

<sup>153</sup> GUSMÃO. A. *Ceará Conflagrado*: O movimento revolucionário do Joazeiro, p. 40.

## O Princípio das Coisas

---

trabalhos de abastecimento. Os alimentos já se encontravam minguados, começava a faltar “carne, farinha e outros gêneros alimentícios, para assegurar a subsistência de sua gente, lançou mão, arbitrariamente, do que encontrou nas circunvizinhanças”<sup>154</sup>. E o padre Sobreira, mesmo se posicionando contrário afirma que “por esse alvitre não merece aplausos nem incriminações”, o comandante Floro Bartolomeu e nem seus comandados.

Rodolfo Teófilo, bem menos neutro, apontou que os saques foram direcionados aos comércios filiados politicamente ao rabelismo, como no caso da Casa Teixeira, de propriedade de José F. Alves Teixeira, inimigo político de Antônio Luis Alves Pequeno, aliado de Floro. A cidade do Crato era responsável pelas transações com Recife, sendo desta forma um forte pólo comercial. A descrição de Teófilo nos coloca num cenário de insânia, com uma “horda de vândalos, faminta, por seus maus instintos, sem freio às suas paixões, entregues às loucuras, sem comando”, entrando numa cidade abandonada e rica. Afirma que a depredação foi completa:

Os comboios das mercadorias roubadas seguiam para o Juazeiro, quartel-general do banditismo, ao qual o governo da República concedia franquias telegráficas. A notícia dos saques do Crato e do próximo ataque a Barbalha fez com que o comandante Ladislau, Dr. Freitas, oficiais e soldados abandonassem a cidade e fugissem para Iguatú. Aterrados, parecia-lhes ouvir tiros e viam jagunços por todos os cantos: era o salve-se quem puder<sup>155</sup>.

Divergindo desta visão assombrosa de Teófilo, o Padre Sobreira arremata com os outros dois principais narradores sobre a tomada do Crato, concluindo:

Os testemunhos de Irineu Pinheiro, escrupuloso historiador cratense, de Livino de Carvalho, integérrimo juiz de direito do Crato que a tudo assistiu, e de Frei Marcelino de Milão bastam para afirmar, definitivamente, o conceito de honestidade nos chamados romeiros do Padre Cícero daquela época<sup>156</sup>.

---

<sup>154</sup> SOBREIRA, Azarias. *O Patriarca de Juazeiro*, p. 277.

<sup>155</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição de Juazeiro*, p. 63.

<sup>156</sup> SOBREIRA, Azarias. *O Patriarca de Juazeiro*, p. 231.

## O Princípio das Coisas

---

O que podemos depreender de tudo foi que a tomada do Crato tornou-se fundamental para as pretensões do movimento, pois, de uma só vez, conseguiram suprimentos, uma vitória fragorosa sobre o inimigo e ganharam força para investir na caminhada em direção a Fortaleza. E, por mais ordeiro e honesto que tenha ocorrido, sem dúvida a tomada do Crato representou a fraqueza das forças governistas e um ingrediente poderoso para difusão de boatos. Boatos já utilizados por ambas as partes do conflito. Teófilo afirmou que os boatos sobre as pilhagens espalharam-se rapidamente, levando o medo às cidades vizinhas, como Barbalha e Missão Velha e, aumentando os voluntários aliados a Juazeiro.

Sabendo dos boatos, os comandados do major Ladislau bateram em retirada, deixando também a cidade de Barbalha sem guarnição. Esse ato de covardia, motivado pelo despreparo e o consumo de álcool, criou grande revolta na comunidade e nos chefes da capital que esperavam certa resistência. Teófilo e Irineu Pinheiro contam que a debandada dos governistas mais uma vez, ocasionaram a certeza de vitória dos romeiros combatentes. Assim caíram mais as cidades de Missão Velha, Aurora, Lavras e, por fim, Iguatú. Pinheiro declara que, com a “derrota do governo e uma grande faixa do território cearense – o Cariri todo – caiu de chofre sob o domínio dos chefes revolucionários. Mais brilhante prova não se pode desejar da desorientação dos governistas daquele tempo”<sup>157</sup>.

Era urgente uma ação das forças governista contra o avanço dos liderados de Floro sobre as cidades da região do Cariri. Já havia fracassado as investidas do Major Ladislau, abandonando as frentes de luta. Na sua fuga foi lhe atribuída a celebre frase: “em tempo de murici, cada um cuide de si”<sup>158</sup>,

---

<sup>157</sup> PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, p. 111.

<sup>158</sup> Rubens Ricupero no artigo *é tempo de murici*, publicado na Folha de São Paulo em 10/11/02, recupera o “episódio, um dos mais patéticos de Canudos. Ao tombar em combate Moreira Cesar, o comando da expedição passa ao coronel Pedro Nunes Tamarindo, nas palavras de Euclides, “homem simples, bom e jovial, avesso a bizarrear façanhas”, que, interpelado ansiosamente por um oficial naquele lance desesperado, responde “com humorismo triste, rimando um dito popular do norte: ‘É tempo de murici/Cada um cuide de si...’”. Redimindo-se do instante de fraqueza, Tamarindo, “destemeroso e infatigável na hora da catástrofe”, iria morrer tentando deter a debandada. Três meses mais tarde, os novos expedicionários deparariam com renques de caveiras branqueando nas orlas do caminho e “um manequim /.../ lúgubre (o corpo do coronel) empalado, erguido num galho seco, de angico, /.../ o espectro do velho comandante...”. Murici, ensinam os dicionários, é fruto que só floresce em seca braba. O sentido da expressão é óbvio: quando apertam as condições externas, cada

## O Princípio das Coisas

---

sentença pronunciada pela primeira vez, também por um militar afugentado dos combates em Canudos. Tal faceta unifica a narrativa de Canudos e Juazeiro em um ato de covardia, um sentimento profundamente repudiado em dias de conflito. Este procedimento é duramente reprovado por uma moral de solidariedade coletivista, onde cada indivíduo compõe um elo sólido na corrente de proteção da comunidade. Temos neste episódio, o surgimento de um adágio popular, que expressa a repulsa ao individualismo e ausência de coragem. Para Hoggart, o adagiário de um povo revela muito da cosmovisão dos povos de matrizes orais. Neste contexto, o uso dessa expressão desqualifica profundamente o indivíduo da ação, merecendo, pela sua atitude, desprezo e repulsa. Foi desta maneira que o major Ladislau saiu da narrativa do combate, como um medroso, incompatibilizado pelo espírito de luta contido nos dois lados do conflito.

Se a covardia do inimigo gerou asco e escárnio, seus momentos de valentia e determinação foram valorizados pelos combatentes de Juazeiro e, configuram marco obrigatório em todas as narrativas. Em oposição à fuga do Major Ladislau temos a convocação de capitão José da Penha Alves de Souza para endurecer as posições governistas e proporcionar expectativas de lutas e vitórias do lado rabelista.

A convocação do militar, então deputado estadual, foi permeada de alegria e coragem, produzindo a sensação que a expedição por ele liderada resultaria em debandada geral do inimigo juazeirense. Nos versos cantados pelo Cego Aderaldo, temos a representação dos ânimos iniciais provocados pelo alistamento do oficial ao combate.

---

qual deve confiar nas próprias forças. Poucos conselhos seriam mais apropriados a esses tempos agrestes”. Disponível em: <[http://www.rubensricupero.com/artigos/2002/folha\\_2002\\_10\\_11.htm](http://www.rubensricupero.com/artigos/2002/folha_2002_10_11.htm)>. Acessado em 15 de junho de 2009. Esse mesmo fato é narrado por depoentes no documentário *Sobreviventes - Filhos da Guerra de Canudos*. Brasil, 2007. Direção: Paulo Fontenelle. Duração: 78 min. Mostrando que tal expressão ficou famosa para designar atos de covardia e abandono de coletivo em detrimento da “salvação” pessoal.

## O Princípio das Coisas

---

Nesse tempó, em Fortaleza  
Havia um rio-grandense  
Que uma vez disse: - “Eu me atrevo  
A comandá cearense!  
Se eu comandá a poliça,  
A jagunçada não vence!”

O Doutô Paula Rodrigue  
Disse: - “Amigo, se detenha!”  
E correu, disse a Rabelo:  
– “Temos um que desempenha,  
Home de muita corage,  
É o nobre Jota da Penha!”

Para o segundo combate  
O pessoal se animou,  
Vei gente de tôda parte,  
A esperança renovou,  
E o grande Jota da Penha  
Pedi um trem e marchou.

Chegando em Miquel Calmon,  
Na estação não quis ficá,  
Seguiu com seu pessoal  
Procurando outro lugá  
Que prestasse pra trincheira,  
Servisse pra brigá<sup>159</sup>

A figura de valentia e determinação do capitão José da Penha Alves de Souza, pareceu conter as forças necessárias para suplantar os avanços dos combatentes de Juazeiro. Era um homem brioso, com experiência acumulada e com vitalidade para comandar as forças rabelistas. Sua saída da capital reforçou a esperança de vitória. Jota da Penha organizou o 2º Batalhão Militar e mesmo antes de completá-lo, seguiu para Iguatú, “a fim de impedir a marcha dos revolucionários do Juazeiro que, triunfantes em todos os municípios intermédios, se dirigia àquela cidade”<sup>160</sup>. Prentedia ficar na cidade de Iguatú, mas em batida dos seus comandados nas proximidades viram-se obrigado a descer na localidade de Miguel Calmon, situado atualmente em Senador Pompeu. Foi nesse local que o capitão montou suas trincheiras e aguardou a vinda dos combatentes de Juazeiro.

O ânimo do comandante era impolgante, todos os narradores reproduziram a energia beligerante do militar que presente nas trincheiras, procurava passar a mesma disposição aos seus comandados. Jota da Penha

A cavalo, percorria ás 14 horas todas as trincheiras, dando ordens, em voz alta, para sustentar o fogo, encorajando os soldados, examinando a situação do inimigo. Cumpria, assim, briosamente, os deveres do chefe militar. Ia e vinha, as carreiras, para um lado e outro, infatigavelmente. Aqui, ordenava a entrega de munição aos combatentes de uma trincheira; ali, mandava guarnecer um ponto; acolá, estimulava os mais fracos. Corria para um lado e voltava-se para outro,

---

<sup>159</sup> MOTA, Leonardo. *Cantadores*, p. 112

<sup>160</sup> CARVALHO, Setembrino. Antes, durante e depois.



## O Princípio das Coisas

---

desdobrando-se admiravelmente numa atividade extraordinária e nunca vista<sup>161</sup>.

Gusmão descreve de forma concisa as atividades militares de Jota da Penha para demonstrar sua disposição. Essas atividades se reproduziram por alguns dias. O Cego Aderaldo, em seus versos, apontou ter ocorrido desistência dos combatentes, em números rimados que passaram mais de duzentos, ficando o chefe militar com um pequeno contingente de combatentes.

Irineu Pinheiro diz que contou os fatos beligerantes; “segundo a tradição oral assistiram à luta e dela participaram de armas nas mãos”<sup>162</sup>. É na sua descrição que encontramos as mais detalhadas estratégias dos combatentes de Juazeiro contra as forças rabelistas comandadas por Jota da Penha.

Os combatentes de Juazeiro quando souberam do carregamento de munição indo de trem ao lugarejo Miguel Calmon, tiveram que improvisar uma estratégia rapidamente:

Na tarde de 21, às cinco horas, com o fim de cumprir a arriscada missão de ataque ao trem, seguiu, por ordem do coronel Pedro Silvino e do dr. Borba, um contingente de 125 homens dirigidos pelo cabecilha Zé Terto e por outros. /.../ Orientados por um mateiro conhecedor do terreno, procuraram os homens de Zé Torto contornar, evitando-as, as trincheiras de Miguel Calmon e atacar o trem abaixo daquela estação. Mas o guia, que aliás era pessoa do lugar, por engano, ou traição, lançou-os às seis horas da manhã de 22 entre o prédio da estação e a trincheira do tenente Artur Inácio Ferreira<sup>163</sup>.

Esta ação desastrada acabou por acarretar na morte do guia e desencadear um intenso tiroteio que durou o dia inteiro. Os combatentes de Juazeiro já quase vencidos, foram salvo por um grupo de romeiros comandados por Manuel Calixto. Esse reforço fez os governistas recuarem deixando Jota da Penha irritadíssimo, pois dias anteriores havia recebido telegramas de Fortaleza, queixando-se do recuo que havia feito de Iguatú para Miguel Calmon. O retroceder das forças governistas por duas vezes deixou o

---

<sup>161</sup> GUSMÃO, A. *Ceará Conflagrado: O movimento revolucionário do Joazeiro*, p. 59.

<sup>162</sup> PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, p. 137.

<sup>163</sup> PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*, p. 138.

## O Princípio das Coisas

---

comandante Penha transtornado e elevado grau de exaltação. Irineu Pinheiro narra que o comandante montou em seu cavalo e saiu aos galopes gritando para acompanhá-lo os que não tinham medo. Dessa saída desequilibrada o chefe militar não voltou mais. O Cego Aderaldo narrou assim o mesmo momento:

Jota da Penha a cavalo,  
Pros jagunços conhecê-lo,  
Era um Roldão destemido...  
No mei de tanto de atropêlo,  
Dava viva ao Ceará  
E a Marco Franco Rabelo!

Também o povo do Padre,  
Fazendo grandes horrôre,  
Brigava gritando sempre  
Entre medonhos clamôre:  
– “Viva o santo Padre Cisso,  
Nossa senhora das Dôre<sup>164</sup>!

O heroísmo apontado por Cego Aderaldo é elemento atrativo na literatura de folhetos, ingrediente importante nas narrativas de peleja. Ter um combatente que se lança na conquista dos seus ideais, lutando contra as forças da injustiça são matrizes inspiradoras para poetas populares. O desfecho dessa empreitada não precisa necessariamente ser glorioso, ocorrendo às vezes a derrota desses ideais ou mesmo a eliminação da figura heróica. Esta morte se torna um interdito da narrativa. O que poderia gerar o esquecimento do ocorrido, acaba por reencarnar numa nova narrativa, constituindo um círculo virtuoso dos motivos pelos quais tal ação foi realizada. Para Jerusa Ferreira, a experiência vivida pelo sujeito da narrativa morre para que possa renascer novamente, com a possibilidade assegurada de realização. Continua a autora a afirmar que esse: “Lapso, hiato, fratura, ressurgimento tem a ver com a interrupção de um projeto, tanto de vida e de ação como de narrar.

---

<sup>164</sup> MOTA, Leonardo. *Cantadores*, p. 112. O poeta Aderaldo compara Jota da Penha a Roldão, um dos combatentes que pertence à grande tradição narrativa da História de Carlos Magno e os Doze Pares da França, escrito em poemas de Leandro Gomes de Barros, *A Batalha de Oliveiros com Ferrabraz*. Ruth Terra, aponta que a leitura dessas histórias de texto-matriz/folhetos “pode reenviar ao mesmo tempo e continuamente a uma cultura de tradições orais e à situação presente.” TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memórias de Lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*, p. 69. Nesta operação comparativa o poeta cria essa ponte histórica entre as experiências do personagem presente com uma personalidade mítica consagrada nas tradições orais pela sua coragem, transferindo-lhe valores, representações e percepções narrativas já contidas nos conhecedores das batalhas e vitórias que Roldão participou. Mesmo que o ouvinte não reconhecesse a figura beligerante do oficial rabelista, certamente poderia percebê-lo a partir da *imagem narrativa* de Roldão. Neste momento, mais que uma feição, tem-se uma linha contínua que garante a visualização de valores indeclináveis da tradição oral, aflorar quando necessária em condições de conflito.

## O Princípio das Coisas

---

Formam uma espécie de morte momentânea, ritualizada, que daria lugar ao fluxo da vida”<sup>165</sup>.

Ainda para Jerusa Ferreira os poetas sabem fazer deste ato falho de esquecer o motor narrativo para movimentação de suas estórias:

No caso das estórias orais e de folhetos populares, vemos que o esquecimento pode também ser um álibe. Parece que se cria um tipo de pausa ou interdição que tudo faz voltar ao contrário, ameaçando por uns tempos a ação heróica, que é depois recuperada<sup>166</sup>.

A morte de Jota da Penha foi um momento desta natureza para as narrativas do Juazeiro, rica de meandros, configurou-se numa epopéia popular. Temos como componentes: mistério, violência, valentia, honradez, vilania, morte e esperança. A morte de Jota da Penha ganhou significação e relevância para ambos os lados. Se do lado rabelista, o líder militar representava a esperança de resistência e uma reviravolta contra o avanço das forças juazeirenses. Por outro lado, sua morte representou a penúltima fronteira até a chegada a Fortaleza, produzindo uma crença que ninguém mais segurava a progressão dos combatentes de Floro. O instante da morte de Jota da Penha foi assim descrito pelo Cego Aderaldo:

Um jagunço viu o Penha  
E gritou: – “Que a grande festa!  
Aquê que é o Jota da Penha,  
Agora o combate presta!”  
Zé Pinheiro lhe fêz jogo,  
A bala pegou na testa.

O cavalo dêle logo  
Com a queda se assustou  
Deu uma grande carreira,  
Foi longe porém voltou,  
Perto de Jota da Penha,  
Baixou a venta e cheirou.

O nobre Jota da Penha  
Rolando caiu no chão,  
Ficou rolando na terra  
Com seu revólve na mão,  
Mas, coitado! o home morto  
Não pode fazê a ação!!!...

Zé Pinheiro lhe atirou  
Porém não aceitou não,  
E o cavalo se esparrou  
Que ficou rente ao chão...  
Pinheiro sai da trincheira  
E mata o cavalo à mão<sup>167</sup>.

Uma morte sem luta, alvejado rápido na testa o oficial não produziu nenhuma resistência, foi pego de surpresa e com mais um tiro sucumbiu nas trincheiras que percorria a cavalo. Gusmão, Irineu Pinheiro e Teófilo contam da

---

<sup>165</sup> FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da Memória*: conto e poesia popular. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1991, p. 16.

<sup>166</sup> FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da Memória*: conto e poesia popular, p. 16.

<sup>167</sup> MOTA, Leonardo. *Cantadores*, pp. 118-9.

## O Princípio das Coisas

---

mesma maneira o falecimento do militar, mas um detalhe acrescido por Gusmão aponta Zé Pinheiro<sup>168</sup> como o assassino do Penha, pois após a morte do militar os revoltosos fizeram a “profanação no cadáver, cortando-lhe, á faca, parte da barba, retiraram-lhe dos bolsos da farda todos os documentos e nove contos de réis em dinheiro destinados ao pagamento dos soldados”<sup>169</sup>.

Zé Pinheiro fez o mesmo procedimento em outra contenda com Quintino, combatente do movimento armado de 1914 e delegado em Juazeiro. Essa briga nasceu por vingança da morte do irmão Francisco Pinheiro, ocasionada pelos liderados do delegado, era a peleja entre um representante da Lei e um temerário jagunço que figurou nas páginas de um folheto à época: *O Tiroteiro do Quintino com o José Pinheiro*, de José Cordeiro.

José Pinheiro estava  
Em um balcão rescostado  
Quando um sujeito atirou-lhe  
Mais o tiro foi errado  
Faca também se amola  
Levaram a mão as pistolas  
Foi um trabalho pesado

Brigaram 15 minutos  
Os duros com os mofinos  
Deus mesmo conservara  
A parte de anquilino  
Por que o dia chegou  
José Pinheiro matou  
Um sobrinho do Quintino

Quintino ficou aflito  
Em sua vida pensando  
Sem saber o que fazia  
Todo dia imaginando  
Ainda teve o pensar  
Mandou os cabras emboscar  
Na rua para ir matando

Um dia de quarta feira  
Briga ninguém esperava  
José Pinheiro foi ver  
Se seu dinheiro foi ver  
Os cabras nele atiraram  
Desta vez não o mataram  
Porque Deus o conservava<sup>170</sup>.

Dias após esse combate, Quintino foi assassinado pelo Zé Pinheiro, protagonizando às cenas semelhantes a morte de Jota da Penha. Antônio de Oliveira Xavier nos dá a notícia detalhada, quando dizia ter ouvido de uma testemunha que Zé Pinheiro havia matado Quintino e “bebeu o bigode dele com cachaça, e se o meu Padrinho não chega tão depressa, ele tinha comido a língua do defunto, pois já a estava arrancando com o punhal, quando o meu Padrinho chegou e ralhou com ele”<sup>171</sup>. Interessante pensar que, nesta época,

---

<sup>168</sup> A fotografia de Zé Pinheiro encontra-se na figura 24, ele é o combatente ao lado do comandante a cavalo.

<sup>169</sup> GUSMÃO, A. *Ceará Conflagrado: O movimento revolucionário do Joazeiro*, p. 60.

<sup>170</sup> TERRA, Ruth Brito Lemos. *A Literatura de Folhetos nos Fundos Villa-Lobos*, pp. 88-91

<sup>171</sup> OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*, p. 227.

## O Princípio das Coisas

---

a barba e o bigode representavam respeitabilidade, virilidade e honradez; profaná-los seria retirar do falecido todas as atribuições que tal ornamentação significava, com a frieza e virulência que a vingança permite.

O autor de *Beatos e Cangaceiros*, na caracterização dos *cabras* que povoavam Juazeiro naqueles dias, faz uma análise lombrosiana inerente às percepções psicossocial do período e assim os apresenta:

Quanto ao tipo individual, a forma humana, propriamente, a diversidade não é menor: ora altos, de dois metros como o Calangro, ora baixos, de pouco mais de metro e meio, como o Quintino: ora tipos perfeitos, bonitos mesmos, como o Mané Chiquinha e Zé Pinheiro, ora feios como o Quintino, e asquerosos como o Pedro Pilé. [Mas] a coragem, o valor, e a resistência individual, porém, medem-se na mesma bitola<sup>172</sup>.

Mesmo com formas assustadoras é impossível colocá-los numa *bitola* fisionômica e psicológica. Esses *cabras* eram possuidores de uma unidade moral que se pautava pela coragem, a resistência e o brio e, por essas medidas, ajustavam suas ações e condutas. Desse contexto emergiu a valorização de Jota da Penha na memória social do combate; mesmo na outra extremidade do conflito carregava em si os valores morais identificáveis a serem preservados.



---

<sup>172</sup> OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*, p. 246.

## O Princípio das Coisas

---

Figura 25: Oliveira Xavier. *Beatos e Cangaceiros*.

O cantador Cego Aderaldo continua contando a saga do capitão e partilha da percepção, com outros narradores, que o fracasso da expedição e a morte do chefe eram a derrota antecipada, mesmo antes da chegada a Fortaleza. Se por parte dos romeiros-combatentes, havia com esta vitória o aumento dos ânimos beligerantes; por parte dos governistas naturalmente impactava qualquer esperança de represar o avanço do inimigo.

João Gomes achou o cadáver De Penha e se descobriu: – “Deus te dê a salvação, Bôca que nunca mentiu, Braço de herói destemido, Mão forte que revestiu!”	Eu tava na capital Naquela noite aflitiva, Na hora que foi chegando Aquela locomotiva Trazendo Jota da Penha, O corpo morto e a alma viva <sup>173</sup> !
--	---

Estava perdida a guerra,  
Ô que honrosa certeza!  
A soldadesca chorava...  
Todos então, com tristeza,  
Botaro Penha no expresso,  
Mandar pra Fortaleza.

O traslado do corpo de Jota da Penha foi um cortejo de tristeza e de polêmicas, houve uma debandada geral e o caminho em direção a Fortaleza ficou completamente desguarnecido. O Coronel Franco Rabelo, denuncia a passividade das forças federais quanto aos interesses do governo estadual e, com suas ações acabava beneficiando aos combatentes de Juazeiro e aos objetivos de depô-los do governo. Em carta enviada ao coronel Setembrino de Carvalho, designado por Marechal Hermes para comandar a 4ª Região Militar, o presidente do Estado cobra duramente as posições assumidas pelo coronel, listando em três pontos:

1°. A distribuição de força do exército, armada e municada em diversas ruas da cidade estacionada em pontos fixos e em patrulhas volantes, sob pretexto de manter a ordem e prevenir crimes, atribuições estas meramente policiais;

2°. A permanência, na estação central da Estrada de Ferro de um contingente, também armado e municado,

---

<sup>173</sup> MOTA, Leonardo. *Cantadores*, pp. 119-20.

## O Princípio das Coisas

---

por ocasião da partida de trens para o interior, no intuito de inspecionar e impedir o embarque de forças estaduais e munições, destinadas à defesa do meu governo na zona conflagrada pelos revoltosos, favorecendo assim a causa d'estes e dificultando por tal forma ação defesa;

3°. A busca e apreensão por uma força do exército, efetuadas na estação de Sebastião de Lacerda, de armas e munições, conduzidas por praças do Batalhão Militar do Estado, que regressava para esta capital guardando o cadáver do valoroso Capitão J. da Penha e protegendo-o assim como a diversos feridos contra quaisquer assaltos ou agressões que de inimigos eram de recear-se durante a viagem<sup>174</sup>.

A morte de Jota da Penha já repercutia nas ações das forças federais, estacionadas na capital, ecoava nos ânimos dos combatentes, fragilizava as estratégias do governo rabelista e sua relação com o governo federal e, ainda, ressoava na capital do país notícias como estas veiculadas na revista *Careta*: “Vinte e quatro horas depois do Sr. João Lage tê-lo chamado covarde, o capitão J. da Penha morria heroicamente em batalha, vencendo as hostes do general Pinheiro Machado comandadas pelo Dr. Floro Bartolomeu”<sup>175</sup>.

O cortejo ao corpo de Jota da Penha chega a Fortaleza. A capital, segundo Teófilo, cobriu-se de luto, alguns estabelecimentos como cinemas fecharam suas portas e o carnaval foi suspenso. O corpo foi recebido por milhares e velado na Assembléia do Estado com o comparecimento das figuras mais distintas da sociedade. Ao enterro no cemitério São João Batista, prestaram homenagem militares e civis, com muitos oradores discursando sobre a perda do Exército e exaltando as qualidades do morto. Teófilo arremata dizendo “o povo exaltou-se e foi preciso muito esforço para contê-lo, pois queria vingar Penha matando os responsáveis pela sedição de Juazeiro”.<sup>176</sup> Teófilo disse que para evitar os mesmos atos de vingança promovidos naquele novembro de 1912, foi preciso muito empenho dos líderes rabelistas, pois os populares, alguns alcoolizados, queriam dinamitar o Quartel da IV Região e as casas dos políticos marretas. Mas, segundo Teófilo, isso não

---

<sup>174</sup> Carta de Franco Rabello a Setembrino de Carvalho 20.02.1914 – Acervo Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC.

<sup>175</sup> Revista *Careta*, Nº 300 ano VII. Sábado 28 de fevereiro de 1914.

<sup>176</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição de Juazeiro*, p. 76

## O Princípio das Coisas

---

chegou a acontecer. Essa energia foi utilizada na fortificação da cidade mais tarde.

Teófilo representou bem a frustração rabelista daqueles dias quando depõe:

Jota da penha morreu quando devia morrer. Se vivesse mais uns dias, passaria pela maior das decepções. Grande patriota, prestando sincero culto à verdade e ao dever, com esmerada educação cívica, que seria daquele espírito, quando viesse a República, pela qual tanto trabalhara, desonrada e morta?! Grande propagandista da candidatura Hermes, em cuja residência passou noites e noites, guardando-o contra possíveis ataques de civelistas, daquele amigo recebeu ingratidão e acabou assassinado por uma bala dos bandidos que o Marechal havia armado para conflagrar o Ceará<sup>177</sup>!

A morte de Penha aportava em Fortaleza, trazendo todas as possibilidades que se desencadeariam nos dias seguintes. Agudizava os conflitos entre o Estado e a União, punham em alerta os moradores de Fortaleza com a premência da chegada dos romeiros-combatentes e a probabilidade de deposição ou intervenção no governo, para dirimir o conflito.

As forças governistas foram recuando de Iguatú para Miguel Calmon (Senador Pompeu), Quixeramobim, Quixadá, Baturité e, ao final de fevereiro de 1914, um batalhão de romeiros-combatentes estavam acampados em Messajana, localidade vizinha à capital cearense. Esse trajeto foi feito sem maiores dificuldades.

### Uma Fortaleza sitiada

A partir deste ponto, ficamos sem a companhia de alguns narradores que nos levaram às portas de Fortaleza. Uma frase que chamou à atenção, após a narrativa sobre a morte de Jota da Penha e a denúncia de violências de ambos os lados, vem da escrita de Irineu Pinheiro que, em parágrafo isolado sentencia: “Encerremos nossa narrativa”. Depois de anunciar este propósito,

---

<sup>177</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição de Juazeiro*, p. 77



## O Princípio das Coisas

---

escreveu mais três páginas contando da intervenção e do novo governo Benjamim Barroso. Já o Cego Aderaldo, mesmo estando em Fortaleza quando da chegada do capitão morto, não produziu nenhum verso sobre os acontecidos na capital cearense.

É intrigante, pois os dois em contenda abandonaram a narração quando começava o desenlace, propriamente, político. Este desinteresse, talvez ocorreu pela ausência de sabores atrativos que temperavam suas histórias. A partir deste momento, tirando os registros de Teófilo, temos a explicitação de como o cerco provocou Estado de Sítio no Ceará, com a primeira intervenção numa unidade da Federação. A ressalva a Teófilo advém de sua narrativa combativa que sempre contrariou as forças políticas oriundas do aciolismo, ainda mais sendo, ele próprio, vítima da onda rebelde que se aproximou de sua cidade<sup>178</sup>.

Mas antes de abordarmos os ânimos dos dias de conflito na capital, precisamos voltar aos momentos em que as expectativas de vitória ainda estavam presentes. Em 18 de fevereiro de 1914, chegou Setembrino de Carvalho, o novo inspetor da 4ª Região Militar, que revigorou as esperanças. Sua recepção foi feita com o mesmo entusiasmo à época da chegada de Rabelo e seus aliados. Teófilo reproduziu alguns momentos de acolhimento ao coronel, recebido por milhares de pessoas e ungido por vivas e flores, contando com a presença de vários oradores que relataram os acontecidos recentes e apelaram ao militar para que se tornasse o “mensageiro da paz”. Ao anoitecer do mesmo dia, “continuaram os festejos, com cinema popular ao ar livre, batalha de confete e lança-perfume na Avenida 7 de Setembro, festejos no qual tomou parte o Cel. Setembrino de Carvalho”<sup>179</sup>.

Setembrino de Carvalho fora encaminhado, pessoalmente, pelo Marechal Hermes da Fonseca, recebendo ordens claras para sua conduta quanto ao conflito que iria enfrentar. Afirmou o militar que tinha liberdade para

---

<sup>178</sup> Rodolfo Teófilo teve sua propriedade na cidade de Pacatuba invadida e saqueada. Ele direcionou-se as autoridades protestando e pedindo providência e, relatou tantos outros problemas de apropriação de víveres, armas e a violação moral das casas dos rabelistas ao longo do caminho em que passavam os combatentes de Juazeiro.

<sup>179</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição do Juazeiro*, p. 70-1.

## O Princípio das Coisas

---

decidir quais procedimentos tomar, observando para somente depois agir. Nos dizeres de Setembrino de Carvalho, o Presidente assim o recomendou:

Não queremos depor o Franco Rabelo, a sua missão é exclusivamente militar: afastar o exército da luta política que vem ensangüentando o Estado a fim de evitar conseqüências fatais à paz e unidades nacionais. ‘Eu respondi-lhe: ‘Sim Sr. Marechal, não devemos repetir as cenas de Pernambuco e Bahia, que tanto prejudicaram o Governo de V. Excia., e arranharam moralmente os generais que executaram os planos dos Srs. Dantas Barreto e Seabra. Os meus sentimentos republicanos não me permitiriam tal aventura<sup>180</sup>.

As cenas referidas por Setembrino de Carvalho, em Pernambuco e Bahia, referiam-se aos bombardeios promovidos na Bahia em 10 de janeiro de 1912, e os enfrentamentos entre militares e os Rosa Silva, que elevou o general Dantas Barreto ao governo de Pernambuco. Estes episódios afetaram a relação dos militares com o governo, que, por vezes, fez o Clube Militar ter sessões com enfrentamentos à bala, uma delas promovida pelo próprio Dantas Barreto.

Ciente do mal-estar daqueles procedimentos, o coronel Setembrino tinha que agir com muita parcimônia. Os rabelistas sabiam que a presença do novo Inspetor significava uma mudança estratégica da relação das forças federais e os interesses do Estado do Ceará. Muitos políticos foram para sondar as intenções do militar. Teófilo declarou ter participado dessa estratégia, indo ao encontro do coronel no intuito de observá-lo com certa facilidade por ser, para aquele, um desconhecido. Tal exame rendeu o seu seguinte comentário: “encontrei um homem bem educado, inteligente, nervoso, e com todas as manhas dos mundanos dos grandes centros”<sup>181</sup>. E arrematou dizendo que depois de meia hora de conversa percebeu que aquele homem não mudaria de direção, manteria sua consciência e a obediências às ordens que recebeu do governo federal.

Com esse ar esperançoso e desconfiado o Ceará recebeu o enviado da União. Por isso, cada uma de suas ações foi analisada e, inevitavelmente, cobrada numa direção a favor dos interesses rabelistas. O militar Setembrino

---

<sup>180</sup> CARVALHO, Setembrino de. *Memórias: dados para a História do Brasil*. Rio de Janeiro, s/e, 1951, p. 112.

<sup>181</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição do Juazeiro*, p. 71.

## O Princípio das Coisas

---

cita que a oposição, apaixonada e feroz: “servindo-se de todas as armas em sua campanha demolidora, não me poupou. Atribuiu-me o papel de instrumento vil dos manejos de Pinheiro Machado, por ele indicado para depor do Governo do Estado, o Coronel Franco Rabelo”<sup>182</sup>. Já analisamos que tais iniciativas, esperadas pela população e pelo governo, não aconteceram, sendo exemplar a morte de Jota da Penha.

Naquele momento, Fortaleza estava cercada pelos romeiros-combatentes de Juazeiro, que depois de terem efetivado seguidos saques nas cidades de Baturité, Redenção e Pacatuba, aglomeraram-se na região de Messejana. Tais acontecimentos oportunizaram ao Inspetor defender a capital e alinhar-se ao governo de Rabelo. Essa expectativa foi derrotada a cada declaração, recuo ou deliberação de Setembrino de Carvalho.

Apreciemos fragmentos do ofício em resposta à solicitação de proteção da Associação Comercial, mostrando sua preocupação com o avizinhar dos combatentes:

#### IV REGIÃO DA INSPEÇÃO PERMANENTE

Quartel-General de Fortaleza, 27 de fevereiro de 1914, n. 91

Ilmo Sr. José Gentil A. de Carvalho,

D. Presidente da Associação Comercial do Ceará

Em meu poder o ofício no 17 de ontem datado que me dirigiu a Associação Comercial, que V. Exa preside e no qual me consulta se o comércio, na conjetura de uma invasão desta capital pelas forças oposicionistas ao governo do Exmo sr. cel. Marcos Franco Rabelo, pode contar com garantias e seguranças por parte da força federal aqui estacionada. Em resposta confirmo o que disse na conferência a que se refere V. Exa, isto é, que a força federal garantirá o direito de vida e de propriedade sempre que for ameaçada e quando a autoridade estadual for impotente para assegurá-lo. Bem certo é, porém, que, se vier a travar-se alguma ação nas ruas desta capital entre as forças beligerantes, muito difícil será, se não quase impossível, tornar efetivas aquelas garantias, pois a intervenção da força federal neste momento crítico fá-la-ia assumir o papel de um terceiro combatente, envolvendo-se em uma luta à qual deve ser

---

<sup>182</sup> CARVALHO, Setembrino de. *Memórias*: dados para a História do Brasil, p. 111. No seu arquivo pessoal, administrado pelo CPDOC, encontramos várias cartas ofensivas, com desenhos obscenos e palavras agressivas que ilustram o descontentamento de muitos populares, bem com lideranças rabelistas, com a presença do militar.

## O Princípio das Coisas

---

estranha. Assim sendo, mandam a prudência, o patriotismo e o sentimento de humanidade, que os elementos conservadores desta capital façam convergir os seus melhores esforços no sentido de evitarem que esta cidade venha a ser teatro de uma cruenta luta fratricida de lamentáveis conseqüências. /.../

A propósito, posso afirmar a V. Exa que a representação cearense no Congresso Federal propôs ao Exmo Sr. cel. Marcos Franco Rabelo um alvitre capaz de solucionar a crise. Aquela representação propôs a renúncia dos cargos de presidente e vice-presidente, membros da Assembléia Legislativa do Estado, de ambos os partidos, e entrega do poder ao governo federal, que resolverá a situação atual como melhor aconselharem o seu patriotismo e grandes interesses do Estado, ficando assentado que o futuro presidente será um político estranho à atual contenda, e que as eleições serão feitas com toda a liberdade perante mesas organizadas pelas municipalidades eleitas em maio de 1912.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa os protestos de alta estima e consideração.

Saúde e Fraternidade.

(a) Cel. Fernando Setembrino de Carvalho: dou fé. Fortaleza, 4 de março de 1914. Pergentino Augusto Maia<sup>183</sup>.

Em resumo, de forma gentil, Setembrino diz não se envolver no conflito, não querer ser a “terceira força”, cabendo a Rabelo a solução do conflito por forças próprias, ou este aceitava outra saída – a renúncia e entregava às forças federais o comando da segurança. Desta maneira, voluntariamente, teria evitado a deposição, a intervenção e garantido a *paz* e a normalidade na sua cidade. Com essa posição tornou-se evidente que o representante do governo federal queria fazer uma transição *pacífica, acordada*, isolando o elemento popular.

Essa passividade da Inspetoria Militar fez com que os antigos chefes tentassem reagrupar seus liderados de janeiro de 1912, para proteção de Fortaleza. Teófilo viu neste novo agrupamento de populares armados, uma onda cívica e um ato de heroísmo.

Franco Rabelo, firme no seu posto, não se entregava, não se rendia. Mais de dois mil homens estavam em armas. Fortaleza era uma praça de guerra. A vida da cidade havia parado por completo. Os empregados da Estrada de Ferro de Baturité deixaram o trabalho e

---

<sup>183</sup> LOURENÇO FILHO, M. B. *Juazeiro do Padre Cícero*, p. 157.

## O Princípio das Coisas

---

pegaram em armas, fazendo o mesmo os homens do mar, trabalhadores da praia, empregados do comércio, o Tiro 38, os carroceiros<sup>184</sup>.

Os trabalhadores tiveram, como ações imediatas, que organizar batalhões e construir trincheiras nas proximidades da cidade. Os cidadãos estavam cientes de que as forças federais não moveriam uma palha, cabendo-lhes fazer a guarnição da cidade.



Figura 26: Mis – Ceará - FV-000678 Trincheira perto do col. Coração de Jesus.

Teófilo contabilizou 2 mil populares um dia antes da decretação do Estado de Sítio – número insuficiente de voluntários na possibilidade de um confronto. Nos dizeres de Teófilo e Setembrino de Carvalho, os boatos circulantes davam conta de que 4 mil combatentes-romeiros rodeavam a cidade.

Esses boatos e os saques produziram medo e dúvida na população fortalezense. Teófilo descreveu, por uma ótica temerária e preconceituosa, as impressões dos combatentes que

eram figuras patibulares, entre as quais grande número de negros de porte fora do comum e de feia catadura: eram os crioulos dos sertões de Pernambuco, quase

---

<sup>184</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição do Juazeiro*, p. 87.

## O Princípio das Coisas

gorilas no aspecto e na ferocidade. E não era exagero o que diziam. Pela fotografia em boa hora tirada em Maranguape – grupo de indivíduos não escolhido no bando – vê-se que era cada um uma figura lombrosiana. E essas histórias foram-se espalhando; em breve a Capital tremia de medo<sup>185</sup>.

Teófilo ainda narrou que, por várias vezes, um fotógrafo deslocou-se para a região ocupada para registrar esses combatentes; algumas dessas fotos já analisamos, mas uma, em especial, foi usada com intenção de impressionar e justificar esta descrição. Mas aqui vamos colocá-la como foi tirada originalmente e, sem o corte do primeiro combatente.

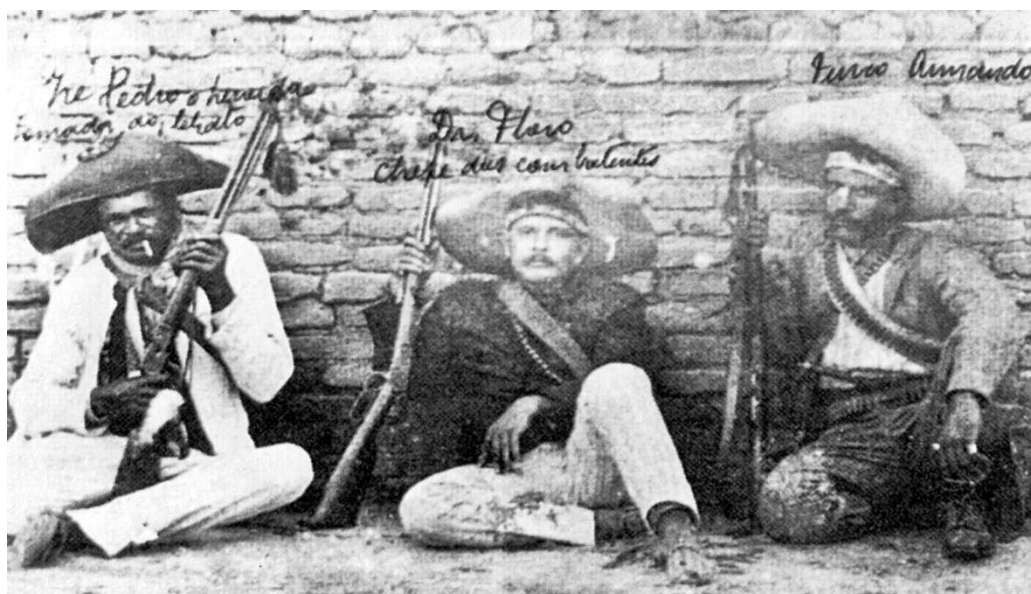


Figura 27: Oliveira Xavier. *Beatos e Cangaceiros. Os combatentes: Zé Pedro, Floro e Turco*

A edição feita na foto excluiu a pessoa do Floro Bartolomeu e do turco Armando, combatente renomado. Toda a atenção foi deslocada para o combatente Zé Pedro, um negro de estatura física avantajada. Curiosamente, o Dr. Oliveira Xavier, na apresentação deste combatente, descreveu-o como oriundo de família de agricultores, que, por necessidade de defesa, usaram armas. Considerou ser um cangaceiro, não um bandido. Em descrição física detalhada, produziu uma análise tipicamente lombrosiana, mas o remate da sua personalidade descrevemos, para contrastar com a imagem horrorizada produzida por Teófilo.

<sup>185</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição do Juazeiro*, p. 84.

## O Princípio das Coisas

---

Não toma dinheiro à força, não mata por perversidade, não desonra, não incendeia. É um cangaceiro valente, que só briga, ou quando provocado ou por questões políticas./.../ Apesar de normalmente carrancudo está sempre alegre e risonho, quer na paz, quer na guerra. /.../ Quando briga, quer corra perigo quer não, é, dever ser ainda lá naqueles sertões, sempre alegre, risonho, satisfeito, zombando de tudo, sem nada temer<sup>186</sup>.

Certamente, Oliveira Xavier fez observações semelhantes a Teófilo e a outros combatentes, apreendidos pelas mesmas matrizes preconceituosas pautadas por racismo e intolerância religiosa e cultural, Mas, particularmente no caso de Zé Pedro, ficava claro que ele não tinha nada de *fera bestializada*. Era um homem negro, trabalhador, possuidor de grande valentia e brio, acometido pelas difíceis condições da vida tipicamente sertaneja e dos desmandos políticos peculiares àquela organização social que acabou por endurecer diante de tantas limitações. O aspecto risonho de sua personalidade é sem dúvida característica marcante dessa população de tradições orais, sempre rindo de si e do que lhe cerca como possibilidade de redimir a existência.

Georges Minois, citando Nietzsche, delinea bem este tipo de riso que contagia o semblante do vivente diante de profundas dificuldades; seria então rir um “regozijar-se com um prejuízo, mas com [certa e] elevada consciência. O riso esta além do bem e o mal; ele purifica aquilo que toca. Ó vós, homens superiores, aprendei a rir”.<sup>187</sup> Ainda acompanhando e fazendo referência ao pensamento de Nietzsche, Minois comenta:

O homem sofre tão profundamente que precisou inventar o riso. O animal mais infeliz e mais melancólico é, bem entendido, o mais alegre. Estamos diante de nosso próprio absurdo. Como o homem pode sentir prazer do próprio absurdo? Isso é tão remoto, na verdade, quando há o riso no mundo, eis a questão. O riso e o pessimismo caminham juntos, entretêm-se mutuamente. /.../ É porque tomamos consciência de nossa condição desesperada que podemos rir seriamente, e esse riso nos permite suportar essa condição<sup>188</sup>.

Podemos depreender que esta contradição de sisudez/riso, inerente a herdeiros de tradições orais, especialmente no episódio do Ceará, manifestou-

---

<sup>186</sup> OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*, pp. 94-5.

<sup>187</sup> NIETZSCHE *apud* MINOIS, George. *História do Riso e do Escárnio*, p. 518.

<sup>188</sup> NIETZSCHE *apud* MINOIS, George. *História do Riso e do Escárnio*, p. 519.

## O Princípio das Coisas

---

se diversas vezes em vaías, folhetos de chiste e outros suportes culturais. Diante das mais duras situações foram capazes de produzir um riso desconcertante, confundindo espectadores preparados para o choro trágico. Zé Pedro tornou-se representante do riso como “remédio da vida”, portador da contradição entre a dureza da vida e o alívio via do riso.

Mas voltando à possibilidade de enfrentamento entre as forças juazeirenses e rabelistas, tal confronto premente tornou-se a desculpa necessária para o estabelecimento do Estado de Sítio. Os acontecimentos não repercutiram somente no Ceará, ecoaram na capital federal. Houve troca de correspondências entre os oficiais das guarnições de Fortaleza com o Clube Militar. no Rio de Janeiro, produzindo um clima de instabilidade entre esta entidade e o governo. As notícias circularam em jornais e revistas, ficando conhecidas como *A Situação do Ceará*. O clima na capital da federação estava exaltado e Hermes da Fonseca ordenou o envio de cruzadores para Fortaleza com possível utilização, reproduzindo o mesmo procedimento de Salvador:

Em face da atitude da maioria dos oficiais das forças do Exército, de guarnição em Fortaleza, telegrafando ao clube militar para comunicar-lhe que o Comando da Região pretendia impor-lhes a conduta humilhante de presenciar como testemunhas, cegas e mudas, a entrada na capital dos revolucionários, que apelidavam de jagunços, o Governo deliberou enviar às águas do Ceará uma divisão de cruzadores à minha disposição, sob o comando do capitão de mar e guerra Castelo Branco sendo capitânia o cruzador Barroso.<sup>189</sup>

A situação tornou-se insustentável e foi expedido o decreto em 9 de março de 1914, estabelecendo o Estado de Sítio.

Edital – 4ª Região de Inspeção Permanente – Estado de Sítio. – Para conhecimento geral e devidos efeitos, faço público o seguinte telegrama que me dói enviado pelo exm. Sr. Ministro do Interior e justiça: “Coronel Setembrino de Carvalho, Inspetor Região. Fortaleza. Rio 9 Março de 1914. Comunico- vos que por dentro desta data o Senhor Presidente da República declarou o estado de sitio para o território desse Estado, suspendendo-se aí as garantias constitucionais até o dia 31 de Março corrente, o que levo ao vosso conhecimento para o emprego das medidas decorrentes do alto cargo militar que aí desempenhais. Cordiais saudações. – Herculano de Freitas, Ministro do Interior e da Justiça.

---

<sup>189</sup> CARVALHO, Setembrino de. *Memórias*: dados para a História do Brasil, p. 120.



## O Princípio das Coisas

---

A esta inspetora, como agente do Poder Executivo Federal, nos termos da Constituição da República, incube a manutenção da ordem pública.

Assim sendo, serão reprimidos todos os atos tendentes a perturbá-los, como punindo quem, por quaisquer meios, manifestar propósitos nesse sentido.

Ao mesmo tempo serão garantidas todas as liberdades, de modo que o trabalho se normalize em todas as suas manifestações.

Espera, pois, o concurso de todas as autoridades e da população em geral, para que a paz e a tranqüilidade voltem a imperar de novo para a felicidade desta nobre terra.

Quartel general em Fortaleza, 10 de Março de 1914. – Coronel Setembrino de Carvalho, Inspetor.

Para auxiliá-lo na execução dos atos decorrentes do estado de sitio o general Setembrino nomeou o capitão Felizardo Toscano de Brito delegado militar da capital<sup>190</sup>.

O desenrolar deste processo autorizou Setembrino de Carvalho a assumir o controle do policiamento e do Executivo no Estado do Ceará. Sua ação imediata foi desarmar ambas as partes, sem que isso ocorresse plenamente. É sabido de telegramas enviados a Floro Bartolomeu e Padre Cícero, para deposição das armas do lado Juazeirense, pois Teófilo denunciou serem “soldados e mais soldados equipados, de carabinas embaladas, no desusado arreganho bélico, percorriam as ruas acima e abaixo”. Ainda narrando sobre o início do Estado de Sítio, comentou: este “era de fato somente para Franco Rabelo e seus adeptos. Não podiam estes sair armados de um canivete de aparar lápis, ao passo que nos arredores da cidade os Romeiros do Padre Cícero faziam correrias, cometendo toda a sorte de depredações”<sup>191</sup>.

Franco Rabelo, diante dessa situação, retirou-se do Palácio do Governo, apoteoticamente escoltado por mais de 5 mil populares, até sua nova residência no clã do Intendente Ildefonso Albano. Pouco tempo depois embarcou para o Rio de Janeiro, como podemos observar na fotomontagem da capa da 2ª parte da tese.

---

<sup>190</sup> GUSMÃO, A. *Ceará Conflagrado*, p. 116.

<sup>191</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição do Juazeiro*, p. 89.

## O Princípio das Coisas

---

A partir da saída de Franco Rabelo instaurou-se um novo acordo e rateio da coisa pública. O Estado de Sítio foi prorrogado por mais um mês, possibilitando o rearranjo das forças locais. Houve uma nova distribuição de cargos, com retomada do aciolismo em funções estratégicas. O próximo passo foi encontrar um sucessor que acomodasse os dois lados no poder. O nome indicado, depois da saída do Interventor, foi Benjamim Barroso, nomeado pelo governo federal como presidente do Estado, tomando posse em 24 de julho de 1914.

Setembrino saiu de cena para combater, mais tarde, na campanha do Contestado. Deixou como depoimento sobre o período que viveu na interventoria do Ceará, a seguinte sentença:

Nesse sentido fala eloqüentemente a grandiosa festa – denominada festa da confraternização cearense – que tive a honra de oferecer no Palácio do Governo, à sociedade de Fortaleza, à qual compareceu o seu escol, e onde se reuniram no mais afetuoso e aprazível convívio, elementos dos dois agrupamentos políticos, adversários que vinham de abandonar as armas guerreiras em troca dos instrumentos de trabalho, de paz fecunda e progresso. Nunca mais a onda revolucionária devastou o solo cearense.<sup>192</sup>

Rodolfo Teófilo não partilhou da mesma esperança e encerrou sua narração afirmando que:

Os nossos males não terão fim tão cedo. A sua origem e a mestiçagem com todos os vícios e defeitos das raças inferiores. O restabelecimento da paz, da ordem no ceará, seria possível se os que dirigem o estado cumprissem os seus deveres, tivessem educação doméstica e cívica. São homens em sua maioria vindos das baixas camadas sociais, sem merecimento e com todos os defeitos de sua origem. Que esperar de tais indivíduos sem civismo, cujos pais e avós eram analfabetos, senão que, uma vez no Poder, oponham o direito da força à força do Direito? /.../ Assim, o Ceará terá paz quando dirigido por homens que tenham perfeito conhecimento de seus direitos e de suas obrigações para com os outros homens.<sup>193</sup>

Teófilo percebeu que a República das Letras ainda levaria longa data para concretizar-se em terras brasileiras e quiçá, cearenses. Equivocadamente

---

<sup>192</sup> CARVALHO, Setembrino de. *Memórias: dados para a História do Brasil*, p. 126.

<sup>193</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição do Juazeiro*, p.164.

## O Princípio das Coisas

---

culpou “os mestiços”, pela degradação social, sendo que o mesmo juízo não imputou aos seus correligionários das letras, demonstrando que uma simples mudança de perspectiva moral redimiria sua conduta de dominação histórica. Tempos de paz não aconteceram, pois outros conflitos menores ocorreram, ainda que tal momento tivesse servido para reflexão acerca das atitudes próprias das elites cearenses quanto à participação popular na vida pública, pois sem letras só a eles caberiam formas de participarem com seus recursos políticos e culturais, atributos que, progressivamente, foram desqualificados pela mesma matriz de pensamento apresentado pelo nobre cronista, que encerrou sua narrativa com um triste diagnóstico.

### Considerações Finais

Nossa intenção foi reunir, dispor em diálogo, enlaçar e tecer uma narrativa que não privilegiasse uma ou outra fonte; pretendemos captar ou pressentir no interior de suas relações os anseios populares, suas formas de expressão e de comunicação e as intercessões produzidas entre cultura letrada e grupos constituídos em matrizes de tradições orais. Ainda mais: tencionamos explicitar essas conexões não somente num caráter de conciliação/subordinação, mas de choque e troca de valores culturais, apenas aparentemente dissociados.

A partir desse pressuposto, passamos à investigação, colhendo dados sutis, efêmeros, delicados enlaçados pelo anonimato. A presença de populares, ausentes em eleições convencionais, fez-se constante na Primeira República. Perseguindo indícios quase imperceptíveis, fomos capazes de formular uma argumentação que associou vestígios a uma imaginação histórica.

Foi assim que desenvolvemos nossa análise sobre alguns momentos da vida social e política do ceará entre 1912-14. Bom exemplo disso foi a reflexão sobre a passeata das crianças, interligando afirmações como as de Teófilo – que relatou o assassinato sumário de uma criança por um militar, momentos depois da passeata, enquanto, em meio à multidão, fugindo das pisadas da cavalaria da polícia aciolina, saía ilesa a senhorita Odele de Paula Pessoa. Chamou-nos a atenção o fato de que, em todo aquele tropel, um soldado teve a possibilidade de assassinar uma criança a sangue-frio, ao passo que outras foram ignoradas.

Teófilo falava da presença de crianças em organizações criminosas, salteando nas ruas de Fortaleza. As fotografias produzidas nos espaços privilegiados das passeatas e manifestações sempre revelaram, em meio aos trajés branco-algodoados, garotos em vestes amareladas e de chapéus amarrotados. O anonimato, a indefinição dos números de mortos, além da não heroicização desses mártires – ao contrário do aconteceu com Odele, filha de

## O Princípio das Coisas

---

oligarca, e também com o jovem João Farias dos Santos, que lutou nos dias de revolta e cujo nome lista nas páginas da história – deve-se, por certo, às origens que tinham, ligadas ao comércio e à elite local. Tudo se conjugou, propiciando o entendimento da ação desenfreada das camadas populares.

Em Fortaleza com em Juazeiro, várias foram às tentativas de mobilização beligerante de populares para atender os propósitos das elites locais. Mas entendemos que os populares tinham suas próprias fontes motivadoras e, muitas vezes, residiam longe daqueles discursos patrióticos, ou mesmo, os apelos *senhoriais* dos coronéis. Foi o caso de Fortaleza, que nem panfletos, nem apelos patrióticos, nem discursos, nem atentados à bomba, nem mentiras e injúrias foram capazes de conduzir o povo às armas, mas a violação de vidas da prole popular estrangulou a relação de opressão sofrida por aquela população. Imaginando que o tratamento fora indistinto para aquelas crianças negras e pobres – que, sendo salteadores ou simples garotos curiosos, tendo pais ou não, foram trucidadas da mesma maneira –, aquele conflito não estava mais circunscrito ao campo de poder político (já conhecido das camadas populares e muitas vezes negligenciado), mas se tratava de uma violência contra os seus bens mais precisos – suas famílias e seu futuro. Foi preciso reparação!

Mesmo aceitando que todos esses recursos foram primordiais para cultivar o espírito revoltoso e contando com as péssimas condições sociais e econômicas pelas quais vinha passando a população mais carente do estado, somente quando atingiram a dignidade de um, que era a de todos, o levante aconteceu. Foi esta inércia que conseguiu produzir doze quilômetros de trincheiras, feito por mãos de homens, mulheres, crianças e idosos. Era necessária a união de todos para evitar a reedição do extermínio igual aos irmãos de fé e cultura de Canudos. A memória social e a identificação coletiva confeccionaram estratégias semelhantes e novas para resistir a inimigo conhecido: a força genocida do Estado *civilizado e letrado*.

Enfocamos a população cearense nas ruas praças e trincheiras, caminhando, cantando, protestando nos mais variados estilos, rindo e vaiando as autoridades, em festa e júbilo jocoso, tendo no anonimato sua apresentação e proteção e no escárnio e sátira sua vingança. Percebemos alguns dos

## O Princípio das Coisas

---

mecanismos de participação, sempre tendo como suporte materiais que, intencionalmente ou não, sobreviveram ao tempo. Encontramos indícios de como agiam e engajavam-se no movimento – que de político-partidário transmutou-se em político-armado.

Particularizamos suas formas de luta e entendimento do que ocorria entre 1912-14, apreendendo seus suportes de comunicação, suas mensagens partilhadas, formas de protesto e participação na vida política do Estado. Tentamos demonstrar que esses populares, em sua maioria desprovidos dos pré-requisitos letrados para assumirem a cidadania da República das Letras, buscaram em outros canais o acesso à expressão pública e reivindicação de seus interesses e valores.

Ao nos depararmos com as passeatas, as vaias e vivas, as canções e os poemas em folhetos, encontramos nestes os suportes culturais dos agentes da vocalidade para expressar sua contestação ao mundo letrado e sua maneira de fazer política. Alguns dos interpretes e intermediadores (chefetes, poetas, oradores) foram peças chaves na negociação e percepção de argumentos, sensibilidades e expressões culturais destes populares.

Os números revelaram os muitos que estiveram nas ruas, passeatas e trincheiras de fato participaram das eleições – única via política desta república capenga. Algumas destas passeatas contavam com mais de cinco mil pessoas, que estavam qualitativamente excluídas da votação por serem mulheres e homens sem a escrita. Em nenhum momento os populares reivindicaram para si, aquela cidadania ou participação cidadã desta República. Foram ativos com as vivenciar que lhe eram pertinentes como o protesto, as armas, a festividade cívica ou mesmo a partilhar de um ideal de justiça social.

Desta maneira, fica manifesto que as vontades beligerantes dos populares não eram acionadas pelo simples desejo da elite (que os tentou por muitas vezes sem reação prática), mas pelo reconhecimento, mesmo que momentâneo, da viabilidade da luta e da contestação, pelas alianças tácitas estabelecidas. Cabe ressaltar que as revoltas têm um caráter efêmero e, quando se prolongam por mais dias, só resistem pela sua aliança com adversários poderosos daqueles a quem se opõem.

## O Princípio das Coisas

---

Os acordos feitos em gabinetes e salas de quartéis foram respeitados num primeiro momento, mas não foram suficientes para impedir ações espontâneas com destruição dos bens e a expulsão da família que não respeitou a vida dos filhos dos mais pobres, inimigos que oprimiram ambos os lados foram rechaçados. Desta maneira, o povo em armas, mesmo que servindo aos interesses de chefetes e líderes tradicionais, foi o elemento novo. Se foi útil para Franco Rabelo ou seus adversários pouco importa, visto que atendia imediatamente à desforra popular, escorraçando algozes e comparsas.

Captamos a dinâmica de atração e tentativa de controle dos populares, o partilhar de códigos e comportamentos pelas elites e pelos populares. Vimos como, mesmo com toda a sofisticação européia, os populares e a moral dos habitantes rurais faziam-se presentes, servindo de veículo para a crítica. Podemos perceber que havia uma sátira aos costumes e valores das elites e ao jeito de fazer política do regime republicano nas suas primeiras décadas.

Chama-nos a atenção como este episódio associados a tantos outros em demais capitais nordestinas, foram negligenciado pela historiografia nacional. Acreditamos que as mobilizações populares, com as características beligerantes e de enfrentamento hostil, foram progressivamente retiradas de uma história da República “democrática”, colocando esta população ao largo dos movimentos construtores de uma história política da república brasileira. Cabendo aos movimentos militares o papel preponderante na formatação desta história. Outro ponto por nós defendido é que todos estes fatos somados serviram como um ato pedagógico para parte da elite brasileira que reduziu progressivamente sua relação de proximidade com as classes populares e, procurou outros mecanismos de negociação com a oposição para conquista de seus objetivos.

Aprofundamos melhor aspectos desta argumentação, quando do estudo das movimentações armadas em Juazeiro do Norte e Fortaleza na contenta da intervenção federal. O movimento juazeirense, caracterizou-se pela participação de romeiros, cabras, jagunços, cangaceiros, beatos e até doutor. Novamente, nos deparamos com explicação imediata de manipulação pela fé destes homens em direção aos interesses das elites políticas e letradas. Se por um lado, na capital foi usado mecanismo de atração desses agentes de

## O Princípio das Coisas

---

tradições orais para a contenta, os mesmos expedientes não serviram em Juazeiro.

O que elemento novo que mobilizou todos foi uma seqüência de referências mnemônicas de como as forças repressivas do Estado coagiam e debandavam aglomerados e manifestações religiosas do catolicismo popular. Sabendo e revivendo as memórias de Canudos, os combatentes de Juazeiro quando ouviram as mesmas promessas de destruição de suas crenças e das suas formas de expressão, uniram-se e editaram façanhas semelhantes à guerra de Canudos. Algumas semelhanças seduziram-nos: o aparente messianismo contido no movimento, a liderança religiosa do Padre Cícero, as estratégias de combate. Mas o movimento de Juazeiro não teve o mesmo desfecho de Canudos. Mesmo feito incessantes comparações entre os dois movimentos pelas forças governistas e pelos combatentes de Juazeiro, não ocorreu a tão temida degola, nem ocorreu um genocídio programático, houve uma discreta liderança religiosa e, por fim, sua memória vitoriosa tem encontrado silêncio, até hoje nas páginas da história oficial.

Encontramos a medida de líamos os cordéis contemporâneos sobre este movimento armado, que sua memória continha matrizes bastante definidas. Ao contrário da ação popular de Fortaleza que a memória ficou represada em 1912. Os acontecimentos de Juazeiro foram movendo-se ao longo do tempo, pedido recriação e manutenção dos elementos essenciais a sua preservação. Desta forma, procuramos evidenciar quais eram as matrizes que nutriam essa narrativa.

Foi nesta busca que definimos três grandes gestores das matrizes populares do movimento de 1914: a construção do valado, a conquista do canhão de Emílio Sá e a morte de Jota da Penha, sempre pautados por valores inerentes às tradições orais. Consideramos que esta seleção impôs os trilhos a serem percorridos por todos os narradores que enveredaram nesta narrativa do movimento armado de 1914. Ciente que muitos dos narradores letrados que tentaram ignorar esse interesse popular, acabaram mesmo assim, por registrar tais os acontecidos.



## O Princípio das Coisas

---

Encerramos cientes que tais matrizes narrativas, em seus silêncios e ressonâncias, não criminalizam a ação popular, como querem as alas conservadoras do poder republicano. Mas nos animaram a pensar novas formas de expressão de luta, fora daqueles modelos *liberais burgueses* ou *revolucionários classistas*. Pensar os populares em armas, terços, risos, cantos e rimas, seja pensar numa população lutadora, sensibilidade, inteligente, criativa, ciente de seus desejos e tendo vontade própria e renegando projetos alheios as suas matrizes culturais.

## Fontes e Bibliografia

### REVISTA

*Acervo Digital da Biblioteca Nacional*

Careta (1911-14)

Fon-Fon (1911-14)

### FOLHETOS:

*Acervo da Fundação Casa Rui Barbosa – RJ (Coleção São Clemente)*

1. BANDEIRA, Pedro. Juazeiro Antigo numa exposição fotográfica. Juazeiro do Norte, 1970. 4p. Código: NRVSDO
2. BARROS, Leandro Gomes. *Festas do Juazeiro no Vencimento da Guerra*. Recife [s.n.t]. 16p. Código: NNEOQL
3. BARROS, Leandro Gomes. *Lamentações do Juazeiro*. Recife: [s.n] volume 5, [s.d], 16p. Código: STLUTA
4. ELIAS, Romano. *A Convivência do Juazeiro e a Formalidade do padre Cícero*. Guarabira-PB:Typ. e Liv. Pedro Batista, 1923. 16p. Código: LLQDDQ
5. SILVA, José Bernardo (editor). *Manifestação ao Padre Cícero Romão Batista pelo povo de Juazeiro*. Juazeiro do Norte: Tip. São Francisco, 1965. 16p. Código: DNSNRN
6. SILVA, Severino Borges. *O Juazeiro e o Padre Cícero Romão*. [s.n.t]. 16p. Código: COIACC

*Acervo Fundos Villa-Lobos – SP*

1. A QUEDA do Babaquara. In: *Victoria de Franco Rabello (2ª parte)* [s.n.t]
2. AO HORRODES Resustida In: *Victoria de Franco Rabello (2ª parte)* [s.n.t]
3. AO NOVO Governo: A voz do Povo. In: *Victoria de Franco Rabello (2ª parte)* [s.n.t]

4. BARROS, Leandro Gomes. *Manifestação ao Padre Cícero na Matriz de Juazeiro*. Juazeiro do Norte: Ed José Bernardo da Silva, 1965. 16p.
5. MUSICA de Margarida vai a fonte In: *Victoria de Franco Rabello* (1ª parte) [s.n.t]
6. NOVAS Toadas. In: *Babaquara: Últimas disposições*. [s.n.t]
7. OS ACIOLIS. [s.n.t]
8. PARÓDIA. In: *Victoria de Franco Rabello* (2ª parte) [s.n.t]
9. TESTAMENTO do Babaquara. In: *Babaquara: Últimas disposições*. [s.n.t]
10. TRANQÜILO, Marcus Franco (pseudônimo) *A Bernarda no Ceará*. Fortaleza, Typ. Minerva, 1912.
11. TRANQÜILO, Marcus Franco (pseudônimo) *Levanta – te ó multidão*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1912.
12. *VICTORIA de Franco Rabello* (1ª parte) [s.n.t]
13. CORDEIRO, José. *O Tiroteio do Quintino com José Pinheiro (no dia 18/11/194, em juazeiro 24 horas de fogo)* Maceió 1915. 16p.

#### Acervo do Pesquisador – CE

1. BATISTA, Abraão. *História da Guerra de 1914 O Canhão que atirou do contra*. 3ª ed. Juazeiro do Norte: [s.n.], 1994. 48p.
2. MEDEIROS, Antonio Américo de. *Historia da Guerra de Juazeiro do padre Cícero Romão*. Patos-PB: [s.n] 12p.
3. NETO, João Pedro C. *Revolução de 1914*. Juazeiro do Norte: HB editora e gráfica .1999. 8p.
4. SILVA, José Caetano da . *Polícia Militar do Ceará. Sua história, sua luta e sua glória..* Fortaleza: [s.n], 1982. 8p.

#### ENTREVISTAS:

1. Abraão Batista (FK-7 00416/17)

2. Elói Teles (FK-7 00410)
3. Expedito Sebastião da Silva (FK-7 00413)
4. Joaquim Batista Sena (FK-7 00420)
5. Manuel Caboclo e Silva (FK-7 00410)
6. Maria de Jesus (Filha de Manoel Caboclo), dona da Tipografia São Francisco. (FK-7 00419)
7. Sebastião Nunes Batista (FK-7 00408)
8. Elói Teles. Crato, dezembro de 1988.

### **IMAGENS:**

Acervo Museu da Imagem e do Som – Ce/Acervo dos Pesquisadores Waldy Sombra e Daniel Walker

1. Fotografias e charges envolvendo personalidades e situações dos movimentos armados de 1912-14 (114 unidades)

### **ANTOLOGIAS**

- Antologia da literatura de cordel. Fortaleza: Secretaria e Cultura, Desporto e Promoção Social do Ceará, 1978 . 2 vols.
- Antologia da literatura de cordel. Natal: Fundação José Augusto, 1977.
- Antologia da literatura de cordel. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1983.
- Literatura Popular em verso-Estudos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- Literatura Popular em verso-Antologia. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- Literatura Popular em verso-Antologia. Leandro Gomes de Barros. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa e João Pessoa: UFPb.
- Literatura Popular em questão. Fortaleza: Coleção Povo e Cultura Nº3. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.
- Cordel Testemunha da História do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/Centro de Pesquisa/Setor de Filologia, 1987.

## REVISTAS DO INSTITUTO DO CEARÁ:

ALVES, Joaquim. *Juazeiro cidade mística*. Tomo LXII, 73-101.

CARVALHO, Carlos Livino de. *A Tomada do Crato*. Tomo XLVI 119-136.

SOBREIRA, Azarias, padre *Floro Bartolomeu- O caudilho baiano* Tomo. LXIV. 193-202

TÁVORA, Manuel do Nascimento Fernandes. *O Padre Cícero (Considerações sobre sua mentalidade e ação social)*. Tomo LVII.

## MENSAGENS E TELEGRAMAS:

*Acervo Biblioteca Governador Menezes Pimentel (Setor de Microfilmagem)*

- Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1911 pelo Presidente do Estado Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza: Typo-lithographia A Vapor, 1911.
- Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1912 pelo Presidente do Estado Coronel Antonio Frederico de Carvalho Motta. Fortaleza: Typ. Chantecler, 1912.
- Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1913 pelo Presidente do Estado Coronel Marcos Franco Rabelo. Fortaleza: Typogravura A. C. Mendes, 1913.
- Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1914 pelo Presidente do Estado Coronel Benjamin Liberato Barroso. Fortaleza: Typogravura A. C. Mendes, 1914.

*Acervo Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/UFC*

Arquivo Padre Cícero

1. *Telegramas Recebidos Por Padre Cícero (1911-1914)*
2. *Telegramas Enviados Por Padre Cícero (1911-1914)*
3. *Manuscritos de um livro de memórias de Setembrino de Carvalho (Interventor em 1914 e desarticulador do movimento de Contestado)*

## Panfletos:

*Acervo Biblioteca Governador Menezes Pimentel (Setor de Microfilmagem)*

- Panfletos e folhetos políticos divulgados nos períodos de 1911-14 na cidade de Fortaleza.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia. *História de Cordéis e Folhetos*. Campinas, São Paulo, Ed. Mercados da Letras, 1999.

ADERALDO, Cego. *Eu sou o cego Aderaldo*. São Paulo, Maltese, 1994.

ANDRADE, João Mendes. *Oligarquia Aciolina (1877-1930)*. 1986. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade de Pernambuco, Recife.

ANDRADE, Mário. *Música, Doce Música*. São Paulo, Martins Editora, 1976.

ANSELMO, Otacílio. *Padre Cícero: Mito e realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

ANTONACCI, Maria Antonieta. "Corpos sem Fronteiras". In: *Revista Projeto História*, São Paulo: Educ, nº 25, dez 2002.

\_\_\_\_\_. "Trabalho, cultura, educação: escola nova e cinema educativo nos anos 1920/1930". In: *Revista Projeto História*, São Paulo: Educ, nº 10, dez 1993.

\_\_\_\_\_. Tradições de Oralidade: Escrita e Iconografia na Literatura de Folhetos: Nordeste do Brasil. *Revista Projeto História*. São Paulo, Educ, n. 22, jun./2001.

AZEVEDO, Otacílio. *Fortaleza Descalça*. 2ª ed. Fortaleza, UFC/Casa José de Alencar, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília, Edunb/Hucitec, 1999.

- BARBOSA, Ivone C. *Sertão: lugar* (in) comum. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.
- BARREIRA, Dolor. *História da Literatura Cearense*. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1948.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A Terra da Mãe de Deus*. Rio de Janeiro, Francisco Alves; Brasília, INL, 1988.
- BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BARTOLOMEU, Floro. *Juazeiro e o Padre Cícero*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923.
- BATISTA, Sebastião Nunes. *Antologia da Literatura de Cordel: literatura popular em versos*. Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1977. Tomo III.
- BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo, Martins Fontes, 2007.
- BERNUCCI, Leopoldo M. *A Imitação dos Sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo, EDUSP, 1995.
- BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*. São Paulo, Martins Fontes editora, 1988.
- BORELLI, Silvia Helena Simões. *Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson*. *Margem*. SP. EDUC/PUC-SP. Nº 1. Jan/1992.
- BRANDÃO, Helonis. *O cordel relato político: a institucionalização do popular no cordel urbano em Fortaleza (1979-1988)*. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS/UFC, 2000. Mimeo.
- BRÍGIDO, João. *Ceará (Lado Cômico)*. Fortaleza, Louis C. Cholowieski, 1899.

- BURKE, Peter. *A Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das letras, 1989.
- CAMPOS, Eduardo. *O Ideário de Manezinho do Bispo*. Fortaleza, 1992. Disponível em <<http://www.eduardocampos.com.br>>. Acesso em 14/6/3.
- CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses: literatura, imprensa e política*. Dissertação (Mestrado) em História Social pela Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000. mimeo.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: Evolução Política (1889-1930)*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 4ª ed. São Paulo, DIFEL, 1976.
- CARVALHO, Gilmar de. *Publicidade em cordel*. São Paulo, Maltese, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Madeira matriz: cultura e memória*. São Paulo, Annablume, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo, Companhia da Letras, 2002.
- CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*, São Paulo, Global, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Cinco livros do povo*. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 1979.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Operação Histórica*. In. LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. (dir.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A Cultura no Plural*. São Paulo, Papiros, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1988.
- COLARES, Otacílio. *Lembrados e Esquecidos V: ensaios sobre literatura cearense*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1981.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo, Três, 1984.
- CUNHA, Plautus. *Ceará Rindo*. Fortaleza, Editado pelo autor, s/d.
- CURRAN, Mark J. *História do Brasil em Cordel*. São Paulo, Edusp, 1999.



- DARNTON, Robert. História da Leitura. In: *A Escrita da História*: BURKE, Peter. São Paulo, Editora Unesp, 1992.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- DELLA CAVA, Ralph. Milagre em Joazeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- ERÖS, J. S. Verbete "Revolução". In: *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/MEC, 1986.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social*. Lisboa, Editorial Teorema, 1994.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da Memória: conto e poesia popular*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Cavalaria em Cordel*. São Paulo, Hucitec, 1993.
- FERRO, Marc. *A História Vigiada*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- FIKER, Raul. *Mito e Paródia: entre a narrativa e o argumento*. São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 2000.
- FINLEY, Moses I. *Uso e Abuso da História*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- FIRMEZA, Hermenegildo. A revolução de 1912 no Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Instituto do Ceará, vol. 81, jan/dez, 1963.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Brasília, Editora UNB, 1963.
- GALEANO, Alberto S. *A Praça e o Povo: homens e acontecimentos que fizeram história na praça do Ferreira*. Fortaleza, Stylus Comunicações, 1991.
- GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza, BNB/ETENE, 1985.
- GIUMBELLI, Emerson. *Religião e (Des)Ordem Social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos Estudos Sociológicos sobre Movimentos Religiosos*. *Dados*, vol. 40 n. 2, Rio de Janeiro, 1997.
- GUSMÃO, A. *Ceará Conflagrado: O movimento revolucionário do Joazeiro*. Manaus, Secção de Obras da Imprensa Pública, 1915.

- HAVELOCK, Eric A. *A musa aprende a escrever: reflexões sobre a oralidade e a literacia da antiguidade ao presente*. Lisboa, Gradiva, 1996.
- HERMANN, Jacqueline. "Religião e política no Alvorecer da República: Canudos, Juazeiro e Contestado". IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. N (Orgs). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição Comemorativa. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- HORKHEIMER *apud* LÖWY, Michael. *Walter benjamim: aviso de incêndio*. São Paulo, Editorial Boitempo, 2005
- HUGHES-WARRINGTON, Marnie. *50 Grandes Pensadores da História*. São Paulo, Contexto, 2008.
- JATOBÁ, Roniwalter. *Juazeiro: Guerra no sertão*. São Paulo, Ática, 1996.
- JUCÁ, Gizafran Nazareno Mota. O Lazer em Fortaleza: (1942-60). *Cadernos do Nudoc*. Fortaleza, n. 6, mar./1990.
- KOSSOY, Boris. Fotografia e Memória: Reconstrução por Meio da Fotografia. *In: SAMAIN, Etienne (Org.)*. *O Fotográfico*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- KUNZ, Martine. Comunicação e Marketing na poesia popular de Rodolfo Coelho Cavalcante. *In: Revista de Comunicação social*. Fortaleza, UFC. Vol.15(1), 1985.
- LIMA, Marcelo Ayres Camurça. A Sedição do Juazeiro e a Guerra Civil no Ceará. *In: Simone Souza*. (Org.). *História do Ceará*. 719 ed. Fortaleza, Ceará, Universidade Federal do Ceará, Fundação Demócrito Rocha, Stylus Coimunicações, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Marretas, Molambudos e Rabelistas: A Revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo, Maltese, 1994.
- LIRA NETO. *O Poder e a Peste: a vida de Rodolfo Teófilo*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1999.
- LOPES, Régis. *João de Cristo Rei, O profeta de Juazeiro*. Fortaleza, Secult, 1995.

- \_\_\_\_\_. O Meio do Mundo: territórios de sagrados em Juazeiro do Padre Cícero. 2000. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. *O verbo encantado – A Construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí, Ed. Unihuí, 1998.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *Joazeiro do Padre Cícero*. São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1926.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo, Editorial Boitempo, 2005.
- LUYTEN, Joseph M. *A notícia na literatura de cordel*. São Paulo, Estação Liberdade, 1992.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2001.
- MARTINS FILHO, Antônio. Historiador do Cariri. *Revista do Instituto do Ceará*, 1954.
- MELO, Veríssimo de. Literatura de Cordel: Visão Histórica e Aspectos Principais. In: *Literatura de Cordel: Antologia*. LOPES, José de Ribamar (Org.), 3ª. Ed. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1994.
- MENEZES, Diatahy de. Para uma leitura sociológica da literatura de cordel. In: *Revista de Ciências Sociais*. Vol. 8 nº. 1/2, Fortaleza, Imprensa Universitária/UFC, 1977.
- MEYER, Marlyse. *De Carlos Magno e outra histórias: Cristão e mouros no Brasil*. Natal, UFRN. 1995.
- \_\_\_\_\_. *Autores de cordel*. São Paulo, Abril Educação, 1980.
- MIGUEL, Maria Lúcia Cerruti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 6, nº 1/2, jan./dez. 1993.
- MINOIS, George. *História do Riso e do Escárnio*. São Paulo, Unesp, 2003.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano, Sociedade e*

instituições (1889-1930), HGCB, tomo III, vol. 2. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

MONTENEGRO, João Alfredo. Rodolfo Teófilo: pensamento e ação. *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza, ano XCV, v. 51 1995/96.

MOTA, Leonardo. *Cantadores*. Rio de Janeiro. Livraria Castilho, 1921.

MOTA, Leonardo. *Nos Tempos de Lampião*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1968.

NEGRÃO Lísias Nogueira. Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu Futuro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16, nº 46, jun.2001.

OLIVEIRA, Antônio Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*. Rio de Janeiro, s/e, 1920.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. *O Padre Cícero que eu conheci*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpia Editora, 1969.

OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. *Cultura Escrita e Oralidade*. São Paulo, Editora Ática, 1995.

PATTANAYAK, D. P. A cultura escrita: um instrumento de opressão. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. *Cultura Escrita e Oralidade*. São Paulo, Editora Ática, 1995.

PESSOA, Frota. *O Olygarcha do Ceará: a Chronica de um Despota*. Rio de Janeiro, Typographia do Commercio, 1910.

PINHEIRO, Irineu. *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongeti Editores, 1938.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PORTO, Eymard. *Babaquara, chefetes e cabroeira*. Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara/Secretaria de Cultura e Desporto. 1993.

PRADO JR, Caio. *Formação Econômica do Brasil*. 22ª ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1987.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo, Domunus Editora, 1965.

- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social*. São Paulo, Ática, 1981.
- REUMAUX, Françoise. Um Rito Oral Urbano, o Rumor. *Revista Projeto História*. São Paulo, Educ, n. 19, 1999.
- RIBEIRO, M. Luísa. *História da Educação Brasileira: organização escolar*. 19<sup>a</sup> ed. São Paulo, Autores Associados, 2003.
- RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- SAMPAIO, Silvia Saviano. *Lourenço Filho e a Reforma da Instrução Pública no Ceará (1922-1923)*. 1983. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SAMUEL, Raphael. Teatros de Memórias. *Revista Projeto História 14: Cultura e Representação*. São Paulo, Educ, 1997.
- SANTOS, Olga de Jesus. O Cordel: testemunha da História do Brasil. *Literatura Popular em Verso – Antologia, série 2*. Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa. 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- SILVA, Antonio Z. *A Oralidade Deitada sobre o Papel: Homens, Letras e Vozes em Trincheiras (Movimento Armado em Fortaleza - 1911-12)*. 2004. Dissertação (Mestrado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. Uma Fortaleza de risos e molecagem. In: SOUSA, Simone, NEVES, Frederico (orgs.). *Comportamento. Coleção Fortaleza: História e Cotidiano*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 2002.
- SILVA, Marcos A. *Caricatura República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo, Marco Zero, 1990.
- SILVA, Virgínia Maria Tavares. *Crise na Política dos Governadores: O Declínio dos Accioly no Ceará (1912-1914)*. 1982. Dissertação (Mestrado) apresentado à FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- SOBREIRA, Azarias. *O Patriarca de Juazeiro*. São Paulo, Editora Vozes, 1969.
- \_\_\_\_\_. Vilanova e Antônio Conselheiro. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1948.
- SOLDON, Renato. *Verve Cearense: de Quintino Cunha e outros*. Rio de Janeiro, Editado pelo autor, 1969.
- SOMBRA, Waldy. *A Guerra dos Panfletos: maloqueiros versus cafinfins*. Fortaleza, Imprensa Universitária/UFC, 1998.
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. São Paulo, Companhia das letras, 2004. SOUSA, Simone de., NEVES, Frederico de Castro (org.). Intelectuais. Coleção Fortaleza: *História e Cotidiano*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 2002.
- SOUSA, Simone (Coord.). Acordo e Conflito: relação das oligarquias agrárias, setores comerciais e camadas populares nas primeiras décadas da República Velha, no Ceará. In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, 1985/1986, v. 16/17 nº 1/2, pp. 143-50.
- \_\_\_\_\_. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p 297-305.
- SOUZA, Liêdo Maranhão de. *Classificação popular da literatura de cordel*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. *O mercado, sua praça e a cultura popular do Nordeste*. Recife, Secretária de Educação e Cultura, 1977.
- STUDART, Barão de. *Datas e factos para a História do Ceará*. Edição fac-similar. Fortaleza, Fundação Valdemar Alcântara, 2001. Tomo III.
- TAVARES JÚNIOR. *O mito na literatura de cordel*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
- TEÓFILO, Rodolfo. *A Sedição de Juazeiro*. Fortaleza, Terra e Sol, 1969.
- \_\_\_\_\_. *Libertação do Ceará: queda da oligarquia Acioly*. Ed. Fac-similar, Fortaleza, Fundação Valdemar Alcântara, 2001.
- TERRA, Ruth Brito Lemos. *A Literatura de Folhetos nos Fundos Villa-Lobos*. São Paulo, IEB, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Memórias de Lutas: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)*. São Paulo, Global Editora, 1983.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo, Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Performance, Recepção e Leitura*. São Paulo, Editora Cosac Naify, 2007.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)